UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
MUSEU NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Mario Grynszpan

MOBILIZAÇÃO CAMPONESA E COMPETIÇÃO POLÍTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1950 - 1964)

VOLUME I

T
301.24209815
G894m
v.2

Rio de Janeiro

1987

RJ 014
G894m
v.1

Mario Grynszpan

MOBILIZAÇÃO CAMPONESA E COMPETIÇÃO POLÍTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1950 - 1964)

VOLUME I

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
UFRJ
MN

Rio de Janeiro
1987

LISTA DE TABELAS

pág.

1. TABELA I - BAIXADA: ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA EM 1920, 1940, 1950 E 1960 . 32

2. TABELA II - BAIXADA: ESTABELECIMENTOS E ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL EM 1920, 1940, 1950 E 1960 34

3. TABELA III - BAIXADA: ESTABELECIMENTOS E ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL EM RELAÇÃO AO TOTAL RECENSEADO E SUA VARIAÇÃO ENTRE 1920, 1940, 1950 E 1960 . 35

4. TABELA IV - BAIXADA: ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO A UTILIZAÇÃO DAS TERRAS EM 1940, 1950 E 1960 39

5. OBRAS DE SANEAMENTO REALIZADAS NA BAIXADA FLUMINENSE E NA BAIXADA DA GUANABARA 42

6. BAIXADA: POPULAÇÃO DIVIDIDA SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE EM 1950 E 1960 50

7. TABELA V - ESTADO DO RIO DE JANEIRO E BAIXADA: PESSOAL OCUPADO E PARCEIROS NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS EM 1950 E 1960 . 61

A Chil e Augusta,

meus pais

AGRADECIMENTOS

A redação dos agradecimentos é, sem dúvida, uma das partes difíceis de um trabalho. Tantas são as pessoas e instituições que, de uma forma ou de outra, contribuem para a sua realização, que corremos o risco de, ao arrolá-las, cometermos alguma grande injustiça. Por isso mesmo, gostaria de iniciar manifestando meu reconhecimento, de forma geral, a todos aqueles que me ajudaram ao longo de minhas pesquisas e na fase de elaboração desta dissertação. Particularmente, eu lembraria daqueles que me dedicaram algumas horas do seu tempo, concedendo-me as entrevistas que tornaram este trabalho possível. Seus nomes não serão aqui mencionados, por razões que ficarão claras adiante.

Além deles, lembraria também de Eduardo Martins, do professor Eduardo Príncipe, do ex-governador Badger da Silveira e do doutor Irênio de Matos Pereira que, apesar de nossos poucos contatos, confiaram-me documentos de suas coleções pessoais.

Das instituições que me incentivaram, uma delas foi o CNPq, através de uma bolsa de mestrado durante parte do tempo em que freqüentei os cursos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). Além dele, gostaria de agradecer também, e de forma especial, à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) que, com os recursos da Fundação Ford, me concedeu uma dotação para pesquisa durante o segundo semestre de 1985 e o primei

Favor não fazer anotações ou grifos
à tinta ou a lápis nesta página

ro de 1986. Foi através desta dotação que pude arcar com os custos materiais da pesquisa.

Não poderia deixar de mencionar, igualmente, a FINEP. Foi do seu convênio com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, que vieram os recursos para a manutenção do pesquisador.

Quanto ao CPDOC, a ele devo grande parte da minha formação em pesquisa. Foi esta instituição que me acolheu como estagiário, ainda em 1977, e que me incentivou constantemente ao longo de todos estes anos. Não fosse este apoio, certamente a elaboração deste trabalho teria sido muito difícil. Só posso, assim, manifestar uma profunda gratidão ao Centro, nas pessoas de sua diretora, Celina Moreira Franco, de sua coordenadora geral, Alzira Abreu, e de sua coordenadora de pesquisa, Aspásia Alcântara de Camargo.

Sou especialmente grato a Aspásia Camargo, com quem venho trabalhando desde 1977. Cientista social de alta competência, Aspásia é também grande conhecedora dos problemas agrários no Brasil. Foi trabalhando com ela que comecei a me interessar pelos estudos de campesinato. Aprendi bastante com Aspásia que, acima de tudo, tem sido para mim uma amiga e constante incentivadora.

Ainda do CPDOC, gostaria de destacar o apoio contínuo que recebi de Maria Celina Soares D'Araújo e Dulce Cha-

ves Pandolfi. A sua amizade foi fundamental para a conclusão deste trabalho.

De minha passagem pelo PPGAS guardo apenas uma frustração, qual seja, a de não ter podido participar, tão intensamente quanto gostaria, de todas as suas ricas discussões e atividades. Ao Museu Nacional eu devo boa parte da minha formação intelecutal e, para mim, o seu maior legado foi a recusa do fácil e o questionamento constante.

Do Programa, eu gostaria de destacar, particularmente, os nomes de dois professores a quem sou bastante agradecido. Um deles é o de meu orientador de dissertação, Moacir Palmeira. Crítico incansável, Moacir foi fundamental na concepção e no desenvolvimento deste trabalho. Suas observações sempre pertinentes e o seu constante exercício de relativização ajudaram-me a ir além das aparências. Desta forma, não estarei exagerando ao dizer que os aspectos positivos desta dissertação têm, sem dúvida, a sua marca.

O outro nome é o de Afrânio Garcia Jr. Conhecedor dos problemas agrários fluminenses, foi com ele que, ainda no curso de graduação, iniciei minhas pesquisas sobre este tema. Já no mestrado, Afrânio foi, mais do que um orientador de curso, um amigo sempre presente e interessado. Seu incentivo, e também suas críticas, foram muito importantes nesta minha trajetória.

Dos meus colegas de mestrado, cito Lígia Dabul e

Miriam Nutii, que me fizeram críticas e interessantes sugestões ainda na fase do projeto de dissertação. Foi Lígia, ainda, que me possibilitou o acesso a alguns antigos líderes camponeses de Duque de Caxias.

Também gostaria de mencionar a professora Leonilde Servolo de Medeiros, da Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e coordenadora do grupo de Movimentos Sociais do Programa de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA). Sua leitura de meus primeiros trabalhos, sua disponibilidade durante o período de minha pesquisa, me foram de grande ajuda.

Aos colegas do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, onde sou professor, agradeço por me terem proporcionado, nos últimos meses, as condições indispensáveis para a conclusão desta dissertação.

Sou igualmente grato a Márcia Ismerio, Manoel Barroso de Azevedo Jr. e João Carlos Miranda. A primeira, pela forma séria com que me ajudou durante parte do meu levantamento de dados. Os dois últimos, pela cuidadosa transcrição de minhas entrevistas.

Agradeceria, ainda, a Jorge Luiz dos Santos Silva e Debora Pinto Otoni, pelo milagre de terem datilografado todas estas páginas em tão pouco tempo.

Para concluir esta extensa lista, gostaria de citar dois nomes muito importantes e que, apesar de virem ao final, estão na base de tudo o que pude fazer. Um deles é Joaquim Brito. Sem sua ajuda teria sido impossível chegar até aqui. O outro é o de minha esposa, Danielle. Com o seu constante estímulo, Danielle me propiciou as condições necessárias para prosseguir. Sua presença carinhosa, seu afeto, sua compreensão e sua confiança foram fundamentais para que eu pudesse superar as dificuldades inerentes a um trabalho como este.

RESUMO

O objetivo deste tabalho é estudar a mobilização camponesa ocorrida no estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 1950 e de 1964, associando-a à competição entre diversos grupos e partidos políticos em torno do campesinato. Num primeiro momento, identificamos a região do estado a partir da qual as lutas dos lavradores se iniciaram, caracterizando, também, os atores sociais nelas envolvidos. Em segundo lugar, reconstituímos o processo de organização dos lavradores, atentando para suas mudanças ao longo do tempo e, também, para quem detinha o controle das organizações. Em terceiro, caracterizamos as principais formas de luta dos lavradores, as suas modificações e sua intensificação no início dos anos 1960. No quarto capítulo, arrolamos as principais forças em presença no campo fluminense, indicando suas posturas em relação aos lavradores. Finalmente, analisamos a questão da competição entre aquelas forças, suas diferentes formas e seus desdobramentos ao nível da mobilização camponesa.

ÍNDICE

pág.

INTRODUÇÃO 1

1. A BAIXADA E O INÍCIO DAS LUTAS 2

1.1. Decadência e ocupação 21
1.2. A valorização das terras e os despejos 41
1.3. Posseiros e grileiros em luta 60

2. O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO 91

2.1. Da associação ao sindicato 101
2.2. Luta e organização 132

3. AS LUTAS 146

3.1. As resistências 147
3.2. As ocupações 166
3.3. As desapropriações 191
3.4. O *"barril de pólvora"* 206

4. AS FORÇAS EM CENA 222

4.1. Os proprietários 226
4.2. O Governo estadual 230
4.3. Os Círculos Operários e a FLERJ 253
4.4. O Governo federal 261
4.5. Tenório Cavalcanti 268
4.6. As Ligas Camponesas 282

5. COMPETIÇÃO E RADICALIZAÇÃO 286

5.1. Duas representações conflitantes 288
5.2. Organização e controle político 305
5.3. Mobilização e capital político 313
5.4. A neutralização das Ligas 329
5.5. A radicalização 343

6. CONCLUSÃO 358

BIBLIOGRAFIA 367

Favor não fazer anotações ou grifos
à tinta ou a lápis nesta publicação

INTRODUÇÃO

Este trabalho lida, em termos gerais, com o processo de inserção política do campesinato. No Brasil, este processo se dá a partir dos anos 1950. É neste momento que, através de sua mobilização, o camponês, até então excluído, restrito a aparições eventuais no noticiário policial, ou em manifestações de cunho messiânico, começa a se afirmar como um novo ator na cena política brasileira. Na medida em que isto ocorre, porém, ele também se transforma em alvo das disputas entre grupos e partidos pelo poder de representá-lo, de falar em seu nome, de expressar os seus interesses legítimos.

De forma mais específica, procuramos ver como este processo geral transcorreu no antigo estado do Rio de Janeiro, entre os anos 1950 e 1964. Aqui também, a politização da questão agrária e das ações camponesas acirrou o processo de competição entre diversas forças. Assim, tentamos buscar os nexos entre a mobilização camponesa e as disputas políticas que, no estado, se deram em torno do campesinato.

Nosso interesse pelo caso do estado do Rio não é recente. Ele vem desde 1977 quando, através de um estágio no CPDOC, começamos a trabalhar com a professora Aspásia Camargo em suas pesquisas sobre a questão agrária no Brasil. Chamou-nos então a atenção, o fato de que, embora já houvesse uma reflexão sobre o movimento camponês no Nordeste, com a ação das Ligas Camponesas e dos Sindicatos de Trabalhado

res Rurais, nada havia sido produzido sobre o Rio de Janei - ro. E este vazio nos parecia ainda mais estranho quando, a pesar da notoriedade das Ligas, era em grande parte no estado do Rio, que jornais de linha conservadora buscavam seus exemplos de agitação no campo, com ocupações de terras e choques armados entre lavradores e a polícia.

Na verdade, algumas sondagens e pesquisas iniciais já vinham sendo feitas, particularmente pelos professores Eliane Cantarino e Afrânio Garcia Jr. Foi do contato com este último, então professor do PPGAS e assessor da FETAG-RJ , que resultou nossa primeira investida, um levantamento exaustivo do jornal Luta Democrática, que pertenceu ao ex-deputado Tenório Cavalcanti, entre os anos 1960 e 1964. Segundo algumas antigas lideranças camponesas fluminenses, o jornal cobria de forma sistemática as lutas ocorridas no estado, e o próprio Tenório nelas teria tido alguma participação.

O levantamento realizado confirmou amplamente as informações e, a partir dele, conseguimos reunir uma grande quantidade de dados. Dele resultaram, ainda, dois trabalhos nossos centrados na versão da Luta sobre as mobilizações camponesas ocorridas no estado e a atuação, nelas, do grupo de Tenório Cavalcanti. (Grynszpan, 1982 e 1982a)

A idéia central desta dissertação, no entanto, surgiu a partir das discussões de um curso sobre Movimentos Sociais ministrado pelo professor Moacir Palmeira, no PPGAS, em 1983. O curso tinha por base a crítica a uma certa divi-

são do trabalho acadêmico existente, pela qual os antropólogos delegavam a tarefa de pensar a participação dos camponeses na política a outros cientistas sociais. Paradoxal, esta divisão não parecia levar em conta que a presença do Estado é constitutiva das próprias definições de camponês. Assim, enquanto os antropólogos se limitavam às relações sociais que transcorriam no pequeno mundo camponês, indo, no máximo, até a questão de como se operava a mediação entre este mundo e a sociedade abrangente, os outros cientistas pensavam a grande política.

Desta forma, o que ocorria é que, além de se produzir uma visão espacializada da política, vedava-se também a possibilidade de incorporar, na análise da participação do campesinato na grande política, os aspectos específicos da organização social camponesa. Igualava-se a participação na grande política à ação de classe. Neste sentido, a reflexão se resumia à possibilidade, ou não, do campesinato se constituir e agir enquanto classe, ou, no máximo, a quais seriam as camadas camponesas verdadeiramente revolucionárias.

A proposta do curso era, assim, um convite a que se buscasse saídas para este círculo vicioso, tentanto pensar *"transversalmente"* o problema. Para isso, uma das questões sugeridas por Moacir Palmeira era, justamente, a de *"como as relações políticas podem moldar a identidade social de uma classe excluída da política, ou de como uma classe excluída da política pode ser objeto de ações e disputas políticas."*

Este trabalho é uma tentativa de, juntando nossa experiência de historiador com nossa formação em Antropologia, explorar algumas questões que, hoje, são colocadas pelos antropólogos. Acreditamos que, com ele, estaremos contribuindo para enriquecer as reflexões acerca da relação entre campesinato e política. Além disso, estaremos concorrendo, através da análise de um caso pouco estudado como o do Rio de Janeiro, para um melhor conhecimento sobre a intensa, e inédita, mobilização camponesa ocorrida no Brasil nos anos que antecederam o Golpe de 1964.

Os cortes cronológicos que delimitaram nossa pesquisa se justificam em função do nosso objeto de estudo. Os anos 1950 marcam o início não apenas de um processo de mobilização, mas também de reconhecimento político do campesinato. As primeiras organizações camponesas começam, então, a se afirmar no estado do Rio, e suas lutas passam a ser noticiadas pelos jornais de forma recorrente. Como parte dessas lutas, os lavradores começam a realizar manifestações nas cidades, buscando a solidariedade da população urbana, cobrando soluções aos políticos e ao Governo. Neste processo de afirmação, algumas forças procurarão atuar junto aos lavradores, competindo entre si. A competição, no entanto, como veremos, terá seus reflexos sobre a própria mobilização dos lavradores, produzindo, já no início dos anos 1960, uma intensificação e uma radicalização das lutas. Este processo, contudo, será suspenso pelo Golpe de 1964, que terminará com a competição e imporá, também, a desmobilização.

Desenvolvemos nossa pesquisa com dois tipos de fontes: periódicos de época, fundamentalmente jornais, e entrevistas. Em ambos os casos, o critério de seleção foi o de que deveriam expressar as posições e os pontos de vista das diversas forças envolvidas na disputa política em torno dos lavradores. Neste sentido, os jornais foram tratados, também eles, como elementos das disputas, como veículos das posições em luta, além é claro, de fontes de informações mais substantivas, como datas, lugares e nomes.

Nossa pesquisa inicial na Luta Democrática, assim como conversas com pessoas que também vinham desenvolvendo pesquisas sobre o Rio de Janeiro, permitiram a identificação de algumas das forças que atuaram no campo neste estado. Desta forma, foram definidos, a princípio, sete jornais que seriam exaustivamente levantados. Primeiramente, completaríamos o levantamento da Luta, estendendo-o até 1954, ano em que foi criado o jornal. O segundo era o Última Hora, em sua edição para o estado do Rio. Este jornal expressava as posições do Partido Trabalhista Brasileiro, e cobriu o período de 1959 a 1964. Em terceiro lugar vinha Terra Livre, órgão vinculado à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, de influência comunista. O período que abrangia ia de 1954 a 1964. Em quarto estava Liga, periódico das Ligas Camponesas, que circulou entre 1962 e 1964. O quinto era Novos Rumos, jornal do PCB criado em 1959 e que se manteve até 1964. Finalmente, vinham Correio da Manhã e O Estado de São Paulo, ambos de postura conservadora, apesar das nuanças. Eles eram jornais nacionais e circularam durante todo o período abrangido

pela pesquisa. Sua inclusão tinha por objetivo avaliar as repercussões nacionais das mobilizações camponesas ocorridas no estado do Rio. Além disso visávamos, através destes jornais, colher os pontos de vista favoráveis aos proprietários, a fim de incorporá-los à nossa análise.

A idéia que tínhamos era de que, na medida em que a pesquisa avançasse, novos jornais poderiam ser agregados à lista inicial. De fato, a extensão do levantamento da Luta Democrática permitiu descobrir que o diário Imprensa Popular, ligado ao PCB e que circulou até 1958, também fazia a cobertura das lutas camponesas do estado do Rio. Por outro lado, o jornal O Semanário, igualmente de esquerda, foi incluído uma vez que abrigou, até 1962, quando foi criado Liga, alguns jornalistas vinculados às Ligas Camponesas. Também o Jornal do Brasil, de postura liberal, cobriu com certa freqüência, a partir de fins dos anos 1950, os problemas do campo flumi - nense. Ele transcrevia algumas declarações de lavradores e, por não ser diretamente envolvido com nenhuma das forças em disputa, fornecia dados interessantes para a relativização das informações dos outros jornais.

Além destes periódicos, a necessidade de trabalhar com as posições do PCB acerca da questão agrária e da sindicalização rural, levou-nos a investir na revista Problemas, que tinha um caráter teórico. Outro jornal comunista que foi levantado, este, porém, tendo em vista a atuação do PCB no campo no período anterior àquele abrangido pela nossa pesquisa, foi A Classe Operária.

Finalmente, foram consultados também, mas de forma assistemática, tendo por objetivo apenas complementar informações acerca de um ou outro evento, os seguintes periódicos: O Dia, O Fluminense e Tribuna da Imprensa, além da revista O Cruzeiro.

Os periódicos foram pesquisados na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. As únicas exceções foram a Liga e A Classe Operária, cujo levantamento foi feito no Projeto de Memória do Trabalho Industrial no Rio de Janeiro, do Instituto de História Social Brasileira, também no Rio de Janeiro.

A pesquisa nos periódicos se mostrou riquíssima, dela tendo resultado uma grande quantidade de informações. O resultado final, entretanto, não foi homogêneo, o que pode ser um reflexo da própria força efetiva de cada um dos grupos em disputa. Consideramos, contudo, que a posição dos proprietários, por exemplo, não ficou bem representada. O Correio da Manhã e O Estado de São Paulo traziam algumas de suas manifestações que, comparativamente com as dos outros grupos, foram poucas. Algumas razões para isso serão vistas adiante. Por agora, gostaríamos de ressaltar que, talvez, os proprietários expressassem as suas posições, preferencialmente, através de outros meios. De qualquer forma, a questão dos proprietários já é, por si só, bastante complexa, e exigiria ela mesma um investimento específico em pesquisa.

Outra força, que não foi contemplada, em termos de periódicos, foi a Federação dos Círculos Operários Fluminen -

ges, ligada à Igreja e que, no campo, atuava através de uma federação de lavradores, em oposição a uma outra organização próxima aos comunistas. Soubemos da existência de um boletim que cobria as suas atividades, mas não conseguimos ter acesso a ele.

Foi o levantamento em periódicos que nos permitiu esboçar uma primeira lista de nomes que deveriam ser entrevistados. Os demais foram surgindo a partir das próprias entrevistas. Sendo nosso objetivo analisar a relação entre a mobilização camponesa e a competição política em torno do campesinato, trabalhamos com pessoas que expressavam as forças em presença, líderes, assessores, ativistas, militantes, técnicos e políticos.

O trabalho de pesquisa, ainda mais em se tratando de processos ocorridos anos atrás, envolve uma demorada investigação, através da qual a teia de atores relacionados a um determinado evento vai sendo lenta e cuidadosamente reconstituída. Nem sempre, entretanto, a reconstituição é possível e, mesmo que seja, isto não significa, necessariamente, que se vá conseguir ter acesso àqueles atores. É difícil, depois de anos, refazer as suas trajetórias de forma a saber onde eles podem ser encontrados no momento da pesquisa, ou mesmo se ainda estão vivos. Além disso, eles podem não estar dispostos, ou em condições, de dar o seu depoimento.

No nosso caso específico, há um agravante. Estamos estudando um processo relativamente recente, profundamente re

lacionado com o momento que vivemos hoje. A intensa participação e a polarização políticas então ocorridas levaram a que, na conjuntura posterior, algumas pessoas sofressem prisões e perseguições que marcaram de forma incisiva, ou mesmo desestruturaram, suas vidas. Por isso mesmo, muitas delas temem dar declarações que possam vir a comprometê-las. Outras, porém, resistem em falar justamente porque, antes do Golpe, desempenharam papéis que, pelos padrões atuais, ou pelas funções que ocupam, seriam vistos de forma negativa, comprometendo a imagem que possuem hoje.

Destarte, um trabalho como o nosso exige uma boa dose de convencimento e de confiança, o que nem sempre é possível de se obter num breve e único contato. O pesquisador, assim, pode ser obrigado investir diversas vezes, e de diversas formas, sobre uma mesma pessoa, fazendo também longos e infrutíferos deslocamentos. Nestes casos, dois elementos que, certamente, influem, são as referências do pesquisador, aquilo que ele é, suas relações, e os intermediários, isto é, o elo de ligação entre o pesquisador e o informante.

Todos os problemas acima arrolados, particularmente aqueles relacionados com o tipo de engajamento político dos informantes no período pesquisado, associados ao fato de que a quase totalidade de nossas entrevistas foram realizadas entre os meses de março e agosto de 1986, sendo que, desde então, alguns novos elementos surgiram na conjuntura política do país, levaram-nos a optar por omitir os nomes dos entrevistados ainda que, naquela ocasião, nem todos nos tenham explici-

tamente pedido para fazê-lo. A única exceção é o ex-governa - dor Badger da Silveira, a quem entrevistamos ainda em 1981, juntamente com o professor José Ribas Vieira, do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. O depoimento do ex-governador fluminense se encontra depositado no Setor de História Oral do CPDOC.

Foram realizadas, ao todo, dezoito entrevistas, além da de Badger da Silveira. Seis delas são de líderes camponeses vinculados ao grupo mais próximo ao PCB, e que atuava na Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro. Três destes líderes tinham atuação no município de Duque de Caxias, um em Itaboraí, outro em Magé e, finalmente, o último em Nova Iguaçu. Tanto o de Magé quanto o de Nova Iguaçu tiveram forte atuação na federação e no movimento ao nível do estado como um todo. E ainda dentro deste grupo, foram entrevistados um antigo advogado da federação, um ex-parlamentar ligado ao PCB e um antigo mili - tante comunista que atuou como um dos responsáveis pela seção de campo do Partido a partir de fins dos anos 1950.

Dois dos entrevistados haviam pertencido às Ligas Camponesas, na posição de dirigentes. Nenhum dos dois era lavrador. Um deles foi um dos dirigentes da Liga que havia em Cachoeiras de Macacu. O outro, jornalista, atuou como assis - tente da Liga de Campos.

Da parte da Federação dos Círculos Operários Flumi - nenses, pudemos entrevistar, também, duas pessoas. Uma delas

havia sido presidente desta federação. A outra, fazia o trabalho de assistência na formação de organizações camponesas. Igualmente aqui não nos foi possível ter acesso a informantes de origem camponesa.

Foi também entrevistado um antigo técnico do chamado Plano de Ação Agrária, órgão do Governo estadual que lidava com os problemas agrários. Este técnico atuou no Plano durante a gestão de seu último diretor, o padre Antônio da Costa Carvalho, que foi quem o convidou a ir para aquele órgão, e que ocupava uma importante posição na Federação dos Círculos Operários Fluminenses.

Ainda com relação ao Plano de Ação Agrária, foi também entrevistada uma pessoa que teve destacada atuação no órgão, ainda em sua primeira direção, no Governo de Roberto Silveira, com quem tinha estreita ligação.

Finalmente, cabe destacar dois outros entrevistados. O primeiro, é um antigo técnico do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, órgão do Ministério da Agricultura que foi absorvido pela Superintendência de Política Agrária, criada já no Governo João Goulart. Este técnico atuou como administrador de um dos núcleos coloniais existentes no estado do Rio, e que foi também uma das áreas onde ocorreram lutas pela terra. E o último entrevistado se trata, justamente, de um proprietário rural, dono de terras numa das áreas tradicionais do estado, e que ocupou durante um largo período um importante cargo de direção na entidade que representava os

interesses dos proprietários no estado.

Além destas, utilizamos também algumas entrevistas com um destacado líder da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizadas por Afrânio e Marie France Garcia durante o ano de 1980 e dentro, portanto, de um quadro de preocupações diferente do nosso.

Em termos de documentação, o acesso a ela foi bastante restrito. A dos sindicatos foi, em grande parte, destruída após o Golpe de 1964. Quanto à dos órgãos oficiais, ela se encontra dispersa. Os poucos documentos a que tivemos acesso faziam parte de coleções pessoais. Eles são referentes, basicamente, à atuação de alguns órgãos oficiais. Uns poucos, porém, são relativos à Federação dos Círculos Operários. Afora isso, consultamos a documentação da seção fluminense do Partido Social Democrático. Nela, entretanto, não encontramos informações significativas.

Nossa dissertação está dividida em cinco capítulos. No primeiro, procuramos reconstituir as relações sociais existentes no campo fluminense, de forma a poder explicar o início das lutas, bem como identificar os atores sociais nelas envolvidos. Para tanto, partimos dos próprios relatos das lutas feitos pelos jornais. Aqui, contudo, um problema se apresentava. Os jornais só se voltam para as lutas em seus aspectos mais espetaculares, não atentando para os múltiplos atos e relações que antecedem a sua eclosão. Pudemos, no entanto, perceber algumas recorrências entre estes rela

tos e as informações que obtivemos em nossas entrevistas. Vimos, também, que estes dados tinham uma correspondência com alguns processos apontados em trabalhos de historiadores e geógrafos. Desta forma, foi possível fazer um pequeno histórico do estado, retomando aquelas relações, delimitando a região a partir da qual as lutas se iniciaram e indicando as razões para isso.

No segundo capítulo, fazemos um estudo sobre o processo de organização dos lavradores no estado. Neste estudo, procuramos explicar o início deste processo, acompanhando, igualmente, as suas transformações ao longo do tempo. Um aspecto básico, também tratado aqui, é o de quem são os lavradores que participam e controlam as organizações.

O terceiro capítulo lida com a mobilização propriamente. Nele analisamos as principais formas de luta dos lavradores, suas reivindicações, como eram organizadas e desenvolvidas, quem as liderava e delas participava, formas de solidariedade e seus desdobramentos. Atentamos para algumas transformações nestas formas de luta durante o período pesquisado, indicando uma intensificação da mobilização na medida em que nos aproximamos de 1964.

Iniciamos o quarto capítulo chamando a atenção para a necessidade de se relacionar a intensificação da mobilização com as competições políticas em torno do campesinato. A seguir, descrevemos cada uma das forças em disputa, indicando o tipo de relação que mantinham umas com as outras.

No quinto capítulo, enfim, é que a competição propriamente é analisada em relação à mobilização. Procuramos indicar, aqui, a existência de diferentes móveis de disputa. Mais ainda, buscamos mostrar como, no sistema de relações que se estabeleceu, os agentes foram levados a radicalizar as suas posições, indo mesmo além de seus objetivos programáticos iniciais. E esta radicalização, por sua vez, teve reflexos ao nível da mobilização.

1. A BAIXADA E O INÍCIO DAS LUTAS

Ao percorrer alguns jornais fluminenses dos anos que antecederam o Golpe de 1964, o leitor desatento poderá não se aperceber das escassas e isoladas denúncias sobre a *"exploração"* de lavradores em municípios como Itaocara, Barra Mansa, Vassouras e Valença. Casos como o da Fazenda Secretário, em Vassouras, onde o lavrador, além de entregar a terça parte do que produzia ao proprietário, tinha que pagar uma taxa de pastagem mesmo que seus animais não se alimentassem com o pasto da fazenda, são esparsos e ocupam espaço reduzido nos periódicos.(1)

Já as notícias sobre reivindicações e movimentos dos trabalhadores rurais das áreas canavieiras, muito provavelmente, despertarão a atenção do leitor. Embora localizadas principalmente na área de Campos, com eventuais, ou mesmo raras, referências à Usina Tanguá, no município de Itaboraí, as reportagens sobre más condições de vida e de trabalho, bem como sobre paralisações e greves daqueles trabalhadores por motivos salariais, entre outros, são um pouco mais constantes e merecem um destaque maior.(2)

---

(1) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 22/08/1961, p5.

(2) Ver, por exemplo, Imprensa Popular: 15/02/1952, p5; 17/10/1953, p5; 16/08/1955, p6. Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 13/11/1962, p5.

O mesmo leitor, contudo, não poderá deixar de notar as inúmeras notícias sobre despejos de lavradores que vinham ocorrendo em diversos municípios do estado do Rio de Janeiro.

A leitura dos jornais nos sugere que, pela sua grande recorrência, pela sua abrangência espacial, pelo número de pessoas envolvidas, pelos seus aspectos dramáticos e violentos, com tiros, espancamentos, queima de casas e destruição de plantações, o despejo de lavradores das terras que ocupavam há vários anos era o principal problema social existente no campo fluminense entre 1950 e o início da década de 1960. Esta percepção é reforçada pela memória dos atores que viveram aqueles processos, quaisquer que sejam as suas vinculações políticas e ideológicas. Tanto antigos militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) quanto ativistas católicos quando perguntados, hoje, sobre os problemas básicos então existentes na área rural do estado, lembram-se imediatamente dos despejos.(3)

A intensidade com que eles vinham ocorrendo pode ser aferida pelas declarações de um líder camponês de Duque de Caxias, ao descrever os problemas enfrentados pelos lavradores da Fazenda São Lourenço, localizada naquele mesmo município:

---

(3) José Pureza, antiga liderança camponesa fluminense, também faz diversas referências aos despejos em suas memórias. (Pureza, 1982).

"Porque de 1952 a 1961 houve despejo. Nessa época foi só despejo, um em cima do outro, um em cima do outro. Nós tivemos dez anos brigando aí em Juízo. Quase que de seis em seis meses tinha um despejo."(4)

Respaldados ou não por ordens judiciais, os despejos de lavradores ocorreram em diversos municípios. Eles abrangeram áreas desde São João da Barra e Macaé, ao Norte do estado, até Barra Mansa e Vassouras, passando por Cabo Frio, Casemiro de Abreu, Miracema, Paracambi, Silva Jardim, Trajano de Morais e Vassouras. Sua região de maior incidência, no entanto, foi aquela mais próxima à cidade do Rio de Janeiro e à Baía de Guanabara, destacando-se os municípios de Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, Itaguaí e, particularmente, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Magé.

É comum ouvirmos de pessoas que vivenciaram os problemas do campo fluminense, durante os anos 1950 e início dos 1960, a caracterização da região ao redor da cidade do Rio de Janeiro, à qual se referem como Baixada Fluminense, ou simplesmente Baixada, como sendo bastante crítica. Esta opinião parecia ser corrente já naquela época, como podemos perceber por um artigo do jornalista Maurício Hill, publicado em meados de 1962 no diário Última Hora. Segundo ele, numa comparação com uma das regiões do país onde havia uma gri

---

(4) As datas mencionadas, 1952 e 1961, referem-se ao primeiro grande despejo ocorrido na fazenda e à sua desapropriação pelo Governo estadual, respectivamente.

tante situação de miséria e onde proliferavam as Ligas Camponesas, a Baixada era o *"Nordeste sem seca"*. De acordo com Hill, havia, naquelas terras que se situavam *"às portas da Guanabara"*, cerca de cinco mil famílias camponesas ameaçadas de despejo.(5) (Hill, 1962: 5)

Na verdade, o termo Baixada Fluminense, tal como usualmente empregado hoje, e em parte também naquele período, tem uma conotação marcamente urbana. Ele se refere a quatro municípios mais próximos e com estreitos vínculos com a cidade do Rio de Janeiro, que são Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis e São João de Meriti, estes dois últimos com uma área rural bastante reduzida. Reunindo algumas condições sociais semelhantes, estes quatro municípios, que foram desmembrados de um único, de nome Nova Iguaçu, na década de 1940, experimentaram altas taxas de crescimento demográfico, passando a abrigar grande parte da população trabalhadora da antiga capital federal.(6) Atualmente, o município de Magé também tem sido incluído nesta concepção da Baixada Fluminense. (Beloch, 1986: 16 e 17)

Por ter esta matriz urbana, tal acepção de Baixada Fluminense se mostra insuficiente quando se trata de problemas sociais no campo. Ela deixa de fora alguns municípios, co

---

(5) Lembramos que o estado da Guanabara foi criado em 1960, após a transferência da capital federal para Brasília.

(6) De acordo com Renato da Silveira Mendes, Nova Iguaçu foi o município que mais cresceu no país, em termos populacionais, entre 1920 e 1940. (Mendes, 1950: 102)

no Itaguaí, Itaboraí e Cachoeiras de Macacu, cujas áreas rurais apresentam determinadas questões que são semelhantes, e inclui outros, como São João de Meriti e Nilópolis, que não têm uma significação maior com relação àqueles problemas no período estudado. Por outro lado, ela parte da *"urbanização"* como um dado, sem indicar os deslocamentos sociais e possíveis atritos gerados por este processo.

Procurando refletir sobre estes deslocamentos e atritos, tal como se deram nas áreas próximas ao Rio de Janeiro, e em função mesmo das pressões exercidas pelo seu crescimento urbano, Frederico Araújo busca uma unidade maior que aquela embarcada pelo termo Baixada Fluminense. Adota, portanto, a categoria Baixada da Guanabara, que é utilizada pelos geógrafos quando se referem à zona fisiográfica que circunda a Baía de Guanabara e parte do Rio de Janeiro. Também esta delimitação, no entanto, mostra-se ineficaz uma vez que seu ponto de referência não é o das relações sociais. Por isso mesmo, sua abrangência, como aponta o próprio autor, apresenta algumas variações. Assim, em 1950, segundo os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Baixada da Guanabara compreendia os seguintes municípios: Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Itaboraí, Magé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, São Gonçalo e São João de Meriti. Já no Censo de 1960, o município de Nova Iguaçu seria considerado como pertencente à Baixada do Rio Guandu, enquanto o de Rio Bonito seria incluído na Baixada da Guanabara. (Araújo, 1982: 14)

Também empregado pelos geógrafos, há ainda um outro conceito de Baixada Fluminense, mais amplo que o primeiro. Seu critério também é fisiográfico, e abrange toda a extensa faixa localizada entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico. Segundo esta definição, a Baixada Fluminense compreende diversas unidades fisiográficas menores, com seus respectivos municípios. São elas, além da Baixada da Guanabara, as seguintes: Baixada de Goitacazes, com os municípios de Campos, Conceição de Macabu, Macaé e São João da Barra; Baixada do Rio São João, com os municípios de Casimiro de Abreu e Silva Jardim; Baixada de Araruama, com os municípios de Araruama, Cabo Frio, Maricá, São Pedro da Aldeia e Saquarema; e, finalmente, Baixada do Rio Guandu, com os municípios de Itaguaí, Nova Iguaçu e Paracambi.

Embora seja bastante amplo, e inclua várias áreas onde foram observados despejos, este conceito de Baixada Fluminense também parece não resolver nossos problemas. Ele reúne, sob um mesmo rótulo, realidades bastante distintas. Teríamos assim, ao norte da Baixada Fluminense, a área de Campos com suas usinas e grandes propriedades produtoras de cana. Ao sul, a região vizinha à cidade do Rio de Janeiro, sofrendo as influências de um forte processo de urbanização. Ao centro, teríamos os municípios de Casimiro de Abreu e Silva Jardim, com sua baixa densidade populacional e com suas áreas ocupadas por matas e por uma pecuária extensiva. (Mendes, 1950: 143; Geiger & Mesquita, 1956: 123)

A rigor, uma análise um pouco mais detida revela di

ferenças significativas mesmo entre aqueles municípios próximos ao Rio de Janeiro. Apesar disso, eles estiveram submetidos a alguns processos semelhantes e, em seu conjunto, pela recorrência dos despejos bem como as formas pelas quais os lavradores a eles reagiram, contribuíram para projetar da Baixada a imagem de um *"Nordeste sem seca"*. Optamos, assim, por adotar, simplesmente, o termo Baixada, bastante utilizado à época, pelos jornais, e ainda hoje, pelos que viveram aqueles processos, para designar as áreas das cercanias do Rio de Janeiro que, em sua diversidade, terminaram por conformar uma certa unidade. São elas: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Magé, Itaguaí, Itaboraí e Cachoeiras de Macacu. Desta forma, Baixada, nos termos deste trabalho, difere de Baixada Fluminense , para a qual foi mantida a acepção baseada em critérios fisiográficos.

Os despejos não se restringiram à Baixada, mas foi a partir dela que se irradiaram as resistências organizadas dos lavradores contra eles. Assim, para entender este processo, é preciso que, antes, nos detenhamos sobre as relações existentes naquela região.

1.1. Decadência e ocupação

As descrições dos despejos de lavradores compõem, da Baixada, um quadro de uma região com grandes extensões de terras, a maior parte públicas mas também privadas, abandonadas, incultas e, em alguns trechos, pantanosas e sujeitas a doen -

ças. Estas terras vão sendo ocupadas por lavradores, oriundos de outras regiões do próprio estado ou do país e que, vez por outra, são referidos como "*desbravadores*". Eles ali passam a produzir para si e para os mercados mais próximos. Num dado momento, porém, aparecem pessoas, que são referidas como grileiros, reclamando a terra e promovendo os despejos.

Noticiando a ação de despejo movida pela Santa Casa da Misericórdia contra lavradores da região de Austin, em Nova Iguaçu, no início de 1952, dizia o jornal Imprensa Popular:

> "*Grande parte dos moradores do local ali reside há mais de 30 anos. Quando chegaram, o mato era de meter medo, mas isso não assustou os camponeses que haviam encontrado um lugar sem dono. Desbravaram a terra, derrubaram a mata e construíram seus modestos ranchos. Agora, depois de passado tanto tempo sem que a Santa Casa fizesse a menor reclamação a respeito da posse das terras, eis que ela, vendo que os terrenos estão limpos, ameaça céus e terras para forçar os lavradores a que deixem as fazendas em que estão.*"(7)

E o mesmo jornal, referindo-se a um outro caso, este o da Fazenda Piranema, situada em Duque de Caxias, relatavam em fins de 1954:

---

(7) Imprensa Popular, 15/03/1952, p5.

> *"A Fazenda Piranema, localizada no ramal de Xerém (linha Rio D'Ouro)*[8]*, município de Caxias, compreende alguns milhares de alqueires de terras. Seu verdadeiro dono, se é que ela já teve dono, é desconhecido. Esteve abandonada por muitos anos até que foi ocupada por camponeses, vindos de diversas partes do país, inclusive Nordeste. Chegavam, construíam benfeitorias, abriam caminhos, enfim, iam desbravando todo o local até então mata virgem."*(9)

Tal imagem é também compartilhada, ainda hoje, por pessoas que tiveram parte ativa em todos este problemas, como por exemplo, Badger da Silveira, que governou o estado do Rio de 1963 a 1964. Para ele, a Baixada continha terras abandonadas ou devolutas, e *"que eram colonizadas há muitos anos sem nenhum valor. De repente, valorizaram muito e apareceram os verdadeiros donos, ou pseudo-donos, grileiros, querendo tomar essas terras."*(10)

Na verdade, este quadro da Baixada coincide com aquele que nos é pintado também por trabalhos de historiadores e geógrafos. Analisando as percepções dos grupos agrários dominantes fluminenses sobre as mudanças econômicas ocorridas no estado entre os anos de 1870 e 1910, Ana Maria dos Santos (1984) mostra como a categoria decadência é por eles constantemente acionada. Ligados ao café e à escravi-

---

(8) Refere-se ao ramal e à linha da estrada de ferro às margens da qual a fazenda se localizava.

(9) Imprensa Popular, 2/11/1954, p8

(10) Entrevista com Badger da Silveira.

dão, estes grupos interpretavam a sua perda de espaço, a partir de fins do século XIX, como representando a própria decadência do estado como um todo. Opunham sua situação atual a um passado dourado que fora rompido pela abolição da escravatura. (Santos, 1984: 8 e 9) Bem antes disso, porém, o conceito de decadência já era utilizado para caracterizar a Baixada, particularmente aquelas áreas ao redor da Baía de Guanabara:

> *"The concept of decadence was hardly new in Rio de Janeiro. It had always appeared following the dislocation of plantations and the changind cycles of expert agriculture. In Rio de Janeiro, it had long been used to describe the conditions of certain areas such as the Baixada da Guanabara after the concentration of sugarcane in Campos dos Goitacazes and of coffees in the Paraíba Valley. After 1871, the concept took on a more general and ideological sense – decadence of the province and of agriculture in general – and came to express the situation of an entire class."* (Santos, 1984: 80)

A ocupação do estado do Rio e da própria Baixada datam, ainda, do século XVI. Nela, primeiramente, foram instalados engenhos e plantações de cana. Já no final do século, o número e o tamanho dos engenhos, segundo Ana Maria dos Santos, já haviam aumentado bastante e grandes extensões de terras eram dadas aos recém-chegados. (Santos, 1984: 20) A partir de meados do século XVIII, no entanto, a plantation açucareira começaria a florescer e a dominar a área de Campos, ao Norte do estado. No começo do século seguinte, Campos já se havia tornado área monocultora, o número de seus engenhos havia dobrado e sua produção suplantado a da Baixada, tor

nando-se o principal produtor de açúcar do estado. (Santos, 1984: 21 e 22)

Também a partir de fins do século XVIII, o café passaria a ser produzido no estado. Ele seguiria, a princípio, a trilha deixada pelo açúcar, utilizando-se da estrutura pré-existente da plantation e instalando-se em torno da cidade do Rio de Janeiro, nas áreas mais elevadas da Baixada. Aqui, entretanto, o café teria vida curta e, já no século XIX, ele começaria a subir a Serra. (Santos, 1984: 27)

Com a concentração da produção agrícola mais valorizada no Norte do estado e no Vale do Paraíba, a Baixada passou a ser vista como área abandonada e decadente. A sua situação, no final do século XIX, é assim descrita pelo geógrafo Renato da Silveira Mendes que, na década de 1940, realizou uma extensa pesquisa sobre a região da Baixada Fluminense:

> "*Onde outrora havia uma vida rural bastante movimentada, população relativamente densa, grandes plantações, engenhos fumegando em plena atividade, barcos, carros e tropas animando a paisagem, somente imperava a ruína nos fins do século XIX. Era como que um retrocesso, uma volta à paisagem natural com a expansão dos brejos, dos carrascais e das capoeiras através das terras conquistadas pelos antigos colonizadores após árdua luta contra a floresta e o pântano.*
>
> *As velhas casas grandes, tão solidamente construídas, se apresentavam desertas, em completo abandono e começa-*

Favor não fazer anotações ou grifos
à tinta ou a lápis nesta publicação

> *vam a ser destruídas pela ação do tempo. Os antigos portos fluviais, cujo movimento tanto chamava a atenção dos viajantes, também não escaparam dessa desolação."* (Mendes, 1950: 75)

A crise do sistema escravista, e também a perda de terreno do café fluminense para o das áreas mais dinâmicas ao sul do país, associada à própria queda do preço do produto no mercado internacional, ainda em fins do século XIX, levou as elites a empreenderem todo um debate em torno da necessidade de se diversificar a produção e de não se depender exclusivamente da agricultura de exportação. A proposta de diversificação vinha associada a duas outras: a da recuperação das áreas decadentes, onde seriam desenvolvidos os novos produtos, e a da imigração, que resolveria o problema da mão-de-obra. Reivindicava-se, para ambas as medidas, o concurso efetivo do Estado, visto encontrarem-se elas para além do alcance de recursos privados. (Santos, 1984: 187) Dentro deste projeto, a Baixada parecia ocupar função estratégica, reservando-se para ela a produção e o fornecimento de bens de subsistência.

De fato, a imigração proposta não chegou a ocorrer, sendo o problema da substituição da mão-de-obra escrava resolvido com trabalhadores locais, através da parceria e do arrendamento. (Santos, 1984: 191) Quanto à recuperação das áreas decadentes, ela não vinha se dando de maneira eficaz e sistemática. O problema da Baixada não era apenas o do abandono, mas também o das inundações e das doenças, como a malária, que grassavam na região. A Baixada, assim como toda a extensão da Baixada Fluminense, é formada por planícies aluvio-

nais sujeitas a enchentes periódicas, e por vastos pantanais. Com o abandono da região por parte dos senhores, os canais e rios deixaram de ser limpos e desobstruídos, o que permitiu que grandes trechos dos terrenos fossem novamente alegados. (Mendes, 1950: 75 e 79) Assim, a intensificação da produção agrícola na área exigia um prévio esforço de saneamento e drenagem. Este esforço, contudo, não vinha sendo empreendido nos níveis necessários.

No início do século XX, como ressalta Ana Maria dos Santos, a Baixada estava muito longe de tornar-se, tal como havia sido proposto, o celeiro da região e do Distrito Federal. Não somente a diversificação não vinha se dando da forma esperada, como a própria produção agrícola como um todo vinha decaindo. Além disso, os pântanos ainda se impunham em diversas áreas. O crescimento do mercado urbano e o processo de industrialização, na análise da autora, não haviam produzido os incentivos para o desenvolvimento da produção agrícola na região. (Santos, 1984: 278)

Este quadro não se havia modificado até a década de 1930 quando o Governo Federal iniciou a implementação de um amplo programa de recuperação da Baixada que incluía obras de saneamento e drenagem. A situação da região era então, segundo um relatório de Luciano Pereira da Silva, consultor jurídico do Ministério da Agricultura, de *"desolação"* e de *"abandono"*:

Pós-Graduação em Antropologia Social - UFRJ MN

"Infestada por endemias, em que sobres-

> *saem a malária e as verminoses, conservava-se despovoada e improdutiva, afugentando os que podiam aproveitar-lhe as terras, cuja desvalorização chegou ao ponto de não se importarem alguns de seus proprietários, com perdê-las nos executivos fiscais, para a cobrança de ínfimos impostos territoriais, que lhes eram movidos pela Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro, depois de as abandonarem definitivamente..."* (Silva, 1961: 3)

É curioso que, ainda no início dos anos 1950, já então realizadas inúmeras obras públicas na Baixada, a situação agrícola da Baixada não parecessa ter sofrido alterações significativas. Dois geógrafos que realizaram pesquisa de campo na região, naquele período, Pedro Geiger e Myriam Mesquita, chamam a atenção para o fato de que, ali, "*com a maior modernização das cidades, contrasta a quase total predominância de sistemas primitivos nas atividades agrícolas e a existência de imensas áreas incultas, inclusive nas vizinhanças das grandes cidades*". (Geiger & Mesquita, 1956: 1)

Esta constante imagem de decadência e de abandono associada à Baixada, no entanto, como nos lembram ainda Geiger e Mesquita, que desenvolveram suas pesquisas nas áreas rurais de toda a Baixada Fluminense, deve ser relativizada. Segundo eles, novas culturas surgiram, já no início do Período Republicano, em áreas pouco aproveitadas. Tratava-se principalmente da fruticultura, mas também da lavoura de gêneros alimentícios. Ao lado disso, em certas zonas, associada ao desenvolvimento industrial e urbano, crescia a derrubada de matas para a extração de madeira, da lenha e o fabrico do carvão. Após o desmatamento, instalava-se nas ter

ras a lavoura ou a criação de gado. (Geiger & Mesquita, 1956: 34)

Se observarmos atentamente, no entanto, veremos que a fruticultura, que começa a se expandir a partir da 1ª Guerra Mundial, ocupando terras nos municípios de Cachoeiras de Macacu, Itaboraí e Nova Iguaçu, entre outros, já na década de 1940 começa a enfrentar dificuldades. Relacionam-se tais dificuldades, por um lado, com a queda das exportações em função da 2ª Guerra Mundial e, por outro, à intensa atividade especulativa com terras, particularmente nas áreas mais próximas à cidade do Rio de Janeiro. Os pomares, como reconhecem Geiger e Mesquita, foram desativados em vastas áreas de municípios como Itaguaí, Nova Iguaçu, Magé, São Gonçalo e Itaboraí. (Geiger & Mesquita, 1956: 36)

São ilustrativos, quanto a esta questão, os depoimentos de dois antigos líderes camponeses fluminenses. O primeiro deles, de Nova Iguaçu, lembra que a área de Pedra Lisa, naquele município, teve, entre aqueles que ali se estabeleceram como posseiros durante os anos 1940, um grande contingente de lavradores que haviam ido para a região em busca de emprego na produção de laranja. Já o segundo, de Duque de Caxias, relata que sua família possuía um sítio de laranja em Nova Iguaçu. A morte do pai e a queda do preço do produto, entretanto, obrigaram-no a vender o sítio e a mudar para Duque de Caxias no início dos anos 1950.

Em relação à possibilidade da retirada de mata, uma

vez limpo o terreno, ser sucedida pela lavoura ou pela criação de gado, é preciso frisar que nem sempre isso parece ter ocorrido, ficando a terra improdutiva, sujeita à especulação. Além disso, deve-se também ter em mente que, como ressaltava o geógrafo Orlando Valverde, a criação pode, na verdade, ser uma forma do proprietário, com baixa aplicação de capital, ganhar tempo à espera da valorização das suas terras. (Valverde, 1952: 86) Acrescente-se a isso o fato de que, ali onde a lavoura substituiu a mata, ela, não necessariamente se constituiu numa atividade estável. Tal parece ter sido o caso da Fazenda Piranema, em Duque de Caxias, onde, segundo o relato dos jornais, os lavradores, após retirarem a mata, obtiveram da pessoa que se dizia responsável pela área a permissão para ali permanecerem e produzirem mediante o pagamento de uma determinada taxa. Mais tarde, porém, no início dos anos 1950, iniciaram-se as tentativas para despejá-los.(11)

Ao que nos parece, a caracterização da situação da Baixada como sendo de decadência deve, de fato, ser relativizada. A simples afirmação de que a produção nunca cessou completamente na região, no entanto, não é suficiente. A categoria decadência não se esgota em si mesma. Ela pressupõe um momento de prosperidade que, no caso da Baixada, é associado ao predomínio dos grandes senhores e da cultura da cana. A

---

(11) Luta Democrática, 12/09/1958, p5.

decadência, assim é relativa ao abandono e ao desinteresse dos grandes proprietários.(12) É bastante significativa, neste sentido, a já citada afirmação de Renato da Silveira Mendes de que, na Baixada, em fins do século XIX, "*as velhas casas-grandes, tão solidamente construídas, se apresentavam desertas, em completo abandono e começavam a ser destruídas pela ação do tempo.*" (Mendes, 1950: 75)

Desvalorizadas, sem interesse para os grandes proprietários tradicionais a partir do século XIX, diversas áreas da Baixada vão mudando de mãos ao longo do século seguinte. Embora o Recenseamento de 1920 tenha excluído os estabelecimentos rurais com produção anual inferior a 500$000, os dados da tabela I nos indicam um processo de divisão de propriedades na Baixada entre aquele ano e o de 1960. Ao mes

---

(12) Uma interessante reflexão sobre a noção de decadência é aquela feita por Alfredo Wagner B. de Almeida em seu trabalho A ideologia da decadência. Centrando sua análise no discurso das elites maranheses do século XIX, o autor mostra como a idéia de "*decadência da lavoura*", associada aos interesses de grupos dominantes locais, termina por se impor como um esquema explicativo inquestionável, ao nível da historiografia regional, obscurecendo uma série de outras relações

> "*Da ótica do pesquisador este esquema, uma vez cristalizado, acaba por se revelar num sério obstáculo para o entendimento e a compreensão das condições reais de existência dos grupos sociais envolvidos na produção agrícola na região. Transforma-se numa auto-evidência, um conjunto de afirmações que são tidas como inquestionáveis, que dispensam qualquer comprovação porque uma primeira utilização crudita as confirmou.*" (Almeida, 1983: 22 e 23)

TABELA I - BAIXADA: ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA EM 1920, 1940, 1950 E 1960

CENSOS	ESTABELECIMENTOS POR GRUPO DE ÁREA*															
	Até 40	Até 50	De 40 a 100	De 50 a 200	De 100 a 200	De 200 a 400	De 200 a 500	De 400 a 1.000	De 500 a 1.000	De 1.000 a 2.000	De 1.000 a 2.500	De 2.000 a 5.000	De 2.500 a 5.000	De 5.000 a 10.000	Mais de 10.000	Não declarado
1920	701		154		70	49		60		33		13		2	3	
1940		2.312		165	109		75		39		27		8	4	1	8
1950		3.559		155	96		94		28	25		8		6	-	-
1960		6.181		180	97		73		31	20		9		3	-	-

(*) Os grupos de área estão em ha.

Fonte - Recenseamento de 1920 e Censos Agrícolas de 1940, 1950 e 1960.

mo tempo em que aumentou o número de estabelecimentos da área inferior a 500 ha, e particularmente daqueles localizados na faixa de até 50 ha, diminuiu o número dos de área superior a 500 ha. A única ressalva a ser feita refere-se aos estabelecimentos entre 5.000 e 10.000 ha que, entre 1920 e 1950, triplicaram o seu número. Mesmo assim, o Censo de 1960 já apontava uma queda de 50% em relação ao Censo anterior.

As tabelas II e III apontam no mesmo sentido da número I. Se no Recenseamento de 1920 o número de estabelecimentos sob a responsabilidade direta do proprietário representava 61,6% do total de estabelecimentos, esta relação cai para 54% em 1940, subindo depois para 67,2% em 1950, e caindo novamente para 38,8% em 1960. Mas se em termos proporcionais há uma queda, em termos absolutos o que se observa, entre 1920 e 1960, é um aumento de 282,3% no número de estabelecimentos controlados por proprietários na Baixada.

Tais variações, contudo, não têm uma correspondência direta com as que se verificam na área destes estabelecimentos. Assim, se de 1940 a 1950 sua área total tem um acréscimo de 14,3%, em 1960 há uma redução de 18,9% em relação a 1950. Por outro lado, a média de área[13] para cada estabele-

---

(13) Estamos considerando como média de área o resultado da divisão da área total dos estabelecimentos controlados por uma determinada categoria pelo número total destes estabelecimentos.

TABELA II - BAIXADA: ESTABELECIMENTOS E ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL EM 1920, 1940, 1950 E 1960

ESTABELECIMENTOS E ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL

	PROPRIETÁRIO								ADMINISTRADOR								ARRENDATÁRIO								OCUPANTE			
	1920		1940		1950		1960		1920		1940		1950		1960		1920		1940		1950		1960		1920		1940	
	Estabelecimentos (unidades)	Área (ha)	Estabelecimentos (unidades)	Área (ha)	Estabelecimentos (unidades)	Área (ha)	Estabelecimentos (unidades)	Área (ha)	Estabelecimentos (unidades)	Área (ha)	Estabelecimentos (unidades)	Área (ha)	Estabelecimentos (unidades)	Área (ha)	Estabelecimentos (unidades)	Área (ha)	Estabelecimentos (unidades)	Área (ha)	Estabelecimentos (unidades)	Área (ha)	Estabelecimentos (unidades)	Área (ha)	Estabelecimentos (unidades)	Área (ha)	Estabelecimentos (unidades)	Área (ha)	Estabelecimentos (unidades)	Área (ha)
Baixada Oeste	161		764	13.162	46	2.422	99	973	18		302	(x)	26	10.605	151	4.359	101		523	7.531	6	72	272	3.624			-	-	122	315
Nova Iguaçu					1.259	15.613	533	4.181					327	15.324	330	4.223					241	1.646	142	983					58	317
Caxias de Meriti	245		542	24.354	188	20.973	384	27.821	30		75	37.955	44	17.450	79	19.265	103		18	1.205	9	122	156	5.185			-	-	2	52
Nilópolis	144		367	28.639	505	31.133	893	25.601	7		74	9.647	59	11.406	142	21.875	8		23	(x)	144	1.151	356	1.826			-	-	22	130
São João de Meriti	39		106	23.333	440	19.742	493	19.969	12		29	(x)	33	8.696	126	7.653	2		150	3.700	103	3.948	249	3.342			1	(x)	24	729
Duque de Caxias	61		96	7.161	134	33.651	196	10.928	25		26	18.292	35	33.229	51	21.126	14		33	1.155	55	827	49	1.819			-	-	9	63
Belford Roxo	172		1.165	96.564	2.672	133.494	2.553	89.533	92		516	Total de 65.937	524	91.710	881	78.443	228		743	Total de 17.591	568	7.239	1.024	16.719			1	-	259	2.035
Total da Baixada			43		41,3		35				Total de 137,6		175		68,7				Total de 25,3		15,2		10,7			-		4,6		3,6

Fonte - Recenseamento de 1920 e Censos Agrícolas de 1940, 1950 e 1960.

(X) - Os dados foram omitidos no Censo a fim de evitar a individualização de informações

Observações: 1 - A categoria ocupante não constava do Recenseamento de 1920.

2 - O município de Nova Iguaçu ainda não havia sido desmembrado até o Recenseamento de 1940. Desta forma, os dados relativos ao município referentes aos anos de 1920 e de 1940 incluem também, além da área que, mais tarde, viria a ser Duque de Caxias, as de São João de Meriti e Nilópolis.

3 - Os dados disponíveis no Recenseamento de 1920 referem-se apenas ao número de estabelecimentos controlados por cada categoria, não discriminando a sua área.

TABELA III - BAIXADA: ESTABELECIMENTOS E ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL EM RELAÇÃO AO TOTAL RECENSEADO E SUA VARIAÇÃO ENTRE 1920, 1940, 1950 E 1960

CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL	ESTABELECIMENTOS E ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL NA BAIXADA																	
	EM RELAÇÃO AO TOTAL RECENSEADO (%)								VARIAÇÃO (%)									
	1920		1940		1950		1960		1920/1940		1940/1950		1950/1960		1940/1960		1920/1960	
	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área
Proprietário	61,6		54,0	Menos de 54,8	67,2	52,0	38,8	43,3	121,9		79,9	14,3	-4,2	-18,9	72,2	-7,3	282,3	
Administrador	8,4		18,7	Mais de 37,4	13,1	43,1	13,4	38,0	460,8		1,5	Menos de 39,1	68,7	-14,4	71,3	Menos de 19,1	860,8	
Arrendatário	29,8		27,0	Mais de 7,7	13,1	3,7	23,5	8,1	129,3		-29,7	Menos de -41,7	197,7	110,6	109,1	Menos de 22,6	379,6	
Ocupante			0,03	-	6,3	1,0	24,2	10,5			25.200	Menos de 223.500	530,8	872,3	1.595.500	Menos de 2.173.200		

Fonte - Recenseamento de 1920 e Censos Agrícolas de 1940, 1950 e 1960

Observações: 1 - A categoria ocupante não constava do Recensemaneto de 1920

2 - O Recenseamento de 1920 não discriminava a área controlada por cada categoria

cimento que, em 1940, era de cerca de 65 ha, passa a 41,3 ha em 1950, baixando em 1960 para 35 ha. Destarte, podemos afirmar que há um processo de fragmentação de algumas propriedades na Baixada, sendo, em boa parte, pequenos e médios os proprietários responsáveis pelos estabelecimentos recenseados.

O processo de fragmentação é claro no caso de Nova Iguaçu maior produtor de laranja até a década de 1940. O forte desenvolvimento da fruticultura no município, a partir de 1920, fez com que antigas propriedades abandonadas fossem adquiridas e loteadas para a formação de pomares. (Mendes, 1950: 100 e 101) Assim é que, pelo Recenseamento de 1920, havia ali 161 estabelecimentos sob a responsabilidade de proprietários. Em 1940 este número salta para 704 e, em 1950, mesmo após o desmembramento do município, já seriam 1289. A média de área para cada estabelecimento, que antes era de cerca de 18,6 ha, passaria em 1950 para 12,1 ha, caindo mais ainda, em 1960, para 7,8 ha, apesar da redução no número de estabelecimentos.(14)

---

(14) Da mesma forma que o aumento em 1950, a redução no número de estabelecimentos controlados por proprietários em Nova Iguaçu em 1960 deve ser relacionada, em boa medida, à citricultura. Como observam Geiger e Mesquita, a queda nas exportações de frutas a partir da 2ª Guerra Mundial levou vários proprietários a venderem suas terras. (Geiger & Mesquita, 1956: 60)

As propriedades maiores, na Baixada, encontravam-se nas mãos dos administradores. Enquanto havia, em 1920, 92 estabelecimentos nesta situação, em 1940 seriam 516, em 1950 524 e, em 1960, 884. A média de área destes estabelecimentos era, em 1940, de pelo menos 127,6 ha, subindo depois para 175 ha e baixando, em 1960, para 88,7 ha. Mesmo com esta redução, entretanto, a média de área dos estabelecimentos, aqui, era maior do que aquela dos que se encontravam sob a responsabilidade de outras categorias.

Ao lado de proprietários e administradores, encontramos igualmente arrendatários à frente de diversos estabelecimentos rurais. Grandes mas também, e principalmente, médios e pequenos, estes estabelecimentos somavam 324 em 1920, subindo para 743 em 1940, caindo para 522 em 1950, e subindo novamente, agora para 1554, em 1960. Sua média de área, que era de pelo menos 18,3 ha em 1940, passa por 15,2 ha em 1950, descendo até 10,7 ha em 1960.

Um aspecto bastante impressionante revelado pelas tabelas II e III, contudo, é o crescimento do número de estabelecimentos controlados por ocupantes, ou posseiros. Se, em 1940, eles praticamente não figuravam nos dados do Censo relativos aos municípios da Baixada, em 1950 eles já eram 253 e, em 1960, pulavam para 1596. De 0,03% do total de estabelecimentos recenseados na Baixada em 1940, eles passam para 24,2% em 1960. Sua média de área sobe, de 8,8 ha em 1950, para 13,6 ha em 1960.

Na verdade, pequenos arrendatários e ocupantes indicam uma outra face da moeda da decadência da Baixada. Parte das terras abandonadas, despovoadas e incultas, não apenas muda de proprietário, mas também passa a receber lavradores que, em condições diversas que vão desde a parceria até à ocupação pura e simples, passando pelo arrendamento, ali começam a produzir juntamente com suas famílias.

. Tais observações ganham ainda mais força quando comparamos os resultados vistos anteriormente com os da tabela IV. Podemos observar por esta que, entre 1950 e 1960, as áreas dedicadas à lavoura, na Baixada, expandiram-se em detrimento das pastagens, matas e terras incultas. Este aumento da lavoura, por sua vez, é bastante próximo do aumento das áreas sob a responsabilidade de arrendatários e de ocupantes. Enquanto as lavouras tiveram sua área acrescida de 27.663 ha, ocupantes e arrendatários passaram a controlar mais 28.290 ha de terras. Desta forma, deram estes, com certeza, uma forte contribuição para a expansão das áreas de lavoura na Baixada.

É claro que uma análise de cada município indica que, com exceção de Duque de Caxias, a correlação entre arrendatários e ocupantes, por um lado, e a área de lavoura, por outro, não é tão perfeita assim. Em Itaboraí, inclusive, onde era menor o número de estabelecimentos controlados por ocupantes, a expansão destes ficou bem abaixo daquela verificada nas áreas de lavoura. É patente, contudo, que, em cada caso, as contribuições de arrendatários e ocupantes foram

TABELA IV - BAIXADA: ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO A UTILIZAÇÃO DAS TERRAS EM 1940, 1950 E 1960

MUNICÍPIOS	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO A UTILIZAÇÃO DAS TERRAS											
	1940 (1)				1950				1960			
	Lavouras	Pastagens	Matas	Incultas	Lavouras	Pastagens	Matas	Incultas	Lavouras	Pastagens	Matas	Incultas
Nova Iguaçu	15.789	5.240	8.170	9.033	12.183	4.914	4.712	4.546	7.717	2.091	2.254	1.649
Duque de Caxias					1.337	3.544	5.893	2.579	9.269	1.242	2.691	893
Cachoeiras de Macacu	7.045	8.547	21.941	25.991	5.993	6.600	22.864	7.803	10.565	8.169	23.302	5.605
Itaboraí	11.333	8.069	9.087	12.262	7.523	8.365	8.624	15.205	17.075	5.946	3.055	22.610
Itaguaí	6.900	19.077	10.832	5.860	7.478	13.086	6.081	4.607	15.211	12.853	5.388	2.089
Magé	4.038	1.078	15.767	5.704	3.172	7.877	20.932	6.226	5.512	6.981	18.332	5.219
Baixada	45.105	42.011	65.797	58.850	37.686	44.386	69.106	40.966	65.349	37.282	55.022	38.065

(1) O município de Nova Iguaçu ainda não havia sido desmembrado até o Recenseamento de 1940.

FONTE - Censos Agrícolas de 1940, 1950 e 1960

muito significativas. Até mesmo em Nova Iguaçu, onde houve uma contração das lavouras, a redução só não foi maior, ao que nos parece, graças ao aumento das áreas de ocupantes.

Assim, se no estado como um todo, são as áreas de pastagens que mais crescem entre 1950 e 1960, (CODERJ, 1970: 93) o mesmo não ocorre na Baixada. Aqui, são as faixas dedicadas ao plantio que se expandem. Isto se dá, em grande medida, porque lavradores oriundos de diversos pontos do estado, ou do país, estabelecem-se nas terras da Baixada através de ocupação, arrendamento ou outro tipo de relação, nelas passando a produzir.

Parece ter havido um fluxo relativamente recente de novos lavradores para as terras da Baixada. Sua chegada varia entre a década de 1920, conforme apontam os relatos mais recuados, e mesmo a de 1950, como indicam os próprios dados do Censo. Os mais antigos deles, portanto, encontravam-se nas áreas há cerca de 30 anos quando os despejos começaram a ocorrer de forma mais sistemática.

Curiosamente, foi também na década de 1950, quando aumentava o número de ocupantes na Baixada, que os despejos de lavradores começaram a se intensificar. A própria resistência dos lavradores aos despejos, por seu turno, contribuiu para aumentar ainda mais a presença de ocupantes na região. Sobre isso, porém, falaremos adiante.

1.2. A valorização das terras e os despejos

Segundo grande parte dos relatos sobre despejos, os lavradores viviam tranquilos, produzindo na terra, até que, num dado momento, apareceram pessoas, referidas por eles como grileiros, exigindo a saída. O interesse maior destes grileiros seria a valorização das terras provocada, principalmente, pela realização de obras públicas ao longo da Baixada, em particular o saneamento e a construção de estradas. Seu objetivo com os despejos seria, não a produção nas áreas, mas sim, basicamente, a especulação e o loteamento das terras para venda.

De fato, não apenas a Baixada, mas a Baixada Fluminense como um todo, também alagada em largos trechos e com um parco sistema viário, foi alvo, a partir dos anos 1930, das atenções e de pesados investimentos por parte do Estado.(15) Constitui-se a Baixada Fluminense, desde então e até o início da década de 1950, na região do país em que, talvez, como ressaltam Pedro Geiger e Myriam Mesquita, tenha sido empreendido o maior número de obras públicas diretamente ligadas às atividades econômicas, como drenagem das planícies, instalação de colônias agrícolas, abertura e pavimentação de numerosas estradas. (Geiger & Mesquita, 1956: 36 e 37) Dentro da Baixada Fluminense, no entanto, foi nos municípios

---

(15) Até o começo dos anos 1930 a Baixada Fluminense dispunha de apenas duas estradas revestidas de concreto: a Rio-Petrópolis e a Rio-São Paulo. (Góes, 1939: 58)

próximos à cidade do Rio de Janeiro e ao redor da Baía de Guanabara que grande parte das obras foi realizada.(16)

O problema do saneamento da Baixada Fluminense, segundo Alberto Lamego, foi tratado, a partir de fins do século XIX, por treze comissões consecutivas, todas com resultados parciais e localizados. (Lamego, 1964: 277) A razão disso, na avaliação de Renato da Silveira Mendes, foi a descontinuidade administrativa, a falta de verbas e, acima de tudo, a inexistência de um plano conjunto. (Mendes, 1950: 109).

Em julho de 1933, contudo, Getúlio Vargas cria a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, cujo objetivo, segundo um de seus coordenadores, Hildebrando de Araújo Góes, seria o de estudar as iniciativas anteriores, apurar as causas de seus insucessos e fixar novas linhas de ação. Como resultado de seus trabalhos, a Comissão elabora um plano geral coordenado, que incluía desde a realização de obras hidráu-

---

(16) Renato da Silveira Mendes (1950: 113) fornece os seguintes dados sobre as obras realizadas na Baixada Fluminense e na Baixada da Guanabara até julho de 1944:

SERVIÇOS	BAIXADA FLUMINENSE		BAIXADA DA GUANABARA	
	Extensão (m)	Volume (m^3)	Extensão (m)	Volume (m^3)
Diques de Alvenaria	17.673	44.712	-	-
Diques de Terra	123.732	4.942.928	47.700	2.182.022
Regularização Mecânica	805.855	26.236.201	432.889	14.011.954
Regularização Manual	2.816.929	8.354.520	1.043.513	3.728.843
Terraplanagem	-	733.484	-	587.602
Limpeza dos Rios	6.620.354	-	3.179.320	-

A este respeito ver também Alberto Lamego. (1964: 297)

licas visando melhorar a salubridade da região e recuperar suas áreas férteis, até o fomento da colonização e do desenvolvimento de culturas intensivas, passando pelo estabelecimento de uma rede de transportes para o escoamento da produção. Em 1936, a Comissão é transformada na Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, embrião do futuro Departamento Nacional de Obras de Saneamento, e dá início aos serviços preliminares do plano elaborado, com a limpeza dos rios e dos canais de drenagem. (Góes, 1939: 19 e 20)

A necessidade de um plano integrado de obras e de colonização para a Baixada Fluminense justifica-se pela consciência de que apenas o saneamento seria insuficiente para dar conta de dois dos problemas que se procurava atacar: o abandono da agricultura e a apropriação indébita de terras públicas na região. Pelo contrário, como lembra Luciano Pereira da Silva, as obras, por si sós, poderiam agravar os problemas, uma vez que valorizavam as terras sobre as quais incidiam. (Silva, 1961: 3) Previa-se mesmo, para as áreas particulares, a criação de uma taxa de saneamento que, incidindo sobre a valorização das terras, seria tanto maior quanto menos cultivadas fossem elas, o que obrigaria o seu aproveitamento agrícola. (Góes, 1939: 61) Para as terras públicas, o remédio indicado era a colonização, através da criação de núcleos coloniais.

A colonização no Brasil se inseria na retórica estadonovista de construção da nacinalidade, de expansão do Brasil dentro de suas próprias fronteiras, de conquista do

interior do país e de ocupação e recuperação de seus espaços vazios.(17) Visava-se, com o deslocamento controlado da fronteira agrícola, a redução de tensões nas áreas mais tradicionais e mais densamente povoadas. (Tavares, Considera, Silva, 1972: 33) Desta forma, procurava-se esvaziar as pressões sociais mantendo-se, ao mesmo tempo, nestas áreas, as estruturas de dominação e de poder.

Para dirigir a colonização foi criada, em 1938, a Divisão de Terras e Colonização (DTC), vinculada ao Ministério da Agricultura. Sua tarefa era a fixação do lavrador, concedendo-lhe terras, amparo e assistência técnica e social. (Gomes, 1981: 50 a 52)

Dentro desta política, o Governo central editou, em 26 de novembro de 1938, o Decreto-lei 893, que dispunha sobre o aproveitamento agrícola da Fazenda Nacional de Santa Cruz localizada, em parte, na área da então Capital Federal e, em parte, no município de Itaguaí. Eram três os fundamentos deste decreto:

> "a) *a necessidade de incentivar o aproveitamento da dita Fazenda e de outros imóveis da União situados na Baixada Fluminense e beneficiados pelas obras de saneamento que o Governo vem aí realizando;*
>
> b) *pôr termo à ocupação indébita dessas terras pertencentes à União por títulos inequívocos;*

---

(17) Para uma análise do sentido ideológico desta proposta ver Neide Esterci (1972) e Otávio Velho (1976).

> c) *desenvolver a pequena propriedade nessa região, de que deverão resultar vantagens consideráveis para o abastecimento da Capital da República e zonas adjacentes, visto não ter dado bom resultado o regime de arrendamentos e aforamentos aplicado às terras."* (Silva, 1961: 3)

Para tanto, contudo, um problema se apresentava e era justamente, o do desconhecimento da União, em função de sucessivas ocupações e da inexistência de um cadastro, de seu patrimônio real na Baixada Fluminense. Como solução, o mesmo decreto-lei 893 previa que a União se apropriaria de todas as terras incluídas no plano de colonização cujos donos não conseguissem comprovar a propriedade. O decreto invertia, assim, o ônus da prova, ou seja, em vez da União ter que provar que era dona das terras para poder formar os núcleos, o que seria um processo lento e difícil, todos os foreiros, arrendatários, ocupantes e aqueles que se julgassem com direitos sobre terras da União na Baixada Fluminense, ficavam obrigados a exibir os títulos em que fundavam seu direito. Para proceder ao trabalho de verificação destes títulos, foi designada a Primeira Comissão Especial Revisora de Títulos de Terras. Tais medidas seriam estendidas também para os outros imóveis do domínio da União pelo Decreto-lei 5.110, de 12 de janeiro de 1940. (Silva, 1961: 4 e 11)

Foram formados, até o ano de 1955, sete núcleos coloniais no estado do Rio. A partir da década de 1940, a criação de núcleos foi também incentivada pelas crises de abaste

cimento vividas pela cidade do Rio de Janeiro durante e logo após a 2ª Guerra Mundial. A idéia, era criar um cinturão verde em torno da cidade, que lhe suprisse com os produtos agrícolas de que necessitava. (Arezzo, 1984: 1)

É interessante observar que todos os núcleos coloniais do estado do Rio localizavam-se na Baixada Fluminense. Deles, porém, apenas um, o de Macaé, criado em 1951, se situava fora da Baixada. Todos os outros encontravam-se nesta região: o de Santa Cruz, criado em 1930; o de São Bento, localizado em Duque de Caxias e criado em 1932; o de Tinguá, criado em 1938 no município de Nova Iguaçu; o de Duque de Caxias, localizado parte em Duque de Caxias e parte em Magé, e criado em 1941; o de Papucaia, em Cachoeiras de Macacu, cuja formação data de 1951; e, finalmente, o de Santa Alice, localizado em Itaguaí e Piraí, e criado em 1955. (Arezzo & Barros, 1984: 19 a 22)

É recorrente a associação entre Baixada e Baixada Fluminense, como se constituíssem um todo, emprestando a esta características que são próprias àquela. Assim, em seu Paisagens culturais da Baixada Fluminense, Renato da Silveira Mendes (1950) dedica suas maiores atenções aos municípios da Baixada. Áreas como Casimiro de Abreu e Silva Jardim, por exemplo, ocupam espaço bastante reduzido no livro. O mesmo ocorre com Pedro Geiger e Myriam Mesquita (1956) que, ao discorrerem sobre a decadência da Baixada Fluminense, referem-se, todo o tempo, às transformações ocorridas nas áreas próximas ao Rio de Janeiro e ao redor da Baía de Guanabara .

Também nestas áreas é que, como vimos, a Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense investiu grande parte dos seus esforços, e foi criada a quase totalidade dos núcleos coloniais do estado.

Na verdade, é a Baixada que, em tempos de crise, tem sido indicada, inclusive com o concurso das elites agrárias do estado, como área privilegiada para a experimentação de medidas alternativas. Ana Maria dos Santos (1984) mostra como, com o declínio do café e da escravidão, em fins do século XIX, alguns setores da elite fluminense começaram a defender a imigração e a colonização, bem como a diversificação da produção agrícola como as únicas soluções possíveis para a economia do estado. Para tanto, indicava-se também a necessidade de uma divisão da propriedade em áreas menores. E o local que, nos debates, surgia como o ideal para a execução destas medidas era, justamente, a região correspondente à Baixada. Desta forma, mantinha-se intacta a estrutura agrária do restante do estado.

Alguns elementos deste mesmo projeto, que terminou não se concretizando, estarão presentes nas tentativas realizadas a partir de 1930, tendo à frente o próprio Estado, de criar uma fonte de abastecimento para a antiga capital federal. Procurar-se-á, aqui, afirmar uma vocação agrícola para toda a Baixada Fluminense e, principalmente, para a Baixada, destinada a ser um cinturão verde, ao mesmo tempo em que se promove a industrialização em outras regiões do estado do Rio. Como diz Jurandyr Pires Ferreira, em seu prefácio à En-

ciclopédia dos Municípios Brasileiros:

> "*De uns vinte anos a esta parte, entretanto, reage a economia fluminense e o Estado passou a adquirir uma nova pujança, classificando-se entre os Estados mais fortes da Federação. Essa reação teve alguns fatores de importante significação a lhes justificar o surto progressista. Em primeiro lugar as obras da Baixada Fluminense com o seu saneamento; a seguir, as estradas que lhe revitalizaram a circulação de riquezas e a industrialização crescente do Estado. Hoje a zona palustre como que está eliminada. A erradicação do impaludismo da Baixada Fluminense é quase completa. Por outro lado, a zona da Paraíba passou a ter novo surto, em razão da industrialização que se foi aí assentando.*" (Ferreira, 1959: 7)

Mas o "*surto progressista*" apontado pelo autor, como ele próprio percebe, refere-se muito mais às possibilidades industriais e, de forma geral, urbanas do estado. Apesar de ser ainda predominantemente agrícola, o Rio de Janeiro vinha experimentando um fluxo negativo de sua produção rural. Os gêneros alimentícios, por exemplo, tiveram sua produção diminuída de 35% entre 1940 e 1950, maior queda percentual de todos os estados. (Ferreira, 1959: 9 e 10) Por outro lado, a população urbana que, em 1940, representava 37,5% do total, subiu para 47,5% em 1950 e, em 1960, atingiu os 60%.(18)

---

(18) Segundo o Diagnóstico do Estado do Rio de Janeiro, trabalho da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro (CODERJ), o crescimento da população urbana no Brasil como um todo foi mais moderado que no estado do Rio. Em relação à população total do país, a urbana representava 31,2% em 1940, 36,1% em 1950 e 45% em 1960. (CODERJ, 1970: 45)

Na Baixada, o número de pessoas envolvidas com atividades agropecuárias e extrativas era, em 1950, de 32.758 , e correspondia a 13,3% do total de pessoas agrupadas segundo seus ramos de atividade. Já em 1960, este número aumenta para 120.614, equivalendo a 15,7% do total. A população voltada para atividades industriais, contudo, que em 1950 era de 34.643 e equivalia a 14,1% do total, passa a 199.271 em 1960, e a 25,9% do total.(19)

Os dados demonstram que, já nos anos 1950 e 1960 , era bastante grande o índice de urbanização da população da Baixada. Além disso, as áreas rurais das imediações das cidades vinham perdendo suas características. Assim, como observam Pedro Geiger e Myriam Mesquita, estendendo esta situação para toda a Baixada Fluminense:

> "*A Baixada Fluminense apresenta um exemplo interessante: planejou-se a realização de obras de saneamento, visando a uma intensificação das atividades agrícolas. Contudo, o que se observa é a extensão cada vez maior das atividades de loteamento de tipo urbano, a concentração da população nas cidades importantes. A especulação com as terras valorizadas pelas obras se opôs ao seu aproveitamento produtivo.*" (Geiger & Mesquita, 1956: 2)

Podemos ver que os objetivos inicialmente propostos pelo plano de obras e de colonização da Baixada, ainda na década de 1930, quais sejam, recuperar a região tornando-a produtiva, eliminar dali a apropriação indébita de terras, evi-

---

(19) Ver folha seguinte.

BAIXADA: POPULAÇÃO DIVIDIDA SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE EM 1950 E 1960

Municípios	POPULAÇÃO DIVIDIDA SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE																			
	1950										1960									
	Total		Agropecuária e Extração		Indústria		Outras		Condições Inativas		Total		Agropecuária e Extração		Indústria		Outras		Condições Inativas	
	População	%	População	%	População	%	População	%	População	%	População	%	População	%	População	%	População	%	População	%
Nova Iguaçu	101.738	100,0	10.897	10,7	13.808	13,5	67.263	66,1	9.576	9,4	356.645	100,0	28.865	8,0	93.013	26,0	196.786	55,1	37.981	10,6
Duque de Caxias	65.889	100,0	2.917	4,4	11.811	17,9	44.238	67,1	6.536	9,9	241.026	100,0	15.885	6,5	70.969	29,4	132.706	55,0	20.746	8,6
Caxias de Macacu	11.029	100,0	3.309	30,0	271	2,4	6.258	56,7	1.174	10,6	26.677	100,0	17.489	65,5	1.218	4,5	6.686	25,0	1.284	4,8
Itaboraí	20.574	100,0	6.471	31,4	990	4,8	10.350	50,3	2.725	13,2	41.331	100,0	24.518	59,3	5.833	14,1	8.523	20,6	2.457	5,9
Itaguaí	20.476	100,0	4.969	24,2	2.023	9,8	11.284	55,1	2.174	10,6	44.100	100,0	19.250	43,6	6.576	14,9	14.290	32,4	3.984	9,0
Magé	25.758	100,0	4.195	16,2	5.740	22,2	13.368	51,9	2.399	9,3	58.353	100,0	14.607	25,0	21.662	37,1	16.493	28,2	5.591	9,5
Baixada	245.464	100,0	32.758	13,3	34.643	14,1	152.761	62,2	24.584	10,0	768.132	100,0	120.614	15,7	199.271	25,9	375.484	48,8	72.043	9,3

Fonte - Censos Demográficos de 1950 e 1960

tar a especulação que seria decorrente da valorização conferida às terras pelas próprias obras públicas ali realizadas, não foram plenamente alcançados. Na verdade, nem mesmo os núcleos coloniais ficaram isentos de problemas. Alguns deles, como o de Santa Alice, em Itaguaí, tinham trechos em litígio judicial, o que era um forte fator gerador de instabilidade. Isto se dava porque as pessoas que tinham as terras apropriadas pelo Governo federal como decorrência da aplicação do Decreto-lei 893, entravam com recurso contra o ato. Desta forma, as questões se arrastavam, sem que o Governo conseguisse regularizar a situação daquelas terras.(20)

Os investimentos estatais não representaram um incentivo à produção agrícola na Baixada. A valorização por eles gerada alimentou a especulação e provocou intensas disputas de terras na região, não apenas entre lavradores e grileiros, mas também entre grileiros e grileiros, e até grileiros e legítimos proprietários. Os próprios Governo federal e estadual se veriam envolvidos em disputas com pessoas que se teriam apropriado de terras consideradas públicas.

Uma explicação para isso poderia ser buscada no próprio desinteresse de alguns proprietários da Baixada que, durante longos anos, teriam deixado suas terras abandonadas, sujeitas à grilagem. Isto teria ocorrido, por exemplo, segun

---

(20) Imprensa Popular, 18/8/1955, p.3. Novos Rumos, 29/9/1961 a 5/10/1961, p5. Ver também Dryden de Arezzo(1984: 1 e 2).

do denúncia do jornal Luta Democrática, em Duque de Caxias, onde grileiros tomavam as terras dos proprietários através de ações de usucapião.(21) Também Pedro Geiger e Myriam Mesquita chama a atenção para o fato de que a falta de documentação apropriada, principalmente nas propriedades constituídas segundo a lei do usucapião, abria brechas para disputas e para a grilagem. (Geiger & Mesquita, 1956: 65)

---

(21) Luta Democrática, 16/5/1954, p4.

> A possibilidade de usucapião, isto é, da posse conduzir ao domínio, era prevista pelo Código Civil Brasileiro. Havia, segundo seus artigos 550 e 551, três casos em que a posse poderia ser convertida em domínio na Justiça. O primeiro previa que, independentemente de título e presumindo-se a boa-fé, a posse deveria ser de 30 anos, sem interrupção nem oposição. Os dois outros referiam-se à existência de justo título e também de boa-fé. Num deles a posse, quando entre presentes, isto é, moradores do mesmo município, deveria transcorrer por 10 anos. No outro, que tratava de posse entre ausentes, o prazo previsto era de 20 anos. Estes prazos vigoraram até 1955, quando foram alterados. No primeiro caso houve uma redução de 30 para 20 anos e, no terceiro, de 20 para 15. Para o segundo caso foram mantidos os 10 anos. (Código Civil Brasileiro, 1970: 211 e 212)
>
> Eram capazes de usucapir quaisquer pessoas físicas ou morais, entre estas, pessoas jurídicas ou comunidades hereditárias. Em todos os casos, a posse, para conduzir à usucapião, precisava ser a título de proprietário, isto é, a pessoa deveria exercê-la com o ânimo de ter a coisa como sua, deveria ser contínua, ininterrupta, pacífica, pública, inequívoca e atual. (Rocha Filho, 1985: 56 a 58)
>
> Havia ainda, além daqueles três, um outro caso de usucapião, que era o pro-labore, criado no artigo 125 da Constituição de 1934 e incorporado no artigo 156, parágrafo 3º, da Constituição de 1946. Dispensava-se, aqui, o título e a boa-fé ao brasileiro que, não sendo proprietário rural ou urbano, ocupasse por 10 anos contínuos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, um trecho de terra de até 10 ha, tornando-o produtivo por seu trabalho e tendo nele a sua morada. (Bevilaqua, 1953: 93)

Sem dúvida, um fato que parecia ser comum na Baixada, e que deu margem a acirradas disputas por terras, foi a indefinição quanto aos limites e à titulação das propriedades ali existentes. Há um consenso quanto a esta questão, que já havia sido apontada por Geiger e Mesquita. Segundo os dois autores, a maioria das propriedades da região, e da Baixada Fluminense como um todo, não era medida ou levantada, e os documentos, não raro, não existiam. Quando existiam, indicavam limites imprecisos. (Geiger & Mesquita, 1956: 64 e 65)

Até mesmo um antigo dirigente da Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro (FARERJ), entidade de proprietários, lembra, hoje, que a Baixada era uma *"zona de agitação"*. Isto se dava em função, *"justamente, da falta de títulos de propriedade. Porque os donos não eram propriamente donos, eles eram grileiros que invadiam essas terras."*

É interessante observar, ainda, que havia confusão, sobretudo, em relação às terras públicas no estado. Em seu relatório sobre a Fazenda Nacional de Santa Cruz, pertencente ao Estado desde que fora confiscada aos Jesuítas pela Coroa, Luciano Pereira da Silva chama a atenção para o fato de que, devido às sucessivas ocupações na área e à inexistência de um cadastro, tornou-se difícil saber aquilo que ainda continuava sendo patrimônio da União e aquilo que se tratava de propriedade privada por título legítimo. (Silva, 1961: 2) Em função desta indefinição mesmo é que, em fins de 1963, uma Comissão Parlamentar de Inquérito então criada na Assembléia

Legislativa do estado para apurar os problemas de terras, chega a propor uma revisão geral dos títulos de propriedades no Rio de Janeiro, a fim de detectar as áreas públicas.(22)

Assim é que, ao mesmo tempo em que se ampliava a área de lavoura na Baixada, impulsionada, em larga medida, pela ação de pequenos lavradores, avançavam também a especulação e as disputas por terras. Alimentadas pela valorização e pela indefinição dos limites e da titulação das propriedades, a especulação e as disputas, no entanto, ameaçavam as áreas de plantio. Já em 1952, o jornal Imprensa Popular comentava não ser novidade o fato de que "*o chamado cinturão verde do Distrito Federal, ou seja, a zona rural que abastece em parte a Capital da República, é alvo de constantes investidas por parte de empresas territoriais cuja atividade põe em polvorosa os lavradores ali localizados, quando são feitas demarcações para efeito de loteamento.*"(23) O próprio Ministério da Agricultura notava, um ano antes, num relatório assinado por seu titular, João Cleofas, que boa parte das terras próximas aos grandes centros não eram exploradas, visando apenas à especulação. Alguns de seus proprietários jamais foram agricultores e aguardavam somente a valorização para realizarem pequenos loteamentos residenciais. A Baixada era apontada como um exemplo bastante eloquente disso.(24)

---

(22) Jornal do Brasil, 20/10/1963, 1º caderno, p29.

(23) Imprensa Popular, 27/8/1952, p8.

(24) Correio da Manhã, 5/3/1952, 1º caderno, p3.

A especulação com terras valorizadas pelas obras públicas deu-se também, ao que parece, à sombra do próprio Estado. Pessoas próximas ao Poder Central, com prévio conhecimento, teriam adquirido trechos que seriam beneficiados pelas obras. Tal teria sido, segundo as indicações, o caso, por exemplo, de Adalberto Correa.(25) Deputado gaúcho ligado a Getúlio Vargas, Adalberto Correa adquiriu uma grande área de terra no município de Cachoeiras de Macacu em 1933, mesmo ano em que foi criada a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense. Parte desta área, perfazendo 1.300 alqueires geométricos, seria vendida ao Governo Federal em 1952, que tinha então, novamente à frente, Getúlio Vargas, a fim de que fosse formado o Núcleo Colonial de Papucaia.(26)

Vemos, desta forma, que a especulação imobiliária, principalmente através da atividade loteadora, foi o produto mais imediato das obras públicas promovidas na Baixada a partir dos anos 1930. Hildebrando Araújo de Góes observava já no final daquela década:

> "*Seguindo o exemplo do Governo, grandes propriedades abandonadas são adquiridas por empresas particulares, que, após os primeiros melhoramentos indispensáveis, retalham as grandes áreas e vendem os lotes, facilitando o pagamento a longo prazo. Várias companhias já se acham organizadas com este objetivo, obtendo resultados completamente satisfatórios.*" (Góes, 1939: 58)

---

(25) Esta referência a Adalberto Correa aparece em duas das entrevistas que fizemos.

(26) Certidão do Cartório do 1º Ofício do município de Cachoeiras de Macacu.

Desenvolvendo trabalho de campo na Baixada no início dos anos 1950, Pedro Geiger e Myriam Mesquita mostram-se surpresos com o avanço dos loteamentos na região, tomando tanto as áreas incultas quanto as cultivadas, destruindo lavouras, inclusive pomares. A princípio, sustentam os autores, este processo atingia as áreas próximas aos grandes centros urbanos, onde novos bairros eram construídos. Com o passar do tempo, porém, *"o loteamento invade as áreas onde edificações não serão realizadas de imediato ou talvez nunca, puramente por especulação, tornando-se independente, em muitas áreas, da urbanização e da função turística."* (Geiger & Mesquita, 1956: 61) Segundo eles, o loteamento, que qualificam como *"uma verdadeira febre"*, era a atividade que mais se expandia na Baixada. (Geiger & Mesquita, 1956: 179) Em meados de 1963, o então governador fluminense Badger da Silveira estudava o envio de uma mensagem à Assembléia Legislativa disciplinando aquela atividade, a fim de impedir que ela continuasse avançando sobre áreas cultivadas.(27)

Os loteamentos urbanos representavam uma das principais causas dos despejos de lavradores na Baixada, em particular em municípios como Duque de Caxias e Nova Iguaçu.(28)

---

(27) Jornal do Brasil, 25/6/1963, 1º caderno, p12.

(28) Até mesmo um dos antigos dirigentes da FARERJ aponta para os loteamentos como estando na base das tensões verificadas nesta região.

> Segundo Israel Beloch, mais da metade dos loteamentos existentes em Duque de Caxias foi aprovada até o ano de 1960. Deste total, 41,6% haviam sido aprovados entre 1950 e 1960. Em termos da área loteada, os números são ainda mais expressivos. Do total desta área, 80% haviam sido aprovados pela prefeitura até 1960. (Beloch, 1986: 26)

Estas áreas passaram a abrigar, principalmente a partir da 2ª Guerra Mundial, um grande número de trabalhadores urbanos e parte dos lavradores que abandonavam o campo e migravam para a cidade. Nelas, portanto, os despejos de lavradores relacionavam-se com a própria transformação do espaço rural em espaço urbano. Como conclui Frederico Araújo em sua análise sobre as lutas dos lavradores ali ocorridas:

> *"Na Baixada da Guanabara o aguçamento dessa luta foi provocado pela valorização da terra, forçada pela tendência de modificação do espaço tipicamente rural em urbano. Num sentido amplo, a terra na região tornou-se interessante para a Capital, não como base para a produção, mas, principalmente, como objeto de especulação, provocando uma ascensão vertiginosa do seu preço e uma intensa grilagem. Se, por um lado, esse processo representou globalmente uma tendência transformadora na ordenação do espaço, na 'área dos conflitos' em particular significou também o elemento desencadeador das lutas, sendo a razão direta ou indireta do assédio da classe dos proprietários sobre os trabalhadores rurais."* (Araújo, 1982: 206)

Em alguns lugares da Baixada, os proprietários, segundo Pedro Geiger e Myriam Mesquita, também proibiam seus moradores, principalmente os daqueles trechos em que se esperava o loteamento a curto prazo, de que plantassem culturas permanentes. Seu objetivo, com isso, era evitar discussões ou indenizações na hora de vender ou lotear a propriedade. (Geiger & Mesquita, 1956: 73)

É preciso ter em conta que a especulação com terras e os loteamentos realizados ao longo da Baixada não eram a

penas urbanos. Havia também aqueles relacionados com as atividades turísticas e recreativas, onde eram feitos sítios e residências de campo.(29) Outra forma de loteamento era a agrícola, que se desenvolveu a partir do crescimento da fruticultura.(30) Tratava-se da venda de trechos de terras a pequenos lavradores, ali onde as condições para o loteamento urbano não pareciam muito favoráveis. (Geiger & Mesquita, 1956: 61 e 62)

Um outro fator de despejo, embora não tão nítido na Baixada, e que incidiu também em outras regiões do estado, foi o avanço da pecuária sobre algumas áreas cultivadas. No estado como um todo, a área das pastagens de 104.323ha entre os Censos de 1950 e de 1960, ao passo que, no mesmo período, a área das lavouras aumentou de apenas 9.120 ha. (CODERJ, 1970: 93) Já na Baixada , ainda neste período, não encontramos a mesma proporção. Aqui, como pudemos observar na tabela IV, enquanto a área de lavouras aumentava, a de pastagens diminuía. Apesar disso, há relatos de despejos que vinham ocorrendo em função da expansão da pecuária em algu-

---

(29) Era intensa, já no começo dos anos 1960, a especulação imobiliária com finalidades turísticas e recreativas mesmo em áreas fora da Baixada como Cabo Frio, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Araruama e Maricá. Em 1964 começam a surgir referências sobre sua extensão também para municípios como Angra dos Reis e Parati, onde a agricultura começava a ceder terreno. Jornal do Brasil, 8/3/1964, 1º caderno, p11.

(30) Segundo Renato da Silveira Mendes, a rápida expansão do cultivo da laranja, até os anos 1940, atraiu muitas pessoas, num processo que qualifica como *"uma verdadeira onda que se precipitou sobre a Baixada."* Antigas fazendas desvalorizadas foram adquiridas por *"capitalistas residentes na cidade do Rio de Janeiro"*, que nelas formaram pomares e revenderam-nas em lotes. Uma forte publicidade era feita em torno das facilidades de enriquecimento proporcionadas pela citricultura. (Mendes, 1950: 100)

mas fazendas. Isto ocorrida, por exemplo, em Itaboraí, onde parceiros eram empurrados para fora das terras pelo gado.(31)

Este avanço parece estar relacionado, principalmente, a dois processos. Primeiramente, há o fato de que as grandes propriedades na Baixada, e da mesma forma no estado, mantinham, ao lado das plantações, trechos cobertos com pasto e algum gado. Desta maneira, se o produto plantado se desvalorizasse, a área cultivada era diminuída e os pastos e a criação extensiva ampliados.(32) Quanto ao segundo processo, trata-se da própria especulação. A criação de gado também podia ser uma forma de mascarar a especulação imobiliária, mantendo alguma atividade nas terras, com baixo emprego de capital e de mão-de-obra. (Geiger & Mesquita, 1956: 118 a 126) Além disso, deve-se ter em conta que, nas tentativas de despejo, era comum que os grileiros soltassem gado nas terras dos lavradores a fim de destruir as suas plantações. Desta forma, nem sempre o avanço do gado sobre a lavoura significava que a pecuária fosse, de fato, se estabelecer enquanto atividade estável.

---

(31) Entrevista com um antigo líder camponês de Itaboraí.

(32) A substituição da agricultura pela pecuária ocorreu de forma bastante drástica em alguns municípios do norte do estado, como Itaperuna e Natividade, em função do programa de erradicação dos cafezais posto em prática pelo Governo federal a partir de 1962. A contrapartida da erradicação foi a liberação maciça de colonos. Um antigo produtor de café da região, e também dirigente da FARERJ, chega a citar o número de 200.000 pessoas que de lá teriam saído durante a década de 1960.

Finalmente, um outro fator que tem sido identificado como estando na base de despejos em algumas áreas da Baixada e do restante do Rio de Janeiro é a mudança nas relações de trabalho. Estudando as lutas de trabalhadores rurais de Itaboraí, Eliane Cantarino O'Dwyer observa que, a partir dos anos 1950, os moradores foram deixando de receber áreas de cultivo, ao mesmo tempo em que deles eram exigidos serviços diários nas plantações das fazendas.(33) Os que resistiam eram expulsos. (O'Dwyer, 1982: 3)

Novamente aqui, no entanto, podemos estar diante do processo de especulação. O aumento da carga sobre o morador, associado à já vista proibição de culturas permanentes, pode visar não apenas à estruturação da produção em novas bases, mas também ao despejo puro simples, de maneira a que a terra possa ser utilizada para outros fins.

1.3. Posseiros e grileiros em luta

O historiador inglês E. P. Thompson nos adverte, em seu estudo sobre as ações de massa ocorridas na Inglaterra do século XVIII e denominadas motins de subsistência, sobre o caráter simplificador das análises que procuram explicar as revoltas populares meramente como respostas à fome e a po

---

(33) Sobre a relação de morada ver Moacir Palmeira. (1977) Sobre a forma que assumiu esta relação em Itaboraí ver Eliane Cantarino O'Dwyer Gonçalves Bastos. (1977)

breza. (Thompson, 1971: 76 a 78) A análise das ações de massa deve, segundo o autor, incorporar não apenas aqueles que chama de *"estímulos econômicos elementares"*, (1971: 78) mas sim tomá-los em sua complexa inter-relação com uma série de outros fatores.

Estas idéias podem nos ajudar a refletir sobre dados como os da tabela V.

TABELA V - ESTADO DO RIO DE JANEIRO E BAIXADA: PESSOAL OCUPADO E PARCEIROS NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS EM 1950 E 1960.

MUNICÍPIOS	PESSOAL OCUPADO E PARCEIROS NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS								
	Trabalho Permanente			Trabalho Temporário			Parceiros		
	1950	1960	Variação 50/60 (%)	1950	1960	Variação 50/60 (%)	1950*	1960	Variação 50/60 (%)
Nova Iguaçu	1.533	1.055	-31,1	3.897	569	-85,3	195	4	-97,9
Duque de Caxias	376	832	121,2	276	532	92,7	22	19	-13,6
Cachoeiras de Macacu	530	416	-21,5	275	779	183,2	541	208	-61,5
Itaboraí	694	1.452	109,2	639	1.697	165,2	126	212	68,2
Itaguaí	948	1.244	31,2	850	993	16,8	35	72	105,7
Magé	907	458	-49,5	573	672	17,2	9	69	666,6
Baixada	4.988	5.457	9,4	6.510	5.242	-19,4	928	584	-37,0
Estado	48.801	38.335	-21,4	56.298	44.534	-20,8	84.159	36.920	-56,1

(*) Incluído o pessoal que trabalha por conta dos parceiros.
FONTE - CENSOS AGRÍCOLAS DE 1950 E 1960.

Podemos ver que, de 1950 a 1960 há, na Baixada, um aumento de 9,4% no número de trabalhadores permanentes, e

uma queda de 19,4% entre os trabalhadores temporários e de 37% entre os parceiros. Já para o estado como um todo, há uma redução significativa em todas as categorias: 21,4% entre os trabalhadores permanentes, 20,8% entre os temporários e 56,1% entre os parceiros. Esta diminuição demonstra que, de maneira geral, houve uma grande dispensa de lavradores no estado durante a década de 1950, sem ocorrer, em contrapartida, uma reabsorção.

Ainda que não tenhamos elementos para afirmar que esta dispensa de lavradores tivesse acarretado em miséria e fome, poderíamos esperar, se apenas esta tendência fosse suficiente para gerar revoltas ou rebeliões, que grande parte do território fluminense estivesse em convulsão social ao final dos anos 1950. Isto, porém, não ocorre. É na Baixada, e mais especificamente a partir de uma parcela dos pequenos produtores da região, ocupantes, segundo a denominação do Censo, arrendatários e também parceiros, mais atingida pelos despejos, que se inicia um processo de resistência organizada. Partindo daqui, este processo, que é referido pelos próprios atores como sendo a sua luta contra os despejos, atingirá, aí sim, também outras áreas do es

tado.[34] Mais ainda, o avanço das lutas na Baixada permitirá a reabsorção em atividades rurais, nesta região, de lavradores despejados em outras localidades do estado, ou mesmo de outros estados.

Talvez nos sentíssemos tentados a explicar este fato localizando, naquelas categorias de lavradores da Baixada, o gen da revolta. Em seu interessante trabalho sobre os contextos sociais e os fatores que pesam sobre a ação política do campesinato, como as lealdades primordiais e o parentesco, contudo, Hamza Alavi critica este tipo de análise substancialista:

---

(34) O termo luta era constantemente utilizado para referir as reações dos lavradores contra as investidas daqueles que queriam despejá-los. Ver, por exemplo, Imprensa Popular: 13/2/1954, p2 e 2/12/1954, p6. Luta Democrática: 23/1/1955, p2 e 30/11/1961, p1. Novos Rumos: 14 a 20/4/1961, p2 e 1 e 7/2/1963, p7.

Também nas memórias de José Pureza a utilização da categoria luta, com este mesmo sentido, é bastante recorrente. Assim, por exemplo, referindo-se ao assédio dos grileiros no início da década de 1950, diz:

> *"Tornou-se assim inevitável a luta entre os camponeses e os grileiros, que apresentavam títulos falsos de propriedade."* (Pureza, 1982: 26)

Ou ainda, relatando o processo de organização dos lavradores fluminenses:

> *"Depois de iniciada a luta em Xerém, recebemos chamados dos camponeses de vários distritos e municípios fluminenses. Os convites partiam dos companheiros que estavam travando determinada luta e queriam se organizar."* (Pureza, 1982: 26)

Uma vez instaurada a luta numa determinada fazenda, ela se transformava em área em litígio. Novos Rumos, 14 a 20/4/1961, p2. Luta Democrática, 16/11/1961, p5. Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro: 12/12/1961, p2; 7/10/1963, p3.

> "*Militancy or non-militancy are not absolute conditions but, rather, they are contingent on changing conjuctures of social circunstances and movements.*" (Lavi, 1973: 28)

Também Moacir Palmeira, numa rica reflexão sobre a relação entre diferenciação social e participação política do campesinato, aponta neste sentido. Segundo ele, "*esse tipo de substancialismo trai uma postura ahistórica que está nos antípodas de um entendimento dialético das formações sociais.*" (Palmeira, 1975: 1)

Como, então, entender por que os lavradores despejados da Baixada optaram pela luta e não pela migração para a cidade ou para outras regiões do país onde houvesse terras disponíveis? E esta questão se justifica tanto mais, quanto se tem em mente que a migração campo/cidade tem sido vista como um desdobramento natural do processo de modernização das sociedades.

Para Samuel Huntington e Joan Nelson, interessados nos padrões de participação e de inserção políticas naqueles que chamam de países em desenvolvimento, o camponês, diante de uma deterioração de suas condições de vida, e tendo em vista os riscos da participação política, prefere emigrar:

> "*Confronted with increasing economic uncertainty and a declining standard of living, a peasant is more likely to move to the city than to engage in a corrective political action, provided the costs of*

> *migration are bearable. Economic development - communications networks, roads, buslines, urban job opportunities - reduces the uncertainties and costs of migration and thus lowers the level of rural political participation. Where migration is impossible or difficult, other things being equal, peasants are more likely to resort to politics despite its uncertainties and risks."* (Huntington & Nelson, 1976: 52)

Embora este tipo de análise traga, sem dúvida, elementos bastante relevantes para a reflexão, ele é também, a nosso ver, marcado por uma séria limitação. Ele atribui ao camponês uma racionalidade que, ao que nos parece, é muito mais a dos próprios cientistas sociais. Deixa de lado, por isso mesmo, as relações e os valores que são próprios ao camponês.

A terra não é, para o camponês, um simples local de trabalho e de habitação, mas sim a base para a reprodução de sua condição camponesa e, consequentemente de uma série de relações sociais, da família, de valores.(35) Por isso, ele percebe o seu futuro como vinculado à terra, e a decisão de abandoná-la não é um mero cálculo de custos e bene-

---

(35) Este tipo de ligação que o camponês tem com a terra tem sido bastante enfatizado pela literatura sobre sociedades camponesas. Henri Mendras, por exemplo, associa a dinâmica e a estabilidade do grupo doméstico camponês ao ao alicerce patrimonial. É a indivisibilidade do patrimônio que garante a manutenção do grupo enquanto tal. (MENDRAS, 1978: 65 a 71) Boguslaw Galeski, por seu turno, aponta para a associação dos interesses da família camponesa com a terra. Seria esta o bem comum da família, a base de sua manutenção e de seu prestígio, sua segurança para o futuro. Mais ainda, ela tem, na medida em que está na base de relações sociais, influência decisiva nos destinos dos membros da família, na sua oportunidade de educação, de ganhar a vida na cidade, e também nas estratégias matrimoniais. (Galeski, 1972: 164 e 165)

fícios. É por isso também que, nem sempre, a ida para a cidade representa para o camponês um caminho sem volta. Ela pode ser apenas um trecho de sua trajetória, onde ele acumula recursos para depois adquirir um novo pedaço de terra.(36)

Isto, porém, não implica em que um despejo de lavrador vá sempre causar revolta e reação. Ali onde há uma oferta abundante de terras as tensões podem ser abrandadas, embora nem sempre o sejam. Um fator que é básico, contudo, é que aquele ato pode ser encarado pelo lavrador como um direito daquele que o despeja. Desta forma, para que a revolta e a reação emerjam é fundamental que o despejo seja visto como ilegítimo e injusto. Mais ainda, é preciso que ele não seja visto como algo inevitável, e que se dê num processo de quebra da autoridade daquele que despeja.

A questão da legitimidade e da ilegitimidade de determinados processos foi apontada por Thompson em seu já referido trabalho. Segundo ele, é preciso ver como os *"estímulos econômicos"* operam dentro do consenso popular, dentro do conjunto de normas tradicionais e de obrigações sociais, bem como das noções tradicionais sobre as funções econômicas dos diversos setores sociais. A tentativa de lesar tais supos-

---

(36) Esta questão foi trabalhada por Afrânio Garcia num artigo sobre os reflexos do mercado de trabalho industrial sobre a dinâmica da plantation tradicional, o modo de dominação que lhe é característico e o conjunto do espaço social rural do Nordeste brasileiro. (Garcia, Jr, 1986)

tos morais, aos quais denomina de "*economia moral dos pobres*", desembocou nas revoltas ocorridas na Inglaterra do século XVIII:

> "*It is of course true that riots were triggered of by soaring prices, by malpractices among dealers ar by hunger. But these grievances operated within a popular consensus as to what were legitimate and what were illegitimate practices in marketing, milling, baking, etc. This in its turn was grounded upon a consistent traditional view of social norms and obligations, of the proper economic functions of several parties within the community, which, taken together, can be said to constitute the moral economy of the poor. An outrage to these moral assumptions, quite as much as actual deprivation, was the usual occasion for direct action.*" (Thompson, 1971: 78 e 79)

Thompson busca o "*nexo*", isto é, aquilo que, no século XVIII, incitava a população trabalhadora inglesa a agir. Localiza-o no pão de trigo, artigo básico da subsistência do trabalhador, e cujo consumo, a preços baixos, havia se tornado uma tradição, ainda que por paternalismo das elites governantes. O aumento dos preços, a especulação com o trigo e alterações na composição do pão levaram à revolta. Os comerciantes de pão, grãos ou farinha eram estigmatizados e qualquer um deles era suspeito de todo tipo de extorsão. (Thompson, 1971: 97 e 98)

No caso da Baixada, a subordinação à qual boa parte dos lavradores estava sujeita não parece ter gerado fortes reações. A luta só sobrevinha quando incidia sobre eles a ameaça de despejo.

Até mesmo em algumas das áreas que, posteriormente, seriam das mais mobilizadas, como Duque de Caxias, os lavradores, ao ali se estabelecerem, faziam-no mediante alguma forma de pagamento ao suposto proprietário. O depoimento de um antigo líder camponês daquele município é bastante claro quanto a isso:

> "A gente, antigamente, não entrava assim no peito não. A turma só entrou no peito mesmo na Fazenda Capivari, mas isso já foi de 60 para cá. Em todos os lugares que a gente entrava era sempre através de arrendamento ou de terça, não é, ou de meia, ou então... e, geralmente era assim."

Ali onde os lavradores se instalaram como ocupantes, não estando, portanto, sujeitos a uma relação de subordinação direta a um suposto proprietário, proprietário, ou preposto destes, esta relação poderia vir a ser imposta, e aceita, num momento posterior. Isto ocorreu, por exemplo, também em Duque de Caxias, na Fazenda São Lourenço, um dos mais fortes polos de luta no início da década de 1960. Segundo Frederico Araújo, os lavradores vinham ocupando a área desde os anos 1930. Mais tarde, porém, começou a lhes ser cobrada uma taxa pela utilização das terras. (Araújo, 1982: 33) A luta seria deflagrada quando das tentativas de despejo.(37)

Fato semelhante pode ser observado na Fazenda do Largo, em São João da Barra, um dos primeiros casos de luta

---

(37) Novos Rumos, 25 a 31/8/1961, p6.

camponesa ocorridos fora da Baixada. Os relatos dos jornais a respeito são, muitas vezes, confusos e contraditórios. O que se pode perceber, no entanto, é que se tratava de antigos lavradores, muitos, inclusive, filhos de escravos, e que ali produziam sem vínculos com proprietários. Num dado momento, surge alguém dizendo-se dono da área e exigindo dos lavradores um pagamento para que ali continuassem a produzir, o que eles aceitam. Já no começo dos anos 1950, contudo, o quadro da fazenda é de luta, desencadeada pelas tentativas de despejo dos lavradores. Passaram estes a questionar a propriedade daqueles que queriam despejá-los, e negavam-se a continuar pagando pelo uso da terra.(38)

Vemos, portanto, que é o despejo, o corte do acesso à terra, que desencadeia a luta. Embora não se vissem como donos da terra, os lavradores tinham fortes vínculos com ela, sentindo o despejo como uma ameaça não somente a eles, mas a todo um modo de vida e a um conjunto de relações. Por isso mesmo, esta medida era considerada como sendo bastante injusta.(39)

---

(38) Imprensa Popular: 13/2/1954, p2; 25/2/1955, p6. Terra Livre, 1ª quinzena de julho de 1955, p4.

(39) Observa Barrington Moore Jr, numa reflexão sobre o que leva os homens a se revoltarem ou aceitarem passivamente as condições em que vivem, que o ressentimento gerado pela obstaculização do acesso aos meios de produção não se deve apenas ao interesse material. Haveria, na verdade, uma revolta moral, uma sensação de que a vida como um todo e os valores estariam sob um ataque injusto. (Moore Jr, 1978: 35)

Uma vez que tinham como objetivo primordial, principalmente a partir dos anos 1950, a especulação imobiliária e não a produção, os despejos passaram a representar, na Baixada, um corte definitivo com a terra. E isto era tanto mais grave, quanto eles começavam a incidir não sobre um ou outro lavrador, mas sobre um grande número e em várias fazendas. Isto significava que o lavrador despejado de uma área dificilmente seria reabsorvido em outra.(40)

Uma tal situação pode ser bastante crítica, como lembra Barrington Moore Jr. em seu clássico estudo sobre As origens sociais da ditadura e da democracia:

> *"O ritmo das modificações na vida dos camponeses, incluindo o número de pessoas afetadas simultaneamente, constitui fator crucial, por si próprio. Suspeito ser mais importante do que as alterações materiais em alimentos, abrigos e vestuário, a menos que estas sejam muito súbitas e vastas. A deterioração econômica em fases lentas pode ser aceita por suas vítimas, como parte da situação normal. Especialmente quando não há alternativas claramente visíveis, pode-se encontrar cada vez maior aceitação das privações, dentro do padrão dos camponeses daquilo que é justo e devido. O que enfurece os camponeses (e não só os camponeses) é uma nova e súbita exigência imposta que cai sobre muita gente ao mesmo tempo e significa uma quebra de regras e costumes aceitos."* (Moore Jr, 1975: 544 e 545)

---

(40) De acordo com Frederico Araújo, uma das razões alegadas pela proprietária da Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias, para despejar a pessoa que a arrendava, no início dos anos 1960, foi o fato de ter este arrendatário permitido que novos lavradores ali se instalassem como seus parceiros. (Araújo, 1982: 33 a 35)

No caso de Pernambuco, como aponta Lygia Sigaud, foi a saída em massa dos engenhos, também nos anos 1950, que levou os moradores a reagirem contra os proprietários. A saída era constitutiva da morada, e poderia ocorrer quando o proprietário, ou o próprio morador, assim o decidissem. Saindo, porém, o morador poderia ligar-se a um outro proprietário nas mesmas condições. A saída em massa determinada pelos proprietários e a recusa destes em aceitar novos moradores, entretanto, representou o fechamento do acesso à morada. (Sigaud, 1979: 33)

No estado do Rio, os despejos eram vistos como procedimento ilegítimo, injusto, contra lavradores que haviam desbravado a terra, tornando-a produtiva, valorizando-a com seu trabalho, seu suor e seu sangue, e mais ainda, que não se recusavam a pagar pela sua utilização. Um lavrador em luta da região de Caramujo, em Nova Iguaçu, fazia, em 1957, o seguinte histórico da área e de suas relações com o grileiro até o início das ameaças de despejo:

> *"Há mais de quatro anos que pingava suor da nossa cara nas roças do Caramujo. Com a nossa labuta eu e mais de 60 famílias de colonos conseguimos transformar aquelas terras em plantações de perder de vista. Eram milhares e milhares de pés de bananeiras, aipim, touceiras de cana e uma infinidade de produtos que nas feiras nos davam meios para prestar um bom conforto para a nossa gente. Trabalhamos pelo sistema de terça, cortando lenha para o homem que se dizia dono das glebas, um vereador de Nova Iguaçu de nome Pimenta. Cortávamos lenha para ele e, em troca, tínhamos o direito de plantar nossas roças, desde que lhe dês*

Favor não fazer anotações ou grifos
à tinta ou a lápis nesta publicação

semos uma terça parte dos produtos colhidos."(41)

E o jornal Imprensa Popular, noticiando ameaças de despejo em várias fazendas de Duque de Caxias, no início de 1954, comentava que os lavradores, *"alguns com mais de 30 anos ocupando as propriedades, fizeram grandes melhoramentos, como plantações, construções, etc., sem que aparecessem donos. Agora, que as terras estão se valorizando rapidamente, os grileiros aparecem intitulando-se donos das terras, embora sem nenhuma documentação."*(42)

Justamente por seu trabalho investido, por terem como meta a produção, os lavradores julgavam ser um direito seu o acesso à terra. A luta, assim, representava a afirmação deste direito. Este é o sentido das declarações dos lavradores que, segundo o jornal Imprensa Popular, a Santa Casa da Misericórdia vinha tentando despejar em Austin, Nova Iguaçu, no início da década de 1950:

"Daqui ninguém sai, seu moço, porque quando isto aqui estava abandonado, ninguém se lembrava de se dizer dono. Agora que as terras estão lavradas, vem a Santa Casa com essa conversa pra nos jogar no meio da rua, sem eira nem beira. Mas se eles têm coragem que venham."(43)

---

(41) Imprensa Popular, 29/6/1957, p6.

(42) Imprensa Popular, 22/1/1954, p2

(43) Imprensa Popular, 15/3/1952, p5.

E a questão dos direitos é referida também por uma comissão de lavradores da Fazenda Piranema, em Duque de Caxias, que, em fins de 1954, denunciava ao jornal Luta Democrática as investidas de grileiros na área:

> *"Cada dia que se passa a situação fica mais grave. Agora estamos decididos a defender nossos direitos, já que Leitão procura nos despejar a fogo. Se não houver uma providência cabível neste caso, estamos certos, Piranema levantar-se-á em prol da liberdade dos homens que cultivam e lutam pela sobrevivência."*(44)

Um outro aspecto, recorrentemente lembrado como marca da ilegitimidade dos despejos, é o de que eles punham em risco o sustento e a própria sobrevivência do lavrador. Isto pode ser percebido no depoimento do lavrador de Caramujo, visto acima, quando diz que, com a venda dos produtos que plantava, podia propiciar um bom conforto para sua gente. Também acima, na declaração da comissão de lavradores de Piranema, o despejo aparece como comprometendo a *"luta pela sobrevivência"* dos *"homens que cultivam"*. E o mesmo aparece no discurso de uma dos líderes da luta da Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias:

> *"Quando a terra está plantada, aparecem os processos e os donos e mais a Justiça para nos por a correr. Desta vez ninguém corre, pois todos, ameaçados ou não, resolvemos defender o nosso pão de cada dia."*(45)

---

(44) Luta Democrática, 10/12/1954, p5.

(45) Luta Democrática, 19/8/1961, p2.

A noção de direito à terra e a defesa da sobrevivência associavam-se, ainda, a uma outra concepção que parecia estar presente entre os lavradores e que deve ter contribuído para impulsioná-los à luta, reforçando a face desumana dos despejos. Trata-se da idéia de que o despejo atirava o lavrador numa situação de degradação e de desamparo. Isto fica claro nas declarações dos lavradores de Austin, vistas há pouco, de que a Santa Casa queria jogá-los "*no meio da rua, sem eira nem beira.*" E uma imagem semelhante a esta é construída por Satiro Borges, líder dos lavradores da Fazenda do Largo, em São João da Barra, numa declaração ao jornal Novos Rumos em 1961. Segundo ele, os lavradores que foram despejados da fazenda "*hoje vivem na beira do cais, pescando para matar a fome dos filhos.*"(46)

Mas onde a ilegitimidade dos despejos é igualmente transparecia era na categoria empregada para referir aqueles que os empreendiam: grileiro. Grileiro era, e é, uma categoria com um conteúdo fortemente negativo, significando alguém que se apodera de terras alheias através de documentação falsa. Até mesmo para um antigo dirigente da FARERJ, a Baixada, à diferença do Norte do estado, era uma área conturbada pelo fato de que, ali, os donos "*não eram propriamente donos*", eles eram grileiros que "*invadiram essas terras.*"

---

(46) Novos Rumos, 14 a 20/4/1961, p2.

Os grileiros eram vistos como falsos donos, que apareciam de repente, depois que a terra havia sido valorizada pelo trabalho camponês, portando documentação forjada e exigindo a saída dos lavradores. Por isso mesmo, os despejos eram, para estes, uma medida não apenas ilegítima, mas também ilegal. Para a retirada dos lavradores os grileiros empregavam, além de ações judiciais, a violência, que era exercida tanto pela política quanto por jagunços contratados.

É interessante a reportagem do jornal Imprensa Popular sobre os problemas enfrentados pelos lavradores da Fazenda Papa-Folhas, em Duque de Caxias, em meados da década de 1950. A valorização teria atraído para ali um grileiro que se dizia dono da área. Para alcançar seus propósitos, segundo o jornal, *"tratou, então, de fazer o que fazem todos os grileiros: forjar escrituras falsas e contratar jagunços."*(47)

Com sua ação, os grileiros visavam não a produção, mas sim a realização de loteamentos ou, simplesmente, a especulação com as terras, que manteriam incultas. Desta forma os grileiros, na opinião dos lavradores e dos setores a eles mais próximos, impediam que a terra cumprisse sua função econômica e social, o que causava prejuízos aos próprios habitantes das cidades. De acordo com declarações de lideranças

---

(47) Imprensa Popular, 15/7/1955, p2.

camponesas em julho de 1955, a ação especulativa dos grileiros poderia comprometer o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro.(48) Ou ainda, como aponta um manifesto dos lavradores em luta do Núcleo Colonial Santa Alice, em Itaguaí, em 1961, o apoio dos setores urbanos às ações camponesas contra as investidas dos grileiros representava, também, um passo no combate contra a carestia de vida.(49)

De fato, a especulação e a grilagem eram bastante recorrentes na Baixada, estimuladas pela valorização e pela indefinição quanto à condição e o limite das terras. Nem todos aqueles que despejavam, contudo, eram realmente grileiros, apesar de serem assim referidos. Havia entre eles também proprietários legais, e o emprego da categoria não se limitaria apenas à Baixada, ocorrendo mesmo quando se tratava de despejos fora daquela região. Além disso, grileiro poderia, igualmente, estar referido a um preposto dos verdadeiros interessados no despejo. Isto pode ser percebido, por exemplo, no caso do 6º Distrito de Nova Iguaçu, por cujas terras havia uma companhia interessada. Esta companhia teria, segundo o jornal Imprensa Popular, empregado, em meados de 1956, os serviços de um grileiros e seus capangas para despejar os lavradores.(50)

---

(48) Imprensa Popular, 20/7/1955, p8.

(49) Jornal do Brasil, 21/9/1961, 1º caderno, p5.

(50) Imprensa Popular, 2/6/1956, p4.

Pouco interessava para os lavradores e seus aliados quem fossem de fato os grileiros, ou mesmo a aparente contradição de que, embora não estivessem interessados na produção, só aparecessem quando a terra já estava plantada ou preparada para o plantio. O que importava era o caráter negativo assumido pelos despejos de maneira geral, aparecendo como um roubo e uma injustiça contra os lavradores, e como um prejuízo para as populações urbanas. O que importava era deslegitimar as pretensões dos grileiros em relação às terras, mesmo que alguns deles fossem seus donos legais.

Mas se todos estes elementos só fazem reforçar a feição de ilegitimidade assumida pelos despejos, nem por isso são suficientes para explicar as reações dos lavradores, ou mesmo o fato de que suas lutas tenham se desencadeado a partir da Baixada. Afinal, um despejo pode ser injusto, mas também pode ser visto pelo lavrador como algo inevitável, algo para o qual não há saída. Neste caso, como aponta Barrington Moore Jr num trabalho sobre as bases sociais da obediência e da revolta, as pessoas podem suportar mesmo uma grande carga de sofrimento:

> *"People can and do put up with just about anything, though there are undoubtedly wide individual differences in this ability. The main reasons come down to two. Either they are unable to conceive of a different way of life, or they do imagine one, they are unable to do anything about it. Generally both reasons operate simultaneously."* (Moore Jr, 1978: 438)

Para que haja revolta, observa o autor, é preciso superar a ilusão de que a situação em que alguém, ou um grupo, se encontra, é permanente e inevitável. E para que isso ocorra, é fundamental a quebra da dependência e da dominação. (Moore Jr, 1978: 461 e 462)

A questão da dominação e da autoridade já havia sido apontada por Eric Wolf em suas pesquisas sobre a participação do campesinato em processos revolucionários transcorridos no século XX. Para o autor, é o campesinato médio, isto é, aquela parcela da população camponesa que tem acesso seguro a um pedaço de terra que cultiva com a família, que é mais propenso a primeiro ingressar num processo de mobilização. Ele teria uma maior mobilidade tática por seu acesso à terra e também, e principalmente, por sua autonomia, por sua liberdade, pelo fato de não estar na dependência de um senhor. E o mesmo acontece com o campesinato livre, localizado nas áreas periféricas, fora do controle e do domínio dos senhores. Tal já não ocorre, no entanto, com o trabalhador sem terra e com o camponês pobre, uma vez que estão subordinados a proprietários. A quebra dos laços de subordinação e dependência pode, contudo, conferir mobilidade também a estes setores do campesinato, possibilitando o seu ingresso numa rebelião. (Wolf, 1973: 394 a 396)

O próprio Moore Jr, num trabalho anterior já referido, chamava a atenção para o fato de que a relação entre o senhor e os camponeses pode representar um fator inibidor de rebeliões. Segundo ele, "*quando os laços resultantes das*

relações entre o senhor rural e a comunidade camponesa são fortes, a tendência para a rebelião (e, mais tarde, revolução) dos camponeses é fraca." (Moore Jr, 1975: 539)

Na verdade, revoltas podem ocorrer dentro da ordem tradicional sem que, no entanto, seja ela questionada ou abalada. Este é o caso, por exemplo, do campesinato chinês no início do processo revolucionário, analisado por Lucien Bianco. O autor trata de diversas revoltas camponesas ocorridas na China sem que, à frente delas, estivesse a liderança comunista. Estas revoltas, ou rebeliões, eram, segundo Bianco, em grande parte defensivas, representando respostas dos camponeses àquilo que chama de incursões externas. Seus principais alvos eram os agentes oficiais. Assim, os distúrbios contra o pagamento de impostos ao Governo eram muito mais numerosos do que aqueles contra o arrendamento pago ao senhor, ainda que o arrendamento fosse mais elevado que o imposto. Ocorre que, se de um lado estava um Governo distante e impessoal, de outro estava o senhor local, a quem os camponeses estavam ligados por diversos laços pessoais. Isto explicaria o comportamento diferente dos camponeses em relação a um e outro. (Bianco, 1975: 315 a 321)

A questão que se coloca, portanto, é a de como se rompe a subordinação e a dependência. Wolf, por exemplo, nos fala dos efeitos desestruturadores da difusão do sistema capitalista sobre relações tradicionais. Em países como México, Cuba, Rússia, China, Vietnã e Argélia, que conheceram grandes rebeliões e revoluções, com maior ou menor par-

ticipação do campesinato, a difusão do capitalismo produziu uma crise de autoridade, pondo em xeque o poder das antigas elites. A afirmação de sistema de mercado tornou possível que novas elites competissem com as tradicionais pelo controle dos recursos sociais. Neste processo, a própria base da dominação tradicional ia sendo comprometida na medida em que as elites deixavam de desempenhar, em relação aos dominados, funções que até então lhes eram reservadas.(51) Desta forma, esgarçavam-se os laços que uniam dominantes e dominados.

> "*Commercialization disrupted the hinterland; at the very same time it also lessened the ability of powerholders to perceive and predict changes in the rural area. The result was an ever-widening gap between rulers and the ruled.*" (Wolf, 1979: 267)

No Nordeste brasileiro, as condições econômicas ensejaram, nos anos 1950, a expulsão em massa dos moradores, mais tarde acelerada pela própria mobilização política. A quebra da relação de morada representava também a quebra da dominação do proprietário sobre o morador, nela embutida. (Palmeira, 1977)

---

(51) Barrington Moore Jr sustenta que, para que os laços existentes entre o senhor rural e a comunidade camponesa assegurem a estabilidade social, é preciso que duas condições se cumpram: não pode haver forte competição entre o senhor e os camponeses pela terra ou por outros recursos; o senhor deve executar serviços necessários para o ciclo agrícola e para a coesão social da aldeia, em troca dos quais recebe privilégios e recompensas materiais. Em outros termos, não pode haver um desequilíbrio entre as contribuições dos camponeses e os serviços prestados pelo senhor.(Moore Jr,1975:539 a 541)

Mas a relação de dominação pode ser rompida também por um elemento externo, um terceiro elemento, que nela se interpõe. Tal ocorreu, por exemplo, no caso da China, analisado por Lucien Bianco. Ali, segundo o autor, a chegada do Exército Vermelho era um dos fatores tidos pelos camponeses como acidentais, estranhos à ordem tradicional, e que os tornava mais suscetíveis à mobilização política. Encarados a princípio muito mais como uma ameaça, os comunistas tiveram que se instalar como dominadores militares em suas recém-criadas bases rurais. Aos poucos, porém, eles iam conquistando os camponeses através de meios mais positivos, de serviços, e não apenas da força. Revertiam-se, assim, as lealdades dos camponeses, ao mesmo tempo em que, para estes, a ordem tradicional ia perdendo a sua feição de ordem natural. (Bianco, 1975: 323, 327 e 328)

No caso específico da Baixada, e aqui ela se diferencia do restante do estado do Rio, as transformações econômicas foram fundamentais para a quebra da autoridade, atraindo elementos *"externos"*, que eram os grileiros. Embora encontrassem-se os lavradores, num bom número de casos, sujeitos a uma relação de subordinação, os grileiros, na quase totalidade dos relatos, aparecem como pessoas estranhas, que começam a surgir de repente, a partir de um determinado momento. Nem sempre quem despejava, portanto, era aquele que exercia a dominação.

O caso das Fazendas Piranema e Penha-Caixão, ambas em Duque de Caxias, é bastante ilustrativo a este res-

peito. As duas áreas eram, ao que parece, controladas por uma pessoa de nome Américo Vespúcio, que não era dono de nenhuma delas, embora assim se apresentasse. Na primeira, Piranema, lembra um expressivo líder camponês de Duque de Caxias ter ali se estabelecido como arrendatário de Vespúcio. Já em Penha-Caixão, relata-nos José Pureza, que esteve à frente das lutas dos lavradores fluminenses, que entrou nas terras também com a autorização de Vespúcio, sob a condição de lhe dar a metade das bananas que produzisse. (Pureza, 1982: 18) Nas duas, porém, os grileiros eram pessoas de fora.

É interessante, quanto a isto, o depoimento do referido líder camponês de Duque de Caxias sobre os grileiros na sua região:

> *"Essa situação de grileiro, aqui nós lutamos contra grileiro que a gente nem nunca viu, só ouvia falar o nome dele. Entrava em Juízo que tava lá o requerimento feito por ele. A gente mesmo nunca viu ele, nunca veio aqui mas era dono."*

Quando surgia o grileiro, era para ele, e não para aquele que exercia a dominação, que se dirigia a hostilidade do lavrador. A Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias, por exemplo, era arrendada por uma pessoa que tinha alguns lavradores como parceiros. O não cumprimento do contrato por parte do arrendatário, contudo, levou a proprietária das terras a requerer o seu despejo juntamente com os lavradores. (Araújo, 1982: 33) Mas enquanto nos jornais há diversas condenações à atitude da proprietária, nada se fa

la contra o arrendatário e sua relação com os lavradores.(52)

Também interessante é o caso da Fazenda Piranema, descrito pelo jornal Imprensa Popular com referências elogiosas a Amérigo Vespúcio:

> *"No tempo em que essa extensa área de terra era empantanada e por isso mesmo improdutiva, cheia de malária, ninguém senão Amérigo Vespúcio e seus colonos se atreveu a nela entrar. Agora que os lavradores tornaram as terras produtivas, surgiu um 'dono', o Capitalista Mario de Almeida, cidadão riquíssimo que cobiça a posse das terras cultivas."*(53)

Com a continuada pressão dos grileiros e os constantes despejos, contudo, esta situação, ao que parece, começaria a se reverter. O próprio Américo Vespúcio é um exemplo disso. Segundo o relato de José Pureza, agora sobre a Fazenda Penha-Caixão, também controlada por Vespúcio, os lavradores descobriram que era ele, na verdade, *"um grileiro pequeninho"*, após o aparecimento na região de *"grileiros poderosos que se diziam donos daquelas terras."* (Pureza, 1982: 21)

A subordinação imposta aos lavradores da Baixada não se revestiu, ao que nos parece das mesmas característi-

---

(52) Ver, por exemplo, Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 18/8/1961, p7. Luta Democrática, 19/8/1961, p2. Novos Rumos, 25 a 31/8/1961, p6.

(53) Imprensa Popular, 8/3/1953, p4.

cas de outras regiões do estado, como por exemplo o Norte, onde também ocorria a saída de camponeses das terras. No caso da Baixada, a entrada dos lavradores nas terras era relativamente recente e, de maneira geral, proprietários ali não exerceram, com continuidade, o papel de organizadores da produção. Os vínculos entre estes e os lavradores não eram, assim, tão consistentes quanto no Norte do estado. Aqui, zona de propriedade consolidada onde os proprietários gozavam de grande poder e mantinham laços clientelísticos com seus lavradores, as lutas, à diferença da Baixada, foram escassas.

A valorização das terras da Baixada e o consequente aparecimento dos grileiros, muitas vezes diversos deles reivindicando uma mesma área, contribuíram para o enfraquecimento dos já não muito fortes laços de subordinação que prendiam os lavradores. Se estes não se sentiam donos das terras, eles iriam, aos poucos, relativizando sua situação, e desconfiando de que aqueles que se diziam donos também não o eram. Os lavradores tornavam-se, assim propensos a lutarem por uma terra que julgavam ser um direito seu e a sua sobrevivência, contra os despejos que lhes pareciam, cada vez mais, injustos e ilegítimos.

Destarte, a quebra da subordinação provocada, em grande parte, pela interposição de um terceiro elemento na relação - o grileiro - foi fundamental, a nosso ver, para que as lutas dos lavradores se iniciassem a partir da Baixada, e tivessem ali seu foco de maior intensidade até o ano

de 1964. E o caso da Fazenda do Largo, localizada em São João da Barra e, assim também, fora da Baixada, pode reforçar esta hipótese. A fazenda foi palco de uma prolongada luta que se iniciou ainda nos anos 1950. Como já vimos, seus antigos lavradores a cultivavam sem nenhuma relação direta com proprietários ou preposto deste até que, num dado momento que os jornais não precisam, apareceu alguém e lhes impôs um pagamento pela utilização da terra. Os lavradores aceitaram e, até o início da década de 1950, vinham efetuando o pagamento. A partir daquele momento, porém, começaram a surgir diversos grileiros reivindicando a área e despejando lavradores, o que desencadeou a luta.(54)

O "*efeito involuntário*" da presença dos grileiros na Baixada foi, portanto, o de ser um dos principais elementos responsáveis pela eclosão das lutas.(55) A quebra da autoridade, que constitui uma relação vertical, possibilita a redefinição das redes horizontais de solidariedade e lealdade, bem como a construção de uma nova identidade ou, como lembra Barrington Moore Jr, de uma identidade poli

---

(54) O jornal Imprensa Popular, 11/10/1957, p6, faz referência a cinco diferentes grileiros que estariam interessados no despejo dos lavradores da Fazenda do Largo.

(55) A expressão "*efeito involuntário*" da presença dos grileiros é de Moacir Palmeira. A ele devemos também, a sugestão de pensar o grileiro como um terceiro elemento que se interpõe na relação de dominação.

ticamente efetiva para os antigos dominados.(56) Para a formação desta identidade haveria, segundo o autor, dois pontos básicos. O primeiro, é o de que é preciso reverter aqueles tipos de relação entre os oprimidos que auxiliam o opressor, e dirigir o seu antagonismo para fora, contra um inimigo comum. O segundo ponto é a criação de padrões de condenação moral para o sofrimento que proponham, ao mesmo tempo, uma alternativa. Como parte deste processo desenvolve-se, também, uma nova definição de amigo e de inimigo. (Moore Jr, 1978: 87 e 88)

A identidade que os lavradores fluminenses forjaram em sua luta contra os grileiros expressava-se através

---

(56) O sociólogo francês Pierre Bourdieu trabalha com a noção de identidade como um produto de lutas. Para ele, a representação que os grupos fazem de si mesmos e dos outros contribui, em grande parte, para fazer deles aquilo que eles são e o que fazem. Esta representação, por sua vez, não é um dado ou um simples reflexo, mas fruto de ações de construção que se realizam a cada momento, nas lutas entre os grupos para imporem a represenção do mundo social mais de acordo com os seus interesses. Desta forma, uma das facetas da dominação estaria, justamente, na imposição de uma representação do mundo social. Ela incidiria sobre a produção da identidade social do dominado.

Os grupos dominados se constituem, assim, naquilo que Bourdieu chama de uma "*classe-pour-autri*", isto é, uma classe que conta com uma verdade objetiva de si mesma que não foi ela quem produziu. E de todos os grupos dominados, aquele onde isto se colocaria de forma mais evidente seria o campesinato. (Bourdieu, 1977)

A quebra da dominação, portanto, passaria pela construção de uma identidade própria e de uma representação do mundo social, o que supõe uma relativização daquilo que parece objetivo.

da categoria posseiro. Esta categoria tinha, ao que nos parece, uma origem na argumentação jurídica dos lavradores e de seus advogados no sentido de obter, da Justiça, a sua permanência na terra através do usucapião. Os lavradores, portanto, procuravam argumentar que haviam entrado em terras abandonadas, aparentemente sem dono e que haviam cultivado, mansa e ininterruptamente, pelo prazo suficiente para requerer o seu direito, antes dos grileiros aparecerem.(57)

Com o correr e a disseminação das lutas, posseiro vai adquirindo um significado mais amplo, abarcando, assim como lavrador, diversas categorias de produtores rurais. Mas enquanto lavrador era um termo mais neutro, não envolvendo, necessariamente, disputa com grileiro, embora fosse acionado também neste contexto, posseiro estava referido diretamente à luta.

Em nem todas as lutas no campo fluminense, contudo, os atores eram considerados posseiros. Um exemplo disso são os trabalhadores rurais das áreas canavieiras em suas lutas trabalhistas. Neste caso, eles, que não eram enquadrados como lavradores, também não eram referidos como posseiros, ao mesmo tempo em que os usineiros não eram vistos como grileiros. Estes mesmos trabalhadores rurais, no entanto, foram

---

(57) Dizia o Código Civil, em seu artigo 487, que não podia ser considerado *"possuidor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome desta e em cumprimento de ordens ou instruções suas."* (Código Civil Brasileiro, 1970: 189) A reivindicação da posse da terra na Justiça, portanto, passava pela negação da dependência e dos direitos que os grileiros alegavam ter.

chamados de posseiros quando, em 1963, ocuparam uma área de terras vazia que alegavam ser do estado mas sobre a qual os usineiros também tinham interesse. Na tentativa de despejá-los, os usineiros, por sua vez, apareciam como grileiros.(58)

Vemos, portanto, que o termo posseiro era acionado quando o que estava em jogo era o acesso à terra. Ele supunha uma quebra da autoridade, na medida em que o posseiro questionava o direito que o seu opositor alegava ter sobre a terra. Daí que a categoria empregada para referir este opositor fosse a de grileiro, qualquer que fosse o vínculo jurídico que este tivesse com a área em questão. O grileiro era, nos termos de Moore Jr, o inimigo do posseiro. É por isso que, a nosso ver, como lembra hoje uma antiga liderança do período estudado, as organizações camponesas eram acusadas de "*apelidar*" a todos de grileiro.

Posseiro era a categoria utilizada para identificar os diversos tipos de lavradores que lutavam pela terra em oposição aos grileiros. Ela surgiu e se consolidou com a própria luta. Foi apenas a partir de meados dos anos 1950 que ela começou a aparecer nos jornais com maior insistência. Antes disso, no início daquela mesma década, quando eram ainda incipientes as lutas dos lavradores, Pedro Tiger

---

(58) Ver Novos Rumos 19 a 25/4/1963, p7. Terra Livre: maio de 1963, p2 e 5; dezembro de 1963, p8.

e Myriam Mesquita (1956) não faziam referência à presença de posseiros nem mesmo na Baixada. Por outro lado, numa demonstração de que esta categoria terminou de alguma forma sendo incorporada aos esquemas classificatórios dos lavradores, Eliane Cantarino Bastos observa que, em Itaboraí, já no início da década de 1970, arrendatários e meeiros em luta se auto-referiam como posseiros, em oposição ao fazendeiro, que chamavam de grileiro:

> "O posseiro opõe-se ao grileiro, termo que nomeia todo aquele que quer 'expulsar os trabalhadores posseiros' dizendo-se proprietário das terras onde estão trabalhando. O termo posseiro também é utilizado pelos arrendatários e meeiros que estão em questão (litígio) com o fazendeiro, que quer expulsa-los da fazenda, para se auto-denominarem. Nesses casos, o fazendeiro é chamado de grileiro. Dessa forma o termo posseiro é também uma categoria de luta utilizada pelos arrendatários e meeiros contra o fazendeiro que quer expulsá-los." (Bastos, 1977: 54)

A categoria posseiro, portanto, se afirma a partir do processo de lutas dos lavradores pela terra. Através dela conforma-se uma identidade e articulam-se os interesses de diferentes tipos de lavradores, contra os interesses dos grileiros. Por isso mesmo, no caso específico do estado do Rio de Janeiro, posseiro, que ganha sentido em oposição a

grileiro, e luta, não podem ser dissociados.(59)

---

(59) Esta reflexão sobre as categorias e os sentidos que ganham através da luta foi, em parte, sugerida pela leitura de *"Morte do caboclo"*, trabalho de Lygia Sigaud sobre os sistemas classificatórios de trabalhadores rurais da plantation açucareira de Pernambuco, (Sigaud, 1978) e também pela leitura de Thompson no que se refere à sua noção de classe. Para o historiador inglês, classe se constitui numa noção relacional e só ganha sentido historicamente:

> "*Moreover, we cannot have two distinct classes, each with an independent being, and then bring them into relationship with each other. We cannot have love without lovers, nor deference without squires and labourers. And class happens when some men, as a result of common experiences (inherited or shared), feel and articulate the identity of their interests as between themselves, and as against other men whose interests are different from (and usually opposed to) theirs.*" (Thompson, 1966: 9)

2. O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO

Já foi dito que um dos fatores fundamentais para que a revolta venha à tona, é a quebra da crença na inevitabilidade das condições às quais um grupo se encontra submetido. E esta quebra, também como vimos, relaciona-se com o próprio rompimento da dependência e da dominação. Igualmente importante para que ela ocorra, contudo, é a ação das lideranças e das organizações daquele grupo. É pela mediação destas, outrossim, que se opera a "*desnaturalização*" da ordem estabelecida.(1)

Barrington Moore chama a atenção para a importância da ação de "*minorias ativistas*" e de "*agitadores externos*" nos processos de transformação social, produzindo, para uma massa potencialmente descontente, novos padrões de condençaão da ordem existente:

> "*It is always an activist minority that promotes and promulgates new standards of condemnation. They are an indispensable if insufficient cause of major social transformations, peaceful and gradualist as well as violent or revolutionary. Generally they are relatively young and unencumbered by social ties and obligations. That is one more indication of the importance of social and cultural space, to be discussed shortly. Very frequently they are outsiders to the locality in which*

---

(1) A questão da importância da mediação das organizações camponesas para a "*desnaturalização*" de uma determinada situação nos foi sugerida pela leitura de Lygia Sigaud, num texto em que discute a politização do problema da violência contra trabalhadores rurais. (Sigaud, 1987 : 9 e 10)

> *they serve. Their task is to find and articulate latent grievances, to challenge the dominant mythology, to organize for a contest with the dominant forces around them. The outside agitators do the hard work of underminig the old sense of inevitability. They are also the traveling salesmen for the new inevitability".*(Moore, 1978: 472 e 473)

A questão da importância e do caráter externo das lideranças tem sido bastante enfatizada pela literatura sobre a participação política do campesinato. Gerrit Huizer, por exemplo, que faz um estudo sobre rebeliões camponesas ocorridas na América Latina, buscando os pontos comuns a estes movimentos, aponta para o fato de que suas lideranças, de maneira geral, mesmo quando de origem camponesa, tiveram algum tipo de vivência urbana. Mais ainda, sustenta que seriam justamente aquelas lideranças que viveram fora da aldeia, adquirindo novas idéias, que melhor se poderiam contrapor aos laços clientelísticos que unem os camponeses aos senhores, e tornar possível a mobilização. (Huizer, 1973: 107 e 123)

Já Teodor Shanin, por seu lado, procura explicar os padrões de ação política do campesinato a partir das suas características sociais específicas. Segundo ele, um dos padrões mais significativos seria, justamente, o da ação política dirigida. As condições objetivas do campesinato, sua relação com a terra, com a família, com a comunidade, bem como sua inserção na sociedade mais ampla, levam-no a um certo isolamento e imprimem-lhe uma forte segmentação. Desta forma, apenas um elemento organizador externo pode prover-lhe do

fator unificador necessário para a ação. (Shanin, 1979: 257)

Eric Hobsbawm segue um argumento semelhante ao de Shanin. O historiador inglês trabalha com a divisão entre *"micropolítica"* e *"macropolítica"*. Enquanto aquela se refere às relações observadas no interior da aldeia camponesa, esta diz respeito à grande política, à política da sociedade abrangente, do Estado nacional. (Hobsbawm, 1978: 42) O questionamento do autor é centrado sobre as possibilidades do campesinato marcar sua presença na *"macropolítica"* como uma classe social unificada, com um projeto próprio de transformação da sociedade abrangente. A resposta a que chega é negativa, e ele a baseia, entre outros, em dois fatores que seriam fundamentais. O primeiro deles seria o confinamento do camponês ao seu *"pequeno mundo"*, isto é, o espaço onde se desenrola aquele que, para ele, se constitui no seu universo de relações sociais. (Hobsbawm, 1978: 46) O segundo é o constante sentimento de subalternidade que, de acordo com o autor, é uma característica do campesinato tradicional. (Hobsbawm, 1978: 50) Assim, marcado pelo isolamento e por uma consciência de inferioridade, o camponês tem sua atuação política limitada. Somente uma intervenção externa, como a de grupos ou partidos políticos, por exemplo, pode fazer com que os movimentos camponeses transcendam seu âmbito localizado. (Hobsbawm, 1978: 48 e 49)

Hobsbawm, como vemos, opera com uma noção espacializada de política, em que o elemento externo é aquele que se localiza para além do *"pequeno mundo"*, fazendo a mediação

entre este e a sociedade abrangente. Desta forma, externo e interno seriam qualidades conferidas pelo espaço, o que de certa maneira também estaria presente nas concepções de Shanin. Para este autor, como vimos, é o organizador externo que costura as unidades camponesas dispersas e segmentadas, unificando-as na ação.

Embora relevemos bastante o papel da mediação e da unificação nas mobilizações camponesas, parece-nos que a distinção entre externo e interno deve estar referida às relações sociais nas quais se insere o campesinato. E Huizer já apontava neste sentido, quando conferia, às lideranças camponesas que viveram fora da aldeia, uma maior capacidade para romper as ligações entre os camponeses e o senhor.

É esta também a indicação que nos dá Lucien Bianco em seu já referido estudo sobre os camponeses e a Revolução Chinesa. Bianco retoma a categoria de Shanin de "ação política dirigida", isto é, o fato de um grupo de ativistas fortemente ligados, com sua dinâmica própria, com estrutura organizacional específica, assim como metas e liderança, organizar e mobilizar o campesinato, para explicar o caso chinês. Segundo ele, as massas camponesas, por si sós, não eram capazes, na China, de pôr em xeque o poder no campo. (Bianco,1975: '330) Mas Bianco baseia sua explicação na questão da dominação e da ordem tradicional. É a interposição das forças comunistas que permite a quebra da dominação e da ordem tradicional.

Dizer apenas que estes grupos são exteriores à ordem estabelecida, no entanto, não é suficiente, a nosso ver, para explicar o seu potencial perturbador e a ameaça que constituem para os setores dominantes rurais. É preciso atentar, também, para o fato de que são eles que, retomando as palavras de Barrington Morre, minam o antigo senso de inevitabilidade, fornecendo os novos padrões para a sua condenação e, mais ainda, indicando a alternativa, conformando a nova inevitabilidade.

O externo que leva a modificações, deve estar referido também ao acesso aos locais de produção de novas representações do mundo social, nos termos de Pierre Bourdieu. Os grupos que promovem a mobilização são os portadores daquilo que o sociólogo francês chama de *"discurso herético"*, ou seja, um discurso que rompe a adesão à ordem estabelecida e que produz, ao mesmo tempo, um novo senso comum que aponta para uma nova ordem. Como lembra Bourdieu, a permanência de uma ordem social se deve, em parte, ao fato de que ela gera esquemas classificatórios que, ajustados às classificações objetivas, produzem um reconhecimento desta ordem, mas igualmente um desconhecimento de seus fundamentos. Assim, a subversão política estaria referida à denúncia da adesão à ordem estabelecida e à conversão da visão do mundo social. (Bourdieu,1981a : 69 e 70)

No caso do estado do Rio de Janeiro, e mais especificamente da Baixada, como vimos, a intensificação da ação dos grileiros, a partir dos anos 1950, teve efeitos desestrutura

dores sobre as relações existentes. Mas se esta presença foi fundamental para a eclosão das lutas dos posseiros, ela, no entanto, não nos parece suficiente para explicar estas mesmas lutas, o caráter que assumiram e sua intensidade. Um fator igualmente importante a ser levado em conta é o de que, ao mesmo tempo em que os grileiros intensificam sua ação, tendo em vista a valorização das terras, outros elementos externos começam a se deslocar para aquela mesma região. Trata-se de pessoas que, apesar de muitas vezes terem uma origem camponesa, tiveram uma passagem pela cidade, por movimentos de trabalhadores urbanos e eram, muitas delas, ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Seus objetivos, portanto, não eram os mesmos dos grileiros. Buscavam, dentro de uma estratégia mais ampla de transformação da ordem social, promover a organização dos lavradores, orientando-os em suas lutas.

As trajetórias de alguns dos mais expressivos líderes camponeses fluminenses ilustram bem este processo. José Pureza, por exemplo, nos conta em sua Memória Camponesa, que era estucador e que trabalhava na construção civil na cidade do Rio de Janeiro. No final dos anos 1940, no entanto, resolveu ir "*com a família morar no campo, com intenção de viver da lavoura, e ajudar os camponeses a se organizar e lutar pelas suas reivindicações*". Com este objetivo, ele se instalou como parceiro de Américo Vespúcio na Fazenda Penha-Caixão, em Xerém, Duque de Caxias, de onde construiu sua liderança no meio rural. (Pureza, 1982: 17 e 18)

Um outro importante líder estadual, e que se afirmou

a partir de Nova Iguaçu, percorreu um caminho semelhante ao de Pureza. Cresceu em Belo Horizonte onde desenvolveu diversas atividades e se filiou ao PCB, do qual se desligaria em fins dos anos 1950. Ainda na década de 1940, foi para Volta Redonda, no estado do Rio, onde trabalhou na construção da usina siderúrgica e participou na fundação de um sindicato dos trabalhadores de Volta Redonda. Com as perseguições decorrentes da ilegalidade do Partido Comunista, a partir de 1947, teve que deixar a região, instalando-se como lavrador num sítio que adquiriu em Queimados, Nova Iguaçu. Transferiu-se depois como posseiro para Pedra Lisa, naquele mesmo município, onde se iniciava um movimento de lavradores.(2)

E ainda um outro destacado ativista, depois de passar por diversas regiões do país, estabeleceu-se na cidade de Magé, estado do Rio, em meados da década de 1930. Ali ingressou como operário na indústria local e participou do movimento operário. Por sua militância, entretanto, acabou perdendo o emprego e não mais conseguindo outra colocação, uma vez que entrou para uma *"lista negra"*. Foi neste momento que começou a atuar no campo.(3)

Tanto Pureza, quanto os outros dois citados, exerceram liderança ao nível do estado como um todo. No nível local, contudo, alguns líderes também tiveram trajetórias seme

---

(2) Dados de entrevista.

(3) Dados de entrevista.

lhantes, ainda que sua entrada no campo tenha sido mais tardia. Um deles nasceu em Alagoas, migrou muito jovem com a família para a cidade do Rio de Janeiro. Ali tornou-se operário da construção civil, assim como Pureza também o foi, e viveu em duas favelas. No Rio, teve contacto com o PCB e participou ativamente de movimentos de favelados. Em 1962,no entanto, numa decisão que qualifica como uma *"volta às origens"*, foi para o campo como posseiro da Fazenda Vargem Grande, em Itaboraí, região onde se desenvolviam lutas.(4) Igualmente em 1962, uma outra pessoa que havia migrado do campo para Nova Iguaçu aos 18 anos, tendo ali trabalhado no comércio e tomado contacto com grupos de esquerda, retornou ao campo, ocupando um pedaço de terra na área da Fábrica Nacional de Motores, em Duque de Caxias. Aqui ela teve importante atuação à frente dos lavradores.(5)

Mas o deslocamento de ativistas para o campo não foi exclusivo do estado do Rio de Janeiro, correspondendo,isto sim, a uma política nacional. Já no seu Pleno de Janeiro de 1946, o PCB decidia pela necessidade de *"destacar os melhores e os mais hábeis militantes para o trabalho no campo"*. Era preciso *"organizar e mobilizar os trabalhadores agrícolas das aldeias e das fazendas, para a luta política, para a luta em favor dos seus direitos"*.(6) E foi dentro desta li-

---

(4) Dados de entrevista.

(5) Dados de entrevista.

(6) A Classe Operária, 30/3/1946, p15.

nha que, nos meses seguintes, foram criadas "*ligas camponesas*", " *células rurais e células de fazenda*".(7)

Em março de 1947, no entanto, o jornal comunista A Classe Operária publicava que, embora crescesse a influência do PCB nos meios rurais, este crescimento não vinha acompanhando o agravamento das condições objetivas no campo. Além disso, eram poucos os Comitês Estaduais que se dedicavam realmente à construção do PCB na área rural.(8) E o mesmo era o tom de um artigo do dirigente comunista Maurício Grabois, publicado cerca de dois anos depois. Havia, segundo ele, um atraso no trabalho do Partido no campo, o que se devia a uma subestimação da atuação junto ao camponês, como aliado do operariado na luta pela transformação social. (Grabois, 1949: 30 e 31)

Sob a marca do "*Manifesto de Agosto*" de 1950, que reafirmava o papel do campesinato como aliado do operariado, localizando no atraso da economia, nos restos feudais e no monopólio da terra, os principais problemas da sociedade brasileira, e pregando o confisco dos grandes latifúndios e sua entrega, gratuitamente, aos lavradores, o Comitê Nacional do PCB realizou seu Plano de 1951. (Martins, 1981: 82 e 83) Uma de suas resoluções foi a de intensificar as atividades entre os camponeses. A tarefa básica dos comunistas, tal como então definida, era a de levantar e dirigir lutas pela reivin-

---

(7) A Classe Operária, 10/8/1946, p8.

(8) A Classe Operária, 13/3/1947, p6.

dicação central de "*terra para os camponeses*", em ligação também com a luta pela abolição das formas semi-feudais de exploração que se expressavam nas diferentes modalidades de parceria, por menores taxas de arrendamento e, ainda, contra a expulsão de terra, que marcaria a atuação do PCB em áreas como o estado do Rio de Janeiro.

Mais ainda, sustentava o Comitê Nacional do PCB que, no momento em que o país se encontrava, a principal forma de atuação era a luta de massas – protestos, demonstrações, greves econômicas e políticas. No campo, entretanto, estas lutas tendiam a se transformar em combates parciais, em luta armada com objetivos concretos. Mas os comunistas não deveriam temer esta transformação procurando, pelo contrário, orientá-la: "*Precisamos dizer aos camponeses, através do trabalho direto e persistente das organizações do Partido, que tomem as terras e defendam seus interesses de armas nas mãos.*"(9)

Dos primeiros tempos de atuação do Partido no campo, resultou a criação de associações e ligas de camponeses em estados como São Paulo e Pernambuco, além do Rio de Janeiro.(10) Em Pernambuco, por exemplo, as primeiras ligas reu

---

(9) Imprensa Popular, 14/3/1951, p3.

(10) Problemas, agosto e setembro de 1949, p30.

niam pequenos produtores dos arredores da capital Recife. (Camargo, 1973: 163 e 164) E também no mesmo período, o PCB teve participação ativa em alguns enfrentamentos armados, como foram os casos do levante camponês ocorrido na região paranaense de Porecatu, e da famosa Revolta de Formoso e Trombas, em Goiás, (Martins, 1981: 71 a 75; Moraes & Viana, 1982: 121)

2.1. Da associação ao sindicato

A primeira forma de organização dos lavradores do estado do Rio de Janeiro, e que também foi a predominante até o ano de 1962, foi a associação de lavradores. A sua formação partiu de dois pólos iniciais localizados na Baixada, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, ainda em fins dos anos 1940. Neste último município foi criada, em 1948, a Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. O que havia ali, até então, era uma comissão que regulava a entrada de lavradores naquela área que vinha sendo ocupada desde o começo da década. Um dos criadores da Sociedade foi José Teodoro, conhecido como José Matias que, mais tarde, seria assassinado por grileiros. (11) Quanto a Caxias, José Pureza nos relata que foi criada em 1949, na região de Xerém, uma comissão que visava defender os lavradores das pressões que começavam a ser exercidas pelos grileiros. (Pureza, 1982: 25) Contando inicialmente com

---

(11) Dados de entrevista. Imprensa Popular: 12/8/1951, p6; 28/12/1954, p8.

três pessoas, a comissão acabou desembocando, em 1952, após um despejo na Fazenda São Lourenço e em meio a ameaças aos lavradores da área de Capivari, ambas naquela mesma região, na criação da Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF). Seu Presidente era, então, o lavrador Manoel Jerônimo.(12)

A transformação das comissões em associações parecia estar relacionada a uma busca de maior eficácia na organização, arregimentação e defesa dos interesses dos lavradores. As associações poderiam ser registradas em cartório, obtendo, assim, um respaldo legal para a sua atuação.

Tanto a Sociedade de Pedra Lisa quanto a ALF tinham o mesmo objetivo mais imediato, qual seja, a defesa e a organização dos lavradores contra os despejos de que vinham sendo vítimas. A denominação de cada uma delas, entretanto, permite perceber diferentes objetivos de médio e longo prazo. Enquanto uma tinha uma atuação mais restrita ao município de Nova Iguaçu, a outra pretendia ser uma associação de todos os lavradores fluminenses. Tal foi, já na sua fundação, a orientação dada à organização criada a partir de Xerém, Para tanto, pesou a intervenção do advogado Heitor da Rocha Faria, então ligado ao PCB.(13) Conta-nos José Pureza que a sugestão para que a organização abarcasse todo o estado do Rio e todas as categorias camponesas partiu, justamente, do advogado, que

---

(12) Imprensa Popular: 27/9/1951, p4; 11/6/1952, p8; 12/7/1952, p8; 10/12/1952, p4; 11/12/1952, p6.

(13) Dados de entrevista.

ali fora chamado para prestar orientação. (Pureza, 1982: 25)

Vemos, assim, que o grupo que começa a se estruturar a partir de Duque de Caxias tinha claras pretensões de estender sua influência sobre o restante do estado. Apesar disso, sua ação seria, a princípio, bastante restrita àquele município. Não haveria uma integração maior entre este grupo e o de Pedra Lisa, o que só viria a ocorrer bem mais tarde.

Quando a ALF e a Sociedade de Pedra Lisa foram criadas já havia, em Campos, o Sindicato dos Empregados Rurais. O Sindicato de Campos foi o primeiro fundado no Brasil. Apesar de só ter sido reconhecido pelo Ministério do Trabalho em meados da década de 1940, sua criação data de 1938, após uma série de mobilizações por jornada de oito horas de trabalho. (Barsted, 1981: 95) Tendo à frente seu líder e fundador, Antônio João de Faria, o Sindicato dos Empregados Rurais de Campos desenvolveria uma ação bastante localizada no município e entre os trabalhadores da cana. Ele também não buscaria uma integração com nenhuma das outras duas organizações.

Se, por um lado, não havia uma integração entre o Sindicato de Campos e, por exemplo, o grupo da ALF ao nível do trabalho no estado, por outro, é interessante o apoio dado, a princípio, àquele sindicato, pelas forças com as quais a organização de Duque de Caxias tinha alguns vínculos, entre os quais o PCB. Este partido, que via no trabalho junto aos assalariados agrícolas, além daqueles que chamava de camponeses pobres e de camponeses sem terra, um dos pontos de

apoio da aliança operário-camponesa que buscava construir, procuraria estabelecer uma firme ligação com o Sindicato dos Empregados Rurais de Campos.(14)

Destarte, é comum encontrarmos, durante os anos 1950, num jornal como Imprensa Popular, de linha comunista , grandes reportagens sobre a situação dos trabalhadores rurais de Campos e a atuação de seu sindicato, bem como referências a Antônio Faria como *"grande líder"*. É também marcante a presença de Faria em algumas campanhas promovidas pelo jornal, como por exemplo, a própria campanha de finanças *"Quinze Milhões de Cruzeiros Pró-Imprensa Popular"*.(15)

O mesmo se pode dizer com relação ao periódico Terra Livre, ligado à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). A ULTAB foi criada em São Paulo, em 1954, na II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas que ali se realizou de 19 a 21 de setembro daquele ano. De forte influência comunista, seu objetivo era coordenar as lutas camponesas que vinham ocorrendo pelo país. Sua criação foi precedida de encontros regionais em alguns estados, o Rio de Janeiro inclusive. Dois encontros regionais foram realizados aqui, um no Norte do estado e outro em Caxias, além de uma I Conferência Estadual dos Trabalhadores Agrícolas, ocorrida em 15 de setembro. As questões de Campos e o encontro do Norte do estado receberam cobertura mais deta-

---

(14) Sobre a linha do PCB ver Problemas, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955.

(15) Imprensa Popular, 23/9/1953, p2.

lhada de Terra Livre. Quanto à Conferência Estadual, ela foi muito mais, na verdade, uma conferência de Caxias. Eram deste município todos os participantes da mesa que dirigiu os trabalhadores.(16)

Na própria ULTAB, o grupo de Campos teria uma presença, a princípio, mais destacada, embora o de Caxias fosse a ela vinculado. Havia, na primeira diretoria da entidade, apenas um representante do estado do Rio, ocupando um lugar em seu Conselho Consultivo. Tratava-se de Francisco Diniz Lima, assalariado agrícola de Campos.(17)

Este quadro, contudo, iria se modificando ao longo, ainda, da própria década de 1950. As notícias sobre Campos se tornariam menos recorrentes e o grupo formador da ALF assumiria maior relevância dentro da ULTAB. Devem ter pesado para que isto ocorresse, a nosso ver, a posição de independência que Antônio Faria procurava manter em relação ao PCB, bem como o próprio fortalecimento e a afirmação do grupo da ALF à frente das lutas camponesas no estado do Rio.

A ALF iniciou suas atividades procurando criar bases no interior do município de Duque de Caxias, ou mais especificamente, na própria região de Xerém. O trabalho era feito através da formação de núcleos da associação nas áreas

---

(16) Imprensa Popular: 31/7/1954, p2; 21/8/1954, p6; 14/9/1954, p6; 17/9/1954, p6. Terra Livre: 2ª quinzena de agosto de 1954, p1; 2ª quinzena de setembro e 1ª de outubro de 1954, p6.

(17) Terra Livre, 2ª quinzena de setembro e 1ª de outubro de 1954, p2.

que vinham enfrentando problemas de despejos.(18) Uma das formas encontradas pela ALF para conquistar os camponeses da região foi, como relata José Pureza, a criação de uma cooperativa de consumo:

> "*A primeira providência tomada pela 'Associação' em Xerém foi criar uma Cooperativa de consumo. Ela vendia os produtos mais baratos, e desta forma atraía os camponeses das redondezas, que começavam a conhecer melhor nossa organização. Antes da Cooperativa, eles para economizar dinheiro tinham que fazer suas compras em Belfort Roxo. Pegavam o trem que partia de manhã cedo e voltavam ao meio-dia, caso contrário pagariam mais caro nos armazéns locais.*" (Pureza, 1982: 28)

Posteriormente foram formados núcleos em áreas de outros municípios onde também se observavam despejos, como na Fazenda do Largo, em São João da Barra.(19) Este processo de afirmação e de expansão da ALF foi possível, também, graças ao apoio dado pelo operariado urbano, emprestando sedes de sindicatos para a realização de reuniões e informando sobre áreas onde estariam ocorrendo problemas.(20)

A ALF enfrentou sérios obstáculos em seus primeiros anos de funcionamento. Um deles foi a forte repressão de que

---

(18) Dados de entrevista.

(19) Imprensa Popular, 21/5/1954, p2.
Também em Magé seria criado um núcleo da ALF em meados dos anos 1950, por iniciativa de Manoel Ferreira de Lima. Imprensa Popular, 1/1/1956, p6.

(20) Dados de entrevista.

ela foi alvo por parte da polícia. São bastante frequentes nos jornais, até pelo menos o ano de 1954, as notícias sobre prisões e espancamentos de seus diretores. José Pureza, em sua Memória Camponesa, também nos faz detalhados relatos sobre as investidas policiais, inclusive, desarticulando a cooperativa que havia sido criada. (Pureza, 1982)

Em 1955, quando era governador Miguel Couto Filho, do Partido Social Democrático (PSD), um fato levaria a que a quase totalidade da direção da ALF fosse obrigada a abandonar Duque de Caxias. Trata-se de um grande despejo realizado em Xerém no qual os camponeses, inclusive os diretores da associação, depois de um longo período acampados no Campo de São Bento, em Niterói, receberam, do Governo Estadual, terras na região de Córrego Feio, em Casimiro de Abreu. Como o terreno fosse bastante acidentado, o que dificultava a agricultura, e os grileiros também acabassem assediando os lavradores em seu novo lugar, foi se observando um retorno a Duque de Caxias. (Pureza, 1982: 31 e 32) Da estada em Casimiro de Abreu, entretanto, resultaria a formação de um núcleo local da associação.(21)

Apesar dos núcleos existentes em outros municípios, a atuação da ALF, como observa hoje um de seus antigos organizadores, restringia-se mais a Duque de Caxias. Esforços foram feitos para modificar esta situação, como a pro

---

(21) Imprensa Popular: 15/10/1955, p4; 13/12/1955, p4.

posta, em meados de 1956, de promover reuniões em todo o estado, para discutir as reivindicações e os problemas dos lavradores de cada município.(22)

Este quadro só se alteratia de forma substancial a partir de 1959, com a criação, por sobre a base da ALF, da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ). A FALERJ reuniria os antigos núcleos que haviam sido transformados em associações de lavradores de âmbito municipal e, posteriormente, agregaria a própria associação de Pedra Lisa que, até então, vinha desenvolvendo um trabalho paralelo.(23)

A FALERJ foi criada após a I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro, realizada em Niterói, de 28 a 30 de agosto de 1959. O patrocinador do encontro foi o próprio Governo Estadual, tendo à frente o recém empossado Roberto Silveira, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e que, já desde o período de campanha, vinha assumindo compromissos com os lavradores, buscando formar bases de apoio no campo. Do encontro resultou, além de uma pauta de reivindicações que abarcava desde a posse da terra até assistência médica, passando pelo crédito, o transporte e a educação, também a resolução de ampliar a criação de associações de lavradores e de formar uma federação.(24)

---

(22) Imprensa Popular, 13/6/1956, p4.

(23) Dados de entrevista.

(24) Novos Rumos, 4 a 10/9/1959, p5.

Assim como no caso da ALF da qual, de certa forma, representou um desdobramento, a FALERJ tinha fortes vínculos com o PCB. Alguns de seus quadros dirigentes pertenciam à Seção de Campo do Partido, ou eram *"área de influência"* dele. Um antigo militante comunista, que teve atuação à frente da Seção de Campo, refere-se à FALERJ e as suas realizações utilizando sempre a primeira pessoa do plural. Segundo ele, talvez superdimensionando o peso real do PCB, a criação da federação teria sido iniciativa deste. E não somente isto, mas teria sido também após a sua criação, e através dela, que o Partido passou a desenvolver um trabalho mais sistemático e planificado no campo.

Nem a federação nem as associações de lavradores ram orgãos sindicais, mas sim entidades civis registradas em cartório. Da mesma forma em outros estados, as organizações camponesas criadas, como as Ligas do Nordeste, eram entidades civis.(25)

Tanto antigas lideranças quanto advogados procuram explicar este fato, hoje, como uma necessidade ditada pela própria legislação então vigente, que impunha limites à sindicalização rural. Já os trabalhos de estudiosos sustentam que,

---

(25) Não se deve confundir as Ligas Camponesas criadas a partir de Pernambuco em meados da década de 1950, e que teriam como seu líder o advogado e deputado Francisco Julião, com as organizações camponesas criadas pelo PCB ainda nos anos 1940, e às quais também se dava o nome de ligas camponesas. Sobre esta questão ver os trabalhos de Aspásia Camargo (1973), Fernando Azevêdo (1982) e Elide Rugai Bastos (1984).

embora houvesse leis que garantiam a formação de sindicatos no campo, elas não eram devidamente aplicadas pelos sucessivos governos em vista do grande poder que detinham os proprietários rurais. Assim, constantes obstáculos eram levantados para impedir o reconhecimento das organizações criadas.

Procurando entender as formas de atuação da Igreja católica no Brasil, Thomas Bruneau retoma as idéias de Márcio Moreira Alves contidas em seu livro, sobre o mesmo tema, O Cristo do povo. Para este, a possibilidade de formação de sindicatos rurais já existia desde 1903, com o decreto de número 979. *"Mas, como tantos direitos em um país de vocação bacharelesca, não passara as fronteiras do asfalto"*. (Alves, 1968: 69; Bruneau, 1974: 85)

O mesmo decreto é referido por Hans Füchtner em seu trabalho sobre a organização e a função política dos sindicatos no Brasil. Segundo ele, no entanto, o Decreto 979 de 1903 não fazia distinção entre empregados e empregadores, o que permitiu que os poucos – e de curta duração – sindicatos formados ficassem subordinados aos proprietários. Os regulamentos e leis que se seguiram àquele, de acordo com o autor, permaneceram sem efeito para o trabalhador rural, esbarrando sempre na oposição dos grandes proprietários. Somente em 1962, já no Governo João Goulart e tendo em vista uma crescente mobilização camponesa, é que esta situação tenderia a se modificar. (Füchtner, 1980: 115 e 116)

Maria Julieta Calazans, que atuou diretamente no processo de organização dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Norte, durante o período estudado, lembra que o Decreto-lei 7.038 de 1944, regulamentado no ano seguinte pela Portaria nº 14, previa a sindicalização de empregados e empregadores no campo. Sugere, contudo, que a lei era aplicada de forma diferente quando se tratava de uns e de outros. Assim, enquanto apenas uns poucos sindicatos de empregados rurais haviam obtido seu reconhecimento pelo Ministério do Trabalho durante as décadas de 1940 e 1950, as entidades sindicais de médios e grandes proprietários filiadas à Confederação Rural Brasileira (CRB), no mesmo período, somavam centenas. (Calazans, 1983: 8 e 9)

Desta forma, teriam sido tais dificuldades que, ainda na década de 1940, levaram os comunistas a patrocinarem a formação de organizações camponesas com base no Código Civil. (Moraes, 1970: 456; Medeiros, 1982: 38 e 39) O mesmo teria ocorrido com Francisco Julião e o grupo que, juntamente com ele, esteve à frente das Ligas Camponesas. (Martins, 1981: 77 e 78; Azevêdo, 1982: 81 a 84)

De fato há, durante os anos 1950, uma série de denúncias nos jornais da obstaculização que vinha sendo imposta à formação de sindicatos rurais, bem como apelos aos diferentes ministros do Trabalho para que pusessem fim a esta situação. O ministro Fernando Nóbrega seria apontado, na II Conferência Sindical Nacional realizada em fins de 1959, como responsável pela sustação do registro de mais de quarenta

sindicatos já organizados e que apenas aguardavam o reconhecimento. Havia no Brasil, até então, somente cinco sindicatos rurais reconhecidos: um no estado do Rio de Janeiro, o Sindicato dos Empregados Rurais de Campos; dois na Bahia, o Sindicato dos Empregados Rurais de Belmonte, criado em 1951 e reconhecido em 1955, e o Sindicato dos Empregados Rurais de Ilhéus e Itabuna, criado em 1952 e reconhecido em 1957; um em Santa Catarina, o Sindicato dos Empregados Rurais de Tubarão, criado em 1951 e reconhecido em 1952; e, finalmente, um em Pernambuco, o Sindicato dos Empregados Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaem, criado em 1954 e reconhecido em 1956.(26)

Ao que parece, portanto, havia mesmo a possibilidade legal de se criar sindicatos no campo, mas ela era dificultada por uma série de entraves. É preciso atentar, contudo, para que categorias camponesas eram passíveis de sindicalização. A lista de sindicatos reconhecidos até o final da década de 1950 nos permite supor que se tratava apenas de empregados rurais, isto é, aqueles que se empregavam para trabalhar nas terras de alguém em troca de um pagamento. Fi

---

(26) Novos Rumos, 27 de novembro a 3 de dezembro de 1959, p5. Maria Julieta Calazans diz haver informações sobre a existência de um Sindicato de Empregados Rurais do Rio de Janeiro, sediado em Campo Grande, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, e que teria sido reconhecido anteriormente a 1960. (Calazans, 1983: 9) Foi este, entretanto, o único trabalho em que encontramos tal informação. Além disso, no quadro apresentado por Octávio Ianni em O colapso do populismo no Brasil sobre os números da sindicalização rural no país até 31 de dezembro de 1963, não figura nenhum sindicato reconhecido no estado da Guanabara. (Ianni, 1975: 89)

ca a questão, assim, de quais eram as condições de organização de arrendatários, posseiros e pequenos proprietários, por exemplo.

O Decreto nº 979 de 6 de janeiro de 1903 dizia apenas, sem especificar, que era permitida, *"aos profissionais da agricultura e indústrias rurais de qualquer gênero"*, a organização de sindicatos para o estudo, custeio e defesa de seus interesses. A organização dos sindicatos era *"livre de quaisquer restrições ou ônus"*, devendo apenas ser depositados dois exemplares dos estatutos, da ata de instalação e da lista dos sócios no cartório do Registro de Hipotecas do respectivo distrito. Uma cópia também seria enviada à Associação Comercial do estado em que o sindicato fosse formado. O Decreto permitia ainda a criação de uniões ou sindicatos centrais que abrangessem diversas circunscrições.(27)

Em 19 de março de 1931 um novo decreto, este de número 19.770, regulava a *"sindicalização das classes patronais e operários"*. Não havia nele nenhuma referência explícita à exclusão de *"operários"* rurais. Pelo contrário, em seu artigo 8º dizia que os sindicatos poderiam pleitear a fixação de salários mínimos para os trabalhadores urbanos e rurais. E, mais ainda, poderiam pedir a *"regulamentação e fiscalização das condições higiênicas do trabalho em fábricas, em oficinas, em casas de comércio, usinas e nos campos"*. (Ribeiro, 1934: 35)

(27) Ver o Decreto nº 979 de 6 de janeiro de 1903 em Coleção das Leis. (República dos Estados Unidos do Brasil, 1907: 18 e 19)

Já o Decreto-lei nº 5:452 de 1º de maio de 1943, isto é, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) excluía claramente os trabalhadores rurais de diversos de seus preceitos, entre eles os referentes aos processo de organização. Aqueles trabalhadores eram aplicáveis, segundo o artigo 505 da CLT, os dispositivos constantes dos capítulos I, das disposições legais do contrato individual de trabalho, II, da remuneração respectiva, e VI, do aviso prévio, todos relativos ao título IV, que se referia ao contrato individual de trabalho. (Consolidação das Leis do Trabalho, 1959: 215)

A sindicalização rural foi contemplada pelo Decreto-lei nº 7.038 de 10 de novembro de 1944, regulamentado em 19 de março de 1945 pela Portaria nº 14. A organização era lícita, segundo o Decreto, para "*todos os que, como empregados, exerçam atividades ou profissão rural.*" Apenas empregados e empregadores, portanto, poderiam formar sindicatos. A definição de empregado rural excluía desta categoria os pequenos produtores como arrendatários, posseiros e pequenos proprietários. De acordo com a lei, eram empregados "*aqueles que se dedicam profissionalmente às atividades rurais, em economia individual, coletiva ou de família, na lavoura, na pecuária ou nas indústrias rurais, com o fito de ganho por conta de outrem.*" Aqueles mesmos produtores, no entanto, enquadravam-se na definição de empregador rural, qual seja, a de "*pessoas físicas ou jurídicas, proprietários ou arrendatários, os que exploram atividade rural, na lavoura, na pecuária ou nas indústrias rurais, por conta própria, utilizando-se do trabalho alheio ou não, seja em economia individual,*

coletiva ou de família." (Brandão, s/d: 487)

Podemos perceber, assim, que, por esta legislação, que esteve em vigência até o início dos anos 1960, enquanto os chamados empregados rurais podiam formar seus próprios sindicatos, aos pequenos produtores era reservada a possibilidade de entrar para os sindicatos de empregadores, juntamente com grandes arrendatários e proprietários. A alternativa dos lavradores para formarem suas próprias associações, portanto, parecia ser de fato aquela prevista pelo Código Civil, de entidades civis com personalidade jurídica, registradas em cartório.(28)

Este quadro começa a inverter-se a partir de 1962, com a investida do Governo federal, tendo à frente o petebista João Goulart, e de setores do próprio Congresso, no sentido de buscar bases sólidas de apoio junto ao campesinato, e também de procurar institucionalizar o então crescente movimento camponês, esvaziando, ao mesmo tempo, grupos autônomos como as Ligas Camponesas. Como observa Aspásia Camargo, Jango assumiu o Governo sob o controle do Congresso e com ampla margem de desconfiança de diversos setores, o que fez com que enfrentasse grandes dificuldades para governar. Optou, assim, por uma via de mobilização para buscar o suporte político que não obtinha por outros meios. Dentro desta estraté

---

(28) Para a questão da formação de sociedades civis ver Código Civil Brasileiro. (1970)

gia, lugar central seria conferido à extensão do controle sobre as populações rurais. Tal investida pode ser aferida pela ênfase especial dada à reforma agrária pelo Governo, pela proliferação de projetos, decretos e portarias relativos à sindicalização rural, pelas recomendações explícitas para que fossem desobstruídos os canais de reconhecimento dos sindicatos, pela criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA) no final de 1962, e pela aprovação, no início do ano seguinte, do Estatuto do Trabalhador Rural. (Camargo, 1981: 188 a 222)

A SUPRA foi criada por lei delegada de 11 de outubro de 1962, e absorveu os antigos Serviço Social Rural (SSR) e Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC). Apesar de ter a seu cargo o planejamento, a promoção e a execução da reforma agrária e de medidas complementares de assistência técnica, financeira, educacional e sanitária tendo, para tanto, poderes especiais de desapropriação, ela exerceu grande influência na sindicalização rural, através de seu Departamento de Promoção e Organização Rural (DEPROR).[29]

À SUPRA coube, juntamente com o Ministério do Trabalho, de acordo com Aspásia Camargo, dar apoio institucional à criação de sindicatos, seja liberando verbas necessárias para

---

(29) Correio da Manhã, 13/10/1962, 1º caderno, p3.
O texto da lei delegada que cria a SUPRA também pode ser encontrado em Joviniano Caldas de Magalhães. (1970: 165)

o início do funcionamento das entidades, como aquisição de sede e pagamento de serviços de contadores e advogados, seja facilitando o seu reconhecimento. (Camargo, 1981: 221) Desta atuação conjunta resultou, em meados de 1963, a criação da Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR), na qual a SUPRA tinha forte representação. (Dreifuss, 1981:304) Eram duas, segundo Maria Julieta Calazans, as metas básicas da CONSIR: fundação de sindicatos e realização de planos integrados de atendimento às reivindicações das populações camponesas em áreas específicas, sobretudo no âmbito do direito civil e do direito trabalhista. (Calazans, 1983: 37)

Outros passos importantes dados no Governo João Goulart no sentido da sindicalização rural foram as portarias e leis que regulavam a questão. Pelo menos seis portarias relativas ao tema, além da Lei nº 4.214 de 2 de março de 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural, foram editados entre junho de 1962 e novembro de 1963. A primeira delas, Portaria 209-A de 25 de junho de 1962, tomava por base o Decreto-lei 7.038 de 1944, e aprovava instruções referentes à organização e ao reconhecimento de entidades sindicais rurais, tanto de trabalhadores quanto de empregadores. Ela criava, também, um quadro de atividades e profissões rurais que nortearia a formação dos sindicatos, bem como a das associações de grau superior, que eram as federações e confederações. Estas organizações deveriam reunir exercentes de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas. Excepcionalmente, o Ministério do Trabalho poderia permitir a formação de organizações congregando mais de uma categoria, tendo em vista as dificul

dades para a criação de uma entidade representativa para cada categoria. Poderiam ser criadas, de acordo com a Portaria, duas confederações: uma Confederação Nacional da Agricultura, reunindo empregadores, e uma Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Pelo quadro de atividades contido na Portaria, no entanto, posseiros, arrendatários e outras categorias de pequenos produtores ficariam agrupados como empregadores.(30)

Em novembro também de 1962 duas novas portarias foram criadas. A primeira, 355-A, versava sobre o mesmo assunto da 209-A, mas introduzia mudanças no quadro de atividades. Por ela, os produtores autônomos, pequenos proprietários, arrendatários e trabalhadores autônomos, que explorassem atividade rural, sem empregados, em regime de economia familiar ou coletiva, eram considerados trabalhadores. Quanto à segunda portaria, a 356-A de 21 de novembro de 1962, ela regulamentava as eleições para os cargos de administração e representação nos sindicatos rurais.(31)

Com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em março de 1963, depois de longo e penoso caminho no Congresso, onde gerou resistências por parte dos setores identificados aos proprietários, estendia-se ao campo a legislação trabalhista. Ele regia as relações de trabalho rural em seus mais diversos aspectos, além de contemplar também a formação

---

(30) Diário Oficial da União, 12/7/1962, p7499 e 7500.

(31) Diário Oficial da União, 27/11/1962, p12236 e 12238.

de organizações sindicais, inclusive as de grau superior.(32) Tendo isso em vista, três novas portarias foram editadas a fim de regulamentar a questão. A de número 346, de 17 de junho de 1963, trazia instruções sobre a organização e o reconhecimento das entidades sindicais rurais. Ela esboçava um novo quadro de atividades rurais e, aqui, os posseiros eram listados como trabalhadores autônomos.(33) A portaria seguinte era a 347, de mesma data da anterior, e que regulamentava as eleições para os cargos dos sindicatos rurais. Finalmente, a Portaria 531 de 11 de novembro de 1963 aprovava instruções referentes à execução destas duas portarias anteriores no tocante à fundação dos sindicatos de trabalhadores rurais.(34)

Para se ter uma idéia de como todas estas medidas influíram sobre o processo de sindicalização rural basta ver que, de apenas 5 sindicatos reconhecidos em todo o país no final dos anos 1950, salta-se para 270 em dezembro de 1963. Também em dezembro de 1963, além de mais 557 sindicatos aguardando reconhecimento, havia já 10 federações reconhecidas e outras 33 aguardando reconhecimento. (Ianni, 1975: 89)

No estado do Rio, os planos para a transformação das associações de lavradores em sindicatos começaram a ser elabo

---

(32) Ver o texto do Estatuto do Trabalhador Rural em Vade-Mecum Agrário. (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 1978: 771 a 805).

(33) Diário Oficial da União, 21/6/1963, p5440 e 5441.

(34) Diário Oficial da União: 27/6/1963, p5577 a 5579; 20/11/1963, p9792.

rados a partir de meados de 1962. Somente em setembro de 1963, no entanto, é que a primeira delas, a de Magé, recebeu a sua carta sindical. A própria FALERJ, também transformada em entidade sindical, recebeu o seu documento de reconhecimento em novembro de 1963.(35) Até dezembro deste mesmo ano já haveria, no estado, 13 sindicatos reconhecidos e 23 aguardando o reconhecimento. (Ianni, 1975: 89)

Todos estes números são bastante eloqüentes e poderiam nos levar a pensar que, de fato, a explicação para a formação de sociedades civis no campo durante os anos 1940 e 1950 estaria nas limitações impostas pela legislação sindical então existente. Assim, a partir do momento em que o próprio Governo federal passou a se interessar pela questão incentivando a formação de sindicatos, removendo os óbices para o seu reconhecimento e permitindo que categorias camponesas, até então listadas como empregadores, passassem a figurar como trabalhadores, a sindicalização rural explodiu no país.

Interpretar os acontecimentos desta forma, no entanto, é, a nosso ver, buscar explicar todo um processo a partir do seu desfecho. Assim, na reconstituição do processo, deixamos de perceber e de questionar uma série de dimensões fundamentais para o seu entendimento. Uma delas é a das nuanças nos projetos e prioridades dos agentes envolvidos na organização do campesinato.

(35) Jornal do Brasil, 8/8/1962, 1º caderno, p5. Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro: 9/8/1962, p2; 1/10/1963, p2. Luta Democrática, 11/8/1962, p 5. Terra Livre, dezembro de 1963, p8.

Algumas indicações nos permitem perceber que, nem sempre, ou para nem todos, a sindicalização rural se constituiu numa aspiração ou mesmo numa forma de organização recomendável para todos os setores do campesinato. No caso das Ligas, por exemplo, havia uma clara opção pelo trabalho junto àqueles que chamavam de camponeses, isto é, pequenos produtores, arrendatários, parceiros. Eram eles, segundo dizia Francisco Julião em 1959, os únicos capazes de lutar pela fixação à terra, abrindo o caminho para a libertação do campesinato. Assim, em vez de se investir na sindicalização do assalariado, o que se deveria era buscar a organização dos camponeses em torno das questões que mais os mobilizavam, como o aumento do foro, o cambão e o vale do barracão.(36) (Azevedo, 1982: 82 a 84)

Assim, enquanto sindicalização dizia respeito aos assalariados rurais, aos camponeses, com suas questões específicas, parecia caber outras formas de organização. Na avaliação de Francisco Julião, a CLT era uma conquista da classe trabalhadora, o que fazia com que a tentativa de aplicá-la enfrentasse forte oposição por parte dos grupos dominan-

---

(36) O cambão era o trabalho gratuito que, mesmo foreiros, estavam obrigados a prestar nas terras do proprietário durante alguns dias do ano. Quanto ao vale do barracão, tratava-se de vales que os camponeses recebiam como pagamento por seu trabalho nas terras do engenho, e que só podiam ser descontados por mercadorias no barracão, isto é, na venda do próprio engenho. Tanto o cambão quanto o vale do barracão, eram elementos constitutivos da dominação do proprietário sobre o camponês. Sobre os mecanismos desta relação de dominação ver Moacir Palmeira. (1977)

tes. Desta forma, ao fazer uso deste instrumento jurídico, o único de que dispunha para a defesa de seus intesesses, "*o assalariado agrícola luta isolado, tendo, contra suas reivindicações ou direitos já expressos em lei, a burguesia rural e os latifundiários.*" (Julião, 1962: 54) Além disso, o assalariado agrícola era mais vulnerável numa luta reivindicatória, visto que dependia do acesso ao barracão para adquirir seus bens de subsistência. (Julião, 1962: 55 e 56)

No caso do camponês, dizia Julião, o diploma jurídico que embasava suas lutas era o Código Civil. Era fácil, com base nele, obter o registro de uma sociedade civil qualquer, o que não dependia do Ministério do Trabalho, mas sim do cartório. Além disso, lutando com base no Código Civil, o camponês não se isolava, uma vez que utilizava um "*instrumento jurídico aceito e defendido pela classe dominante – a burguesia.*" Acrescente-se a isto o fato de que, por ter um acesso, ainda que precário, aos meios de produção, o camponês tinha mais condições para se sustentar numa luta. (Julião, 1962: 60 a 62)

Vemos, portanto, que, no caso do grupo de Francisco Julião, a questão da criação de sindicatos ou de sociedades civis passava por uma opção política quanto aos setores do campesinato que seriam mobilizados, e os tipos de lutas que seriam desenvolvidos. E esta constatação se reforça quando observamos que, mesmo após deslanchado o movimento de sindicalização rural, as ligas camponesas, ao contrário das associações de lavradores, por exemplo, não foram trans-

formadas em sindicatos.(37)

Quanto aos comunistas, há diversas declarações que nos permitem perceber que estabeleciam diferenças entre arrendatários, parceiros, posseiros, enfim, camponeses, como eram chamados, por um lado, e assalariados rurais por outro. Ainda em 1949, o dirigente comunista Maurício Grabois observava que as formas de organização dos camponeses não poderiam ser estáticas nem estandardizadas, adaptando-se às condições locais. As experiências já realizadas com associações, comissões e também ligas, demonstrava que as organizações camponesas poderiam ser as mais variadas, desde que levantassem as reivindicações e conduzissem as lutas. Quanto aos assalariados agrícolas, eles deveriam ser organizados em sindicatos ou, quando isto não fosse possível, também em organizações camponesas. (Grabois, 1949: 40)

Em dezembro de 1954, Luiz Carlos Prestes ressaltava a importância da realização de conferências e congressos de trabalhadores agrícolas e camponeses como forma de *"avançar mais rapidamente na organização sindical dos assalariados agrícolas e na organização unitária das amplas massas camponesas."* (Prestes, 1954: 3) E cerca de um ano depois, num artigo de balanço do trabalho do Partido no campo nos meses que se seguiram à realização de seu IV Congresso em novembro de

---

(37) Ver Aspásia Camargo. (1973)

1954, escrevia Carlos Marighella:

> "*Experiência a assinalar é que as lutas no campo são diferentes conforme as camadas. Assalariados agrícolas, colonos e camaradas das fazendas de café, estes fazem greves dirigidas pelos sindicatos. As outras camadas empregam outras formas de luta. É preciso ter o cuidado de não empregar no campo formas de luta que os camponeses não aceitam ou de que não estejam convencidos.*" (Marighella, 1955: 54)

E num outro trecho, depois de observar que o trabalho de organização dos camponeses vinha alcançando alguns progressos, tendo sido um deles a criação da ULTAB, lembra:

> "*Outra experiência de grande significado no terreno da organização é o trabalho da formação dos sindicatos de assalariados agrícolas. A lei prevê muitas limitações à formação de tais sindicatos. O essencial, porém, é aproveitar suas possibilidades legais e trabalhar pacientemente com os assalariados agrícolas, explicando-lhes como utilizar a lei.*" (Marighella, 1955: 56)

Assim, haveria, para os comunistas, um tipo específico de luta e de organização para cada setor do campesinato. Para os assalariados agrícolas, o indicado, mesmo com as limitações existentes, era a formação de sindicatos. Já para os posseiros e demais camadas camponesas havia outras formas de organização, como as associações. Enquanto os assalariados faziam greves e utilizavam a lei na defesa dos seus interesses, os camponeses disputavam a posse da terra. E esta disputa, no

caso dos posseiros, poderia não raro evoluir para a luta armada. (Marighella, 1955: 54)

A questão que se coloca, diante do que foi visto, é a de o que teria levado o PCB, no início dos anos 1960, a promover a transformação de suas sociedades civis camponesas em sindicatos. Não há, certamente, uma razão única para isso. Por ora, entretanto, gostaríamos apenas de chamar a atenção para as mudanças observadas na linha do Partido, entre o final da década de 1940 e o começo da de 1960.

O acirramento da Guerra Fria ao nível externo e, internamente, a ilegalidade e a repressão, levaram o PCB, no final dos anos 1940, a mudar radicalmente sua linha que, desde o fim do Estado Novo, era de *"união nacional"*, com todos os *"patriotas"*, para a resolução dos problemas nacionais através de meios pacíficos. (Rodrigues, 1981: 409) Tanto o Governo Dutra, considerado como uma ditadura, quanto os partidos políticos existentes, passaram a ser vistos como representantes do imperialismo norte-americano. Segundo os comunistas, o país caminhava para uma clara divisão entre blocos antagônicos e o Partido deveria estar preparado para lutas revolucionárias de massas. Esta nova postura foi ratificada numa reunião do Comitê Central realizada em 1949, tendo sido divulgada de forma sistemática no já referido Manifesto de Agosto de 1950. (Rodrigues, 1981: 413 e 414)

Esta linha se manteve até o final do segundo Governo de Getúlio Vargas, considerado também, pelos comunistas ,

como um agente do imperialismo. Na prática, porém, como observa Leôncio Martins Rodrigues, *"o PCB continuou a explorar todas as possibilidades de atuação legal através da criação de certas 'organizações de massa' que forneciam aos comunistas uma cobertura institucional para sua política."* (Rodrigues, 1981: 416)

Após a morte de Vargas, algumas modificações começaram a ser observadas e marcaram o IV Congresso do PCB, realizado em novembro de 1954. Na parte que nos interessa, isto é, a avaliação que os comunistas faziam do setor agrícola, não houve alterações significativas. O partido propunha o confisco de todas as terras dos latifundiários e sua entre entrega gratuitamente, aos camponeses sem terra, ou com pouca, bem como a todos aqueles que nelas quisessem trabalhar. Pregava, ainda, entre outras medidas, a abolição das formas semi-feudais de exploração dos camponeses, e a necessidade de se garantir salário suficiente, em dinheiro, aos assalariados agrícolas.(38)

Até aqui, a luta pela terra ocupava lugar de destaque nas propostas do Partido, como forma de combate aos latifundiários. Os comunistas não deveriam temer os enfrentamentos armados no campo, ao contrário, estimulando-os quando se tratasse de ocupações de terras e de defesa dos interesses dos camponeses.(39) Dizia Prestes em seu discurso de encerramento

---

(38) Problemas, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955, p41 e 42.

(39) Problemas, março-abril de 1955, p8.

do IV Congresso:

> "*Brutalmente explorados e oprimidos, os camponeses não podem travar em geral a a luta pela satisfação de algumas de suas necessidades sem se prepararem desde logo para a luta armada contra os latifundiários, contra a polícia e as tropas do governo de grandes latifundiários e grandes capitalistas. Semelhante processo pode freqüentemente ser muito rápido e levar os camponeses a empunhar armas e a organizar guerrilhas.*"

As condições do país, com suas vastas extensões, suas precárias vias de comunicação, a concentração dos aparatos repressivos nos grandes centros, tudo isso conformava uma situação favorável "*à criação em nosso país de regiões libertadas pelos guerrilheiros e que podem servir de base para a organização nelas do exército de libertação popular.*"(40) O tom radical, ao que parece, ficou mais por conta do discurso, e os comunistas não chegaram a desprezar as formas legais de atuação. Naquele mesmo período foi criada a ULTAB.

Como observa Leôncio Martins Rodrigues, "*o programa aprovado no IV Congresso permaneceu letra morta; foi praticamente desautorizado na Resolução Política de 1958 e novamente modificado no V Congresso.*" (Rodrigues, 1981: 422) A Resolução de 1958, que se insere nos desdobramentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, realizado

---

(40) Problemas, novembro-dezembro de 1955, p21.

em 1956 e que desencadeou todo um processo de crítica do estalinismo e do culto da personalidade, expressou mudanças bastante significativas na linha do PCB.

Segundo a nova concepção dos comunistas havia no país, apesar dos obstáculos, um processo de democratização em curso. A influência dos latifundiários vinha declinando e forças mais dinâmicas, como o proletariado e a burguesia, se afirmavam no seio da sociedade brasileira. Este processo vinha se refletindo no parlamento onde, a cada legislatura, aumentava o número de pessoas comprometidas com as propostas nacionalistas e democráticas. Havia, assim, condições reais *"de conduzir, por formas e meios pacíficos, a revolução anti-imperialista e anti-feudal"* no Brasil. (PCB, 1980: 6, 8 e 22)

O caminho pacífico representava a resolução dos problemas através da *"acumulação, gradual mas incessante, de reformas profundas e conseqüentes na estrutura econômica e nas instituições políticas, chegando-se até à realização completa das transformações radicais colocadas na ordem-do-dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação."* Para tanto, pregava-se a atuação dentro dos marcos da legalidade democrática e constitucional, utilizando-se formas legais de luta e de organização de massas. (PCB, 1980: 22)

Também na organização do campesinato a ênfase, agora, recaía sobre as formas legais, a defesa jurídica e a busca de reformas:

> *"Para impulsionar o movimento camponês, é preciso partir do seu nível atual, tomando por base as reivindicações mais imediatas e viáveis, como o salário mínimo, a baixa do arrendamento, a garantia contra os despejos e evitando, no trabalho prático, as palavras de ordem radicais que ainda não encontram condições maduras para a sua realização. Também no campo, a experiência demonstra que a atuação através de formas legais de luta e de organização é aquela que permite alcançar êxitos para as massas. Assim é que tem progredido, além das associações rurais e cooperativas, a organização dos assalariados e semi-assalariados em sindicatos, que já obtiveram vitórias em contendas com fazendeiros. Tem grande importância a defesa jurídica dos direitos já assegurados aos camponeses."* (PCB, 1980: 18 e 19)

Por outro lado, se até 1954 se reivindicava o confisco de todas as terras dos latifundiários para serem entregues aos camponeses, as novas medidas propostas eram mais moderadas. Falava-se agora em defender os camponeses contra a grilagem e os despejos, em facilitar o seu acesso à terra, especialmente junto aos centros urbanos e vias de comunicação, e em garantia da posse da terra e entrega de títulos de propriedade aos posseiros. (PCB, 1980: 20)

Em seu V Congresso, realizado em agosto de 1960, o PCB retomou, de forma geral, a linha expressa em sua Resolução de 1958. No tocante às propostas agrárias, o trabalho de organização dos camponeses e a luta pela terra, que sempre ocuparam lugar de destaque, cederam o espaço para a sindicalização e para as reivindicações dos assalariados e semi-assalariados, que passaram a ser os alvos principais das aten-

ções dos comunistas:

> "*A fim de impulsionar a organização das massas do campo, é necessário dar atenção principal aos assalariados e semi-assalariados agrícolas. Sua organização em sindicatos deve constituir a base para a mobilização das massas camponesas.*" (PCB, 1980: 64 e 65)

Podemos perceber, portanto, que, na medida em que se vai modificando a linha do PCB, o eixo das atenções, que antes passava pelos camponeses, na acepção dos próprios comunistas, e na luta pela terra, dirige-se para os assalariados e semi-assalariados agrícolas, para lutas por direitos. Nesta mudança, a sindicalização rural, que antes ocupava posição secundária, passa a primeiro plano.

Por sua vez, esta ênfase na sindicalização deve também estar relacionada a uma visão, presente nas resoluções do V Congresso relativas ao proletariado urbano, do sindicato como instrumento de mobilização e de luta, não apenas por interesses profissionais específicos, mas também por objetivos políticos mais amplos. (PCB, 1980: 64)

As mudanças observadas na linha do PCB não implicaram, no estado do Rio, num privilegiamento do trabalho junto aos assalariados rurais. O que ocorreu, aqui, foi a transformação das associações de lavradores em sindicatos, sem que houvesse mudanças na sua composição social. Grande parte das novas organizações, inclusive, denominava-se apenas

sindicato de pequenos lavradores e produtores autônomos. Mais ainda, não parece ter havido diferenças significativas entre as lutas encaminhadas, por um lado, pelas associações, e, por outro, pelos sindicatos.

Parece-nos, diante disso, que a transformação das associações em sindicatos se inseria numa lógica instrumental, isto é, atendia aos interesses mais imediatos dos comunistas naquele momento. Ao invés de se concentrarem na organização dos assalariados rurais junto aos quais, segundo as indicações, não tinham penetração, e diante, ainda, das mudanças na legislação sindical ocorridas no Governo João Goulart, a transformação das associações deve ter lhes parecido mais vantajosa. Além disso, há ainda um outro fator, sobre o qual não nos deteremos agora, mas que deve ser levado em conta, qual seja, o de que, também naquele momento, a Igreja vinha investindo na sindicalização rural, competindo com os comunistas pelo controle das organizações camponesas.

Retomando, portanto, o fio desta intrincada meada, o que nos parece é que a questão da formação de entidades civis camponesas, entre meados dos anos 1940 e início dos 1960, e sua posterior transformação em sindicatos, é bem mais complexa do que se costuma supor. Ela não pode ser tomada simplesmente como uma necessidade ditada pelos limites impostos pela legislação sindical rural existente, embora eles de fato existissem. Outros fatores devem ser levados em conta na elucidação do problema, entre eles, os projetos e propostas dos grupos envolvidos na organização do campesina

to. As estratégias dos grupos entretanto, não devem ser vistas de forma isolada.

2.2. Luta e organização

Embora se constituam em importantes elementos de análise, os programas, projetos e propostas dos grupos e partidos interessados na mobilização camponesa, eles não nos levam, automaticamente, ao conhecimento desta mobilização e, nem mesmo, ao conhecimento das práticas reais destes grupos e partidos junto ao campesinato. Num estudo já clássico sobre a participação camponesa em recentes processos de transformação social na Rússia, na China e na Índia, Hamza Alavi procura explicar a defasagem existente entre esta participação e as estratégias comunistas que privilegiaram a mobilização de uma ou outra parcela do campesinato. Partindo de prénoções, associando um comportamento específico, imutável, a cada setor do campesinato, deixando de levar em conta as contradições objetivas a que cada setor estava submetido nos diferentes momentos históricos, bem como a forma como articulavam seus interesses a cada momento, não tiveram aquelas estratégias uma correspondência direta com as atitudes reais dos camponeses. E foram os sucessivos insucessos que, no caso específico da China, levaram os comunistas a, mesmo mantendo formalmente sua linha a fim de não perder o apoio que lhes vinha sendo dado pelo Komintern, redefinir suas prioridades e suas formas de intervenção no campo. (Alavi, 1969)

Moacir Palmeira aprofunda esta questão em seu já referido trabalho sobre Diferenciação social e participação política do campesinato. Discutindo com os autores que procuram atribuir a este ou aquele setor do campesinato, a partir de sua localização na hierarquia social, um caráter mais ou menos revolucionário, afirma Palmeira:

> *"É combativo politicamente quem se organiza e não quem encarna não se sabe que virtudes de um determinado estrato social. E, para que determinado grupo se organize, o que é determinante não é o seu 'ser de classe' (ou de fração de classe) mas o conjunto de contradições a que está submetido num determinado momento (o que, de alguma maneira está contido no anterior, mas que merece destaque especial, por existir como uma espécie de natureza anterior, à qual de alguma maneira tem de se conformar o processo de resolução daquelas contradições) o aparato institucional dentro do qual serão vividas essas contradições."* (Palmeira, 1975: 7)

A mobilização e a organização do campesinato estariam referidas, assim, não à sua maior ou menor condição de miséria, ou à sua posição na hierarquia social, mas sim às suas contradições específicas, às relações sociais em que se acha envolvido a cada momento, bem como aos instrumentos institucionais que tem ao seu dispor. No caso específico do estado do Rio de Janeiro de 1950 a 1964, participavam efetivamente das organizações camponesas aqueles que lutavam pela terra, ou seja, os posseiros. E isto significa dizer, também, que era na Baixada que aquelas organizações tinham sua principal área de atuação.

Há algumas indicações de que os comunistas teriam tentado atuar no campo fluminense, ainda em fins dos anos 1920 e início dos 1930. Uma delas provém da peça de acusação contra os líderes do levante de novembro de 1935. O promotor Honorato Himalaia Vergolino cita um trecho daquilo que seria a declaração do representante brasileiro no Congresso da Internacional Comunista realizado em julho de 1935. Ali se lê:

> "*A nossa influência já tem vencido importantes ligas camponesas do Maranhão, o sindicato dos proletários e semi-proletários da lavoura na Barra do Piraí e alguns grupos em São Paulo. Dirigimos grandes greves camponesas no estado do Rio de Janeiro e Maranhão. Convocamos uma assembléia plenária dos núcleos camponeses negros do Nordeste e examinamos as tarefas concretas que deveríamos assumir para o êxito da nossa atividade entre os camponeses.*" (Vergolino, 1938: 11)

Também em conversa informal, um ex-militante do PCB nos fez referência a tais tentativas de atuação, inclusive com a promoção de manifestações camponesas e mesmo de greves. A área em que isto teria ocorrido, contudo, à diferença do trecho citado acima, é o Norte do estado, e não a região de Barra do Piraí.

Por outro lado, o jornal A Classe Operária, no começo de junho de 1930, noticiava um protesto organizado por pequenos lavradores dos arredores de Niterói contra algumas taxas que lhes vinham sendo cobradas pelo Governo estadual. O jornal os concitava a que se organizassem em comitês de luta, em conselhos locais e numa "*Liga dos Pequenos Lavrado*

res e Camponeses." E no mesmo jornal, poucos meses depois, era transcrita uma carta em que se denunciava a *"exploração"* de foreiros e moradores da região de Itaboraí.(41)

Não dispomos de informações que confirmem ou não estas indicações. Seja como for, contudo, este trabalho, caso tenha existido, não parece ter deixado fortes raízes entre os camponeses. Talvez as propostas dos comunistas não tivessem, então, uma correspondência direta com as contradições reais vividas pelos lavradores. Suas lideranças posteriores apontam para o final da década de 1940 e o início da de 1950 como marco inicial do processo de organização. O próprio A Classe Operária dizia, referindo-se ao país como um todo, em agosto de 1946, que, *"na verdade, apenas há a alguns meses o Partido começou a realizar o trabalho organizado entre os camponeses."*(42)

Foi na Baixada, a partir dos despejos e da quebra da dominação propiciada pela presença dos grileiros, que se criaram as condições iniciais para a mobilização e a organização dos lavradores. Foi ali, basicamente, que se instalaram ativistas políticos transferidos para o campo a partir dos anos 1940. Ali se localizava, a princípio, a parcela dos lavradores em condições de lutar pela terra, isto é, os posseiros. Para eles é que se voltavam, prioritariamente, as or

---

(41) A Classe Operária: 3/7/1930, p2; 27/8/1930, p2.

(42) A Classe Operária, 10/8/1946, p8.

ganizações e os agentes políticos que atuavam no campo no estado do Rio de Janeiro.

Este tipo de observação é reforçado, hoje, pelo relato de antigos líderes. Um deles, de Duque de Caxias mas com forte atuação em todo o estado, lembra que a principal luta desenvolvida pelas associações de lavradores era àquela contra a grilagem. Outros, por seu turno, ressaltam também a importância que era dada pela federação às lutas dos posseiros.(43) Segundo um deles, que desenvolveu atividades em Itaboraí, "*a federação estava voltada exclusivamente para a luta dos posseiros. Por que? Porque o objetivo principal dela era a reforma agrária.*" Ou seja, na sua versão, era a luta pela terra o principal objetivo da FALERJ. E como, no estado do Rio, eram os posseiros que, efetivamente, vinham se levantando neste sentido, era para eles que a federação se voltava. Desta forma, ela não desenvolveu um trabalho consistente por aqueles que julgavam ser os interesses dos assalariados agrícolas, ou seja, legislação trabalhista, melhores condições de trabalho e assim por diante.(44) É interessan-

---

(43) Ao relatarem, hoje, os fatos ocorridos no passado, os antigos líderes camponeses fluminenses referem-se sempre a "*federação*" ou a "*FALERJ*" para denominar a organização que, ao nível do estado, representava os lavradores. Isto ocorre não importa qual o período que esteja sendo lembrado, mesmo que a FALERJ ainda não existisse. Tal fato nos sugere, em primeiro lugar, que foi a vivência à frente da federação que mais marcou aqueles líderes. Em segundo, que, para além das denominações e do *status* jurídico, havia uma certa continuidade entre os trabalhos das organizações estaduais.

(44) Dados de entrevista.

te, quanto a isso, o fato de que José Pureza, ao recordar o início da organização da ALF, refira-se aos assalariados como se eles então já se encontrassem assistidos:

> *"Nessa época já existia um Sindicato de Trabalhadores Rurais em Campos, mas que só atendia às reivindicações dos assalariados da cana. Daí a necessidade de formar uma organização que defendesse todas as camadas de camponeses, tais como os posseiros, meeiros, terceiros, arrendatários, pequenos proprietários, peões, colonos, etc."* (Pureza, 1982: 25)

Por outro lado, a leitura dos jornais e as entrevistas também não nos sugerem, apesar da declaração de Pureza, que a FALERJ desenvolvesse um trabalho sistemático por melhores condições para arrendatários e parceiros, por exemplo.(45) Entretanto, havia elementos destas duas categorias nos quadros das associações, ou seja, não apenas posseiros, no sentido estrito da legislação, participavam. Mas o que aproximava aquelas outras categorias das organizações eram os despejos, e não os contratos de arrendamento e parceria. A luta contra os despejos, portanto, aglutinava mais de uma categoria camponesa e, no seu decorrer, todas elas eram identificadas como posseiros.

Eram, assim, os lavradores em luta pela terra que,

---

(45) Já vimos que a luta por melhores taxas de arrendamento estava entre as propostas do PCB. Quanto à parceria, no entanto, ela figurava como um resquício feudal, que deveria ser abolido.

de fato, participavam das associações. Esta hipótese é reforçada pelo próprio processo de formação, tanto dos núcleos quanto das associações mesmo. O noticiário dos jornais e os depoimentos permitem concluir que as associações e os núcleos mais ativos eram formados, justamente, a partir das áreas de litígio. Como lembra um importante líder de Duque de Caxias, eram as lutas que alimentavam as associações e mesmo a federação. Referindo-se aos constantes despejos e à possibilidade de terem inibido a participação dos camponeses na FALERJ, diz:

> *"É despejo pra todo canto. Aliás, o despejo não é o que tornava ela fraca não, pelo contrário. À medida que se despejava, é que as organizações se fortaleciam. Porque o lavrador, aí, sentia a necessidade de ser defendido."*

Tanto a associação de Pedra Lisa quanto a Associação dos Lavradores Fluminenses foram criadas a partir de áreas onde vinham ocorrendo despejos. A primeira na própria Pedra Lisa, e a segunda em Xerém. Os núcleos da ALF também foram criados nas regiões onde havia lutas, como conta o próprio Pureza. Segundo ele, a ALF era procurada por lavradores em luta, de diversas regiões, que queriam se organizar. (Pureza, 1982: 26)[46]

---

(46) Um claro exemplo disso foi o núcleo da Fazenda do Largo, em São João da Barra. Ele foi criado em meio à mobilização dos lavradores do local contra as ameaças que vinham sofrendo. Imprensa Popular, 21/5/1954, p2.

Se os núcleos e, posteriormente, as associações de lavradores, que tinham âmbito municipal, eram criados a partir das áreas de litígio, eram os lavradores destas áreas, dentro de cada município, que controlavam aquelas organizações. Não parece haver dúvida de que a Associação dos Lavradores de Duque de Caxias era encabeçada pelos lavradores de Xerém.(47) O mesmo acontece com a organização de Itaboraí, criada a partir da luta da Fazenda Vargem Grande. Nesta fazenda havia parceiros sendo expulsos mas que resistiam a isso. Paralelamente, algumas áreas da mesma fazenda, que se encontravam incultas, vinham sendo ocupadas por outros lavradores. Foi formada, então, uma comissão constituída predominantemente pelos novos lavradores, mas presidida por um antigo parceiro em luta. Esta comissão tinha o objetivo de regular a entrada e a saída de lavradores, distribuir terras e arbitrar eventuais conflitos entre os próprios lavradores. Da comissão de Vargem Grande é que foi formada a Associação Profissional dos Trabalhadores Agrícolas e Silimares do Município de Itaboraí que, mais tarde, seria transformada em sindicato.(48)

Havia associações que, inclusive, mantinham o nome da região onde haviam sido criadas. Tal foi o caso da Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, e também da Associação dos Lavradores de Rio das Ostras, em Casimiro de

---

(47) Terra Livre: abril de 1960, p2; junho de 1960, p2.

(48) Dados de entrevista. Terra Livre, janeiro de 1963, p6.

Abreu. Embora a primeira, mesmo atuando em Nova Iguaçu, nunca chegasse a assumir a denominação municipal, a segunda vinha tentando, no início de 1962, mudar para a sede do município e adotar o nome de Associação dos Lavradores de Casimiro de Abreu.(49) Até hoje, no entanto, a sede da organização camponesa de Casimiro de Abreu é localizada em Rio das Ostras.

Exceções havia, é claro, a este padrão de formação das associações a partir de uma área específica. Este parece ter sido o caso de uma das mais ativas, que atuou numa região de recorrentes despejos e liderou numerosas lutas, a qual seja, a de Magé. A Associação dos Lavradores de Magé surgiu a partir do núcleo da ALF criado, já com a pretensão de abarcar todo o município, em meados dos anos 1950. Seu fundador foi o ex-operário têxtil e, à época, vereador de Magé pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Manoel Ferreira de Lima.(50) Desta forma, o processo de organização dos lavradores em Magé não parece ter se dado, como em outros lugares, de uma ou mais áreas de luta para o município, mas sim pelo caminho inverso. Parece ter sido determinante aqui, como fator desencadeador deste processo, os vínculos políticos das lideranças locais com o grupo de Duque de Caxias. Isto, porém, não significa que, uma vez criado o núcleo, ele não tenha concentrado sua ação em algumas áreas específicas. Tal

---

(49) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro: 7/4 / 1961, p12; 27/1/1962, p2.

(50) Imprensa Popular, 1/1/1956, p6.

foi o caso, por exemplo, da Fazenda Cachoeirinha, palco de constantes lutas.

Se as associações de lavradores eram controladas, de modo geral, pelos grupos das áreas mais mobilizadas dentro de cada município, algo semelhante tendia a ocorrer ao nível do estado como um todo. As organizações estaduais, primeiro a ALF e depois a FALERJ, eram controladas por alguns grupos estratégicos, como os de Caxias, Magé e Pedra Lisa.

José Pureza procura chamar-nos a atenção para o fato de que não se procurava, dentro da federação, monopolizar cargos:

> *"Os dirigentes da FALERJ, reconhecida no ano de 1963 como entidade sindical, nunca repetiram cargos à frente da organização. Seu primeiro presidente foi Manoel Marins, substituído por Manoel Ferreira de Lima no ano de 1961, enquanto eu assumia a presidência em 1963. Bráulio Rodrigues participou da diretoria de 1961 como secretário e em 1963 ocupou a vice-presidência da entidade. Nunca concorremos por cargos. Não tínhamos nenhuma ganância nesse sentido, nem tampouco ambição pessoal. Nosso propósito era o de preparar companheiros novos que pudessem nos substituir."* (Pureza, 1982: 40)

É certo que havia uma rotatividade nos cargos, como observa Pureza. É certo também, entretanto, que era constante a presença de Pureza, Bráulio e Manoel Ferreira de Lima nas diferentes diretorias. Além disso, é claro o predomínio de determinadas áreas na composição das diretorias. Dos onze

nomes que estavam à frente da ALF em 1954 – Seabra Matias Prata, Manoel Jerônimo, Manoel Ramos Volinho, Francisco Silva, Itamar Joel Miranda, José Pureza, Severino Ramos da Cruz, Júlio Augusto Correia, Antônio Gomes Resende, Gurgulino Pereira Gomes e Abelardo Scheiner[51] – pelo menos nove eram de Xerém. Na diretoria que assumiu a FALERJ em janeiro de 1961, Manoel Ferreira de Lima, de Magé, era o presidente, em substituição a Manoel Marins, de Caxias. Seu primeiro vice-prisidente era Alvino Alves dos Santos, de Pedra Lisa, e o segundo, Júlio Joaquim de Oliveira, líder da Associação dos Lavradores de Rio das Ostras, em Casimiro de Abreu, mas que, ao que parece, havia vindo de Caxias. O primeiro secretário, Bráulio Rodrigues, era de Pedra Lisa, ao passo que o segundo, Manoel Escobar, o primeiro tesoureiro, Joaquim Antônio, e o segundo tesoureiro, José Pureza, todos os três eram de Caxias. Dos três componentes do Conselho Fiscal, um, Francisco Lacerda, era de Nova Iguaçu e atuava em Pedra Lisa, o outro, Anésio Dias de Freitas, era de Cachoeiras de Macacu, e o último, Antônio Gomes, não temos informação sobre sua procedência.[52] Já em 1963, a presidência da federação caberia a Pureza, tesoureiro da direção anterior. A vice-presidência seria de Bráulio, antigo secretário. O tesoureiro seria Manoel Ferreira de Lima, presidente anterior, e Alvino Alves dos Santos, antigo vice-presidente, seria o diretor técnico.[53]

---

(51) Luta Democrática, 26/10/1954, p2.

(52) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 14/12/1960, 2º caderno, p4. Terra Livre, fevereiro de 1961, p2.

(53) Novos Rumos, 22 a 28/11/1963, p2.

O controle do movimento estadual também se fazia através da presença constante daquelas mesmas lideranças nos diversos municípios. Conforme relata um importante dirigente camponês, a FALERJ procurava comparecer o máximo possível nas reuniões das associações.(54) E esta presença pode ser observada, por exemplo, em Itaboraí, onde Manoel Ferreira de Lima teve um papel bastante ativo no conflito da Fazenda Vargem Grande, participando, inclusive, da comissão de lavradores locais que ali foi formada.(55) Além disso, chegou a ocorrer a transferência de lavradores das áreas mais mobilizadas para outras, onde formariam novas organizações. Esta transferência podia ser forçada, como no caso do despejo de Xerém, em meados dos anos 1950, que levou boa parte da diretoria da ALF para Casimiro de Abreu onde foi criado um núcleo. Ela poderia se dar, igualmente, como parte de uma estratégia política. Tal parece ter ocorrido em Campos onde, em 1963, José Pureza e Itamar Joel Miranda, este também de Xerém e antigo diretor da ALF, estiveram à frente de um movimento de ocupação de terras na região do Imbé e, dali, procuraram criar um outro sindicato no município, além do Sindicato dos Empregados Rurais, já existente.

Também ao nível nacional, é possível perceber a recorrência de alguns dos nomes já citados, como representantes dos lavradores fluminenses. Reconhecida como entidade sindical, a federação do Rio de Janeiro se fez representar na

---

(54) Dados de entrevista.

(55) Dados de entrevista.

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), criada em dezembro de 1963, através de seu presidente, José Pureza – que seria suplente da diretoria daquela entidade nacional – e de seu vice-presidente, Bráulio Rodrigues – membro do Conselho Fiscal da recém-criada confederação.(56) Mesmo antes, porém, a FALERJ já vinha marcando sua presença na direção da ULTAB. Na sua diretoria eleita em sétembro de 1959, Manoel Marins, então presidente da Federação, ocupava a primeira vice-presidência.(57)

O estado do Rio manteve-se na primeira vice-presidência da entidade a partir de novembro de 1961, quando foi eleita sua nova diretoria, através de Manoel Ferreira de Lima, empossado presidente da FALERJ no começo daquele mesmo ano. Além da vice-presidência, o cargo de primeiro tesoureiro também seria entregue à federação, através de José Pureza. Pureza ocupava, então, a posição de segundo tesoureiro da organização estadual.(58)

---

(56) Novos Rumos, 22 a 28/11/1963, p2. Terra Livre, janeiro de 1964, p5.

(57) Esta eleição para a direção da ULTAB se deu na I Conferência Nacional promovida pela entidade de 18 a 20 de setembro de 1959, em São Paulo. A delegação fluminense foi a mais expressiva do encontro, segundo o jornal Novos Rumos, contando com trinta e quatro representantes. Novos Rumos, 2 a 8/10/1959, p10.

(58) Terra Livre: fevereiro de 1961, p2; novembro de 1961, p6.
Esta nova diretoria da ULTAB foi eleita no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, realizado em novembro de 1961 em Belo Horizonte.

É preciso frisar, contudo, que o controle das organizações camponesas fluminenses que foi observado não representou o encastelamento de uma *"burocracia sindical"* em cargos que seriam a fonte de seu poder. Ele está relacionado, isto sim, àquilo para o que Moacir Palmeira nos chama a atenção, ou seja, o fato de que são justamente os grupos majoritários no interior de uma organização que a controlam. (Palmeira, 1975: 6) Assim é que, no caso fluminense, quem controlava as organizações camponesas, entre 1950 e 1964, eram os representantes dos posseiros, dos lavradores em luta.

3. AS LUTAS

Os despejos de lavradores verificados no estado do Rio de Janeiro entre 1950 e 1964, e particularmente aqueles ocorridos na Baixada, eram, em sua maioria, ações de grande violência. Os jornais da época trazem abundantes indicações neste sentido, coincidindo com a lembrança que, ainda hoje, um antigo líder de Duque de Caxias guarda daquelas ações:

> *"Porque nos despejo eles destrói tudo o que a gente tem, carrega coisa, queima o resto, criação eles panha, vende, pinta o sete. Eles deixa o lavrador na miséria."*

Nem sempre o despejo se constituía de uma ação única, podendo abranger pressões diversas e prolongadas sobre o lavrador. Tais pressões iam desde a proibição de tirar lenha ou mesmo de desenvolver determinadas culturas, até o aumento repentino das taxas pagas e também as ameaças, veladas ou não. Eram recorrentes as notícias sobre a colocação de gado nas lavouras dos camponeses de forma a destruí-las, derrubada de suas casas, tiros, espancamentos e prisões.

Além destas pressões, os despejos eram feitos também com o respaldo de ordens judiciais. Tal fato levava a que jornais mais identificados com os camponeses, como Imprensa Popular, Novos Rumos e Terra Livre, vissem, em alguns juízes, inimigos dos lavradores a soldo de grileiros.(1) Esta era também

---

(1) Ver por exemplo, Imprensa Popular: 13/12/1953, p3; 28/5/55, p6; 3/1/1957, p6. Ver também Terra Livre, fevereiro de 1962, p1; e Novos Rumos, 28 de junho a 4 de julho de 1963, p7.

a visão que se tinha da polícia, presença constante naquelas ações. Segundo lembra José Pureza *"a polícia no estado do Rio de Janeiro sempre ajudou grileiro. Agiam como seus capangas."* (Pureza, 1982:67)

Na verdade, a crescente violência dos despejos relacionava-se, também, com a crescente oposição dos lavradores contra a saída da terra. A própria denúncia da violência através dos jornais era uma das formas de luta dos lavradores, contribuindo para deslegitimar as pretensões dos grileiros.

O rompimento da dominação que incidia sobre o lavrador, juntamente com o trabalho das organizações camponesas e dos grupos políticos que atuavam no campo, confluíam para a quebra da inevitabilidade dos despejos, que passavam a assumir um caráter arbitrário. Associado a isso, como vimos, as ligações com a terra e as incertezas de uma migração para a cidade também eram elementos fundamentais que impulsionavam os lavradores à luta.

À frente das lutas, dirigindo-as, encaminhando-as, encontraremos, quase sempre, as associações de lavradores ou a própria FALERJ.

3.1- As resistências

As resistências aos despejos foram, ao longo da década de 1950, a principal forma de luta desenvolvida pelas organizações camponesas. Nelas se conjugava diversas modalidades de ação. A orientação dada pelas associações era a de que os

lavradores procurassem permanecer na terra o máximo de tempo possível, tentando neutralizar as violências que eram cometidas. Concomitantemente, promovia-se manifestações nas cidades, apelava-se às autoridades para que tomassem providências contra aqueles atos, denunciava-se as ocorrências aos jornais e entrava-se com ações na Justiça.

As manifestações públicas ocorriam, geralmente, na então capital do estado, Niterói. Ali, os lavradores promoviam passeatas buscando o apoio da população. Procuravam também sensibilizar os deputados estaduais e os juízes em idas à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Justiça, além de, no Palácio do Ingá, sede do Governo, buscarem o concurso do chefe do Executivo.

A proximidade com a antiga capital federal, Rio de Janeiro, também tornava possível a ida dos posseiros à Câmara e, mesmo, à Presidência da República. No início de 1953, os lavradores de Capivari e São Lourenço, ameaçados de despejo, foram ao Palácio do Catete pedir providências a Getúlio Vargas. A intervenção de Juscelino Kubitschek também seria solicitada, tempos depois, por uma comissão de lavradores do mesmo município, Duque de Caxias.(2)

Num nível mais superficial, as manifestações nas cidades serviam para tornar visivel, aos citadinos, a situação vivida pelos lavradores. Mais profundamente, no entanto, elas

---

(2) Imprensa Popular: 6/3/1953, p4; 5/4/1956, p6.

Favor não fazer anotações ou grifos
à tinta ou a lapis nesta página

contribuíam para transformar aquilo que, normalmente, seria uma questão localizada entre um grileiro e um grupo de posseiros, resolvida através de jagunços ou da própria polícia, numa questão social. Desta forma, produzia-se um debate em torno da questão, atraía-se a solidariedade dos setores urbanos e procurava-se deslegitimar a ação dos grileiros, dificultando, ao mesmo tempo, decisões favoráveis a estes por parte da polícia ou da Justiça.

É significativo o fato de que, nas idas à cidade, os lavradores, geralmente, iam acompanhados de suas mulheres e de seus filhos. No caso do despejo ocorrido em Xerém, Duque de Caxias, em junho de 1955, os lavradores foram levados pela ALF para o Campo de São Bento, em Niterói, onde ficaram acampados por cerca de um mês, até que o governador Miguel Couto Filho os transferisse para uma área em Casimiro de Abreu. "*No acampamento do Campo de São Bento*" conta-nos Pureza, "*recebemos a solidariedade de todo o povo de Niterói, particularmente dos moradores das redondezas.*" (Pureza, 1982:31)(3)

Mas se as manifestações e idas à cidade contribuíam para que os despejos fossem vistos como um problema social, elas também propiciavam a conformação, para os setores urbanos, de uma determinada imagem dos lavradores. Como observa Patrick Champagne, numa interessante reflexão feita a partir de uma manifestação de agricultores ocorrida em Paris em março de 1982:

---

(3) Ver também Imprensa Popular: 25/6/1955, p1; 10/7/1955, p2; 22/7/1955, p2; 26/7/1955, p6.

> "*En effet, qu'il le veuille ou non, tout groupe social qui manifeste produit en même temps une image publique de lui-même. Si manifester en défilant c'est 'montrer sa force pour ne pas avoir à s'en servir', c'est aussi 'se montrer' tout court et agir presque exclusivement par la représentation (au sens théâtral) que le groupe veut donner aux autres.*" (Champagne, 1984:24)

A imagem que as organizações camponesas procuravam conformar, através das manifestações, era, ao mesmo tempo, de sofrimento e também de luta. Estes eram dois dos elementos contidos na categoria posseiro, com a qual se designava os lavradores que se manifestavam e reivindicavam a terra. E esta imagem se projetava não apenas para fora, mas igualmente para dentro do próprio grupo. Ao que nos parece, as manifestações, como experiências comuns no processo de luta, fortaleciam as identificações e os laços horizontais entre os lavradores, contribuindo para a produção do grupo dos posseiros, que reunia aquelas duas características.

Como grupo, os posseiros queriam ser reconhecidos politicamente e, ao que parece, as manifestações também contribuíram para isso.[4] É interessante observar que, conforme já

---

(4) Como observa Moacir Palmeira, o camponês relaciona-se com a cidade por exclusão. Entenda-se, porém, por cidade, não o espaço físico urbano, mas sim o locus do exercício da cidadania. Assim, avança o autor, "*se há alguma coisa que aproxime a luta dos camponeses em diferentes lugares e épocas históricas é, justamente, o seu caráter de luta pela cidadania, isto é, pelo seu reconhecimento jurídico.*" (Palmeira, 1975:9)

foi dito, os posseiros, em suas passeatas, incluíam em seu trajeto a Assembléia Legislativa e o Palácio do Ingá. Acreditavam, portanto, que seus problemas eram passíveis de uma solução política, e procuravam chamar a atenção para eles. Desta forma, transformando os despejos também num problema político, as manifestações contribuíam para o reconhecimento dos próprios posseiros no campo político, produzindo-se, no interior deste, um processo de tomada de posições a respeito deles e de suas reivindicações.(5)

Assim como as manifestações, as denúncias nos jornais, além de buscarem a produção de uma opinião pública favorável aos posseiros, contribuíam para o reconhecimento político destes.(6) Como aponta Patrick Champagne, tornando públicos os eventos, transformando em nacionais os problemas locais, a imprensa os faz visíveis aos agentes do campo político. (Champagne, 1984:28).

---

(5) É interessante que, tendo sido despejados de uma fazenda da região de Xerém, em Duque de Caxias, lavradores foram à Assembléia Legislativa, em fins de abril de 1955, a fim de protestar. Foram então recebidos nas escadarias pelo deputado Geraldo Reis, que os levou à galeria daquela Casa para que assistissem ao protesto que iria pronunciar . Imprensa Popular, 26/4/1955, p8 .

A noção de campo político foi tomada de Pierre Bourdieu, que não a restringe, simplesmente, ao lugar da representação. Definindo-o como um campo de forças, e também de lutas que visam a transformar a relação de forças que estrutura o campo a cada momento, Bourdieu engloba, naquela noção, não apenas a relação de representação, entre mandantes e mandatários, e também não apenas as relações entre mandatários. Para o sociólogo francês, o campo político compreenderia, num complexo jogo de inter-relações que daria a sua configuração a cada momento, todos aqueles feixes de relações. Seria a partir do próprio campo, ainda, que se definiria o que é e o que não é político. (Bourdieu, 1981)

(6) Sobre a opinião pública como uma produção ver Pierre Bourdieu. (1980).

Um outro palco das lutas dos lavradores era a Justiça. Suas ações, ali, iam desde recursos contra mandados de despejo até, como no caso da Fazenda do Largo, o habeas-corpus para que pudessem colher a mandioca que haviam plantado e que os grileiros os vinham impedindo de fazer. Sua reivindicação básica durante os anos 1950, contudo, era a terra, através do usucapião. A própria adoção da categoria posseiro, como já pudemos ver, parecia estar relacionada à luta jurídica por esta reivindicação.

Ao lado das manifestações públicas e das ações na Justiça, os lavradores procuravam permanecer na terra, apesar das violências, aguardando a decisão judicial. Esta permanência, no entanto, nem sempre se dava de forma passiva. Já no começo de 1952, dizia um lavrador ameaçado de expulsão da região de Austin, em Nova Iguaçu:

> *"Se for preciso, o primeiro cabra que aparecer na estrada prá nos botar pra fora engole chmbo da minha espingarda 'pica-pau'"* (7)

Também na Fazenda Piranema, em Duque de Caxias, os líderes locais, em 1954, emitiam declarações de teor semelhante. Segundo eles, os lavradores, que vinham sendo despejados por Augusto Ferreira Leitão, estavam prontos para reagir caso não cessassem os despejos.(8)

---

(7) Imprensa Popular, 15/3/1952, p5.

(8) Luta Democrática, 10/12/1954, p5.

Embora estas ameaças ficassem mais ao nível do discurso, não se concretizando, e os despejos de fato se efetivassem, chegaram a ocorrer resistências armadas ainda durante os anos 1950. Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, era chamada pelo sub-delegado da região de "*zona conflagrada*". À sua entrada havia uma tabuleta onde se lia: "*Aqui em Pedra Lisa não entra polícia. Nem grileiros. Estas terra têm donos. Cada palmo de chão roubado há de custar a vida de todos nós*".(9) Ali, em agosto de 1956, os policiais que tentaram realizar um despejo foram, segundo Imprensa Popular, repelidos por lavradores armados de facões, foices, enxadas e espingardas de caça.(10)

As resistências armadas não pareciam representar um recurso extremo, sendo identificadas pelas associações de lavradores como formas de auto-defesa contra a violência dos grileiros.(11) Elas eram articuladas às outras formas de ação já mencionadas, não excluindo nem mesmo os recursos à Justiça. Isto podia ser verificado na própria Pedra Lisa. Ali, inclusive, os lavradores, através de seus representantes, chegaram a negociar diretamente com os opositores. Após o frustra-

---

(9) Imprensa Popular, 28/12/1954, p8.

(10) Imprensa Popular, 18/8/1956, p4.

Um dos líderes de Pedra Lisa também nos relatou a ocorrência de resistências armadas, naquela área, na década de 1950.

(11) O Código Civil previa, em seu artigo 502, que o possuidor turbado, ou esbulhado, poderia manter-se, ou restituir-se por sua própria força. (Código Civil Brasileiro, 1970:192)

do despejo de agosto de 1956, o presidente da Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, na presença de um representante do Ministério da Agricultura, visto ser a área considerada pública, e da Imprensa, reuniu-se com os grileiros no gabinete do delegado. Ficou acordado, na ocasião, que a polícia não faria novas investidas, aguardando o resultado da ação judicial interposta pela Sociedade.(12)

A eficácia das ações de resistência empreendidas pelos lavradores, durante os anos 1950, era relativa e desigual. O que se conseguia, muitas vezes, era prolongar a permanência na terra, mas não a regularização da situação. Desta forma, não ficavam excluídas a tensão, as ameaças e as violências. Além disso, os lavradores ficavam sujeitos a constantes idas e vindas, sendo obrigados a abandonar a terra para voltar, pouco tempo depois, em função de uma decisão judicial provisória e, mais adiante, serem despejados novamente.

O caso da Fazenda Penha-Caixão, no ramal de Xerém, em Duque de Caxias, é bastante ilustrativo. Ali, com a chegada dos grileiros, os lavradores foram expulsos. A ALF, então, recorreu ao juíz da Comarca, que lhe deu ganho de causa. No dia marcado para a reintegração de posse, segundo Imprensa Popular, policiais espancaram e expulsaram os lavradores. A Associação, mais uma vez, recorreu, conseguindo nova reintegração. Novas violências, porém, obrigaram os lavradores a um tercei-

---

(12) Imprensa Popular, 18/8/1956, p4.

ro recurso, que garantiu-lhes a posse. Eles foram reocupando as terras lentamente mas, em abril de 1955, foram outra vez despejados. Diante disso, foram protestar na Assembléia Legislativa ao mesmo tempo em que impetravam mandado de segurança contra a medida. Com isso, o despejo foi suspenso temporariamente, e os lavradores puderam retornar.(13)

Já a resistência dos lavradores de Pedra Lisa resultou, ainda em 1958, na decretação da desapropriação, pelo então governador Miguel Couto Filho, de duas das glebas que a compunham, quais sejam, Santo Antônio do Mato e Limeira.(14)

Na medida em que conseguiam algum sucesso na permanência na terra, ainda que instável, as áreas de resistência se constituíam em exemplos a serem seguidos, contribuindo para aprofundar ainda mais a quebra do senso de inevitabilidade associado aos despejos. Além disso, elas se transformavam em polos de atração para lavradores que haviam abondonado suas terras em outras áreas do estado ou do país.(15) A chegada de

---

(13) Imprensa Popular: 6/10/1954, p6; 23/1/1955, p8 e 2; 26/4/1955, p8; 28/4/1955, p8; 6/5/1955, p4.

(14) Decreto 6.081 de 23/6/1958. Coleção Eduardo Martins.

(15) De acordo com um dos antigos líderes de Cachoeiras de Macacu, lavradores de diversas regiões do estado do Rio afluíram para São José da Boa Morte, naquele município, após os primeiros enfrentamentos com os grileiros:

"P- *Mas nessas resistências à expulsão, nesses conflitos que houve na área de São José, só participava gente de Cachoeiras mesmo ou vinham lavradores de outras regiões também?*

R- *Não, teve de todas as regiões.*

novos lavradores levava, por sua vez, a que novas terras, vizinhas, tivessem que ser incorporadas e gradativamente ocupadas. Desta forma, ao lado das áreas originais de ocupação havia algumas bastante recentes.(16)

É possível perceber mudanças significativas nos processos de resistência a partir de fins dos anos 1950. A primeira delas refere-se à própria reivindicação básica dos lavradores, que muda do usucapião para a desapropriação das terras em litígio e sua entrega aos lavradores. Segundo um ativo dirigente da FALERJ, a luta pelo usucapião mostrara-se ineficaz porque os grileiros sempre contestavam a permanência dos posseiros na terra pelo prazo necessário para a sua obtenção. Isto se agravava ainda mais tendo em vista o fato de que, ainda de acordo com aquele líder, alguns juízes tinham ligações com os grileiros.

---

(15) P- *Pessoal para ajudar? Como é que era organizado esse negócio?*

R- *Claro, eles foram aparecendo. De Cachoeiras mesmo não tinha quase ninguém. De Cachoeiras tinha os que moravam naquela região como posseiros. Não eram oriundos dali, tinham vindo já há muito e foram se localizando ali. Depois que eclodiu essas desavenças com os grileiros, aí começou a chegar de Caxias, de São João de Meriti, de São Fidelis. Começaram a se encontrar e, aí, o movimento começou a crescer."*

(16) Dizia o advogado da Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, ainda em julho de 1957, que o número de posseiros na região não parava de crescer. Imprensa Popular, 23/7/1957, p6.

Outras indicações, contudo, sugerem que a mudança de reivindicação era uma questão mais complexa do que apenas a tomada de consciência da ineficácia da luta pelo usucapião. É preciso ver, por exemplo, que as próprias formas de ação se modificaram. As lutas, antes, eram mais isoladas, com os lavradores de cada área resistindo para permanecer na terra. Agora, já criada a FALERJ, havia uma integração maior entre as diversas áreas. Era comum a presença, nas resistências, de lavradores de algumas áreas mais próximas, ou mesmo de outros municípios, que vinham ajudar.

A própria solidariedade e o apoio dos setores urbanos e de parlamentares, fundamentais para o sucesso das lutas dos lavradores, tornavam-se mais consistentes. Não que não houvesse antes. O Sindicato dos Operários Navais de Niterói, por exemplo, alojava posseiros despejados que iam àquela capital protestar.(17) No caso dos lavradores expulsos de Xerém em 1955, e que ficaram acampados no Campo de São Bento, foi significativo o apoio, não apenas da população e dos sindicatos, mas igualmente da Câmara Municipal local, através de um auxílio financeiro proposto pelo então vereador Afonso Celso Nogueira Monteiro (PSB).(18)

Em Pedra Lisa também, os lavradores em luta promoveram uma manifestação à qual compareceram setores operários

---

(17) Imprensa Popular, 28/4/1955, p8.

(18) Imprensa Popular, 13/5/1955, p6. Ver também José Pureza. (1982:31)

de Petrópolis e o próprio prefeito desta cidade, Flávio Castrioto. Estas presenças foram articuladas, entre outros, por Bráulio Rodrigues, líder em Nova Iguaçu mas que, por motivos de saúde, havia se transferido temporariamente para aquela cidade serrana, onde vinha atuando na construção civil.(19)

A integração maior entre os movimentos camponês e operário, no entanto, começa a se dar em fins dos anos 1950 e início dos 1960. Os Conselhos Sindicais municipais e estadual que vinham sendo criados, e que funcionavam como intersindicais, desempenharam papel importante nesta ponte. Nas próprias casas legislativas vinha aumentando, a partir de então, o número de parlamentares simpáticos às reivindicações camponesas.

Deve-se ter em conta que, em 1959, assume o Governo do estado o petebista Roberto Silveira, eleito por uma ampla coligação de forças, entre as quais as esquerdas, e com compromissos em favor dos posseiros assumidos em campanha. Além disso, um dado importante é que, ainda no ano anterior, como vimos, o então governador Miguel Couto Filho já havia aplicado o recurso da desapropriação às Fazendas Limeira e Santo Antônio do Mato, em Nova Iguaçu.

Ao nível nacional, intensificava-se o debate político em torno da necessidade de uma reforma agrária no país. E dentro deste debate, a questão da desapropriação e das formas

---

(19) Imprensa Popular, 23/7/1957, p6.

pelas quais ela poderia ser feita ocupava um lugar estratégico.(20) O problema agrário, assim, passava a ser visto como um problema político, e não meramente técnico, policial ou jurídico.

Neste novo contexto, as lutas dos lavradores passavam a assumir um caráter mais marcado de oposição, de enfrentamento, além de alcançarem maior repercussão. A resistência ocorrida em agosto de 1961 na Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias, costuma ser apontada como um marco deste padrão de luta.(21)

Os despejos na Fazenda São Lourenço já vinham ocorrendo desde o começo da década de 1950. A luta de 1961, contudo, tem sua origem ligada a uma ação movida pela proprietária de uma parte da fazenda contra o seu arrendatário, envolvendo também sete famílias de lavradores ali localizadas. A área fora arrendada em 1959 a Antônio Strufaldi que, no entanto, não cumpriu os termos do contrato. Em vista disso, a proprietária requereu o seu despejo, o que foi estendido também às sete famílias.O despejo foi decretado em novembro de 1960 mas os lavradores, que se recusavam a abandonar a área, recorreram à Justiça. O recurso, no entanto, não obteve o resultado esperado. (Araújo, 1982: 31 a 35)

---

(20) Sobre esta questão ver Aspásia Alcântara de Camargo. (1981)

(21) Para um estudo detido do [illegible]o da Fazenda São Lourenço, ver o trabalho de Frederi[illegible]Araújo. (1982) Ver também o testemunho de José Pureza. [illegible]ureza, 1982)

No dia 16 de agosto, oficiais de justiça despejaram quatro das sete famílias. Quando retornavam, no dia seguinte, juntamente com seis soldados e um sargento da Polícia Militar do estado para expulsar os lavradores restantes, foram recebi dos a bala. Diversos núcleos da Associação dos Lavradores de Duque de Caxias foram mobilizados para a resistência. Havia ainda, segundo os jornais, homens de Magé preparados para acorrerem ao local em caso de necessidade. Crescia, ao longo dos dias, o número de lavradores presentes no local. Enquanto os jornais do dia 19 de agosto falavam em duzentos e cinquenta, os do dia 21 mencionavam seiscentos.(22)

Parece ter sido marcante a participação de setores urbanos na luta. De acordo com Última Hora, no movimento tinha um "*quartel-general*" urbano, instalado no Sindicato dos Rodoviários de Duque de Caxias. Ainda segundo este mesmo jornal, ferroviários e rodoviários daquele município preparavam-se para entrar em greve caso os lavradores sofressem novas agressões.(23) Também parlamentares tentaram intervir, no sentido de que a situação fosse resolvida sem violência. O então deputado Tenório Cavalcanti foi chamado para defender os lavradores na Justiça. (Araújo, 1982: 39; Pureza, 1982: 54 e 55)

---

(22) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro: 18/8/1961, p7; 19/8/1961, p7; 21/8/1961, 2º caderno, p1. Luta Democrática, 19/8/1961, p2.

(23) Última Hora. edição do estado do Rio de Janeiro, 21/8/1961, 2º caderno, p1.

No dia 21 de agosto de 1961 o governador fluminense Celso Peçanha decretou a urgente desapropriação de São Lourenço.(24)

Nem todos as lutas tiveram desfecho semelhante ao de São Lourenço. Tal foi o caso do Núcleo Colonial Santa Alice, em Itaguaí. Ocorrida cerca de um mês depois do de São Lourenço, a luta de Santa Alice traz alguns elementos diferentes, além do fato de que a ocorrência anterior daquele outro lhe conferia um maior poder de ameaça.

O Núcleo Santa Alice compunha-se de três glebas, sendo que uma delas, a de Santa Alice, encontrava-se em questão na Justiça. Disputavam-na o Ministério da Agricultura através do INIC, e Antonieta Moura Costa Nava. Com uma vitória temporária obtida por esta na Justiça, a ameaça do despejo passou a pairar sobre as cabeças dos lavradores que trabalhavam na área.(25)

Também em Santa Alice foi fundamental a participação de lavradores de outras áreas, e aqui não somente no apoio, mas na própria liderança. À frente da resistência estava Bráulio Rodrigues, da Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, do município vizinho de Nova Iguaçu. Designadas pela FALERJ, as lideranças de Pedra Lisa assumiram o movimento de Santa Alice, encarregando-se de buscar apoio e solida -

---

(24) Decreto 7.588 de 21/8/1961. Coleção Eduardo Martins.

(25) Luta Democrática, 26/9/1961, p8 e 2.

riedade, e de dirigir ameaças no sentido de forçar uma rápida solução para o caso. É delas o seguinte manifesto:

> *"Companheiros das Associações do Estado do Rio - Aqui estamos precisando de tua solidariedade. A nossa causa é a sua também. Dirigentes sindicais, estudantes, donas-de-casa e operários, o seu protesto será também contra a carestia de vida. Estamos cercados de jagunços, mas a nossa causa é mais sublime, é mais nobre, porque aqui estamos defendendo o nosso direito de viver como pessoas humanas.*
>
> *A sociedade de Pedra Lisa apela para o Sr. Governador Celso Peçanha que venha ao encontro dos lavradores de Itaguaí. Hoje estamos apelando, mas amanhã talvez não teremos mais tempo para apelar."* (26)

Havia um claro tom de ameaça nas declarações dos líderes do movimento, realçado pelas matérias dos jornais. Segundo eles, teriam acorrido ao local, armados, lavradores de diversos pontos do estado. De acordo com o semanário Novos Rumos, para quem aquela luta seguia o exemplo da de São Lourenço, decorridos alguns dias do movimento, *"mais de trezentos lavradores armados se encontram no local prontos para o que der e vier, dispostos a defender com o próprio sangue o direito dos seus irmãos de Santa Alice".* (27)

---

(26) Jornal do Brasil, 23/9/1961, 1º caderno, p4.

(27) Novos Rumos, 29 de setembro a 5 de outubro de 1961, p5. Ver também Luta Democrática, 26/9/1961, p8 e 2; Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 26/9/1961, p2; e Terra Livre, outubro de 1961, p4.

Apesar de toda a disposição, o despejo terminaria sendo realizado. Isto, contudo, não representaria o fim da luta e, tempos depois, a área seria desapropriada.

O grau de radicalização das resistências pode ser aferido pelo chamado levante de São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu. A área, ocupada por diversas famílias de lavradores, era reivindicada por algumas pessoas que delas se diziam donas. Segundo os camponeses, no entanto, as terras pertenciam no INIC e haviam sido griladas. Tal, contudo, não parecia ser a opinião do juíz da Comarca, que concedeu uma liminar dando ganho de causa aos pretensos proprietários o que acarretava, ao mesmo tempo, no despejo dos lavradores. Reunidos na sede do município em fins de outubro de 1961, deram estes prazo às autoridades para que resolvessem o problema até o mês seguinte. Findo o prazo, segundo os jornais, cerca de seiscentos lavradores armados cercaram a área, prenderam quatro dos chamados grileiros que, ao que parece, eram prepostos dos verdadeiros interessados, simularam um julgamento e condenaram-nos à morte. A sentença, entretanto, não seria cumprida na realidade e o movimento seria reprimido pela PM.(28)

Algumas lutas provocaram a explicitação de divergências entre as instâncias de poder no tocante à condução da

---

(28) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro: 26/10 / 1961, p3; 20/11/1961, p2; Terra Livre, novembro de 1961, p7. Luta Democrática, 19 e 20/11/1961, p2.

questão agrária. Tal foi o caso da resistência dos lavradores das terras da América Fabril, em Magé. A fábrica havia movido ação de despejo contra as famílias de lavradores que ocupavam a área, o que seria realizado em dezembro de 1962. Para tanto, o juíz de Magé, Nicolau Mary Jr., que decretou a medida, requisitou tropas da PM ao Governo estadual. O então governador Carvalho Janotti, porém, não enviou a tropa e justificou sua medida, junto ao Tribunal de Justiça do estado, alegando que o despejo suscitaria problema social e que já estavam sendo feitos estudos para a desapropriação da área.

Em fins de dezembro de 1962 as Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiram pedir intervenção federal para garantir a reintegração de posse concedida pelo juíz Nicolau Mary Jr. à América Fabril. Diante disso, o governador voltou atrás e o despejo foi marcado para 11 de janeiro de 1963. Dois dias antes, porém, cerca de trezentos lavradores do local foram a Niterói, onde fizeram uma passeata até o Palácio do Ingá para pedir providências ao governador Janotti. De lá foram para a Assembléia Legislativa e, desta, para o Tribunal de Justiça, onde cobraram dos desembargadores a promessa de que a área seria desapropriada.

Ao retornarem a Magé, contudo, os lavradores depararam-se com o despejo realizado e suas terras ocupadas pela PM. Voltaram, então, para Niterói, e acamparam diante da casa do juíz Mary Jr. Novas negociações mediadas por deputados estaduais como Afonso Celso Nogueira Monteiro e Aristóteles Miranda de Melo fizeram o juíz recuar e ordenar a retirada da polícia.

É interessante observar que, quando se efetuou o despejo, em 11 de janeiro de 1963, o decreto de desapropriação da área já estava pronto.(29) Sua publicação, no entanto, foi retardada para depois do despejo, para que não fosse tomada como provocação do Executivo ao Judiciário e, assim, redundasse em intervenção federal no estado. Apesar da precaução, o Tribunal de Justiça representaria novamente contra o governador, acusando-o, entre outras coisas, de ceder ônibus do Serviço Estadual de Viação para trazer os lavradores despejados a Niterói a fim de que acampassem diante da casa do juíz. Carvalho Janotti acabaria se demitindo do Governo, indo ocupar uma cadeira no Tribunal de Contas, para a qual havia sido indicado pelo antigo governador Celso Peçanha.(30)

Vemos, portanto, que no contexto que se conforma a partir de fins dos anos 1950, com a crescente politização da questão agrária, novos elementos vêm se agregar ao quadro das lutas dos lavradores, que também passam a assumir um tom diferente. Mais ainda, novas formas de luta, além de novas reivindicações, passam a ser incorporadas. Dentro disso, um dado bastante relevante é a articulação que começa a ser feita, já no começo dos anos 1960, entre as resistências e ocupações dirigidas de terras.

---

(29) Decreto 10.003 de 11/1/1963. Coleção Eduardo Martins.

(30) Luta Democrática: 6/12/1962, p5; 28/12/1962, p5; 29/12/1962, p5; 10/1/1963, p2; 12/1/1963, p2; 15/1/1963, p5; 17/1/1963, p5; 19/1/1963, p3. Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro: 12/12/1962, p5; 18/12/1962, p2; 20/12/1962, p2; 27/12/1962, p3; 29/12/1962, p3; 11/1/1963, p2; 14/1/1963, p2; 16/1/1963, p3. Jornal do Brasil: 12/1/1963, 1º caderno, p5; 13/1/1963, 1º caderno, p5; 17/1/1963, 1º caderno, p10. Terra Livre, fevereiro de 1963, p5. Novos Rumos, 1 a 7/2/1963, p7.

3.2- As ocupações

As ocupações de terras não eram novidade no estado do Rio. As áreas incultas da Baixada vinham sendo apossadas por lavradores e continuavam a sê-lo. Com a criação das organizações camponesas, elas mesmas passaram a orientar ao menos parte desses movimentos.

As zonas de resistência aos despejos constituíam-se em polos de atração para novos lavradores. E, quando a resistência não era bem sucedida, a estratégia era entrar em outras fazendas, como fizeram as famílias expulsas de Capivari, em Caxias, em 1952.(31) Um antigo líder daquela área nos conta que, em face dos constantes despejos ocorridos em Xerém a partir dos anos 1950, *"o nosso negócio era mudar de fazenda em fazenda."*

Até o começo da década de 1960, as organizações camponesas não classificavam seus apossamentos como ocupações. Todos os lavradores eram apresentados como antigos posseiros, estabelecidos há vários anos nas terras, mesmo aqueles com tempo de permanência menor. Tratava-se de garantir a aplicação do instituto do usucapião que, naquela época, como vimos, exigia posses de dez, quinze ou vinte anos, de acordo com o caso. A partir dali, no entanto, a ocupação passava a figurar como uma estratégia explícita de ação e, assim como a resistência, assumia um caráter de desafio e de pressão.

---

(31) Imprensa Popular. 10/12/1952, p4.

Mesmo as ocupações assumidas enquanto tal, no entanto, tomaram feições diferentes ao longo do tempo. Num memorial que seria entregue aos presidente João Goulart durante o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, realizado em Belo Horizonte em novembro de 1961, a Associação dos Lavradores de Duque de Caxias reivindicava a reversão das terras públicas griladas ao patrimônio do estado ou da união. Estas terras deveriam ser aforadas aos lavradores que as ocupavam ou viessem a ocupar. E concluía o memorial:

> *"E, enquanto isso acontece, queremos fazer ciente a V.Exa. que duzentos lavradores sem terras e pertencentes ao quadro social de nossa associação, ocuparão as terras vazias, ou seja, as áreas desocupadas dentro dessas mesmas fazendas litigiosas."* (32)

O que se buscava aqui, como podemos observar, era a solução para alguns problemas específicos, enquanto a questão mais ampla das terras públicas como um todo não era resolvida. Deve-se observar que o memorial falava em ocupação de fazendas litigiosas, ou seja, de terras que já estavam sendo disputadas. A ocupação destas terras, isto é, a entrada de novos lavradores sem a mediação dos supostos donos, ou dos grileiros, frisava a ilegitimidade das pretensões destes. Ao mesmo tempo, chamava-se a atenção para estas áreas, procurando fazer com que fossem entregues aos lavradores.

Já num outro documento, este lançado pela FALERJ cerca de um ano depois, as ocupações apareciam como forma de pres

(32) Luta Democrática, 16/11/1961, p5.

são pela realização da Reforma Agrária. Depois de protestar contra a protelação das Reformas de Base e das reivindicações apresentadas pelo congresso camponês de Belo Horizonte, o manifesto, assinado por Manoel Ferreira de Lima e José Pureza , conclamava as massas camponesas a *"desenvolver a ação organizada pela realização de uma reforma agrária radical, intensificando e ampliando a luta pela ocupação das terras dos latifundiários."*(33)

O trecho do memorial da Associação dos Lavradores de Duque de Caxias acima transcrito dava conta da ocupação de um trecho do Parque Capivari, localizado naquele município. De acordo com uma nota publicada pela Engenharia e Comércio ENCO S.A., que fazia o loteamento da área, ela foi invadida, no dia 15 de novembro de 1961, por cerca de duzentas pessoas precedidas de mais de cinquenta homens armados.(34)

Outro movimento que foi previamente anunciado, com o claro objetivo de forçar uma solução, foi o do Núcleo Santa Alice. Em assembléia realizada em meados de dezembro de 1961, os lavradores de Pedra Lisa decidiram que apoiariam os lavradores expulsos de Santa Alice a recuperarem as terras de onde, como vimos, haviam sido despejados pouco tempo antes, após um movimento de resistência. Foi inclusive, fixada a data de 29 daquele mesmo mês para que isto ocorresse. A declaração de Francisco Dias Lacerda, vice-presidente da Sociedade dos La-

---

(33) Luta Democrática, 16 e 17/9/1962, p5.

(34) Luta Democrática, 5/12/1961, p2.

vradores e posseiros de Pedra Lisa, a este respeito é bastante clara:

> *"Queremos, com isso, provocar uma solução mais rápida para o problema. Se formos presos melhor será. As autoridades compreenderão que não estamos brincando."* (35)

Apesar de, ao que parece, algumas poucas propriedades legítimas terem chegado a ser ocupadas, era para as terras públicas griladas que se voltavam as organizações camponesas, mesmo no bojo das pressões pela reforma agrária. Quadros e advogados da FALERJ e das associações de lavradores eram deslocados para diferentes pontos do estado para, através de pesquisas em cartórios, detectar aquelas áreas. Segundo um antigo advogado da FALERJ e consultor da SUPRA, as pesquisas e consultas visavam também delimitar áreas que, em caso de ocupação, teriam boa acolhida do Governo facilitando, assim, uma solução favorável aos lavradores.

O deslocamento de quadros da FALERJ e das associações não ocorria apenas no planejamento, mas também na própria execução da ocupação, quer seja liderando, quer seja fornecendo apoio e infra-estrutura. Enquanto Bráulio Rodrigues, de Nova Iguaçu, liderava a ocupação de Santa Alice, em Itaguaí, Manoel Ferreira de Lima, de Magé, estava à frente da de Vargem Grande, em Itaboraí.(36) No Imbé, em Campos, o líder foi José Pureza, de Caxias. Outros líderes de Caxias, como Joaquim Antônio e Itamar Joel Miranda, também participaram

---

(35) Jornal do Brasil, 29/12/1961, 1º caderno, p4. Ver também Luta Democrática, 17 e 18/12/1961, p2.

(36) Dados de entrevista.

da ocupação do Imbé.[37] Um dos líderes de Pedra Lisa refere-se aos camponeses das associações que se deslocavam para auxiliar as ocupações em outros municípios como *"o pessoal de frente de trabalho"*.

Um outro ativista também nos lembra que, quando da ocupação da Fazenda Agro-Brasil, em Cachoeiras de Macacu, em fins de 1963, foram para lá enviados lavradores do município vizinho de Itaboraí:

> *"Nós mandamos pessoal para lá para ficarem na resistência, e pessoas para ficarem na cozinha. Mandamos pessoas para colaborarem, para ajudarem, sob o comando deles lá. Mandamos algumas mulheres e alguns homens."*

Poderia haver, entre os ocupantes de terras, comerciantes de madeiras, especuladores ou pessoas interessadas em obterem sítios de recreio. Em sua quase totalidade, porém, eram eles lavradores em busca de terra onde pudessem se estabelecer e produzir com suas famílias. Estes lavradores podiam ser oriundos de um mesmo lugar, de onde haviam sido expulsos. Tal foi o caso de Santa Alice, cujas terras foram reocupadas pelos lavradores que de lá haviam sido despejados. Na grande maioria dos casos, contudo, os contingentes de ocupantes eram compostos de lavradores sem terra, vindos não de uma, mas de diversas partes do estado ou mesmo do país, e que eram agrupados para a ação.

---

(37) Dados de entrevista. Luta Democrática, 17/4/1963, p5.

No Imbé, por exemplo, embora os jornais mais próximos ao movimento esforçassem-se para demonstrar ter sido a ocupação uma iniciativa apenas de explorados trabalhadores rurais da cana, as indicações apontam para uma direção diferente.(38) De fato, são bastante recorrentes no período que antecede a ocupação do Imbé, que ocorreu em abril de 1963, notícias sobre desemprego na área canavieira de Campos. Além disso, pesquisas têm apontado para uma intensificação do processo de expulsão de colonos e moradores das propriedades daquela região no começo dos anos 1960.(39) No entanto, se estes trabalhadores formavam a maioria do primeiro grupo a ir para o Imbé, havia também alguns "*desgarrados*" de Minas Gerais, de Alagoas e de outros locais.(40)

Na Fazenda Cachoeirinha, em Magé, ocupada em maio de 1963, os lavradores provinham de vários pontos da própria Baixada. Dizia Manoel Ferreira de Lima, presidente da FALERJ e também líder da ocupação:

---

(38) Novos Rumos: 19 a 25/4/1963, p7; 26 a 30/4/1963, p7. Dizia o jornal Terra Livre:

> "*O município de Campos conta com 10 mil desempregados, todos trabalhadores da lavoura, e a tomada das terras do Imbé foi uma situação criada pelo completo abandono das autoridades aos problemas do homem do campo.*" Terra Livre, maio de 1963, p5.

(39) Ver Doris Rinaldi Meyer. (1983:3)

(40) Entrevista com um dos líderes da ocupação do Imbé.

> *"Eles chegaram de todas as partes, cansados de serem sacrificados e espoliados. Chegaram doentes, maltrapilhos e esfomeados. Suas armas foram somente a pá e a enxada. O que eles querem é trabalhar e por isso estão dispostos a só deixarem o campo mortos, apesar de toda sorte de ameaças."* (41)

Os mecanismos de arregimentação dos ocupantes eram diversos. A FALERJ e as associações de lavradores encarregavam-se de espalhar a notícia das ocupações e de juntar as pessoas.(42) A divulgação podia ser feita em reuniões daquelas organizações, encarregando-se os próprios associados da difusão, ou em praça pública.(43) As praças e estações, de ônibus e de trens, pareciam ser locais privilegiados para a arregimentação, principalmente no período em que as ocupações ainda não eram reconhecidas enquanto tal. Na década de 1940, o líder Zé Matias ia para a praça ou para a estação de Engenheiro Pedreira, em Nova Iguaçu, a fim de chamar as pessoas para ocuparem Pedra Lisa.(44)

Já no início dos anos 1960, as convocações também podiam ser feitas através de notas publicadas nos jornais, como esta abaixo:

---

(41) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 3/5/1963, p2.
A ocupação da Fazenda Cachoeira Grande, também em Magé, contou, segundo Maria José Lindoso, que desenvolveu pesquisa na área, com lavradores vindos do Espírito Santo, Minas Gerais e Norte fluminense. (Silveira Lindoso, 1984: 37).

(42) Dados de entrevista.

(43) Dados de entrevista.

(44) Dados de entrevista.

> *"Recrutamento pró-reforma agrária - Lavrador! Se és lavrador profissional e não possues, ainda, o teu pedaço de terra, inscreve-te hoje mesmo na Associação dos Lavradores de Duque de Caxias, à Avenida Rio-Petrópolis, 1652, terceiro andar, para que possas obter o que há muito tempo desejas: o teu pedaço de chão para cultivar. A reforma agrária está às nossas portas, mas só os lavradores organizados poderão desfrutar dos seus benefícios."* (45)

É preciso observar que as ocupações não eram feitas de um só ato, de uma só vez. Lembra um antigo líder de Itaboraí, referindo-se ao caso da Fazenda Vargem Grande, naquele município, que primeiro entravam os homens e algumas poucas mulheres, e construíam as choupanas que os obrigariam. Depois é que vinha o restante da família. A sistemática era esta pois poderia haver alguma reação violenta, o que seria perigoso para mulheres e crianças.

No caso da Fazenda Cachoeira Grande, em Magé, pertencente à Companhia América Fabril, estudado por Maria José Lindoso, a orientação dada aos primeiros ocupantes era a de que apenas limpassem a terreno e fizessem barracos de palha. Isto porque se aguardava para breve uma ordem de despejo. (Silveira Lindoso, 1984:34)

Mas não era apenas a família que chegava depois, como aponta um antigo dirigente da FALERJ:

---

(45) Luta Democrática, 8/12/1961 p2.

"Olha, devido os movimentos, então isso vinha gente de todos os setores, viu? Do Rio de Janeiro, Caxias, de outros lugares... Então era muita raça de gente. Porque todo mundo queria um pedacinho de terra."

De fato, assim como nas resistências, na medida em que os ocupantes iam permanecendo na terra, e que a notícia se espalhava, aquelas áreas transformavam-se em polos de atração de novos lavradores. Eles para lá rumavam, vindos de diversas regiões, fazendo com que o número de ocupantes aumentasse constantemente.(46) As próprias organizações camponesas também se incumbiam de difundir as notícias, chamando outros lavradores para que engrossassem as ocupações.(47)

Na região de Tinguá, em Nova Iguaçu, área de mananciais que abasteciam de água o estado da Guanabara, observou-se uma ocupação em meados de 1962. A princípio, os ocupantes vinham das próprias fazendas circunvizinhas. Com o desenrolar do movimento, no entanto, iniciou-se um afluxo para lá de lavradores de diversos pontos do estado e mesmo de fora dele.

---

(46) Apenas para se ter uma idéia, o número de ocupantes de Capivari, em Duque de Caxias, que em meados de novembro de 1961 é apontado como sendo em torno de 200, é referido, cerca de nove meses depois, quando se dá o seu despejo, como sendo de 2.500. Luta Democrática: 30/11/1961, p2; 31/7/1962, p2.

Um dos líderes da ocupação do Imbé lembra que ela começou com 30 ou 50 famílias e, tempos depois, já contava mais de 200.

(47) Até mesmo a ULTAB apelava, em meados de abril de 1963, para que novas famílias de lavradores se dirigissem para as terras ocupadas do Imbé.

Tal era o caso de doze famílias que vinham de Colatina, no Espírito Santo.(48)

Em Cachoeirinha, Magé, em cuja ocupação participaram camponeses oriundos também de Pernambuco e de Minas Gerais, decorridos alguns dias, chegaram cerca de trezentos lavradores, acompanhados de suas famílias, vindos de Silva Jardim e de Trajano de Moraes. Eles haviam sido expulsos recentemente de fazendas localizadas naqueles dois municípios. Com a sua chegada, tornou-se necessária a ocupação de novas áreas próximas.(49)

Todo este movimento nos sugere que havia, no estado do Rio de Janeiro, um fluxo, de relativa intensidade, de populações rurais em busca de terras onde pudessem se estabelecer. Um antigo advogado dos lavradores aponta nesta direção quando define os posseiros fluminenses:

> *"Eram lavradores realmente, eram sujeitos. ... Eles eram expulsos, ficavam sem terra, ficavam perambulando. Trabalhavam onde eles encontravam trabalho para a subsistência deles. Então, quando eles encontravam mais terra, eles tornavam a ocupar."*

De fato, este quadro ganha ainda maior força, se lembrarmos que a estratégia dos lavradores despejados era a de irem ocupando novas áreas. Muitas vezes voltava-se, depois de alguma movimentação, ao ponto de partida, isto é, à primeira área ocupada.

---

(48) Correio da Manhã, 28/6/1962, 1º caderno, p3. Jornal do Brasil, 28/6/1962, 1º caderno, p5.

(49) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro: 13/5/1963, p3; 15/5/1963, p2.

Pedro Geiger e Myriam Mesquita, já no início dos anos 1950, chamavam a atenção para este deslocamento de populações rurais, principalmente ao longo da Baixada Fluminense:

> *"Outro fato importante que ocorre comumente na Baixada Fluminense, e que as estatísticas não mencionam, são os deslocamentos das populações rurais nos municípios e nas propriedades da região. Esses movimentos são devidos, principalmente, à falta de posse da terra pela maioria dos agricultores. Os moradores se deslocam para os lugares em que antevêm melhores condições de trabalho. Às vezes, é o proprietário que não quer mais a presença do lavrador, julgando-o inconveniente. É o que se observa frequentemente nas áreas destinadas a loteamento, de onde ele é expulso. Segundo informações obtidas no lugar, raro é o morador que permanece mais de dez anos numa propriedade."* (Geiger & Mesquita, 1956:44)

Segundo o Jornal do Brasil, os cálculos das autoridades fluminenses eram de que havia, no estado do Rio nos primeiros anos da década de 1960, em torno de 75.000 famílias de lavradores sem terras. Destas, cerca de 20.000 viviam movimentando-se à procura de terras que pudessem ocupar.(50)

O que nos parece interessante é que, face à possibilidade ocupar terras, os lavradores expulsos, ou ao menos parte deles, não acabavam indo para as cidades nem se proletarizando no próprio campo. Isto, entre vários outros elementos, talvez sirva de subsídio para a explicação da inexistência de registros de lutas em áreas como o Norte do estado, onde também havia lavradores sendo expulsos da terra.

---

(50) Jornal do Brasil, 30/6/1963, 1º caderno, p25.

Mas não eram apenas os lavradores sem terra, ao que parece, que participavam das ocupações. Uma análise de levantamentos realizados em algumas áreas ocupadas revela, também, a presença de elementos citadinos. Foi feito, no segundo semestre de 1964, um levantamento cadastral dos posseiros das áreas de mananciais de água, em Nova Iguaçu. Seu objetivo era obter dados sobre aquela população, tendo em vista posterior transferência para outras localidades. Foram pesquisados 204 chefes de família. Destes, 33 declararam exercer outras profissões além, ou não, da de lavrador: 6 eram motoristas; 11 eram pedreiros; 4 eram operários; 2 eram comerciantes; 1 era sapateiro; 1 era servente; 1 era barbeiro; 3 eram carpinteiros; 3 eram pintores; e 1 era cozinheiro. Dos 204, 20 declararam possuir outras terras.(51)

Já o levantamento cadastral realizado na Fazenda Piranema, em Duque de Caxias, ainda no começo de 1964, antes do Golpe, registrou um total de 222 posseiros. Destes, apenas 97 eram fluminenses, provindo o restante de outros estados. Cerca de 38 possuíam outras terras e 49 somavam profissões como: pedreiro, motorista, feirante, militar, comerciário, comerciante, alfaiate, mecânico e funcionário público. Ainda segundo o levantamento, igualmente 49 posseiros, não se diz se os mesmos anteriores, nunca haviam trabalhado no campo.(52)

---

(51) Relatório sobre o levantamento cadastral dos ocupantes das áreas de mananciais d'água realizado no 2º semestre de 1964 e coordenado por Eduardo Martins. Coleção Eduardo Martins.

(52) Jornal do Brasil, 4/3/1964, 1º caderno, p4.

Estes dados eram denunciados pelos setores mais conservadores, à época, como prova de que as ocupações eram mera agitação, parte de planos subversivos ou interesse de especuladores. Algumas autoridades fluminenses afirmavam mesmo que elas favoreciam os proprietários, interessados em lucrar com a desapropriação de suas terras.(53)

Antigas lideranças e pessoas próximas aos componeses, no entanto, chamam a atenção, hoje, para uma questão diferente. Lembra um ex-parlamentar vinculado ao PCB que o processo de industrialização levava as pessoas do campo para a cidade. Estas pessoas,

> *"quando tinham notícia que em determinado lugar tinham os camponeses lá ocupando terra e tal, eles iam para lá também e nós ajudávamos nisso. Procurávamos localizar pessoas que eram de origem do campo e que estavam passando dificuldades aqui."*

Quanto às desapropriações, sustenta um antigo líder camponês:

> *"As desapropriações favoreceram também aos lavradores que já estava nas cidades, inchando as favelas e pedindo esmola na rua. Essas desapropriação desvaziou muitas favelas e as cidades de pedintes."*

Em que pese o fato de, na realidade, haver pessoas não interessadas em produzir nas terras que ocupavam, ou que apenas desejavam ter um lugar onde morar sem, no entanto, abandonar suas atividades urbanas, em que pese o fato de alguns proprietários vislumbrarem, com a possível desapropria -

---

(53) Jornal do Brasil, 4/3/1964, 1º caderno, p4.

ção de suas terras, perspectivas de bons ganhos, em que pese o fato do esvaziamento das favelas não ter sido tão incisivo quanto se procura mostrar, a presença nas ocupações de antigos camponeses que haviam migrado para as cidades e mesmo de pessoas que nunca haviam vivido no campo, demonstra que aqueles movimentos representavam uma possibilidade, ou ao menos uma potencialidade, de relativa reversão do êxodo rural. O acesso à terra através de um movimento político representava não somente a contenção da expropriação no campo e a possibilidade de retorno de antigos lavradores que haviam emigrado, mas também uma nova oportunidade de vida para pessoas das cidades. Diante disso, o que nos parece é que o caráter *"natural"* e inexorável da migração rural/urbana deve ser relativizado. Ele deve estar referido a um determinado modelo político e econômico, a uma situação de escassez absoluta de terra e, principalmente, a um momento de desmobilização política do campesinato.

Ao que parece, a ação política desenvolvida no campo a partir da Baixada, tanto com as resistências quanto com as ocupações, conformou a imagem de que a região, e mesmo o estado, tinha terras não controladas por proprietários, à disposição de quem quisesse ocupá-las. Isto, a nosso ver, estava na base da explicação do aumento, detectado pelos próprios recenseamentos, no número de estabelecimentos rurais sob a responsabilidade de ocupantes a partir da década de 1950.(54)

---

(54) Ver tabelas II e III.

Segundo Maria José Lindoso, a maior parte dos lavradores que ocuparam a Fazenda Cachoeira Grande era oriunda do Espírito Santo. Alguns deles, entretanto, também vieram do Norte Fluminense e de Minas Gerais. O que os atraiu foram notícias de rádio sobre distribuição de terras, bem como cartas e chamadas de parentes ou antigos vizinhos, também falando sobre a existência de terras. (Silveira Lindoso, 1984:37)

Como observa José Felipe Lindoso, que também desenvolveu pesquisa na área de Cachoeira Grande:

> *"Esse movimento social que trouxe levas de migrantes do Norte Fluminense e do Espírito Santo para áreas mais ou menos próximas do Rio de Janeiro transcorreu sem que fossem quebrados (ou que fossem reconstituídos) os laços de parentesco, amizade e vizinhança que uniam grupos de trabalhadores em seus lugares de origem, ou que foram se formando em sua trajetória migratória. Ao encontrarem 'terra livre' esses grupos se reconstituíam - ou encontraram condições de se manter - na medida em que encontraram um locus no qual podiam operar essas relações. Isso fica evidente quando se constata, em Cachoeira Grande, vários sub-grupos que se constituíram por terem sido 'chamados' por algum parente, amigo ou vizinho que chegou primeiro ao lugar e depois avisou aos demais que havia terra disponível na área."* (Lindoso, 1983:37)

A existência de grupos com uma origem comum, nas ocupações, não parece ter ocorrido apenas em Cachoeira Grande. É possível que, também em outras áreas de ocupação, os lavradores que chegavam já tivessem laços anteriores entre si. Pudemos ver como, na ocupação de Tinguá, em Nova Iguaçu, doze famílias vieram juntas de Colatina, no Espírito Santo. Já para Cachoeirinha, em Magé, foram cerca de trezentas famílias de la

vradores expulsos de fazendas localizadas nos municípios fluminenses de Silva Jardim e Trajano de Moraes. Para a área do Imbé, em Campos, segundo Pureza, foram levados alguns lavradores despejados da Fazenda do Largo, em São João da Barra. (Pureza, 1982:72)

O fato de haver laços anteriores, no entanto, não significa que novos laços, ou que novos grupos, não fossem formados em função das próprias ocupações. Mais ainda, a recorrência dos relatos sobre a origem diversa dos ocupantes, em cada uma das áreas, indica que o grupo dos ocupantes não se confundia com os grupos menores, de existência anterior à ocupação. Há mesmo referências à ocorrência de conflitos entre estes.

Em Cidade das Meninas, em Duque de Caxias, por exemplo, um grupo de cerca de cem lavradores vindos de Nova Iguaçu pouco tempo depois de inciada a ocupação, foi barrado pelos primeiros ocupantes. Alegavam estes que não havia mais espaço na área. Os outros, contudo, forçaram passagem e acabaram entrando de qualquer forma.(55) No Imbé, lembra um de seus líderes, era preciso, enquanto se aguardava uma solução para o caso, ocupar os posseiros com atividades para a coletividade. Isso porque, entre outras razões, *"o pessoal parado, afinda querendo até um brigar com o outro."*

No Imbé, foi realizada uma pesquisa por dois técnicos do Departamento de Promoção e Organização Rural da SUPRA,

---

(55) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 18/2 / 1964, p2.

Morvan de Paula Barbosa e Luiz Alvear Palermo, tendo em vista a desapropriação da área. A pesquisa, que resultou num relatório, foi feita de 21 a 23 de agosto de 1963. Segundo ela as famílias, embora proviessem em sua maioria de Campos, vinham também de diversos outros municípios. Afora isso, inexistiriam, além da habitação, que reunia mais de uma família, outras formas de organização social, nem mesmo escolar ou grupos de recreação. (Barbosa & Palermo, 1963:5) Conclui assim o relatório de forma eloquente:

> *"A inexistência de centros comuns de interesses e atividades, que lhes satisfaça as necessidades fundamentais e lhes dêm assim uma relativa autonomia, basta para que não se possa caracterizar essa coletividade como uma comunidade."* (Barbosa & Palermo, 1963:2)

De fato, a ação política tem um papel fundamental na conformação destes grupos. A nosso ver, entretanto, o discurso mobilizador só se mostra eficaz quando referido a contradições objetivas vividas pelos atores sociais. Não se pode, assim, atribuir as ocupações, como o faziam autoridades da época baseadas nos levantamentos e relatórios, simplesmente à ação de agitadores. Só é possível haver mobilização consistente, se há também uma população mobilizável.

Ao que nos parece, os grupos de ocupantes, entendidos em sua forma mais ampla, não preexistiam às ações, sendo formados a partir e através delas. Numa tal situação, era de fundamental importância a existência de uma liderança individual. Era através do líder, ao nível da representação externa, que, por sobre as especificidades, diferenças e divergências

dos sub-grupos, o grupo dos ocupantes existia e se manifestava enquanto tal.

Observam Morvan Barbosa e Luiz Palermo, em seu relatório, que as informações que buscavam eram obtidas, em sua grande maioria, somente através do líder, a quem chamavam de JP, uma vez que outros informantes, quando perguntados, desviavam o assunto. (Barbosa & Palarmo, 1963:2) Este fato é apontado também pelos jornais, e não apenas no caso do Imbé.(56) Em Magé, o principal líder de algumas ocupações que vinham ocorrendo ali em meados de 1963, segundo Novos Rumos, era conhecido como Pedro Capixaba. Era ele, de acordo com aquele jornal, "*quem mantinha os poucos entendimentos possíveis com os grileiros, dividia as terras e resolvia alguns litígios que normalmente surgem entre os lavradores.*"(57)

---

(56) Em sua reportagem sobre a ocupação do Imbé, o jornal Novos Rumos, certamente querendo destacar as qualidades de liderança de José Pureza, bem como realçar as vantagens, a seu ver, de uma liderança centralizada para um movimento, acaba sendo bastante revelador:

> "*Foi a calma de Pureza que impediu o choque entre os camponeses e o delegado, quando este derrubou os casebres do acampamento. E é Pureza quem orienta a vida local. Todos os pretendentes às terras (que já vão a 2.000), vêm a ele expor seu caso. Até agora nenhum teve seu pedido negado.*
>
> *Pureza foi o responsável pelos entendimentos com os representantes da SUPRA, com os deputados, é ele quem administra os gêneros, que dá as instruções por onde passar a estrada. E tudo isso tendo apenas um grande conhecimento da vida e o 1º ano primário, pois ele mesmo nos disse: 'Eu sou quase analfabeto.*" Novos Rumos, 26 a 30/4/1963, p7.

(57) Novos Rumos, 7 a 13/6/1963, p6.

Internamente, a direção era dividida em comissões que, entre outras coisas, regulavam a entrada dos pretendentes a um pedaço de terra. Elas avaliavam o caso de cada lavrador e sua família, e indicavam a área que deveria ocupar, além de dirimir quaisquer questões que pudessem surgir entre os lavradores. Em Vargem Grande, lembra um líder local, a comissão também avaliava, no caso de um posseiro querer abandonar a área, as benfeitorias que ele havia deixado, para que não houvesse especulação com a venda de posses.(58)

Nem todas as ocupações parecem ter sido como a do Imbé que, na verdade, consistiu num acampamento às margens da área que se tinha em mira, na propriedade de um pequeno lavrador da região. Os posseiros, muitas vezes, entravam direto na terra podendo, então, iniciar logo o cultivo ou esperar até que o seu caso fosse resolvido. Em todas as situações, contudo, a sua sobrevivência na área só era possível graças ao extrativismo, à caça, à pesca e aos apoios e à solidariedade que recebiam. Isto porque, mesmo que cultivassem a terra, ela ainda não teria tido tempo para produzir.

A extração e a venda de lenha e carvão, normalmente atividades complementares do lavrador, eram fundamentais nos momentos iniciais da ocupação. A instrução dada pela FALERJ aos lavradores, logo que entravam numa área, era, como lembra

---

(58) No Imbé também, o lavrador que pretendia obter um pedaço de terra, deixava, com o encarregado dos registros, seu nome, o número de familiares e quantos alqueires gostaria de cultivar. Depois disso, deveria aguardar ser chamado. Novos Rumos, 26 a 30/4/1963, p7.

um de seus antigos dirigentes, a de que fizessem carvão e lenha.(59) No caso de Capivari, por exemplo, a própria Associação dos Lavradores de Duque de Caxias se encarregava de comercializar parte da lenha retirada para comprar instrumentos agrícolas e alimentos para os posseiros.(60) Os grileiros, e alguns elementos que lhes eram próximos, utilizavam fatos como este para estigmatizar as lutas dos posseiros acusando-os, não raro, de ladrões de lenha.(61)

Igualmente vital para os ocupantes era o apoio e a solidariedade de outros lavradores, e de outros setores da sociedade. No Imbé, por exemplo, em que os lavradores tiveram que esperar sem nada produzir, foi marcante a presença de diversas entidades sindicais. Trabalhadores na Extração do Sal e em Produtos Químicos de Cabo Frio, Operários Navais de Niterói, Ferroviários da Leopoldina e o Conselho Sindical de Campos forneceram alimentos, cobertores e roupas. O mesmo fizeram os sargentos das Forças Armadas que visitaram os lavradores, e os Empregados na Indústria do Açúcar de Campos.(62)

---

(59) Os lavradores despejados de Xerém, e que foram transferidos pelo governador Miguel Couto Filho, em 1955, para Casimiro de Abreu, sobreviveram em parte, nos momentos iniciais de sua chegada, com os gêneros de subsistência fornecidos pela Secretaria de Agricultura do estado e com a venda de carvão. Imprensa Popular, 15/10/1955, p4.

(60) Jornal do Brasil, 2/8/1962, 1º caderno, p5.

(61) Jornal do Brasil, 3/8/1962, 1º caderno, p5.

(62) Novos Rumos, 26 a 30/4/1963, p7. Terra Livre, maio de 1963, p5.
Um antigo militante comunista lembra que os ferroviários, os operários navais, os rodoviários de Niterói e de São Gonçalo e o Conselho Sindical de Niterói ajudaram bastante os lavradores em suas lutas.

O apoio dos trabalhadores urbanos, e também de parlamentares, como os deputados federais Demistóclides Batista , Adão Pereira Nunes e o próprio Tenório Cavalcanti, o estadual Afonso Celso Nogueira Monteiro e o vereador campista Jacy Barbeto, foi, da mesma forma, fundamental para neutralizar a repressão que se abatia sobre os lavradores. Além disso, eles os ajudavam nas manifestações organizadas nas cidades, e pressionavam as autoridades para que os litígios fossem solucionados com a desapropriação das terras e sua entrega aos lavradores.

Assim como as resistências, as ocupações fizeram aflorar divergências entre as instâncias de poder no tocante à resolução das questões. O caso do Núcleo Santa Alice, por exemplo, chegou a suscitar matérias nos jornais que afirmavam haver uma luta surda entre o Judiciário e o Executivo fluminenses.(63) Os lavradores, que dali haviam sido despejados em fins de 1961, tentaram, no começo de janeiro do ano seguinte, reocupar as terras com o apoio da Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Antes de fazê-lo, porém, teriam, segundo os jornais, consultado o agrônomo Irênio de Matos, executor de chamado Plano de Ação Agrária do Governo estadual, que funcionava como um orgão vinculado à Secretaria do Trabalho e que lidava com a questão agrária no estado do Rio. Irênio, ainda de acordo com os jornais, não teria apontado problemas para o retorno dos lavradores à área pois, embora em questão, as terras pertenceriam ao INIC.

---

(63) Luta Democrática, 5/1/1962, p5.

No dia em que se tentava a retomada, o caminhão que levava os lavradores foi interceptado pela polícia. Tratava - se de um caminhão da Secretaria do Trabalho emprestado à Sociedade de Pedra Lisa para o transporte de mercadoria. Teria havido resistência dos lavradores e a polícia metralhou o caminhão. Dois lavradores saíram feridos e cinqüenta outros foram presos. O juíz Hirton Xavier da Mata, de Itaguaí, que havia decretado o despejo, diante da tentativa dos lavradores , também determinou a prisão de Irênio como incitador da ocupação. Pretendia ainda o juíz, enquadrar o executor do Plano Agrário na Lei de Segurança Nacional. A prisão de Irênio, pouco tempo depois, geraria fortes protestos por parte das organizações camponesas e dos sindicatos de trabalhadores urbanos.(64)

Se em Santa Alice as divergências levaram a uma pronta e forte repressão do movimento, nem sempre isso ocorreu, como se pode perceber pelo caso da região dos mananciais de água de Tinguá, em Nova Iguaçu. A área foi ocupada em junho de 1962 sob a liderança de Simplício Rodrigues Rosa que, segundo os jornais, era do PSD local, mesmo partido do então governador do estado, Celso Peçanha. Imediatamente, o Governo do estado da Guanabara, que era abastecido por aqueles mananciais, começou a pedir a expulsão dos lavradores. Alegava- se que eles poderiam contaminar a água. Ao mesmo tempo, iniciou-se uma discussão em torno da questão da responsabilidade pelo

---

(64) Luta Democrática: 4/1/1962, p2; 5/1/1962, p5; 6/1/1962 , p2. Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro: 4/ 1/1962, p2; 25/1/1962, p3; 26/1/1962, p3; 3/2/1962, p2 ; 10/2/1962, p3. Terra Livre, fevereiro de 1962, p1. Jornal do Brasil, 2/2/1962, 1º caderno, p7.

despejo. Alegava o governador Celso Peçanha que, uma vez que as terras eram administradas pelo Ministério da Agricultura , as providências cabiam ao Governo federal. Este contudo, também parecia hesitar, limitando-se a emitir alguns relatórios sobre a situação. Enquanto isso, o movimento se ampliava com a vinda de lavradores de diversos pontos do estado e mesmo de fora dele.(65)

Alguns jornais denunciavam o que chamavam de caráter eleitoreiro do movimento visto que, dali a poucos meses, em outubro de 1962, seriam realizadas eleições. Diz o Jornal do Brasil:

> *"O homem que se apossou das terras de Tinguá é candidato a vereador, Simplício Rodrigues Rosa. Pertence ao PSD, mesmo partido do governador. É seu cabo eleitoral. Por isso, tem a proteção da polícia fluminense, que, apesar da gravidade da situação, está indiferente por determinação de Celso Peçanha. Este, por sua vez, é candidato ao Senado e não quer perder os votos dos posseiros."* (66)

O movimento duraria cerca de três semanas. No dia 22 de julho o Exército ocuparia a área, expulsando os posseiros. Parte destes iria para Duque de Caxias, segundo os jornais , ocupando terras na região de Xerém.(67)

---

(65) Correio da Manhã: 22/6/1962, 1º caderno, p7; 23/6/1962 , 1º caderno, p12; 26/6/1962, 1º caderno, p6; 27/6/1962, 1º caderno p7; 28/6/1962, 1º caderno, p3. Jornal do Brasil: 23/6/1962, 1º caderno, p5; 27/6/1962, 1º caderno, p5; 28/6/1962, 1º caderno, p5. Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 26/6/1962, p2.

(66) Jornal do Brasil, 8/7/1962, 1º caderno, p7.

(67) Correio da Manhã, 13/7/1962, 1º caderno, p12. Jornal do Brasil: 13/7/1962, 1º caderno, p5; 29/7/1962, 1º caderno, p1.

O caso da ocupação de Tinguá nos permite perceber que, nem sempre, as divergências entre os poderes resultaram em efeitos negativos imediatos para os movimentos. Aqui, elas ocasionaram uma momentânea paralisia da repressão, o que permitiu que a ocupação se expandisse. As ocorrências de Tinguá também reforçam a multiplicidade de fatores envolvidos numa ocupação, deixando claro como tais movimentos poderiam ter desdobramentos que extrapolavam o mero âmbito estadual. Além dos prováveis interesses político-eleitorais envolvidos na ocupação, havia também uma disputa entre os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara em torno da questão da água. Já desde o começo de 1962, os jornais davam conta daquela disputa sobre a utilização da água dos reservatórios localizados no território fluminense.(68) As ocupações, assim, ainda que não de forma explícita, jogavam também, a nosso ver, com este dado.

A partir de um estudo de ocupações de terras ocorridas no Peru, o historiador inglês Eric Hobsbawm elaborou uma tipologia geral para estas ações camponesas. A base desta tipologia é a situação legal da terra, entendida tanto em termos dos sistemas legais oficiais vigentes, quanto das normas de fato aceitas pelos camponeses. A partir disso, três seriam os tipos possíveis de ocupações. O primeiro seriaa recuperação de terras tidas pelos camponeses como suas, mas que lhes teriam sido tomadas por meios, para eles, ilegítimos. O segundo seria o caso da ocupação de uma terra aparentamente sem dono, ou pública. O terceiro, finalmente, seria aquele em que,

---

(68) Jornal do Brasil, 2/2/1962, 1º caderno, p7.

inquestionavelmente, a terra pertencia a alguém que não os ocupantes. Neste caso, a ocupação seria uma "*expropriação*", uma ação revolucionária consciente que só ocorreria em movimentos camponeses influenciados por ideologias políticas modernas . (Hobsbawm, 1974: 120 a 122) Ainda de acordo com o autor, uma diferença básica entre este último tipo de ocupação e o primeiro seria a de que, enquanto as ocupações modernas seriam um passo no sentido de um objetivo estratégico mais amplo, as ocupações tradicionais, ou as retomadas de terras, seriam um fim em si mesmas. (Hobsbawm, 1974: 128 e 129)

As ocupações de terras ocorridas no estado do Rio, nos anos que antecederam o Golpe de 1964, dificilmente poderiam ser enquadradas em um destes tipos, uma vez que reúnem características dos três. São movimentos influenciados por ideologias políticas modernas, dirigiam-se para terras públicas, mas consideradas griladas, o que também significa que punham em xeque o controle que alguém exercia sobre aquelas terras. Além disso, algumas ocupações se constituíam em retomadas de áreas sobre as quais os camponeses julgavam ter direitos.

O que isto parece indicar é que os tipos de ocupação, na verdade, não são excludentes. Mesmo movimentos influenciados por ideologias modernas, na acepção de Hobsbawm, podem desenvolver ações com características mais tradicionais . As feições assumidas por um determinado movimento podem, inclusive, estar relacionadas à conjuntura em que ele se desenvolve. Além disso, o fato de haver uma liderança comunista à frente de uma mobilização, não significa que sua base seja composta de camponeses comunistas, ou que tenham interesses

e projetos semelhantes aos do líder. Ao que nos parece, acreditar que, simplesmente, mesmo nos processos revolucionários, o camponês ao ocupar uma terra tem em vista não a terra, mas sim um outro objetivo final, como por exemplo a transformação da sociedade, seria tomar um movimento real pelo desejo das lideranças.

A nosso ver, a tentativa de esboçar tipologias mais ou menos complexas que procurem classificar toda a realidade não se constitui num procedimento suficientemente profícuo. O mais importante seria buscar entender as relações que estão em jogo em cada caso.

3.3 - As desapropriações

A desapropriação das terras em litígio era a principal reivindicação dos lavradores, tanto nas resistências quanto nas ocupações, a partir de fins dos anos 1950. Ela aparece pela primeira vez, de forma mais clara, como uma exigência da I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro, realizada em Niterói de 28 a 30 de agosto de 1959. Reivindicavam então os camponeses que as terras desapropriadas lhes fossem vendidas a prazo.(69) Mesmo antes que a desapropriação fosse listada como uma reivindicação oficial dos camponeses, no entanto, ela já havia sido aplicada pelo governador do estado, Miguel Cou-

---

(69) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 2/9 / 1959, p2.

to Filho, como vimos, às fazendas Limeira e Santo Antônio do Mato, em Nova Iguaçu.

Já o Código Civil, de 1917, previa, em seu artigo 590, que a perda da propriedade imóvel poderia se dar mediante desapropriação por necessidade ou utilidade pública. Este mesmo preceito, consagrado pela Constituição de 1891, o foi também pelas de 1934 e de 1937. E foi com base nos dispositivos desta última Carta que, em 21 de junho de 1941, foi baixado o Decreto-lei nº 3.365, que regulamentava a desapropriação por utilidade pública. (Santos, 1982:18 a 20) Com algumas poucas alterações, este Decreto-lei continuaria servindo de base para a aplicação de desapropriações mesmo na vigência da Constituição de 1946.

Além da possibilidade de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, a Constituição de 1946 previa também a desapropriação por interesse social. No seu artigo 147, a Constituição de 1946 condicionava o uso da propriedade ao bem-estar social, prevendo a "*justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos,*" com observância do que era disposto no parágrafo 16 do artigo 141. Segundo este, a desapropriação poderia ser feita por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. (República dos Estados Unidos do Brasil, 1951:63, 64 e 68) A desapropriação por interesse social, no entanto, só seria regulamentada em 10 de setembro de 1962, pela Lei nº 4.132.(70)

---

(70) Ver página seguinte

Já vimos que as lideranças camponesas explicam a mudança no eixo de suas reivindicações, do usucapião para a desapropriação, dizendo que aquele se havia revelado um objetivo inatingível. Denunciavam que os juízes, a quem cabia a decisão sobre o usucapião, nunca o concediam aos lavradores, aliados que eram dos grileiros. De fato, a desapropriação era uma atribuição da União, dos estados, dos municípios, do Distrito Federal e dos territórios. (Magalhães, 1970:2119) Transferia-se a solução, assim, para a órbita do Poder Executivo, muito mais suscetível às pressões populares.

Some-se a isto o fato de que a desapropriação poderia trazer uma solução para os conflitos num lapso de tempo bem menor, uma vez que dependia de uma decisão governamental. E isto se aplica mesmo aos casos em que as terras em litígio eram públicas, como acontecia sempre, de acordo com a argumentação das organizações camponesas. Como já vimos, as ocupações, e também algumas resistências, ocorriam em terras consideradas públicas e que teriam sido griladas. Mesmo assim, no entanto, a reivindicação dos lavradores era a desapropriação.

---

(70) A Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, tinha apenas 5 artigos. Ela definia os casos de interesse social, que iam desde o aproveitamento de bens improdutivos ou pouco explorados, até a proteção das florestas e dos cursos d'água, passando pelo estabelecimento e manutenção de colônias ou cooperativas, a manutenção de posseiros em terrenos urbanos e a construção de casas populares. A lei previa, ainda, que o expropriante teria prazo de dois anos para efetivar a desapropriação e dar à terra o destino previsto. Em seu artigo 4º ela indicava, também, que os bens desapropriados deveriam ser vendidos a quem estivesse disposto a dar-lhes uma destinação social. No restante, inclusive o processo de justa indenização, ela remetia ao Decreto-lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941, que regulamentava a desapropriação por utilidade pública. (Magalhães, 1970:2115)

A questão que se coloca, diante disso, é a de como era possível que o Governo desapropriasse terras que já eram suas. Esta situação advinha do quadro, já traçado anteriormente, de indefinição com relação a quais seriam as terras públicas no estado. Assim, para que o Governo pudesse, simplesmente, expulsar os grileiros de suas propriedades, seria necessário, antes, identificá-las, reconstituir os seus limites. Para isso, o caminho que se apresentava era proceder a uma ampla ação discriminatória, o que requereria um tempo demasiadamente longo e protelaria a solução dos litígios. Com a desapropriação, entretanto, invertia-se o ônus da prova. O Governo decretava a medida e depositava a quantia da indenização. Ocorre que, para que esta fosse para o bolso do dito dono, ele teria, antes, que provar ser o real proprietário da área.(71) Desta forma, se se tratasse, de fato, de uma terra pública, o grileiro não poderia se beneficiar com a desapropriação. Esta medida representava, assim, a solução mais rápida para os litígios, mesmo quando ocorriam em áreas que se suspeitava serem públicas.(72)

Eram basicamente os governos estaduais que, até 1963, promoviam as medidas mais imediatas destinadas a resolver os problemas decorrentes da questão agrária no interior de seus

---

(71) De acordo com o artigo 34, parágrafo único, do Decreto - lei 3.365 de 21 de junho de 1941, que determinava o processo e a indenização mesmo dos casos de desapropriação por interesse social, em caso de dúvida sobre o domínio da área visada, o preço pago ficaria em depósito aguardando a solução. (Magalhães, 1970:2122)

(72) Dados de entrevista.

respectivos territórios. O Rio de Janeiro não fugia a esta regra e, até aquele ano, as desapropriações de terras que aqui foram feitas, o foram pelo Governo estadual. E para encaminhar estas questões, foi criado em 1959, na administração do petebista Roberto Silveira, o Plano de Colonização e Aproveitamento de Terras Devolutas e Próprias do Estado, ou, como era chamado, Plano de Ação Agrária, já mencionado. O Plano encaminhou diversas desapropriações até 1963 quando, com o início da atuação da SUPRA, o Governo federal é que passou a centralizar as medidas concernentes à política agrária.

Esta mudança de eixo está relacionada, a nosso ver, ao próprio processo de politização da questão agrária. É apenas no começo dos anos 1960 que o movimento camponês começa a assumir uma feição mais nacional, particularmente a partir do congresso realizado em Belo Horizonte, em 1961. É este movimento que João Goulart vai procurar atrair para a órbita do Estado, promovendo a sua institucionalização e isolando as facções mais arredias. Insere-se nesta investida o forte empenho do Governo federal junto ao Congresso no sentido de que se desencadeasse uma reforma agrágia no país. Como parte também desta política, como vimos, é que foi criada a SUPRA, que tinha, entre outras atribuições, a de planejar, promover e executar a reforma agrária no país.

Além das fazendas Limeira e Santo Antônio do Mato, em Nova Iguaçu, em 1958, o Governo estadual decretou, entre 1959 e 1963, através do Plano de Ação Agrária, a desapropriação de dezoito áreas. Destas, onze se localizavam na Baixada e sete fora dela. Das de fora, duas - Paratimirim e Indepen-

dência - localizavam-se no município de Parati,[73] três - Largo, Ponta do Largo e Atalho - em São João da Barra, uma - Engenho do Mato - em Niterói, e uma - Rio das Ostras - em Casimiro de Abreu. As da Baixada eram: São Pedro e Tenente Pacheco, em Nova Iguaçu; São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu; São Lourenço, Capivari, Penha-Caixão e Piranema, em Duque de Caxias; Santa Alice, em Itaguaí; Vargem Grande, em Itaboraí e parte em Cachoeiras de Macacu; e Rio do Ouro e Cachoeiras, em Magé.[74]

Quanto ao Governo federal, foram dez as áreas do estado que tiveram sua desapropriação decretada através da SUPRA, a partir de 1963, apenas duas fora da Baixada. Foram elas: Penha-Caixão, Piranema, Capivari e Mato Grosso, em Duque de Caxias; Santa Alice, em Itaguaí; Cachoeirinha e Tocaia, em Magé; Agro-Brasil, em Cachoeiras de Macacu; Floresta, em Paracambi; e Imbé, em Campos.[75]

---

(73) Decreto 6.897 de 13 de janeiro de 1960. Coleção Eduardo Martins. Não há, nos jornais consultados, referências a lutas em qualquer das duas fazendas.

(74) Decretos 6.896 de 13 de janeiro de 1960, 7.206 de 25 de novembro de 1960, 6.931 de 26 de fevereiro de 1960, 7.281 de 4 de janeiro de 1961, 7.588 de 21 de agosto de 1961, 7.154 de 13 de outubro de 1961, 7.891 de 25 de janeiro de 1962, 7.975 de 26 de fevereiro de 1962 e 10.003 de 11 de janeiro de 1963, todos na Coleção Eduardo Martins. Decreto 7.264 de 14 de dezembro de 1960. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, dezembro de 1960. Jornal do Brasil, 8/8/1962, 1º caderno, p5.

(75) Decreto 52.107 e 52.108 de 11 de junho de 1963, 52.320 de 2 de agosto de 1963, 52.356 de 14 de agosto de 1963, 53.404 de 13 de janeiro de 1964 e 53.650 de 2 de março de 1964, todos na Coleção Eduardo Martins.

A quantidade de decretos de desapropriação não nos deve levar à conclusão, equivocada, de que os litígios se resolvessem fácil e rapidamente no estado do Rio. O decreto era apenas uma das engrenagens de um complicado mecanismo que, se não tivesse a impulsioná-lo constantemente a força e o poder de pressão do campesinato e dos setores que lhe eram simpáticos, emperrava a cada etapa de sua operação.

De fato, o decreto, por si só, já representava uma vitória, ainda que parcial, dos lavradores. Ele não era uma concessão, mas sim fruto de resistências, ocupações, manifestações públicas, denúncias em jornais, ameaças de greve e mais uma série de outras formas de pressão. Mas não eram os lavradores os únicos a pressionarem. Seus opositores faziam o mesmo, utilizando igualmente os mais diversos meios. Assim, entre o decreto e a efetivação da desapropriação, com a colonização da área, como se dizia na época, havia um longo e tortuoso caminho a percorrer, no qual as condições de luta reproduziam-se constantemente.(76)

A partir do momento em que uma área era decretada de utilidade pública, ou de interesse social, para fins de desapropriação, externava-se a intenção do Poder Público de entrar na sua posse. Ficavam assim os proprietários, ou pretensos proprietários, cientes de que seu domínio sobre a área estava em questão. (Santos, 1982:60 e 61) Como observa Arthur Pio dos Santos, entretanto, "*o decreto, ao anunciar a inten -*

---

(76) Esta idéia da reprodução das condições de luta no caso fluminense nos foi sugerida por Afrânio Raul Garcia Jr.

ção do Poder Público de expropriar determinado bem, cria certos direitos em favor do expropriante, sem, contudo, extinguir aqueles inerentes ao exercício do domínio do expropriado." (Santos, 1982:66)

Apenas nos casos em que a desapropriação fosse declarada de urgência, o juiz poderia mandar imitir o poder expropriante, provisoriamente, na posse da área, desde que lhe fosse encaminhado pedido neste sentido, num prazo máximo de 120 dias a partir do decreto. Desta forma, dificultava-se as ações de despejo que estivessem incidindo sobre os lavradores. Para que isto se desse, contudo, era preciso que a quantia relativa à indenização do expropriado já tivesse sido depositada, o que nem sempre ocorria.(77)

O decreto de desapropriação, assim, não representava, necessariamente, o fim das investidas contra os lavradores. Em alguns casos elas eram temporariamente suspensas. Em outros, porém, as ameaças, violências e despejos persistiam.(78)

A demora na realização dos depósitos relativos à desapropriação parecia ser uma constante, constituindo-se, desta forma, numa das causas da persistência de tensões em diversas áreas. Já em abril de 1961, a FALERJ, através de José Pureza, denunciava a continuada ameaça de despejo, mesmo nas

---

(77) Ver o decreto 3.365 de 21 de junho de 1941. (Magalhães, 1970:2120)

(78) Dizia Manoel Ferreira de Lima, em agosto de 1962, que, a pesar do decreto de desapropriação de Vargem Grande, continuavam ali as investidas dos grileiros. Era iminente um choque entre os lavradores e eles. Luta Democrática, 24/8/1962, p5.

áreas beneficiadas por decretos de desapropriação, o que se devia, segundo ele, ao fato de não ter o Governo feito os depósitos. A federação, assim, reclamava a realização desta medida.(79)

A insistente demora na realização do depósito deviase a causas diversas, que poderiam ir de uma possível falta de empenho real em resolver os problemas, até à falta de recursos. Arthur Pio dos Santos observa que o decreto não obriga o Poder Público a efetivar a desapropriação. Ele pode revogá-lo, deixar que se extinga a sua validade ou desistir da ação. Ele pode lançar mão do decreto apenas para induzir as partes em luta e chegarem a um acordo. (Santos, 1982: 66 e 67) No caso específico do estado do Rio, porém, a não efetivação da desapropriação, durante o prazo de vigência do decreto, levava à reprodução de tensão e das lutas. Por isso mesmo, algumas fazendas tiveram sua desapropriação decretada mais de uma vez. Santa Alice, em Itaguaí, por exemplo, foi declarada de interesse para fins de desapropriação por duas vezes: uma pelo Governo estadual e outra pelo federal.

A multiplicidade de decretos incidindo sobre uma mesma área também poderia ser uma forma de aguardar uma solução definitiva, ou mesmo de postergar esta solução, ao mesmo tempo em que se evitava que os lavradores fossem despejados. Algumas vezes, o decreto tinha que ser retificado por um ou outro decreto, como ocorreu com as fazendas Capivari, Penha-Cai

---

(79) Novos Rumos, 14 a 20/4/1961, p2.

xão e Piranema, em Caxias. Elas foram declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação, pela primeira vez, em agosto de 1962 pelo governador Carvalho Janotti. Ainda em dezembro daquele ano, um outro decreto relativo àquelas áreas seria assinado pelo mesmo governador. Um terceiro decreto viria já da parte do Governo federal em abril de 1963. Este decreto, no entanto, não previa que a desapropriação deveria ser feita em regime de urgência, o que dificultaria a imissão da SUPRA na posse da área. Além disso, ele continha um erro na metragem de Capivari e de Piranema. Assim, um novo decreto seria assinado cerca de quatro meses depois.

É preciso lembrar que se o decreto, por si só, não representava a solução e não punha fim à tensão, ele também não terminava com as ocupações. Quanto mais famílias entrassem antes de se dar a colonização, mais poderiam obter terras. Tal ocorreu, por exemplo, na Fazenda Vargem Grande, em Itaboraí. Ali, de acordo com um dos líderes da região, havia uma luta que teve sua origem na tentativa do proprietário de expandir sua criação de gado. Para tanto, ele começou a avançar sobre os sítios dos parceiros que ali residiam e que lhe davam a terça de alguns produtos como o arroz, o aipim e a banana. Os parceiros, contudo, resistiram ao que representava o seu despejo da terra. Desta resistência resultou, em fins de fevereiro de 1962, a desapropriação da fazenda pelo Governo estadual.[80] A partir do decreto de desapropriação, novos

---

(80) Dados de entrevista. Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro: 30/11/1961, p2: 12/12/1961, p2. Luta Democrática, 24/1/1962, p5. Decreto 7.975 de 26 de fevereiro de 1962, Coleção Eduardo Martins.

lavradores, incentivados em grande parte pela FALERJ, começaram a chegar, ocupando as áreas antes destinadas a pastagem.(81)

Também em Magé podemos observar um processo semelhante. Ali, na área pertencente à América Fabril, segundo Maria José Lindoso, a maioria dos lavradores que, depois, permaneceriam no local, chegou após o decreto de desapropriação das terras. (Silveira Lindoso, 1984:37).

Uma das razões para isso, a nosso ver, residiria no fato de que, ao decretar a desapropriação de uma área, o Governo aprofundava a deslegitimação das pretensões e do controle dos grileiros sobre ela. Desta forma, abria-se a brecha para a entrada de novos lavradores.

Se as desapropriações só se consumavam após a realização do depósito, uma vez que sem indenização o poder expropriante não poderia se imitir na posse da área, a imissão, por seu turno, não eram uma decorrência automática do depósito . Ela dependia de uma decisão do juíz dos Feitos da Fazenda Pública, que poderia não concedê-la. No caso de Capivari, por exemplo, o juíz embargou a imissão da SUPRA na posse da fazenda porque o decreto de desapropriação não trazia a cláusula de urgência. Isto obrigou a produção de um novo decreto.(82) Já no Imbé, a imissão foi negada uma primeira vez por considerar o juíz que a quantia depositada não correspondia ao real valor das terras.(83)

(81) Correio da Manhã: 25/9/1962, 1º caderno, p10; 27/9/1962, 1º caderno, p8.
(82) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 18/7/1963, p2.
(83) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 3/7/1963, p3.

As indenizações eram arbitradas com base no valor declarado das propriedades para fins de lançamento do Imposto Territorial Rural. Ocorre que, para reduzir a sua cota no imposto, alguns proprietários, ou pretensos proprietários, subavaliavam suas terras, ou deixavam de atualizar seu valor cadastral. Com a intensificação das desapropriação, entretanto, vendo nelas uma possibilidade de lucro, ou mesmo com a pretensão de inviabilizar a tomada de suas terras, proprietários começaram a lançar novos valores para estas. É isso que o Jornal do Brasil denuncia em junho de 1963:

> *"Outro fenômeno que está ocorrendo no estado do Rio e é do conhecimento das autoridades: proprietários que tinham terras sem qualquer valor, e que há 10 ou 20 anos não pagavam impostos, estão correndo às Prefeituras, repartições estaduais e cartórios, atualizando impostos, acertando a documentação, e lançando suas propriedades com valores superiores ao que realmente valem. Esperam, com isso, benefícios nas expropriações, no caso da consumação da reforma agrária."* (84)

Se o depósito não garantia a imissão, esta, por sua vez, também não parecia garantir a posse de facto, apesar de garantí-la de jure. Quanto a isso, o caso do Imbé é bastante eloqüente. A SUPRA foi imitida na posse da área no dia 29 de julho de 1963, cerca de um mês e meio após o decreto de desapropriação. Mesmo tendo sido feita a imissão, os lavradores ainda reclamavam, em fins de fevereiro de 1964, isto é, sete meses depois, que a colonização das terras não havia se iniciado. Isto porque os proprietários da região a vinham impe -

---

(84) Jornal do Brasil, 30/6/1963, 1º caderno, p25.

dindo constantemente.(85)

Logo após a imissão da SUPRA na posse do Imbé começaram a circular, naquela região, boatos de que a superintendência havia cometido erros na demarcação da área. Em vista disso, não somente os grandes proprietários, mas também os médios e os pequenos que ali havia seriam atingidos pela desapropriação. Tais notícias teriam criado um forte clima de tensão na região, forçando a SUPRA a desmentidos. Segundo nota assinada por João Pinheiro Neto, superintendente do orgão, as acusações constituíam uma tentativa dos "*velhos privilégios do latifúndio ocioso e egoísta*" no sentido de barrar a ação do Governo.(86)

Segundo denúncias veiculadas pelos jornais, os fazendeiros vinham impedindo que lavradores ocupassem a área e também que os técnicos da SUPRA procedessem ao trabalho de demarcação. Eles estariam ameaçando resistir a bala, caso as terras fossem divididas. Diziam as notícias que homens, portando armamento pesado, estariam circulando pela região.(87)

Em meio a tudo isso, um lavrador foi morto na região e um técnico da SUPRA espancado e preso quando ali fazia medi

---

(85) Luta Democrática, 30/7/63, p2. Jornal do Brasil, 26/2 / 1964, 1º caderno, p5.

(86) Novos Rumos, 11 a 17/10/1963, p3. Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 4/9/1963, p3.

(87) Jornal do Brasil, 3/10/1963, 1º caderno, p14. Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro: 7/10/1963, p3 ; 8/10/1963, p3; 14/10/1963, p6. Luta Democrática, 13 e 14/10/1963, p2.

ções. A Superintendência teria chegado, diante disso, a pedir garantias ao secretário de Segurança do estado. Tais fatos teriam levado, ainda, a que fosse criada, na Assembléia Legislativa, uma Comissão Parlamentar de Inquérito das Terras, com o objetivo de investigar os litígios que vinham ocorrendo no estado.(88)

O caso do Imbé deixa bastante claro que também os proprietários empregavam outros meios, além dos legais, para fazerem valer os seus interesses, marcar o seu poder político e o seu controle sobre a terra. Poderiam mesmo ir contra a própria lei e as decisões judiciais, empregando a violência armada abertamente. E ali onde tinham força, como no Norte do estado, chegavam a obrigar os próprios orgãos governamentais a pedirem garantias policiais para o exercício de suas funções.

Também em outras regiões do estado, a reação dos proprietários às mobilizações camponesas parece ter sido violenta. Notícias veiculadas em março de 1964 davam conta de que fazendeiros de Barra Mansa, Barra do Piraí e Rio Claro estariam impedindo, por força das armas, que se reunissem os sindicatos de lavradores locais. A SUPRA teria, inclusive, pedido ao secretário de Segurança, Herval Basílio, garantias para o funcionamento daquelas entidades. Relacionando-se com isso, circulavam também notícias, naquele mesmo período, de que o funcionário da SUPRA, Elias Araújo, teria sido sequestrado

(88) Jornal do Brasil: 13/10/1963, 1º caderno, p10; 15/10/1963, 1º caderno, p12. Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro: 7/10/1963, p3; 8/10/1963, p3; 12/10/1963, p3; 14/10/1963, p2 e 6. Luta Democrática: 8/10/1963, p5; 9/10/1963, p5.

por fazendeiros na estrada que ligava os municípios de Sapucaia e Carmo.(89)

Ao que nos parece, tais dados indicam que, mesmo sendo feitas as devidas relativizações, ali onde os proprietários, tradicionalmente, gozavam de prestígio e poder, exercendo forte dominação sobre os lavradores, qualquer movimentação ou organização, por menores que fossem, assumiam um inadmissível tom de desafio. Deviam, por isso mesmo, ser reprimidos de forma exemplar. E se o Governo se recusava a desempenhar esta tarefa, eles mesmos a desempenhariam, até mesmo contra o Governo.

Um último aspecto para o qual gostaríamos de chamar a atenção, no tocante à questão das desapropriações, é o de que nem mesmo a posse de fato da terra pelo poder expropriante parecia garantir o fim dos litígios. Na verdade poderia haver, após a imissão de posse, disputas entre as organizações camponesas e o Governo em torno da colonização das terras desapropriadas. As organizações buscavam participar decisivamente na determinação de quem deveria ter acesso aos lotes, e na própria delimitação dos mesmos, o que poderia gerar atritos com os técnicos do Governo.

O caso da Fazenda Floresta, em Paracambi, é bastante ilustrativo. Ali também os grileiros recusavam-se a abandonar a área, mesmo após ter sido concedida a imissão de posse. Resolvido, porém, este problema, um outro começou a se apresen-

---

(89) Jornal do Brasil, 6/3/1964, 1º caderno, p5. Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 7/3/1964, p2.

tar. O presidente do sindicato dos lavradores de Paracambi, e líder da ocupação da fazenda, Odário de Oliveira, acusava os agrônomos designados pela SUPRA para fazerem o levantamento da área e demarcar os lotes de serem ligados aos grileiros. Segundo Odário, os capangas e vigias de gado dos grileiros, considerados pessoas não gratas pelo sindicato, haviam sido listados pelos técnicos da SUPRA como lavradores e iriam receber lotes. Com isso, persistiriam as ameaças.(90)

Vemos, assim, que a desapropriação, reivindicada pelos camponeses a partir de fins dos anos 1950, representava um processo bastante complexo que, a cada passo, abria brechas para a reprodução das condições de luta, o que obrigava os lavradores a uma permanente mobilização.

3.4 - O "barril de pólvora"

Pode-se perceber uma intensificação das lutas camponesas no estado do Rio de Janeiro, a partir do meados de 1963. No começo de abril, daquele ano, deu-se a ocupação do Imbé. Poucos dias depois, seria a vez da fazenda Maria Paula, em São Gonçalo, retomada por lavradores que de lá haviam sido despejados, e que se encontravam entrincheirados, prontos para resistir a uma nova expulsão. Última Hora qualificava o conflito de Maria Paula como *"mais uma frente da luta que se trava em todo o estado do Rio pela posse da terra."*(91) No fi

(90) Luta Democrática: 16/7/1963, p5; 4/9/1963, p2.

(91) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro: 16/4/1963, p2; 17/4/1963, p2.

nal daquele mesmo mês, cerca de 3000 camponeses realizaram uma passeata pelo centro de Niterói, depois de se concentrarem em frente à Assembléia Legislativa e ao Palácio do Ingá. Promovida pela FALERJ, a manifestação tinha por objetivo reivindicar a execução imediata da reforma agrária no estado.(92)

Já no começo de maio, outra grande ocupação se verificaria, agora, na Fazenda Cachoeirinha, em Magé. Em torno de 450 lavradores entraram nas terras que consideravam devolutas, e hastearam a bandeira da FALERJ. Despejados poucos dias depois, os lavradores retornaram e reocuparam as terras, erguendo novamente suas choupanas, liderados pelo Sindicato dos Pequenos Lavradores e Produtores Autônomos de Magé. A população no local, como vimos, foi crescendo com a chegada de novos lavradores. Em vista disso, foi ocupada também a vizinha Fazenda do General Carvalho, o que teria causado certo temor na cidade de Magé. A fazenda distava apenas cerca de 50 quilômetros do centro da cidade e, diante disso, alguns comerciantes, receosos de que os camponeses também viessem a invadí-lo, fecharam suas portas. O temor, no entanto, teria sido rapidamente desfeito.(93)

Ainda em fins de maio, duas outras notícias viriam reforçar este quadro. A primeira delas, a da ocupação da Fazenda Floresta, em Paracambi, por 200 lavradores liderados por Odário de Oliveira. A segunda era a de que Bráulio Rodrigues,

---

(92) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 30/4 / 1963, p2.

(93) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 3/5/1963, p2; 4/5/1963, p2; 8/5/1963, p2; 13/5/1963, p3; 15/5/1963, p2.

da FALERJ, planejava uma marcha de lavradores expulsos de diversas regiões pelo município de Itaguaí. Embora o líder afirmasse que *"a marcha dos sem-terra é pacífica e o que eles querem é apenas arar o campo para ter o que comer"*, a manifestação vinha causando certo temor.(94)

Última Hora falava, então, de um agravamento da situação no campo no estado. Para fazer face a isto, segundo o jornal, líderes sindicais, estudantis e camponeses resolveram criar, em maio de 1963, um Conselho Estadual de Defesa do Homem do Campo. De acordo com o Jornal do Brasil, havia em média cinco ocupações de terras por mês no estado, e igual número de despejos judiciais. Embora as organizações camponesas tivessem como alvo as terras públicas que vinham sendo griladas, algumas áreas de propriedade legítima estariam começando a ser ocupadas.(95)

Completando este quadro, começam a surgir, também em meados de 1963, notícias sobre descontentamento de camponeses de municípios de fora da Baixada Fluminense. Falava-se da crescente organização e da disposição de luta dos lavradores de Três Rios, Vassouras, Trajano de Moraes, Silva Jardim e Valença.(96) Embora a disposição de luta tenha, praticamente, fica

---

(94) Luta Democrática, 21/5/1963, p2. Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro: 21/5/1963, p2; 27/5/1963, p3.

(95) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 21/5/1963, p2. Jornal do Brasil, 30/6/1963, 1º caderno, p25.

(96) Terra Livre: abril de 1963, p7; fevereiro de 1964, p6.

Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 9/5/1963, p2. Liga, 21/8/1963, p3.

do apenas no papel, estas notícias, em conjunto com as demais, contribuíam para a conformação de uma impressão de forte fermentação camponesa.

Ao mesmo tempo em que esta intensificação se dava, começavam a surgir denúncias nos jornais de que os proprietários fluminenses estariam adquirindo armamento pesado. Alarmados com o número de ocupações e com as desapropriações que a elas se seguiam, eles estariam dispostos, segundo os jornais, a reagir de forma violenta e organizada à reforma agrária no estado. Para tanto, de acordo com Última Hora, os proprietários campistas, por exemplo, teriam criado uma "caixinha" que estaria sendo utilizada para comprar armas, subvencionar parlamentares e também jornais.(97)

A reação dos proprietários rurais era confirmada por Ieda França, diretora da FARERJ. Dizia ela ao Jornal do Brasil, em junho de 1963, que os proprietários estavam se armando, *"alarmados com o ambiente de agitação, e dispostos a reagir contra qualquer invasão de suas terras."*(98)

O próprio secretário do Interior e Justiça, Hamilton Xavier, bem como o vice-governador do estado, João Batista da Costa, seriam acusados de terem participado de reuniões de proprietários de Itaboraí, Magé, Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito, com o objetivo de formar grupos de resistência no estado. O Estado de São Paulo confirma a presença do secretário

---

(97) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 5/6 / 1963, p3.

(98) Jornal do Brasil, 30/6/1963, 1º caderno, p25.

nas reuniões. Segundo o jornal, os proprietários iriam fazer frente à *"industria de invasões"* que os grupos comunistas haviam instituído no estado do Rio.(99)

Inserem-se também neste processo de reação dos proprietários as informações, já vistas, de prisões, sequestro e espancamento de funcionários da SUPRA, bem como de impedimento ao funcionamento de sindicatos camponeses em determinados municípios do estado.

Compondo ainda a cena de oposição à mobilização camponesa, os jornais apontam para aquilo que seria um endurecimento do Judiciário fluminense. Juízes como Nicolau Mary Jr, de Magé, Nelson Martins Ferreira, de Duque de Caxias, e Emílio do Carmo, de Paracambi, são referidos como dispensando um tratamento hostil aos lavradores, mandando executar ordens de despejo tão logo expiravam os decretos de desapropriação, e decretando a prisão e processo com base na Lei de Segurança Nacional de lideranças camponesas. Para eles, as ocupações de terras eram movimentos dirigidos que visavam à subversão da ordem.(100) Assim, em Magé, por exemplo, as ocupações resultaram na decretação da prisão preventiva, entre outros, do líder Manoel Ferreira de Lima, e o seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional.(101)

---

(99) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro: 17/12/1963, p2; 15/1/1964, p3. O Estado de São Paulo, 17/12/1963, p13.

(100) Jornal do Brasil: 6/6/1963, 1º caderno, p5; 9/6/1963, 1º caderno, p21.

(101) Última Hora, edição do Estado do Rio de Janeiro: 10/6/1963, p2; 24/6/1963, p3.

Some-se a isto o fato de que a imissão da SUPRA na posse de algumas das fazendas desapropriadas vinha sendo negada pelo Juízo dos Feitos da Fazenda Pública, alegando serem insuficientes as quantias depositadas como indenização. Sustentava a SUPRA, num relatório publicado em fins de novembro de 1963, que autoridades administrativas, judiciárias e policiais do estado estavam defendendo os interesses dos latifundiários, procurando impedir as desapropriações de terras no território fluminense. De acordo com o relatório, o processo utilizado era o das certidões falsas, através das quais as propriedades eram ficticiamente valorizadas em até 20 vezes o seu preço real. Entre as áreas em que isto vinha ocorrendo, citava: Imbé, em Campos, Cachoeirinha, em Magé, e Floresta , em Paracambi.(102)

Reproduziam-se, assim, as condições de luta e alimentava-se o clima de tensão e insegurança existente entre os lavradores. Em Capivari, Duque de Caxias, estes processos criaram condições para um levante camponês de fortes repercussões, em junho de 1963.

Estavam marcados, para aquele mês, os despejos dos lavradores que ocupavam três áreas da Baixada: o Parque Capivari, em Caxias, a Fazenda Cachoeirinha, em Magé, e a Fazenda Floresta, em Paracambi. O de Magé era considerado mais premente pelas autoridades fluminenses. Quanto às outras duas áreas, o Governo federal teria entrado em contato com os juízes das

---

(102) Jornal do Brasil, 24/11/1963, 1º caderno, p40.

respectivas comarcas, Nelson Martins Ferreira e Emílio do Carmo, solicitando que os despejos não fossem efetivados, uma vez que a desapropriação de ambas estava prestes a se consumar. Os magistrados, no entanto, de acordo com os jornais, recusavam-se a suspender a medida baseados, apenas; numa declaração de intenções do Governo.(103)

No dia 6 de junho os lavradores de Magé foram despejados. Pouco depois veio a expulsão em Paracambi. Os próximos seriam os camponeses de Capivari, conforme já vinha sendo anunciado.(104)

Como vimos, a área de Capivari havia sido objeto de vários decretos de desapropriação sem que, no entanto, a medida chegasse a se consumar. Tal situação mantinha os lavradores em estado de constante sobressalto. Assim, quando o novo despejo foi marcado para junho de 1963, eles começaram a se mobilizar para uma resistência mais incisiva. Antes que o despejo ocorresse, porém, a SUPRA depositou a indenização relativa à desapropriação da área no Cartório dos Feitos da Fazenda Pública em Niterói.(105)

Apesar disso, as notícias que circulavam na região, veiculadas inclusive por programas de rádio, eram de que o des

---

(103) Jornal do Brasil, 6/6/1963, 1º caderno, p5.

(104) Jornal do Brasil: 8/6/1963, 1º caderno, p5; 9/6/1963, 1º caderno, p21. Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro: 7/6/1963, p2; 10/6/1963, p2.

(105) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 20/6/1963, p3.

pejo se realizaria. Assim, terminou estourando, de qualquer forma, a rebelião de Capivari. Lavradores de diversas regiões rumaram para o local, cavaram trincheiras e, armados, aguardavam a chegada da polícia. O comando da operação, a princípio nas mãos de lideranças da Associação dos Lavradores de Duque de Caxias, foi tomado pelo padre Aníbal Mendes que, juntamente com alguns homens de Nova Iguaçu, havia acorrido a Capivari. Diversas pessoas foram presas pelos lavradores e mantidas como reféns: um sargento e dois soldados de um posto da PM das imediações; um vereador de Caxias; vários jornalistas que cobriam os fatos; e algumas prostitutas de uma boate próxima. Também circulavam notícias de que casas de armas de Caxias haviam sido saqueadas.(106)

A rebelião que, segundo Novos Rumos, era "*uma lição para o Governo do estado e para todos aqueles que retardaram a solução do problema*", foi desarticulada, pouco tempo depois, com a prisão de Aníbal e de alguns lavradores. Os restantes se desmobilizaram também ante a notícia da realização do depósito e da breve regularização de sua situação.(107)

---

(106) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro: 22/6 / 1963, p2; 24/6/1963, p3 e 7. O Dia, 21/6/1963, p7. Luta Democrática, 21/6/1963, p2. Jornal do Brasil: 21/6/1963, 1º caderno, p8; 22/6/1963, 1º caderno, p5; 25/6/1963, 1º caderno, p12. Novos Rumos, 28 de junho a 4 de julho de 1963, p7.

(107) Novos Rumos, 28 de junho a 4 de julho de 1963, p7. Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 24/6/1963, p3 e 7. Jornal do Brasil, 21/6/1963, 1º caderno, p8.

Os eventos de Capivari reforçam uma imagem, que já vinha circulando, do estado do Rio como área de forte agitação no campo. Falava-se que o campesinato fluminense estava sendo preparado para guerrilhas e o presidente da FARERJ, Francelino França, escrevia a Jango, ao Ministro da Justiça e ao presidente da Confederação Rural Brasileira, Iris Meinberg, protestando contra "*o clima de desordem e falta de garantias da propriedade particular*" no Rio.(108)

---

(108) Correio da Manhã, 26/6/1963, 1º caderno, p3. Jornal do Brasil, 30/6/1963, 1º caderno, p25.

Já em meados de 1962 quando da ocupação das áreas de mananciais de Tinguá, em Nova Iguaçu, o articulista Carlos Pinto, numa matéria intitulada "*Desmatamento no estado do Rio alcança proporções absurdas*", e publicada pelo Jornal do Brasil, associava o movimento a um plano subversivo que previa a tomada de pontos estratégicos no estado:

> "*Paralelamente ao caráter eleitoreiro do problema, acaba de ser denunciada ao presidente João Goulart a preparação de um movimento subversivo não só na região de Tinguá, mas em áreas estratégicas do estado do Rio. Observadores afirmam que a tomada de terras e os loteamentos vêm sendo realizados por gente que conhece tática de guerrilhas. Foi notada também a presença entre os posseiros de oficiais das Forças Armadas dando instrução militar. Esse aspecto, porém, até agora não foi convenientemente esclarecido. Os três Ministérios militares não se pronunciaram a respeito.*
>
> *A denúncia sobre o movimento subversivo foi encaminhada através de documento confidencial. Os municípios que, pela sua posição geográfica, poderiam ser dominados facilmente, no caso de uma revolução, são os de Angra dos Reis, Mangaratiba, Caxias, Nova Iguaçu, Campos, Cabo Frio, Volta Redonda, Barra Mansa e Piraí.*" Jornal do Brasil, 8/7/1962, 1º caderno, p7.

Sobre os eventos de Capivari, escrevia o Correio da Manhã:

> *"Os novos ministros da Justiça e da Agricultura e o governador do estado do Rio não podem mais omitir-se, aguardando que tropas tentem sufocar tais movimento a ferro e fogo. O barril de pólvora está localizado a trinta minutos da Praça Mauá, no caminho para Petrópolis. A posição de inércia agora não implica em absolvição futura quando a situação se tornar insustentável."* (109)

As ocupações de terras arrefeceram durante parte do segundo semestre de 1963. Segundo o Jornal do Brasil, a FALERJ teria dado uma trégua às autoridades federais e estaduais, sendo isso o que possibilitou a cessação momentânea das ocupações.(110) Já em fins daquele ano, no entanto, seria reafirmada, numa grande manifestação promovida em Niterói por ocasião da entrega da carta de reconhecimento sindical à FALERJ, a posição de que a ocupação dos latifúndios era o caminho para forçar a reforma agrária. À frente dos cerca de 10.000 camponeses que compareceram à manifestação, João Pinheiro Neto, superintendente da SUPRA e que fez a entrega da carta sindical, declarou que a reforma agrária começava em Formoso ou no Imbé.(111)

No começo de dezembro, daquele mesmo ano, surge a notícia da ocupação da área da Fazenda Agro-Brasil, em Cachoei-

---

(109) Correio da Manhã, 22/6/1963, 1º caderno, p6.

(110) Jornal do Brasil, 20/10/1963, 1º caderno, p29.

(111) Terra Livre, dezembro de 1963, p12 e Suplemento Especial p1.

ras de Macacu. Os lavradores alegavam que o proprietário teria grilado 200 alqueires de terras do Núcleo Papucaia, o que impossibilitava a expansão do cultivo dentro da área do núcleo. Apoiados pelo prefeito do município, Ubirajara Muniz , organizaram-se para a resistência e hastearam, na área, uma bandeira do Brasil e uma faixa com os dizeres: "*Luta-se por terras livres*".(112)

No início do mês seguinte, janeiro de 1964, cerca de 100 famílias de lavradores ocupariam a Fazenda Tocaia, em Magé. Diziam os lavradores saber que, em breve, entraria em vigor o decreto da SUPRA que considerava de interesse social para fins de desapropriação os imóveis de mais de 500 hectares que se situassem numa faixa de 10 quilômetros nas margens das rodovias, ferrovias e açudes. Desta forma, eles apenas estavam se antecipando ao decreto.(113)

Em fevereiro, novas ocupações, estas em Duque de Caxias. A primeira, foi a área de Cidade das Meninas. A segunda, foi um terreno do Ministério da Agricultura, na localidade de Parada Angélica. Declaravam as lideranças da segunda ocupação que, em muito breve, seriam também invadidas as fazendas Nova América e Quebra Coco, naquele mesmo município .

---

(112) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 2/12 / 1963, p2. Liga, 11/12/1963, p5.

Ver também, para um estudo dos conflitos naquela região, Eliane Cantarino O'Dwyer Gonçalves Bastos. (s/d)

(113) Luta Democrática, 4/1/1964, p3.

Fariam-no na esperança de, após a assinatura do decreto da SUPRA, ali poderem permanecer.(114)

De fato, a expectativa em torno da assinatura do decreto da SUPRA por João Goulart, que se daria no histórico comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, seria um dos fatores alimentadores da tensão no campo no estado do Rio de Janeiro. Dizia o Jornal do Brasil no começo daquele mês que, muito embora o movimento de ocupação de terras tivesse novamente arrefecido nos últimos dias, a próxima assinatura do decreto aumentava o temor de que elas voltassem a ocorrer. Eram esperadas invasões nas terras incultas às margens dos leitos ferroviários de Silva Jardim, Casimiro de Abreu e Macaé, e das rodovias em Rio Claro e Barra do Piraí. Na verdade, segundo o jornal, cerca de trinta por cento da área do estado, que era bem servido em estradas, poderiam ser atingidos pelo decreto. Por isso mesmo, diversos proprietários de terras residentes na capital do estado, Niterói, estariam se deslocando para o interior.(115)

A SUPRA, através de seu delegado no estado do Rio, Aírton Pereira da Silva, tentava mostrar que eram infundadas as notícias sobre possíveis invasões. O orgão vinha se empenhando junto aos sindicatos camponeses no sentido de que as

---

(114) Jornal do Brasil: 18/2/1964, 1º caderno, p3; 26/2/1964, 1º caderno, p5; 28/2/1964, 1º caderno, p4. Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 18/2/1964, p2. Luta Democrática, 22/2/1964, p5.

(115) Jornal do Brasil, 8/3/1964, 1º caderno, p11.

evitassem. Para terem suas reivindicações atendidas, esclarecia aquele representante da SUPRA, os lavradores deveriam agir dentro da lei.(116)

Ao lado dos desmentidos da SUPRA, notícias alarmantes circulavam. Segundo o juíz da Comarca de Duque de Caxias, Nelson Martins Ferreira, estaria havendo ali um movimento incomum de lavradores. Alojados nas terras desapropriadas, eles aguardavam, segundo o magistrado, a senha para a invasão geral. O mesmo informavam o delegado de Magé, José da Silva, e os diretores da Associação Rural de Nova Iguaçu, entidade patronal. Observavam eles que os lavradores do município, e de toda a Baixada, estariam abandonando seus empregos na área rural e dirigindo-se ninguém sabia para onde.(117)

A polícia fluminense e a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) entraram em prontidão nos dias que antecederam a assinatura do decreto. Para tanto, segundo Última Hora, teria havido solicitação do próprio Gabinete Civil da Presidência da República. O policiamento foi reforçado em Campos, Duque de Caxias, Cachoeiras de Macacu, Magé, Macaé, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, São João de Meriti e Nilópolis.(118)

---

(116) Jornal do Brasil, 11/3/1964, 1º caderno, p4. Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 12/3/1964, p2.

(117) O Fluminense, 10/3/1964, p2. Jornal do Brasil, 15/3/1964, 1º caderno, p20.

(118) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 12/3/1964, p2. Jornal do Brasil, 13/3/1964, 1º caderno, p3.

Apesar de toda a expectativa e de toda prontidão, nada aconteceria. O secretário de Segurança Pública, Herval Basílio, declarava, nos dias seguintes ao Comício da Central , que a situação era calma e que já se estudava a suspensão do policiamento preventivo.(119) O Jornal do Brasil também escreveria pouco depois:

> "Apontado por muitos como o 'barril de pólvora que explodirá ao receber a primeira fagulha', o estado do Rio, onde lutas entre proprietários e camponeses eram esperadas antes e depois da assinatura do decreto da SUPRA, está calmo."(120)

De fato, as notícias sobre violências no campo fluminense voltariam a aparecer nos jornais apenas a partir de abril de 1964. De acordo com o padre Antônio da Costa Carvalho, responsável pelo Plano de Ação Agrária, depois do movimento de 31 de março, vários proprietários e grileiros passaram a hostilizar os lavradores, apropriando-se de suas terras e plantações e cometendo violências. Escudavam-se para tanto, muitas vezes, na acusação de que os lavradores eram comunistas e subversivos.(121) Esta situação era expressa pelo depoimento de um camponês da região de Imbariê, em Duque de Caxias, transcrito pelo insuspeito Correio da Manhã:

---

(119) O Fluminense, 15/3/1964, 2º caderno, p5.

(120) Jornal do Brasil, 22/3/1964, 1º caderno, p20.

(121) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 25/6/1964, p3.

"Moço, depois da tal revolução, estão tirando nossas terras, onde vivemos há mais de 20 anos, plantando para o sustento de nossas famílias." (122)

Vamos, assim, que há uma intensificação das lutas camponesas no estado do Rio de Janeiro a partir de 1963. Ao mesmo tempo, porém, intensidica-se a ação contrária dos proprietários, que parece também se dar de forma mais articulada. Desta ação e da atitude rígida assumida pelo Judiciário fluminense, somadas à constante indefinição das desapropriações aqui realizadas, resultou uma realimentação das condições de luta, jogando ainda mais lenha na fogueira da mobilização. Formou-se assim, no estado do Rio, um quadro de tensão permanente que projetou dele, ao nível nacional, a imagem de um barril de pólvora prestes a explodir.

Tal imagem, é óbvio, poderia ser apropriada de diversas formas, dependendo de quem delas quisesse fazer uso. Se podia ser tomada como um exemplo para os camponeses de outros estados, como uma amostra da necessidade de que fossem empreendidas ações mais radicais para se alcançar a reforma agrária almejada, também podia, por outro lado, ser a prova cabal de que a situação era explosiva e estava a exigir uma dura intervenção no sentido de extirpar a agitação pela raiz.

Estes fatos nos sugerem que, por detrás da radicalização da situação no campo no estado do Rio, diversos eram os

---

(122) Correio da Manhã, 21/6/1964, 1º caderno, p1.

interesses em jogo, projetando-se mesmo para além da política fluminense em si. Desta forma, para se entender o processo de radicalização verificado, é preciso ir adiante das relações do campesinato em si com suas organizações e com seus opositores, proprietários ou grileiros. É preciso detectar as diferentes forças e os interesses presentes no campo fluminense, tentar reconstituir as suas teias de relações, bem como averiguar os reflexos destas relações ao nível da mobilização camponesa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
MUSEU NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Mario Grynszpan

MOBILIZAÇÃO CAMPONESA E COMPETIÇÃO POLÍTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1950 - 1964)

VOLUME II

T
301.2[illegible]
G[illegible]
1.2

Rio de Janeiro
1987

RJ 014
G894m
v.2

Mario Grynszpan

MOBILIZAÇÃO CAMPONESA E COMPETIÇÃO POLÍTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1950 - 1964)

VOLUME II

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - UFRJ MN

Rio de Janeiro
1987

ÍNDICE

pág.

INTRODUÇÃO 1

1. A BAIXADA E O INÍCIO DAS LUTAS 15

1.1. Decadência e ocupação 21
1.2. A valorização das terras e os despejos 41
1.3. Posseiros e grileiros em luta 60

2. O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO 91

2.1. Da associação ao sindicato 101
2.2. Luta e organização 132

3. AS LUTAS 146

3.1. As resistências 147
3.2. As ocupações 166
3.3. As desapropriações 191
3.4. O *"barril de pólvora"* 206

4. AS FORÇAS EM CENA 222

4.1. Os proprietários 226
4.2. O Governo estadual 230
4.3. Os Círculos Operários e a FLERJ 253
4.4. O Governo federal 261
4.5. Tenório Cavalcanti 268
4.6. As Ligas Camponesas 282

5. COMPETIÇÃO E RADICALIZAÇÃO 286

5.1. Duas representações conflitantes 288
5.2. Organização e controle político 305
5.3. Mobilização e capital político 313
5.4. A neutralização das Ligas 329
5.5. A radicalização 343

6. CONCLUSÃO 358

BIBLIOGRAFIA 367

Favor não fazer anotações ou grifos
à tinta ou a lápis nesta publicação

LISTA DE TABELAS

pág.

1. TABELA I - BAIXADA: ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA EM 1920, 1940, 1950 E 1960 . 32

2. TABELA II - BAIXADA: ESTABELECIMENTOS E ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL EM 1920, 1940, 1950 E 1960 34

3. TABELA III - BAIXADA: ESTABELECIMENTOS E ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL EM RELAÇÃO AO TOTAL RECENSEADO E SUA VARIAÇÃO ENTRE 1920, 1940, 1950 E 1960 . 35

4. TABELA IV - BAIXADA: ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO A UTILIZAÇÃO DAS TERRAS EM 1940, 1950 E 1960 39

5. OBRAS DE SANEAMENTO REALIZADAS NA BAIXADA FLUMINENSE E NA BAIXADA DA GUANABARA 42

6. BAIXADA: POPULAÇÃO DIVIDIDA SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE EM 1950 E 1960 50

7. TABELA V - ESTADO DO RIO DE JANEIRO E BAIXADA: PESSOAL OCUPADO E PARCEIROS NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS EM 1950 E 1960 . 61

4. AS FORÇAS EM CENA

Observando-se a intensificação da mobilização camponesa no estado do Rio, a partir do começo dos anos 1960, uma questão central que aflora é a de o que a teria motivado. A questão se justifica tanto mais quanto, à frente do movimento, se encontrava a FALERJ, de forte influência comunista. Ora, se o PCB, já desde 1958, vinha anunciando a possibilidade de uma via pacífica para a revolução brasileira, através da acumulação de reformas nas estruturas econômicas e nas instituições políticas, reformas estas que seriam conseguidas, entre outros fatores, por presssões, também pacíficas, e formas legais de luta das massas populares, como poderia ele, no Rio de Janeiro, no mesmo período, promover resistências armadas e ocupações de terras?(1)

Uma explicação aventada tem sido a do avanço político do próprio campesinato. Percebendo a baixa eficácia das ações na Justiça, os lavradores teriam optado por formas mais drásticas de luta. Esta mudança, porém, não teria se dado como uma ação deliberada das lideranças da FALERJ e das associações de lavradores, mas muito mais em função do aumento da pressão das bases camponesas sobre elas. Sendo em boa parte ligadas ao PCB, aquelas lideranças opunham resistência a tais ações. Se figuravam à frente delas, portanto, faziam-no empurradas, ou mesmo a reboque. Procuravam manter-se

---

(1) Sobre as mudanças na linha do PCB, ver capítulo 2, item 2.1.

Favor não fazer anotações ou grifos
à tinta ou a lápis nesta publicação

à frente dos movimentos e controlá-los para não serem por eles atropeladas.

Segundo Joaquim Paulo da Silveira Filho, num relatório de pesquisa sobre as lutas no campo no estado do Rio apresentado ao Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o movimento camponês vinha ultrapassando os limites programáticos estabelecidos pela FALERJ e pelas associações, o que se explica da seguinte forma:

> "*Este descompasso entre os conflitos, as associações e a FALERJ decorria essencialmente do fato de que a orientação formal dessas entidades para a condução das lutas era no sentido de valorizar a pressão de massas e não as reações armadas. É verdade que as associações encamparam e assumiram a maior parte dos casos em que se verificou esta última forma de luta, o que não significou, porém, que tivessem tido, enquanto organização, a iniciativa para tais ações. Se era inevitável a perspectiva de um confronto dessa natureza, o caminho escolhido pelas associações foi o de procurar conduzí-lo e controlá-lo.*" (Silveira Filho, 1983: 84 e 85)

Esta também é a explicação seguida por Frederico Araújo, em seu trabalho sobre as lutas pela terra na Baixada da Guanabara. O autor procura mostrar como o levante da Fazenda São Lourenço e, posteriormente, o da Fazenda Capivari, ocorreram apesar da Associação dos Lavradores de Duque de Caxias e da FALERJ. (Araújo, 1982: 36, 37, 140 e 141) Chama, porém, a atenção para um outro aspecto. As lutas internas vividas pelo PCB no começo dos anos 1960, e que resultaram na

criação do Partido Comunista do Brasil (PC do B), teriam criado dificuldades para a aplicação da linha oficial do Partido, levando-o mesmo, em algumas ocasiões, a afastar-se de seu eixo. As divergências internas explicariam a eclosão de alguns movimentos de cunho mais radical no campo. À frente deles encontravam-se elementos descontentes com a política do Partido. (Araújo, 1982: 155)

Embora estas questões sejam relevantes para a compreensão do problema, elas devem, a nosso ver, ser relativizadas. Associar de forma direta a FALERJ ao PCB, vendo naquela um retrato fiel deste, seria, ao que nos parece, encampar a imagem que os próprios antigos militantes comunistas procuram passar do movimento camponês fluminense, ou seja, de que exerciam um controle absoluto sobre ele. E mesmo que a ligação entre a Federação e o PCB no estado do Rio fosse, de fato, tão estreita quanto se supõe, não é possível afirmar que ela seguisse à risca a linha nacional traçada pelo Partido. Lembra hoje um antigo militante, e então um dos responsáveis pela seção de campo do PCB no estado do Rio, que esta seção era bastante criticada pela direção nacional tendo em vista as posições que assumia.

Se, em sua ação concreta no campo fluminense, os militantes comunistas eram obrigados a adotar posturas que divergiam dos objetivos programáticos do Partido, a explicação para isto não deve ser buscada apenas nas irresistíveis pressões vindas de baixo, dos próprios lavradores, forçando-os para além dos limites previstos, ou nas cisões internas

ao PCB. Da mesma forma, não é possível resumir o movimento camponês no estado do Rio à sua relação com os comunistas, que ora o controlariam e ora seriam atropelados por ele, de acordo com as posturas que adotavam, mais "*corretas*" ou mais "*equivocadas*".

O PCB não era um agente solitário nas lutas ocorridas no campo fluminense. É preciso ter em conta que, na medida em que se opera a politização da questão agrária e que o campesinato passa a ser reconhecido como um ator político, ele também se transforma em centro das disputas entre diversos agentes que, sobre ele, buscam estender o seu controle. Além disso, tal processo tem, igualmente, desdobramentos sobre a política tradicional, provocando deslocamentos e redefinições que, por sua vez, podem influir nas próprias lutas camponesas. Trata-se, portanto, de entender estas relações, e não de apontar a adequabilidade, ou não, das propostas de um ou outro agente aos "*reais*" anseios das bases, até mesmo porque é através dos próprios agentes que as bases se manifestam enquanto tal e que seus "*reais*" anseios são interpretados.(2) Mais ainda, ao atentarmos apenas para a adequabilidade, deixamos de perceber as formas pelas quais são elaboradas as reivindicações e os meios legítimos de luta.(3)

---

(2) Para uma discussão da noção de base enquanto uma construção política, ver Charles Suaud. (1984)

(3) Esta questão nos foi sugerida a partir da leitura do trabalho de Pierre Bourdieu sobre greve e ação política. (Bourdieu, 1980a)

Não é possível entender este processo de elaboração, bem como as tomadas de posição dos diferentes agentes, se não observarmos as relações que cada um deles, com seus interesses e projetos específicos, estabelecem entre si na disputa pelo campesinato.

Cumpre, portanto, num primeiro momento, identificar aqueles que, além do PCB e da FALERJ, aos quais já nos referimos, eram os principais agentes em cena.

4.1. Os proprietários

O sociólogo Charles Tilly faz um interessante estudo metodológico sobre ações coletivas, interpretando-as tanto como produtos de determinações externas, isto é, respostas a certas situações, quanto como expressões de opções tomadas de acordo com regras explícitas, ou não. (Tilly, 1978: 6) O modelo explicativo que o autor constrói envolve cinco pontos básicos: interesses, organização, mobilização, ação coletiva e oportunidade. Os interesses seriam aquilo que o grupo espera obter. A organização seria o grau de identidade comum e de estrutura unificadora existente entre os indivíduos. Já mobilização diria respeito aos recursos necessários à ação e controlados coletivamente pelo grupo, enquanto ação coletiva se referiria à extensão da ação conjunta na busca de um interesse comum. Finalmente, a oportunidade estaria referida à forma como os interesses são articulados frente às outras forças com as quais o grupo se relaciona. Nes-

te sentido, seriam três os elementos constitutivos da oportunidade: poder, repressão e ameaça. Enquanto o poder seria a capacidade de um grupo de fazer valer os seus interesses face a outros grupos, a repressão estaria referida aos custos da ação coletiva. Quanto maior a repressão, maiores os custos da ação. E, concluindo, a ameaça seria o grau em que os demais grupos, ou o Governo, são vulneráveis às novas reivindicações e à sua realização. (Tilly, 1978: 54 e 55)

O modelo de Tilly ressalta um aspecto importante, a nosso ver, que é o de que os interesses e as estratégias de um grupo que se mobiliza não podem ser entendidos sem levar em conta as demais forças com as quais se relaciona. Aqui, especial ênfase é dada aos opositores, seu poder, a repressão e, finalmente, o grau de ameaça que, para eles, representa a mobilização.

Estas questões são bastante complexas e, para que fossem satisfatoriamente encaminhadas, no caso que estamos analisando, as ações dos grileiros e de entidades como a Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro e a Confederação Rural Brasileira, no estado do Rio, mereceriam uma pesquisa à parte. As poucas informações de que dispomos, no entanto, trazem algumas indicações.

Nas fontes que consultamos, as ações dos grileiros, até o começo da década de 1960, pareciam ser mais pontuais, sem uma integração maior. Havia, é claro, denúncias de emprego de jagunços e de cumplicidade de autoridades policiais e

judiciárias na repressão aos lavradores. As ações, no entanto, incidiam sobre uma área específica, despejando os posseiros ali localizados, sem outros desdobramentos. Não havia pronunciamentos significativos das entidades representantivas dos proprietários contra as resistências promovidas pelas organizações camponesas.

Com a intensificação das lutas e, principalmente, com as ocupações organizadas de terras, esta situação começou a se modificar. A ocupação da Fazenda Vargem Grande, em Itaboraí, em 1962, por exemplo, foi assunto de algumas reuniões da CRB, que dirigiu ofícios ao então governador, Carvalho Janotti, protestando e pedindo providências para que as *"invasões de propriedades"* não tornassem a se repetir no estado.(4) E em junho do ano seguinte, por ocasião do levante da Fazenda Capivari, o presidente da FARERJ, Francelino França, enviou telegramas a Jango, aos ministros da Justiça e da Agricultura, e ao governador Badger da Silveira reclamando contra o *"clima de desordem e falta de garantias da propriedade particular"* no Rio de Janeiro. Seus protestos foram endossados por Edgar Teixeira Leite, vice-presidente da CRB, que reivindicava medidas enérgicas de repressão às ocupações.(5)

As ações, contudo, não se restringiram ao plano dos

---

(4) Correio da Manhã: 22/9/1962, 1º caderno, p4; 29/9/1962, 1º caderno, p3. Jornal do Brasil, 27/9/1962, 1º caderno, p11.

(5) Correio da Manhã, 26/6/1963, 1º caderno, p3. O Estado de São Paulo, 27/6/1963, p22.

protestos formais. Na medida em que as ocupações começaram a incidir sobre áreas tradicionais do estado, como Campos, começaram também a surgir denúncias, como vimos, de que os grandes proprietários estariam adquirindo armamento em grande quantidade, tendo sido, para tanto, criada uma *"caixinha"*. As notícias sobre compras de armas eram, inclusive, confirmadas por dirigentes da própria FARERJ.

Já vimos a violenta reação dos proprietários do Norte do estado contra a desapropriação do Imbé, com prisões, espancamento de um técnico da SUPRA, morte de um lavrador e ameaças a sindicalistas de Campos. Também vimos como sindicatos de lavradores vinham sendo impedidos de funcionar em Barra Mansa, Barra do Piraí e Rio Claro.

De fato, as ocupações parecem ter se constituído numa ameaça para os proprietários. Entretanto, havia um outro elemento que deve ser levado em conta. Trata-se das desapropriações de terras que eram, na verdade, o objetivo das ocupações. Em meados de junho de 1963, o jornal Liga denunciava que os usineiros de Campos centralizavam a articulação de um *"esquema financeiro anti-reforma"* no estado.(6) Em reuniões realizadas no município de Itaboraí, em dezembro de 1963 e janeiro de 1964, os proprietários denunciaram a infiltração comunista nos meios rurais e condenaram o então ventilado decreto da SUPRA desapropriando terras à beira das estra-

(6) Liga, 19/6/1963, p3.

das.(7)

A nosso ver, uma questão básica que mobilizava os proprietários era a da quebra de sua autoridade. Ao promover as desapropriações, a SUPRA aparecia àqueles como um poder externo que ameaçava a sua autoridade, na medida em que legitimava as pretensões dos lavradores em relação à terra. E é isto, ao que nos parece, que está na base da mudança nas reações dos proprietários observada, particularmente, a partir dos dois primeiros anos da década de 1960. Enquanto as lutas eram mais localizadas, elas pareciam ser problema exclusivo dos grileiros, isto é, daqueles que estavam em litígio com os posseiros pela terra. Com as ocupações se expandindo e a possibilidade de desapropriação, no entanto, as lutas passaram a ser assunto de todo um grupo social, ou seja, dos proprietários, atraindo a dura oposição de suas entidades representantivas.

4.2. O Governo estadual

Eram constantes, nos jornais mais próximos às organizações camponesas, no início dos anos 1950, as referências negativas ao então governador Ernani do Amaral Peixoto (PSD). Sua postura diante das lutas, segundo aqueles jornais, era hostil aos lavradores, enviando a polícia para ameaçá-los, re

---

(7) Correio da Manhã, 5/2/1964, 1º caderno, p3.

primí-los e expulsá-los. A ALF batia nesta mesma tecla, denunciando, ainda, as constantes prisões de que seus diretores eram vítimas. Afirmavam seus líderes em outubro de 1953, após uma daquelas prisões:

> *"Não será com violências que o Governo conseguirá desviar-nos da nossa luta em defesa de nossas terras que os grileiros querem tomar. A Associação dos Lavradores Fluminenses, que representamos, lança seu protesto contra a arbitrariedade de que foram vítimas os camponeses de Xerém e afirma que continuará a lutar por todos os meios, até que seja posto um paradeiro à grilagem de terras que o próprio Governo de Amaral Peixoto vem apoiando em todo o estado do Rio."* (8)

Também o governador Miguel Couto Filho, igualmente do PSD e que sucedeu Amaral Peixoto, a princípio, seria representado de forma negativa. Os lavradores expulsos de Xerém em meados de 1955, e que foram acampar no Campo de São Bento para pressionar por uma solução para o seu caso, atribuíam o seu sofrimento ao governador. Dizia um deles que *"quem mandou a gente para este campo foi o governador Miguel Couto. E a culpa que nós temos é ter plantado a terra."* (9)

Esta visão do governador, no entanto, começa a se modificar a partir da própria solução que é dada para o caso daqueles mesmos lavradores. Como vimos, foram eles transferidos para terras que seriam do estado em Casimiro de Abreu. De

---

(8) Imprensa Popular, 13/10/1953, p8. Ver também Imprensa Popular: 11/1/1953, p4; 13/12/1953, p3; 21/5/1954, p2.

(9) Imprensa Popular, 23/7/1955, p8.

fato, algo de novo começa a aparecer aqui visto que, até então, os lavradores eram simplesmente despejados, sem que se procurasse acomodá-los em outras áreas. E seria o mesmo governador, Miguel Couto, que, em 1958, decretaria a desapropriação das fazendas Limeira e Santo Antônio do Mato, em Nova Iguaçu.

É interessante que, no caso da transferência para Casimiro de Abreu, os lavradores, ao ali chegarem, também sofreram a ação de grileiros, muito embora as terras, supostamente, fossem do estado. Isto, no entanto, aparecia num jornal como Imprensa Popular, como uma trama dos grileiros para desmoralizar o governador, lançando sobre ele a culpa de tudo o que vinha ocorrendo.(10)

A diferente postura que o Governo estadual passa a assumir em relação às lutas pela terra e às organizações camponesas parece estar relacionada, em parte, com a crise que vinha sendo vivida pelo PSD fluminense, e com o progressivo rompimento da aliança local entre este partido e o PTB.

A sucessão de Ernani do Amaral Peixoto no Governo do estado, em 1954, e a indicação, pelo PSD do nome de Miguel Couto Filho, resultaram em algumas defecções neste partido. Tais cisões, embora não resultassem na derrota do candidato, que tinha como vice o petebista Roberto Silveira, diminuíram a margem de vitória do partido. (Carmargo, Hippolito, D'Araújo, Flaksman, 1986: 264 e 265).

(10) Imprensa Popular, 19/7/1956, p4

No Governo, Miguel Couto não desenvolveria uma linha totalmente afinada com seu partido e seu chefe político Amaral Peixoto. Ao final de seu mandato o governador chegaria mesmo, manifestando discordância com a indicação do nome de Getúlio Moura para a sua sucessão, a romper com o PSD e criar, no estado, o Partido Social Progressista (PSP). Ele concorreria a uma vaga no Senado por este partido, competindo com o próprio Amaral Peixoto, que terminaria sendo derrotado.(11) O ressentimento do PSD e de Amaral Peixoto em relação a Miguel Couto pode ser aquilatado pela avaliação feita por aquele de seu Governo: *"Foi um fracasso total, uma desmoralização para o estado."* (Camargo, Hippolito, D'Araújo, Flaksman, 1986: 265)

A máquina do PSD havia sido construída a partir do período da Interventoria, durante o Estado Novo. O partido contava, portanto, com um eleitorado tradicional. Além disso, como lembra Ernani do Amaral Peixoto, ele tinha boas relações com as associações rurais do estado. Entre seus quadros estavam alguns expressivos líderes proprietários como Paulo Fernandes e Francelino França. (Camargo, Hippolito, D'Araújo, Flaksman, 1986: 254)

Rompendo progressivamente com esta máquina, Miguel Couto Filho seria obrigado a buscar um novo suporte, o que faria adotando posturas mais populares. Assim se explicaria,

---

(11) Entrevista com Badger da Silveira.

a nosso ver, as medidas favoráveis aos posseiros por ele tomadas durante seu Governo. A adoção de posturas de cunho reformistas no campo, naquele momento em que se operava a politização da questão agrária, poderia render dividendos eleitorais.

Para a sucessão de Miguel Couto Filho, o Partido Trabalhista Brasileiro, agora rompido com o PSD, indicou o nome de Roberto Silveira. Em torno dele se formaria uma ampla coligação de forças, denominada *"Coligação Popular-Nacionalista"*, e que reunia desde os comunistas abrigados em outros partidos até os setores mais conservadores da União Democrática Nacional (UDN). Desenvolvendo uma campanha com forte apelo popular, o candidato petebista chegou mesmo, durante algum tempo, a estabelecer-se na periferia da cidade do Rio de Janeiro, onde seu opositor, o pessedista Getúlio Moura, também tinha suas bases. (Vieira, 1982: 8 e 9) Cidades como Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis e São João de Meriti haviam se transformado, já durante os anos 1950, no principal colégio eleitoral do estado do Rio. (Vieira, 1982: 6) Desta forma, a região passou a assumir uma posição decisiva na política fluminense. E foi nela, justamente, que Roberto Silveira concentrou sua campanha.(12)

Roberto venceu a eleição com 376.949 dos 665.541 votos apurados. Seu companheiro de chapa, entretanto, o ude

---

(12) Entrevista com Badger da Silveira

nista Paulo Araújo, foi derrotado. Para a Vice-Governança foi eleito o candidato do PSD Celso Peçanha. (Vieira, 1982: 9)

Os conflitos de terra ocorridos na Baixada foram um dos focos de atenção básicos do governador Roberto Silveira. Já durante a sua campanha, falando a camponeses da região de Pedra Lisa, Roberto havia prometido a proteção dos posseiros e a reforma da estrutura agrária do estado.(13) Para tanto, enviou para a apreciação da Assembléia Legislativa, no dia 30 de abril de 1959, o Projeto nº 255-59 que instituía o Plano Piloto de Ação Agrária.

O projeto previa que, pelo meio mais rápido, deveriam ser delimitadas as áreas cultivadas por posseiros, em litígio. Nestas áreas litigiosas deveriam ser criadas sub-delegacias de polícia agrária para "*assegurar a tranquilidade das famílias dos trabalhadores rurais*". Também as terras devolutas deveriam ser demarcadas.

O projeto colocava ênfase no cooperativismo. Segundo ele, as terras encontradas cultivadas e possuídas há mais de um ano e um dia deveriam ser entregues aos respectivos posseiros, com título de propriedade, desde que eles se inscrevessem como associados facultativos do Instituto de Previdência Social e se comprometessem a integrar, por um prazo de dez anos, a cooperativa agrícola que o Governo patrocinaria.

---

(13) Imprensa Popular, 15/7/1958, p8.

Além disso, estava prevista a criação de Grupos de Trabalho Agrícola nas áreas de ação do Plano, e que deveriam funcionar em sistema de cooperativas.

A desapropriação e o imposto territorial seriam instrumentos básicos na aplicação do Plano. Determinava ele que, até dezembro de 1959, todos os proprietários rurais do estado deveriam declarar o justo valor de suas terras, excluídas as benfeitorias, para efeito de possível desapropriação. O imposto territorial, por sua vez, deveria passar a ser pago com base neste valor declarado. Desta forma, procurava-se cortar a sonegação dos proprietários que subvalorizavam suas terras. E, além disso, previa também o projeto que as grandes propriedades que não fossem exploradas em, pelo menos, um terço do total de sua área aproveitável, pagariam o imposto territorial em dobro.(14)

O projeto do Plano Piloto de Ação Agrária acabou trombando de frente com a resistência dos setores mais conservadores, entre eles a própria UDN, que fazia parte da Coligação Popular-Nacionalista. Na Assembléia Legislativa o fogo da oposição centrava-se, sobretudo, na obrigatoriedade da declaração, até o final daquele ano, do justo valor das terras.(15)

---

(14) Projeto nº 255-59. Coleção Badger da Silveira.

(15) Novos Rumos, 31 de julho a 6 de agosto de 1959, p6.

A resistência da UDN, parte integrante da aliança que elegeu Roberto e que lhe dava sustentação na Assembléia Legislativa, determinou um recuo do próprio Governo em relação aos seus planos iniciais. O temor dos udenistas em relação ao governador se acentuou após os acontecimentos de 22 de maio em Niterói. Naquela ocasião, um atraso nas barcas que faziam a travessia da Baía de Guanabara deu origem a um grande "*quebra-quebra*". Foram depredadas a Estação das Barcas e algumas casas comerciais, e a família Carreteiro, concessionária de grande parte daquele transporte, teve vários de seus bens destruídos. O Governo estadual, no entanto, nada teria feito para conter o movimento e, mais ainda, era acusado de tê-lo incitado. (Vieira, 1982: 12; Camargo, Hippolito, D'Araújo, Flaksman, 1986: 269 e 270)

Tais fatos levaram a que os setores conservadores, unidos, exercessem pressão sobre o Governo, forçando-o a um recuo. (Vieira, 1982: 12 e 13) Parte deste recuo se expressou através do envio, à Assembléia Legislativa, de um substitutivo ao Projeto 255-59. Um dos principais elaboradores deste substitutivo foi o secretário do Interior e Justiça, Mario Guimarães, pertencente aos quadros da UDN.(16) Desta forma, ao invés do Plano Piloto de Ação Agrária, a Assembléia Legislativa terminou autorizando o governador a elaborar um Plano de Colonização e de Aproveitamento de Terras Devolutas e Próprias do Estado.

---

(16) Jornal do Brasil, 17/6/1959, 1º caderno, p8. Novos Rumos, 1 a 7/7/1960, p14.

A ênfase do plano autorizado, como seu próprio nome diz, deveria recair sobre a colonização das terras do estado. A possibilidade de desapropriação, embora não fosse vedada, também não era mencionada na autorização. As áreas de litígio deveriam ser delimitadas e o Governo deveria tomar *"as medidas convenientes à solução das controvérsias."* Quanto aos lavradores despejados de terras públicas ou particulares onde tivessem culturas ou benfeitorias, dever-se-ia diligenciar a sua proteção e a sua defesa, bem como *"avaliar os prejuízos verificados, promover indenizações proporcionando soluções amigáveis ou orientando os prejudicados na utilização dos meios judiciais adequados ao reconhecimento de seus direitos."*(17)

As avaliações sobre o substitutivo aprovado eram diversas. Os proprietários rurais, reunidos na sede da sua entidade, a FARERJ, em meados de junho de 1959, aprovavam-no. Eles estavam cientes, segundo o jornal O Fluminense, pertencente à família Torres, com ligações com a UDN, de que o novo plano continha as reivindicações dos ruralistas.(18) Já entre os comunistas, a receptividade não era a mesma. Sua posição era expressa pelo articulista Carlos Danielli, do jornal Novos Rumos. Segundo ele, ao sancionar o substitutivo, o governador:

---

(17) Lei nº 3.951 de 24 de junho de 1959. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 25/6/1959, pl.

(18) O Fluminense, 19/6/1959, pl e 5.

> "*Capitulou ante as forças reacionárias, não satisfazendo os compromissos assumidos com os camponeses, nos inúmeros contatos que com eles manteve antes e depois das eleições.*" (Danielli, 1959: 6)

Tal avaliação não representava, ainda, uma declaração de rompimento do PCB com Roberto. Ele continuava apoiando seu Governo e, mais ainda, insistia na regulamentação do substitutivo. Sabiam os comunistas que o substitutivo, apesar de representar um claro recuo, abria espaços para a implementação de medidas mais incisivas de intervenção no campo, como a própria desapropriação, e que o Plano de Colonização poderia se constituir num útil instrumento de ação. Tudo, porém, dependeria da forma como fosse regulamentado e aplicado. Assim, o Plano de Colonização e de Aproveitamento de Terras Devolutas e Próprias do Estado se constituiria numa área estratégica, disputada por diferentes forças, tanto no Governo Roberto Silveira como nos posteriores. E é neste processo que, ao que nos parece, devem ser inseridas as críticas dos comunistas. Procuravam eles intervir, imprimindo ao Plano uma feição condizente com aqueles que, a seu ver, eram os "*interesses das massas*".(19)

É importante, quanto a isso, lembrar que se o Plano, a princípio, recebeu a aprovação dos ruralistas e a crítica dos comunistas, ele ficou na lembrança de um importan

---

(19) Novos Rumos, 1 a 7/7/1960, p14.

te dirigente proprietário como um "*plano de agitação*". Além disso, apesar de seu nome ser outro, ele ficaria conhecido como Plano Piloto de Ação Agrária, conforme o primeiro projeto enviado à Assembléia Legislativa.

De fato, diversas áreas teriam sua desapropriação decretada através do Plano. Mas a sua ação, contudo, não terminaria por aí. Ele funcionaria como um instrumento para a implementação da política do Governo Roberto Silveira no campo. Mais além disso se procurou, por seu intermédio, formar associações de lavradores, e mesmo uma federação, fora do controle dos comunistas, atraindo também, desta forma, os lavradores para a órbita política do governador e de seu partido.(20) Áldio Leite, primeiro executor do Plano, encarregou-se da execução deste projeto que recebeu pesadas críticas do PCB.

A criação de uma federação que coordenasse as lutas dos lavradores no âmbito estadual, bem como a intensificação da formação de associações, foram duas das principais resoluções aprovadas na I Conferência Estadual dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Fluminenses, realizada de 28 a 30 de agosto de 1959 em Niterói. A Conferência foi convocada pela ALF, antecedendo a I Conferência da ULTAB, que se realizaria em meados do mês seguinte. O encontro contou com o forte

---

(20) De acordo com um destacado líder camponês de Duque de Caxias, o próprio Roberto Silveira o teria convidado para ingressar no PTB.

apoio do governador Roberto Silveira.[21] De acordo com um antigo militante comunista, este apoio teria por objetivo, justamente, a criação de uma federação vinculada ao PTB. O PCB, no entanto, teria conseguido controlar a situação, criando, a partir da Conferência, a FALERJ.

Se não foi, contudo, naquela Conferência que o Governo conseguiu formar sua federação, a partir dali ele parece ter intensificado sua atuação no campo. O executor Áldio Leite vinha se movimentando bastante por várias localidades do estado em fins de 1959 e, já em janeiro de 1960, as fazendas São Pedro, em Nova Iguaçu, Paratimirim e Independência, em Parati, e Largo, Ponta do Largo e Atalho, em São João da Barra, teriam sua desapropriação decretada.[22]

Em julho de 1960, era criada a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ), sendo sete as suas entidades fundadoras: Associação dos Lavradores de Japeri, Associação dos Lavradores de Macaé, Associação dos Lavradores de Virgem Santa, Associação Municipal dos Lavradores de Trajano de Moraes, Associação dos Lavradores de Itaguaí, Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e Sociedade dos Lavradores, Posseiros e Assalariados de Vassouras. A diretoria era formada, principalmente, por lavradores de

---

(21) Novos Rumos, 21 a 27/8/1959, p5.

(22) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro: 11/11/1959, p3; 18/11/1959, p3; 19/11/1959, p3; 24/11/1959, p2. Decretos: 6.896 de 13 de janeiro de 1960; 6.897 de de 13 de janeiro de 1960; 6.931 de 26 fevereiro de 1960.

Nova Iguaçu, em particular de Pedra Lisa. O próprio .Bráulio Rodrigues, que seria um importante elemento dentro da estrutura da FALERJ, foi, a princípio, o 1º tesoureiro da FLERJ.(23)

Havia uma clara ligação de Roberto Silveira com a Sociedade de Pedra Lisa, já desde o período da campanha eleitoral. No Governo, esta ligação prosseguiu através do executor do Plano de Ação Agrária, Áldio Leite, que tinha um retrato seu na sede da Sociedade.(24)

Ao que parece, portanto, foi nas áreas em que o Plano de Ação Agrária desenvolveu alguma atuação, que o Governo Roberto Silveira conseguiu formar as suas associações congregando-as, posteriormente, na FLERJ. A sintonia entre esta e o Governo fica bastante clara na convocação para a II Conferência dos Lavradores Fluminenses, organizada pela federação para os dias 6 e 7 de agosto de 1960, em Niterói, e patrocinada pelo Plano de Ação Agrária. Dizia a convocação para o encontro, assinada pelo presidente da FLERJ, José Ferreira, conhecido como José Cléia, que *"o Plano Piloto de Ação Agrária, dirigido pelo Dr. Áldio Leite, vem atendendo perfeitamente aos anseios dos cultivadores da terra fluminense."*(25)

---

(23) Registro da Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro. Registro nº 5.785, Livro A-1 de Pessoas Jurídicas, número de ordem 183. Cartório do 12º Ofício de Niterói.

(24) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 12/10/1960, p4.

(25) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 29/7/1960, p3.

Os dirigentes da FALERJ, contudo, não faziam a mesma avaliação da ação do Plano. Na posse da nova diretoria daquela organização, em janeiro de 1961, vários oradores denunciaram a política agrária de Roberto Silveira. Diziam eles que as terras desapropriadas não haviam sido distribuídas aos lavradores, e que prosseguiam os despejos e as arbitrariedades com a cobertura da polícia do Governo.(26) Pouco depois da morte de Roberto, ocorrida em fevereiro de 1961 devido à queda do helicóptero em que viajava, José Pureza, ao comentar a atuação do Plano, dizia reconhecer que muito mais poderia ter sido feito se outro fosse o seu executor.(27)

Um dos elementos básicos que estão na origem das críticas do PCB e da FALERJ a Roberto Silveira e a Áldio Leite, e para o qual gostaríamos de chamar a atenção no momento, é o da disputa pelos camponeses. Roberto era um líder ascendente, com um estilo pessoal de atuação bastante marcado, e que tinha um projeto político que, ao que parece, extrapolava os limites do estado do Rio, tendo por meta a própria Presidência da República. Seu empenho em atrair para si o campesinato bem atesta a importância que começava a assumir este novo ator político. O prestígio derivado do atendimento de suas reivindicações poderia, no novo contexto que se conformava, ser convertido em capital eleitoral.

---

(26) Terra Livre, fevereiro de 1961, p2.

(27) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 24/3/1961, 2º caderno, p1.

O problema que se colocava, no entanto, era o de como lidar com os camponeses neste novo contexto, tendo em vista a constituição de bases efetivas. Roberto o faria criando suas próprias organizações, entrando, assim, em disputa com os comunistas e a FALERJ. Esta disputa é, ainda hoje, lembrada por um antigo líder camponês de Nova Iguaçu. Segundo ele, Roberto Silveira, ao conceder benefícios aos lavradores, visava tomar as associações e esvaziar a FALERJ.

Nesta disputa, o Plano de Ação Agrária tinha um papel fundamental. Por isso é que, logo após a morte de Roberto, a FALERJ começou a pressionar o novo governador, Celso Peçanha, de maneira a influir sobre a nomeação do próximo executor do Plano de Ação Agrária. Para tanto, a Federação contava com o apoio do Conselho Sindical Fluminense que, numa pauta de reivindicações preparada para ser entregue a Celso, pleiteava também que aquela noemação fosse feita por indicação das entidades representativas dos lavradores e trabalhadores rurais. Esta indicação deveria surgir de uma reunião ampla orientada pela FALERJ.(28)

Celso Peçanha foi eleito vice-governador pelo PSD, partido que fazia oposição a Roberto Silveira. Sua ligação com o partido, no entanto, não era tão orgânica como a de algumas de suas lideranças tradicionais, sendo ele oriundo das hostes do PSP. (Vieira, 1982: 19) Além disso, Celso governaria o estado por pouco tempo, uma vez que se candidataria a

---

(28) Novos Rumos, 17 a 23/3/1961, p2.

uma vaga no Senado nas eleições de 1962.

Tais fatores parecem ter contribuído para que ele aceitasse a indicação, feita pela FALERJ e por setores de esquerda, do nome do economista Domar Campos. Por razões que, segundo as indicações, não tinham fundo político, Domar não pôde permanecer por muito tempo à frente do Plano Agrário. Em maio de 1961, ele foi substituído pelo agrônomo Irênio de Matos Pereira. A posse do novo executor contou com a presença tanto de José Cléia, presidente da FLERJ, quanto de Bráulio Rodrigues, já agora representando a FALERJ. Ambos agradeceram ao governador por seu empenho em resolver os problemas enfrentados pelos lavradores.(29) À frente do Plano, entretanto, Irênio desenvolveria uma atuação mais próxima à FALERJ.(30) E esta afirmação é reforçada, hoje, por um antigo ativista católico vinculado à FLERJ, quando recorda que, no Governo Celso Peçanha, a FLERJ ficou abandonada.

Em julho de 1962, Celso Peçanha desincompatibilizou-se do Governo, passando-o para o presidente da Assembléia Legislativa, deputado pessedista Carvalho Janotti.(31) Janotti assumiu o Governo num quadro de instabilidade, tendo sua liderança questionada por seu próprio partido. Com a proximidade da desincompatibilização de Celso, houve disputa pela presidência da Assembléia Legislativa. Janotti venceu a elei

---

(29) Luta Democrática, 31/5/1961, p5.

(30) Dados de entrevista.

(31) Luta Democrática, 7/7/1962, p1.

ção, mas o grupo perdedor o acusava de fraude. Houve, diante disso, uma divisão na Assembléia, e parte dos deputados, não reconhecendo a legitimidade do resultado, passou a se reunir na Câmara Municipal. (Camargo, Hippolito, D'Araújo, Flaksman, 1986: 272) O episódio terminou sendo contornado através de uma composição, tendo Janotti feito, também, algumas concessões à esquerda.

O governador Carvalho Janotti manteve Irênio de Matos à frente do Plano de Ação Agrária. Por sua atitude favorável aos lavradores nos casos de resistência e de ocupação de terras, Irênio não permaneceria por muito tempo na direção do Plano. Os proprietários do estado, através da FARERJ, começaram a pressionar o Governo, exigindo sua destituição. Irênio era visto como agitador e instigador de invasões. A própria Confederação Rural Brasileira, como já vimos, o apontaria como elemento subversivo.

Tais pressões resultaram na substituição de Irênio na execução do Plano de Ação Agrária, no início de outubro de 1962, por Abel Menezes. Este, porém, também ficaria por poucos meses à frente do órgão, sendo substituído no início de 1963, após a posse do novo governador, Badger da Silveira, irmão de Roberto e também do PTB, por Aírton Pereira da Silva.

Se a FALERJ, em relação ao Governo estadual, gozou de certa liberdade de atuação, em suas ações diretas, durante os períodos de Celso Peçanha e Carvalho Janotti, ela tam-

bém parece ter sido favorecida em termos organizativos. Já em meados de 1962 começava a ganhar força o movimento de sindicalização rural. As forças políticas, tendo na dianteira o PCB e grupos vinculados à própria Igreja, partiam para a formação de sindicatos no campo. No estado do Rio, FLERJ e FALERJ procuravam se posicionar neste processo, criando novos sindicatos ou transformando as antigas associações de lavradores em sindicatos. Em agosto de 1962 a Secretaria do Trabalho do Governo Janotti começou a elaborar, juntamente com a FALERJ, o plano estadual de sindicalização rural.(32)

Esta situação tenderia a se inverter ao longo do Governo Badger da Silveira. Segundo um antigo militante do PCB, responsável por sua seção de campo no estado do Rio, o irmão de Roberto Silveira tinha uma atitude e discriminatória em relação ao Partido. Desta forma, lembra aquele antigo dirigente, os comunistas do estado, em discordância com a linha nacional do PCB, que era de aliança com os trabalhistas, resolveram apoiar o nome do candidato Tenório Cavalcanti, do Partido Social Trabalhista (PST), nas eleições de 1962. Com esta aliança, eles puderam eleger deputados estaduais como Afonso Celso Nogueira Monteiro, Aristóteles de Miranda e Élzio Ramalho, além dos federais Demistóclides Batista e Adão Pereira Nunes. Assim, os comunistas conseguiram o espaço que Badger negava-se a ceder-lhes, como também afirma um ex-parlamentar ligado ao PCB.(33)

---

(32) Jornal do Brasil, 8/8/1962, 1º caderno, p5. Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 9/8/1962, p2. Luta Democrática, 11/8/1962, p5.

(33) Dados de entrevista.

As divergências entre Badger da Silveira e os comunistas não se restringiriam à campanha eleitoral, prosseguindo durante o Governo. No centro delas, ocupando lugar de destaque, estava o encaminhamento da questão agrária no estado.

Logo ao assumir a direção do Plano Agrário, Aírton Pereira da Silva deixou clara qual seria a linha adotada pelo Governo. Segundo ele, seria promovida uma reforma agrária pacífica, através da entrega de terras devolutas do estado a lavradores que quisessem cultivá-las.(34) A idéia, portanto, era eliminar as lutas promovendo a colonização das terras do estado.

A realidade, contudo, parecia escapar por entre os dedos do Governo. Já em abril, uma série de ocupações começariam a ocorrer, sendo a do Imbé a primeira. Estas ocupações obrigariam o executor Aírton Pereira a se desdobrar, movimentando-se pelo estado a fim de colher dados para que a SUPRA desapropriasse aquelas terras em litígio.

Para Badger, as ocupações eram obra de agitadores e em nada contribuíam para a realização da reforma agrária. Dizia ele:

---

(34) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 29/3 / 1963, p3.

> "A reforma agrária tem de vir já e não pode mais ser procrastinada pelo Congresso. Encareço, entretanto, aos lavradores fluminenses, que não se deixem envolver por elementos que pretendem trazer clima de agitação ao estado. Não nos é lícito fugir aos princípios da Lei e da Justiça."(35)

Apesar dos apelos de Badger e de suas declarações de que somente as reivindicações pacíficas e legais dos lavradores seriam atendidas, as lutas prosseguiam.(36) Tornava-se claro, diante delas, que o Plano não estava conseguindo imprimir o rumo desejado pelo Governo para a questao agrária. E a rebelião ocorrida na Fazenda Capivari, em Caxias, em junho de 1963, parece ter sido a gota d'água. Pouco tempo depois, nos primeiros dias de agosto, o padre Antônio da Costa Carvalho, assistente eclesiástico da Federação dos Círculos Operários Fluminenses (FCOF),(37) era nomeado executor do Plano Agrário no lugar de Aírton Pereira da Silva.(38) Este, por sua vez, seria incorporado à SUPRA como seu delegado no estado do Rio.

O padre Carvalho, através dos Círculos Operários e em associação com a FLERJ que, embora desligada do Governo, não chegou a se desarticular totalmente, vinha promovendo a

---

(35) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 22/5/1963, p2.

(36) Jornal do Brasil, 19/4/1963, 1º caderno, p11.

(37) Sobre os Círculos Operários, ver, neste mesmo capítulo, o item 4.3.

(38) Jornal do Brasil, 1/8/1963, 1º caderno, p12.

formação de organizações camponesas em oposição àquelas estimuladas pelos comunistas. A sua indicação para a direção do Plano Agrário representava uma tentativa de desenvolver uma ação eficaz contra as ocupações de terras que vinham ocorrendo.(39)

O governador Badger da Silveira manteve o padre Carvalho na direção do Plano Agrário, apesar dos vários e constantes pedidos em contrário. Na verdade, o padre permaneceria no Plano mesmo após a cassação de Badger, com base no Ato Institucional assinado pelo presidente Castelo Branco em maio de 1964. Ele foi mantido no cargo pelo general Paulo Torres, que assumiu o Governo do estado, vindo a pedir demissão em julho daquele mesmo ano, alegando falta de recursos para desenvolver seu trabalho.(40)

Eram bastante recorrentes as críticas à política agrária do Governo Badger da Silveira. O governador era acusado de reprimir os movimentos camponeses, expulsando os lavradores das terras que ocupavam. No caso da Fazenda Agro-Brasil, ocupada no início de dezembro de 1963 por várias famílias de lavradores que, dias depois, seriam expulsas por um choque da PM, comentaria o jornal Liga, aproveitando para, nas entrelinhas criticar também o Governo João Goulart:

---

(39) Entrevista com Badger da Silveira.

(40) Luta Democrática, 4/7/1964, p5.

> *"Os últimos acontecimentos em Cachoeiras de Macacu, onde dois mil camponeses foram expulsos das terras que haviam ocupado, por um choque policial armado, serve bem para demonstrar, de forma profunda, o que vem a ser um Governo 'trabalhista' que se elege à custa de demagogia e falsas mensagens ao povo."*(41)

Era sobretudo ao padre, entretanto, que as críticas se dirigiam. Uma das formas pelas quais a Luta Democrática, que pertencia ao candidato derrotado ao Governo do estado em 1962, e que não poupava adjetivos para atacar o governador, se referia constantemente a este, era *"Ibadger"*. Sugeria o jornal, desta forma, que o governador tinha ligações com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, que abrigava a direita do país e procurava solapar as bases do Governo João Goulart. Uma das provas desta ligação, segundo o articulista da Luta Fernando Caldas, era a nomeação do padre Carvalho para a direção do Plano Agrário. De acordo com ele, o padre mantinha estreitos vínculos com Ivã Hasslocher, presidente nacional do IBAD. (Caldas, 1963: 5)

A FALERJ, em diversas ocasiões, pediu a exoneração do padre do Plano Agrário. Os motivos apresentados eram os mais variados. Acusavam-no de ter ligações com grupos antinacionais, de estar a serviço do latifúndio, de desviar sementes e ferramentas fornecidas pela SUPRA para que fossem distribuídas aos lavradores, e também de não aplicar, nas

---

(41) Liga, 18/12/1963, p5.

áreas desapropriadas, os recursos que haviam sido concedidos ao Plano Agrário, com este objetivo, por aquela Superintendência.(42) O que de fato parecia estar na base das preocupações das lideranças da FALERJ, no entanto, era aquilo que a expressava em novembro de 1963, ao receber a carta sindical da Federação. Ele acusava o padre Carvalho de "*fazer política antilavrador e procurar intrometer-se em questões internas nas organizações sindicais na base do anticomunismo.*"(43)

O que mais preocupava aquelas lideranças era a intervenção do padre nas organizações camponesas, procurando neutralizar o trabalho das esquerdas junto a elas. Este tipo de ação é confirmado, hoje, por um técnico que atuou à frente do Plano Agrário durante parte da gestão do padre, a convite deste mesmo. Segundo ele, eram marcadas reuniões nas mesmas horas e em locais próximos às convocadas por lideranças tidas como comunistas.

Na verdade, o padre Carvalho não tentava, simplesmente, desestruturar as organizações. Seu objetivo era fortalecer aquelas sob a sua orientação, e atrair os lavradores vinculados à FALERJ. Para alguns líderes desta Federação, contudo, a sua perda do controle sobre as organizações camponesas representaria o fim delas e do próprio movimen-

---

(42) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 29/10/1963, p2.

(43) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 19/11/1963, p2.

Favor não fazer anotações ou grifos
à tinta ou a lápis nesta publicação

to.(44)

4.3. Os Círculos Operários e a FLERJ

Os Círculos Operários surgiram no Rio Grande do Sul, em 1932, como uma iniciativa do padre Leopoldo Brentano. De caráter marcadamente corporativista, a iniciativa dos Círculos inseria-se num movimento mais geral da Igreja no sentido de promover a doutrina católica e reforçar seus vínculos junto aos trabalhadores. Influindo diretamente junto aos sindicatos procurava-se, ainda, conter a ação dos grupos de esquerda. (Wiarda, 1969: 12 e 13; Schneider, 1965: 53 e 54 ; Bruneau, 1974: 84)

Ainda no início da década de 1930 o padre Brentano, dado o sucesso de sua iniciativa no Sul, foi chamado para o Rio de Janeiro pelo então cardeal Dom Sebastião Leme. O objetivo era formar um movimento operário católico nacional unificado. O movimento cresceu bastante durante o Estado Novo com o apoio e o incentivo aberto do Governo. (Wiarda , 1969: 14) Em 1937 já se contavam em 34 os Círculos formados pelo Brasil. Em 1942 este número havia saltado para 142, tendo sido formadas, também, 4 federações estaduais de Círculos. (Füchtner, 1980: 134)

---

(44) Avaliando, hoje, a forma como o governador Badger da Silveira tratou da questão agrária e das organizações camponesas no estado, diz um importante líder da FALERJ: *"Badger fez tudo para liquidar com as associações de lavradores. Fez tudo."*

Segundo Hans Füchtner, o objetivo inicial do padre Brentano era de que os Círculos, que tinham uma organização profissional, fossem reconhecidos, eles mesmos, como sindicatos. Isto, porém, não obteve a aprovação do Ministério do Trabalho. Desta forma, restou-lhe a alternativa de procurar penetrar e controlar os sindicatos oficiais. Os Círculos, assim, desenvolveram sua atuação de forma paralela aos sindicatos, e a organização profissional originalmente prevista foi abandonada. O não reconhecimento dos Círculos Operários como entidades sindicais, no entanto, não impediu que, em 1941, eles fossem elevados à categoria de órgão técnico e consultivo do Ministério do Trabalho. (Füchtner, 1980: 134 e 135; Schneider, 1965: 56)

Depois de 1945, de acordo com Howard Wiarda, o movimento entrou em declínio. Tentativas para revitalizá-lo foram feitas em meados da década seguinte, mas seu alcance, ainda segundo aquele autor, foi limitado pelo controle exercido por clérigos tradicionais. (Wiarda, 1969: 16 e 28) Uma destas tentativas foi a criação, em 1956, com a colaboração da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, da Escola de Líderes Operários e do Movimento de Orientação Sindical. Seu objetivo era a formação de líderes sindicais que adotassem em suas ações, e disseminassem, os princípios do circulismo. (Schneider, 1965: 64)

Ainda segundo Wiarda, eram tensas as relações do movimento circulista com a esquerda católica.(45) Seus diri

(45) Sobre a Esquerda Católica ver Emanuel de Kadt. (1970)

gentes consideravam a formação de outros grupos para a atuação junto aos trabalhadores como uma usurpação de seu domínio, e taxava-os de subversivos. (Wiarda, 1969: 45) Na verdade, pareciam ser tensas as relações do movimento circulista com a esquerda de maneira geral. Mesmo proclamando-se tradicionalmente apolítico e apartidário, o movimento empenhava esforços para neutralizar a penetração comunista junto aos trabalhadores. E foi justamente o temor de um avanço da esquerda no país que, de acordo com Wiarda, teria levado os Círculos a investirem contra João Goulart:

> "*A organização circulista nacional, por isso, ajudou a mobilizar a opinião pública contra o Governo de Goulart e calorosamente aplaudiu o golpe que o depôs, assim como as subsequentes medidas das forças armadas expurgando os comunistas e outros esquerdistas dos postos de liderança operária.*" (Wiarda, 1969: 73)

Apesar do nome e de ter, a princípio, uma atuação basicamente urbana, os Círculos Operários voltaram-se também para os trabalhadores rurais. No estado do Rio eles alcançaram força considerável na área rural, onde atuavam desde fins dos anos 1950.

Os Círculos eram associações de direito civil e caráter interprofissional, isto é, reuniam diversas categorias de trabalhadores. Sua jurisdição era municipal e, num estado, os Círculos formavam uma Federação. As Federações, por sua vez, formavam a Confederação Nacional dos Círculos Operá

rios. Sua direção era leiga mas, em cada uma destas instân - cias, havia um assistente eclesiástico que tinha poder de ve- to nas decisões. Os assistentes eram membros da hierarquia e, normalmente, eram jesuítas.(46)

Como lembra um antigo presidente da FCOF, os Círcu los exerciam uma atividade de formação, preparando seus mem bros para uma participação na vida sindical. Esta prepara ção, contudo, ressalva um outro ativista católico que teve atuação junto ao campesinato, era feita "*sem intervir, sem interferência no trabalho do cidadão e na sua opinião pró- pria.*"

Tendo por assistente eclesiástico o padre Antônio da Costa Carvalho, a Federação dos Círculos Operários Flumi nenses atuaria no campo em conjunto com a FLERJ. Como vimos, criada ao tempo de Roberto Silveira, a FLERJ perderia o a- poio do Governo estadual na administração Celso Peçanha. Is to teria levado um de seus líderes, Edmundo Monteiro Melo , a buscar o concurso da FCOF, que já vinha desenvolvendo um trabalho, ainda que localizado, no campo.(47)

Os Círculos, assim, apropriaram-se da estrutura da FLERJ para expandir sua atuação junto ao campesinato. Ao re ferirem-se, hoje, ao trabalho desenvolvido por esta federa- ção, antigos dirigentes circulistas o fazem sempre na primei ra pessoa do plural e como se fosse a FCOF, de fato,o motor

(46) Sobre a estrutura organizacional dos Círculos Operários ver Howard J. Wiarda. (1969)

(47) Dados de entrevista.

da ação.

Esta vinculação absoluta entre FCOF e FLERJ, contudo, deve ser relativizada. Nem todos os seus membros eram circulistas, ou mesmo católicos, embora trabalhassem de forma coordenada com os Círculos, como lembra um ex-presidente da FCOF. Alguns "*crentes*", particularmente de São Gonçalo, Silva Jardim e Magé, também faziam parte da Federação dos Lavradores. Na verdade, a FLERJ parecia reunir, e isto já desde a sua criação, uma série de segmentos que se opunham a linha da FALERJ. A FCOF, sem dúvida, era o mais forte deles, muito embora não fosse o único. O Sindicato dos Empregados Rurais de Campos, por exemplo, era vinculado à FLERJ mas não à FCOF.(48)

A princípio, o trabalho conjunto resultou na formação de algumas associações de lavradores que se vincularam à FLERJ. Posteriormente, partiu-se para a constituição de sindicatos, e a própria FLERJ buscaria obter do Ministério do Trabalho, o seu reconhecimento como entidade sindical.

Esta investida no sentido da sindicalização foi precedida de discussões e de um cuidadoso plano, elaborado pela FCOF, e que iniciava com a seguinte avaliação do Rio de Janeiro:

---

(48) Dados de entrevista.

> *"O estado do Rio de Janeiro, por sua posição geográfica, poderá ser o estado padrão, de um sindicalismo rural autêntico. Devido os desmandos políticos, o estado do Rio vive uma situação caótica, financeira e ideológica.*
>
> *No interior do estado, há muita miséria, tanto quanto a do Nordeste, sendo porém, que esta situação, no estado do Rio, poderá ser sanada, organizando os lavradores em sindicatos atuantes e democráticos com o presente plano, que se aprovado, estamos certos, que dentro de dois anos mudaremos toda a fisionomia do estado do Rio."* (49)

De acordo com o Plano, o estado seria dividido em dez zonas sendo, cada uma delas, responsabilidade de um coordenador. A este caberia: fundar e orientar círculos e sindicatos rurais; dar assistência ao setor rural de sua zona; formar e orientar os dirigentes e militantes, promovendo dias de formação, encontros e cursos. Para tanto, seria fornecido aos coordenadores todo o material necessário. Tal trabalho seria supervisionado e orientado por um coordenador geral, que também seria responsável pelo envio aos coordenadores de toda a documentação legal necessária para a formação dos dos círculos e dos sindicatos. Este coordenador geral trabalharia junto à FCOF. Tanto ele, quanto os demais coordenadores, fariam um curso rápido de formação e capacitação com matérias como: circulismo, sindicalismo rural, questões so-

---

(49) Plano para a fundação de Círculos operários rurais e sindicatos rurais no estado do Rio de Janeiro e curso das Federações dos Círculos Operários e Lavradores do Estado do Rio de Janeiro, s/d, pl. Coleção Eduardo Príncipe.

ciais e prática de fundação de círculo operário e sindicato rural. Previa-se, finalmente, que os coordenadores, acompanhados do coordenador geral, visitariam os bispos das dioceses do estado, solicitando-lhes o apoio e autorização para que os vigários auxiliassem no trabalho. Buscar-se-ia, ainda, o concurso de outras autoridades interessadas na proposta circulista e na sindicalização rural.(50)

Para que este plano tivesse sucesso, contudo, seria preciso vencer a oposição dos grupos de esquerda que atuavam no campo no estado do Rio e, principalmente, da FAMERJ. A própria legislação sindical brasileira contribuía para acirrar, ainda mais, as disputas pelos camponeses. Segundo ela, cada categoria poderia ser representada por apenas um sindicato que, a não ser em casos excepcionais, teria âmbito municipal. Era possível também que, com a autorização do Ministério do Trabalho, mais de uma categoria se agrupassem num só sindicato. Mesmo aqui, no entanto, deveria ser mantido o princípio da unicidade sindical, extensivo também às entidades de grau superior, como as federações.

De acordo com o relatório de atividades da FCOF de 1962, o seu trabalho de fundação de sindicatos de trabalhadores rurais no estado já havia resultado em seis pedidos de reconhecimento sindical encaminhados à Delegacia Regional do

---

(50) Ibid. pl a 3.

Trabalho. Além disso, cerca de vinte processos se encontravam em andamento e, num curto prazo, também seriam encaminhados àquela repartição. Tão logo os seis primeiros sindicatos tivessem suas cartas expedidas, a FCOF buscaria também o reconhecimento da Federação.(51)

FLERJ e FALERJ encaminharam-se para reconhecimento junto à Delegacia Regional do Trabalho em períodos bem próximos. Foi esta última, no entanto, que conseguiu a carta sindical.

A carta sindical foi entregue à FALERJ pelo superintendente da SUPRA, João Pinheiro Neto, numa manifestação realizada em Niterói no dia 18 de novembro de 1963. Como parte desta manifestação, foi feita uma passeata encabeçada por Pureza, Bráulio e o presidente da ULTAB, Lyndolfo Silva. À sua frente, as bandeiras nacional e da FALERJ.(52)

O caráter grandioso da comemoração sugere, a nosso ver, que o reconhecimento da FALERJ tinha um significado mais profundo do que o de uma vitória sobre um grupo opositor. Por outro lado, a presença de Lyndolfo Silva também indica, ao que nos parece, que aquele evento assumia uma importância que extrapolava os limites do território fluminense.

---

(51) Relatório da Diretoria da Federação dos Círculos Operários Fluminenses, 1963, p4. Coleção Eduardo Príncipe.

(52) Terra Livre, dezembro de 1963, p8.

É preciso ter em mente que, a luta entre grupos ligados à Igreja e setores de esquerda, particularmente o PCB, pelo controle das organizações camponesas no período que antecedeu o Golpe de 1964, não foi exclusiva do estado do Rio. O Rio de Janeiro foi apenas uma das arenas da competição que, a nível nacional, se travava pelo monopólio da representação do campesinato.(53) E o que estava em jogo aqui era não somente o predomínio sobre uma clientela, embora fosse este um importante componente das lutas, mas também, e principalmente, a imposição de uma determinada visão do mundo social e, em conseqüência, de uma forma de atuar neste mundo. A esta questão, no entanto, voltaremos mais tarde.

4.4. O Governo federal

Era basicamente através do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, órgão do Ministério da Agricultura criado no início dos anos 1950, que o Governo federal atuava no campo no estado do Rio, até o começo da década de 1960. Sem procurar intervir diretamente nas lutas, esta atuação se limitava à administração e à manutenção dos núcleos coloniais e das terras públicas existentes. Ocorre que, como gran

---

(53) Sobre as disputas pelo controle das organizações camponesas ver Emanuel de Kadt (1970) e Thomas C. Bruneau (1974). Para um estudo de como elas se desenvolveram num outro caso específico, ver o trabalho de Aspásia Alcântara de Camargo (1973) sobre o movimento camponês em Pernambuco.

de parte das lutas se dava em terras consideradas públicas, de propriedade duvidosa, e mesmo em alguns núcleos, como foi o caso de Santa Alice, o INIC era constantemente apontado como co-responsável por elas. As denúncias contra o instituto, partidas de organizações camponesas e jornais de esquerda, iam desde o desvio e a má utilização de verbas destinadas aos núcleos, bem como o abandono destas, até a convivência com os grileiros.(54)

As acusações ao INIC poderiam ser vistas como uma investida dos grupos de esquerda no sentido de pressionar por mudanças na diretoria do órgão. Afinal, ela era controlada por elementos do Partido de Representação Popular (PRP) de Plínio Salgado. (Camargo, 1981: 153) Parte das críticas, entretanto, é confirmada por antigos técnicos do órgão que não tinham vínculos com aqueles grupos. Lembra-nos um deles que, inicialmente, havia uma grande rotatividade na diretoria do instituto, o que por si só já resultava numa certa paralisia. Além disso, seus diretores tinham uma preocupação "*mentalmente política*", mais voltada para os interesses de seu partido do que para as questões técnicas. Desta forma, conclui sua avaliação:

> "*Foi um órgão que se omitiu gravemente aqui dentro. E quais as causas dessa omissão? A incapacidade administrativa. A*

---

(54) Ver, por exemplo, Imprensa Popular: 19/8/1955, p3; 10/3/1956, p8; 29/6/1957, p6. Ver também Jornal do Brasil, 29/6/1961, 1º caderno, p5.

> *extrema rotatividade na direção da entidade. A rotatividade era tão grande, que as pessoas chegavam e não tinham nem tempo de programar nada, planejar nada, definir uma linha política, nada, nada, nada. E deixavam essas unidades sem recursos, ao Deus dará."* (55)

Esta linha de atuação se modifica a partir de 1963, com o início das atividades da SUPRA. Daqui em diante o Governo federal, através da SUPRA, passará a intervir diretamente nas lutas, atendendo a grande parte das reivindicações dos lavradores, além de incentivar a sindicalização rural. Com tal postura, o órgão atrairá pesadas críticas dos proprietários, e mesmo de algumas autoridades.

O primeiro superintendente da SUPRA foi João Caruso. Ligado ao então deputado Leonel Brizola, Caruso permaneceu à frente do órgão até junho de 1963, quando foi forçado a demitir-se por pressão dos grupos conservadores e pela nomeação, por Jango, e sem a sua consulta, do Conselho Diretor da SUPRA.(56)

Para alguns setores, a ação desenvolvida pela SUPRA, no Rio de Janeiro, era demagógica e agitativa, incentivando ainda mais as ocupações de terras, uma vez que cria-

---

(55) Refere-se, por unidades, aos núcleos coloniais.

(56) O Estado de São Paulo, 22/5/1963, p3. Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 14/6/1963, p2. Ver também Aspásia Alcântara de Camargo. (1981: 219)

va, entre os posseiros, a expectativa de que teriam sempre suas reivindicações atendidas. Esta é a visão que, ainda hoje, tem do órgão um antigo ativista católico ligado à FCOF e que, à época, desenvolvia um trabalho de orientação junto à FLERJ.

Tal era também, ainda em 1963, a opinião do próprio governador fluminense, Badger da Silveira, particularmente em relação à gestão de João Caruso. Segundo o governador, o superintendente desenvolvia uma ação "*negativa*" no estado, instigando pessoalmente as ocupações de terras. Badger teria feito de núncias sobre a atuação de Caruso ao presidente João Goulart.(57)

A partir do levante de Capivari, em Duque de Caxias, ocorrido em junho de 1963, o governador passou a fazer carga aberta contra o superintendente. As suas pressões somaram-se às várias outras que se concentraram sobre João Caruso, inclusive as da FARERJ que o acusava de insuflar agitadores em Caxias, e que resultaram na sua demissão, que já vinha sendo esperada desde fins de maio.(58)

Badger declararia aos jornais, que a SUPRA incentivava a luta armada pela terra na Baixada. E o responsá-

---

(57) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 7/4/1964, p5. Entrevista com Badger da Silveira.

(58) O Estado de São Paulo, 22/5/1963, p3. Correio da Manhã, 26/6/1963, 1º caderno, p3. Entrevista com Badger da Silveira.

vel por isso era Caruso. Até ele assumir a direção da SUPRA, sustentava o governador, os movimentos camponeses no estado eram feitos de forma pacífica.(59) Por isso mesmo Badger, como ele próprio lembraria, telegrafaria a Jango denunciando o fato e pedindo providências:

> *"Tanto que chegou num ponto que eu passei um telegrama para o presidente João Goulart dizendo que o senhor João Caruso queria incendiar o interior do estado do Rio, que eu era contra a pedia uma providência. No dia seguinte ele foi demitido, e foi nomeado o Pinheiro Neto."*(60)

Na verdade, Badger, apesar de ser também ele um petebista, tinha problemas com o Governo federal e com a esquerda de seu próprio partido, que vinham ainda da campanha para as eleições de 1962 ao Governo estadual. Segundo ele, o Governo federal, incluindo-se o presidente João Goulart, não teria se empenhado pela sua vitória, esquivando-se de lhe prestar apoio ostensivo. E mais ainda, a esquerda do partido, tendo à frente Leonel Brizola, teria mesmo lhe hostilizado, apoiando a candidatura de seu principal opositor, Tenório Cavalcanti.(61) Políticos da Guanabara, como Roland Corbisier, vinham ao estado do Rio manifestar a sua simpatia por Tenório.(62)

---

(59) Jornal do Brasil, 21/6/1963, 1º caderno, p8. Tribuna da Imprensa, 21/6/1963, p5.

(60) Entrevista com Badger da Silveira.

(61) Entrevista com Badger da Silveira.

(62) Luta Democrática, 3/2/1962, p3.

Assim, à frente da SUPRA, João Caruso, vinculado ao grupo de Brizola, manteve uma linha de distância em relação ao governador Badger da Silveira. Caruso, quando vinha ao estado, com ele não se encontrava e, ao que parece, não havia uma tegração entre a SUPRA e o Plano de Ação Agrária do Governo estadual. Segundo Badger, as desapropriações eram feitas no Rio de Janeiro sem um contato prévio com o Governo estadual.(63)

Desta forma, parecia haver canais de comunicação diretos entre a SUPRA e as organizações camponesas fluminenses, e mais especificamente aquelas vinculadas à FALERJ, passando por cima do governador do estado. De fato, com a criação da Superintendência e com a concentração, nesta, da iniciativa das desapropriações e da elaboração de uma política agrária global, as reivindicações dos lavradores, que antes afluíam para o Plano Agrário, passaram a ter nela o seu destinatário. O governador Badger da Silveira, no entanto, não era visto como um veículo confiável para estas reivindicações uma vez que, constantemente, se manifestava de forma contrária aos rumos que a mobilização camponesa vinha assumindo no estado, principalmente com as ocupações de terras.

Caruso era visto de forma positiva pelos líderes da FALERJ, No Imbé, por exemplo, pretendiam eles denominar a área desapropriada de Núcleo Colonial João Caruso.(64)

---

(63) Entrevista com Badger da Silveira.

(64) Luta Democrática, 2/7/1963, p5.

A demissão de João Caruso e a nomeação, para o seu lugar, de João Pinheiro Neto, foi encarada como uma redefinição da investida reformista do Governo federal. Pinheiro Neto era mais próximo a Jango, e tinha um bom trânsito junto ao PSD mineiro, particularmente o ex-presidente Juscelino Kubitschek. Deve-se observar, como aponta Aspásia Camargo, que esta nomeação se deu no mesmo momento em que aquela seção do PSD, partido majoritário na Câmara, ameaçava romper com o Governo federal devido, entre outras razões, ao encaminhamento que vinha este buscando dar à questão agrária. (Camargo, 1981: 220)

A nomeação de João Pinheiro Neto para a direção da SUPRA, não pareceu mudar substancialmente a situação do órgão em relação ao Governo do estado do Rio. É certo, porém, que alguma integração começou a ocorrer a partir daqui, como o próprio Badger o admite.(65)

De fato, assumindo poucos dias após o levante de Capivari, João Pinheiro Neto já se mostrava disposto a conversar com o governador sobre este assunto. E em fins de julho de 1963, a SUPRA constituiria um Grupo de Trabalho que teria, como incumbência, a de esboçar uma estratégia de reforma agrária para a Baixada Fluminense, que seria executada conjuntamente com o Plano Agrário. Destas investidas resulta

---

(65) Entrevista com Badger da Silveira.
Também um antigo técnico da SUPRA lembra que, na gestão de João Pinheiro Neto, já se podia perceber algum nível de integração entre aquele órgão e o Governo estadual.

ria, em outubro daquele ano, a assinatura de um convênio entre a SUPRA e o Plano Agrário, pelo qual este receberia Cr$ 50.000.000,00 do Governo federal para que fossem aplicados na colonização das áreas desapropriadas.(66)

Ao mesmo tempo em que começava a desenvolver uma ação mais integrada com o Plano Agrário, tendo já à sua frente o padre Carvalho, a SUPRA, com João Pinheiro Neto, mantinha seus vínculos com o grupo da FALERJ. As desapropriações prosseguiram e, assim também, as acusações de que a Superintendência alimentava as ocupações no estado do Rio. Quanto ao processo de sindicalização rural, as organizações criadas pela FALERJ, assim como também esta própria, parecem ter sido beneficiadas, obtendo o seu reconhecimento.

4.5. Tenório Cavalcanti(67)

Não se pode deixar de mencionar, dentre as diversas forças que atuaram no campo fluminense, o grupo ligado ao então deputado Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque. Construindo sua liderança política na Baixada, mais especificamente a partir do município de Duque de Caxias, através do uso da violência e de mecanismos clientelísticos, Tenório procuraria afirmar-se também junto ao campesinato.(68)

---

(66) Correio da Manhã, 12/7/1963, 1º caderno, p4. Jornal do Brasil: 28/7/1963, 1º caderno, p24; 20/10/1963, 1º caderno, p29.

(67) Este item está amplamente baseado em trabalho anterior nosso. (Grynszpan, 1982)

(68) Para uma trajetória de Tenório Cavalcanti ver Israel Beloch. (1986)

A fama de homem violento, construída e habilmente utilizada por Tenório, e também por aqueles que o cercavam, encaixava-se bem na região a partir da qual ele despontou. Originário de Palmeira dos Índios, em Alagoas, Tenório foi para Caxias em fins de década de 1920, empregado como administrador de fazenda. Parte ainda de Nova Iguaçu, aquela região vinha, então, constituindo-se num forte pólo de atração populacional.

Vinda de outras regiões do estado e do país à procura de novas oportunidades de vida, esta população era ainda, basicamente, desenraizada. Por outro lado, na área onde se instalava, os serviços prestados pelo Estado, como a própria segurança, eram ainda bastante precários e disputados por grupos locais interessados em capitalizá-los politicamente. Foi neste quadro, manipulando estes elementos, que Tenório se afirmou enquanto lider pessoal.

Aliado a grupos excluídos do monopólio de poder local e, durante os anos 1930 e até o fim do Estado Novo, em oposição aos Governos estadual e federal, Tenório construiria seu prestígio pessoal através do clientelismo. Prestando assistência e segurança, não hesitando em empregar a violência, num ambiente em que seu emprego era legitimado, Tenório procurava mostrar-se como um personagem destemido, que não media esforços na luta pelos *"humildes e desprotegidos"*, contra os *"poderosos"*. Ele saberia, depois, reverter este capital acumulado de prestígio e favores em votos.

A este tipo de ação mais direta e localizada; Tenório conjugaria, após a queda do Estado Novo, a atuação parlamentar e, mais tarde, a jornalística. A conquista de postos eletivos mostrava-se fundamental para a consolidação e a ampliação de sua força política, implicando em maior acesso a recursos de poder e prestígio e, por outro lado, em maior liberdade de ação em função das imunidades parlamentares. A criação de um jornal que expressava seus interesses políticos - a Luta Democrática - somava-se a tudo isso, expandindo a área de penetração de seu discurso e legitimando sua atuação através da formação de uma opinião pública a ele favorável.

Em 1945, Tenório ingressaria na UDN, agremiação que só abandonaria no final da década de 1950 e pela qual se elegeria quatro vezes seguidas: em 1947, para a Assembléia Constituinte do estado do Rio, e em 1950, 1954 e 1958 para a Câmara Federal. Também em 1954 foi fundada a Luta Dmocrática , jornal que, a princípio, incorporou-se à linha udenista de oposição federal ao ainda vivo presidente Getúlio Vargas. Ao nível estadual, a Luta assestou suas baterias contra Amaral Peixoto, ex-interventor e então governador, e o seu partido, o PSD.

Já em 1960, fora da UDN, Tenório candidatou-se ao Governo do recém-criado estado da Guanabara pela legenda do Partido Social Trabalhista (PST). A eleição foi ganha pelo candidato udenista Carlos Lacerda, saindo também derrotado , desta forma, o forte candidato do PTB e das esquerdas Sérgio

Magalhães. Dividindo o voto popular com Sérgio Magalhães, a quem acusava de comunista e falso nacionalista, Tenório facilitaria a vitória de Lacerda por uma estreita margem de votos, como este próprio admitiria anos mais tarde.(69)

No ano seguinte ao da eleição na Guanabara, contudo, Tenório já estaria envolvido numa outra campanha, desta vez para o Governo do estado do Rio de Janeiro. Além do PST, sua legenda, apoiou-o também o Partido Trabalhista Nacional (PTN). Seus adversários eram: Miguel Couto Filho, concorrendo pelo PSP, Movimento Trabalhista Renovador (MTR) e a UDN; Edmundo de Macedo Soares, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Libertador (PL); Paulo Fernandes, pelo PSD, o PRP e o Partido Rural Trabalhista (PRT); e Badger da Silveira, pelo PTB e o Partido Democrata Cristão (PDC).

Tenório desenvolveu uma campanha em moldes populares e nacionalistas, polarizando com o petebista Badger da Silveira. Curiosamente, Tenório foi apoiado, além dos partidos oficiais, pela mesma esquerda que sempre atacara e que, conscientemente ou não, ajudara a derrotar na Guanabara. Tenório foi apoiado pelo PCB, por Francisco Julião, por diversas entidades de trabalhadores urbanos e pela própria FALERJ. Explicando as razões deste apoio ao jornal Terra Livre, atribuiu-o José Pureza às posições nacionalistas que o deputado

---

(69) Sobre o papel de Tenório nas eleições para o Governo da Guanabara em 1960 ver Israel Beloch. (1986: 134 a 147)

vinha tomando. Disse, ainda, que somente homens de coragem e sem compromissos com os latifundiários e os supostos donos de terra, poderiam resolver os problemas camponenses.(70)

Compareceram às urnas, no dia 7 de outubro de 1962, 903.857 eleitores. Seus votos foram assim distribuídos: 260. 841 para Badger da Silveira; 150.041 para Paulo Fernandes ; 108.822 para Miguel Couto Filho; 34.135 para Edmundo de Maced do Soares; 79.201 votos em branco e 46.083 nulos. Tenório obteve 224.734 votos, perdendo, assim,para o candidato petebista. (Estado do Rio de Janeiro, 1963) Sua votação, porém foi bastante expressiva, ainda mais se levarmos em conta que não concorreu por nenhum dos chamados grandes partidos. Tenório foi o segundo candidato mais votado e sua diferença para Badger foi de 36.107 votos, ou seja, menos do que o número de votos nulos. Obteve, ainda, uma votação superior à do candidato do PSD, partido que contava com uma longa tradição de predomínio na política fluminense.

Embora derrotado na disputa pelo Governo estadual , resultado que nunca aceitou, atribuindo-o sempre a fraudes e a irregularidades, Tenório beneficiou-se da possibilidade, então existente, de uma dupla candidatura. Ele conseguiu eleger-se, novamente, deputado federal.

---

(70) Terra Livre, agosto de 1962, p8.

Foi a partir desta campanha pela Governança fluminense que se começou a formar um vínculo entre Tenório e os lavradores. Isto pode ser claramente observado pelas posturas da Luta Democrática desde a sua criação até à campanha, bem como pela forma como Tenório é referido, neste período, por jornais de esquerda que cobriam a área rural do estado.

Ao nível mais geral, a reforma agrária, grande aspiração do campesinato e medida então vista como necessária por boa parcela da população, só começa a se tornar referência constante na Luta a partir do fins de 1961. Os termos preferenciais do jornal, e de Tenório, até ali, eram *"lei agrária"* e *"política agrária"*. Ou, quando era referida como uma necessidade, como num artigo de 1959 assinado pelo próprio deputado, ressalvas eram feitas. A reforma agrária brasileira não poderia ser uma simples importação de soluções adotadas em outros regimes, como os da Iugoslávia e do Egito. Ela não poderia implicar na *"desapropriação obrigatória da maioria das áreas cultivadas neste país."* O Brasil dispunha, segundo Tenório, de grandes extensões de terras devolutas onde núcleos de pequenos proprietários poderiam ser instalados, de acordo com normas modernas de colonização.(71)

É verdade que, desde a década de 1950, a Luta já era procurada por comissões de lavradores que iam denunciar amea

---

(71) Luta Democrática, 14/8/1959, p3.

ças de despejo e violências que estavam sofrendo. Tenório chegou mesmo a ir a algumas áreas onde ocorriam lutas, como Xerém, em fevereiro de 1955. Ali, ele esclareceu os lavradores de que, de fato, haviam perdido a questão na Justiça. Isto, porém, não implicava em que não se devesse pôr um fim nas violências que vinham sendo praticadas contra eles a mando dos grileiros.(72)

No caso da Fazenda Penha-Caixão, também no ramal de Xerém, a luta dos lavradores vinha sendo encaminhada pela ALF. A Luta Democrática assumia posição claramente simpática aos lavradores. Lamentava, contudo, "*que elementos sobejamente conhecidos e fichados como comunistas participem deste movimento.*"(73)

O próprio Tenório Cavalcanti seria, algumas vezes, acusado de grileiro por jornais de esquerda. Segundo Imprensa Popular, "*capangas*" do deputado vinham, em meados da década de 1950, pressionando e ameaçando os lavradores da Fazenda Papa-Folha, no quilômetro 24 da Rodovia Rio-Petrópolis.(74) Também O Semanário, num artigo assinado por Plínio de Abreu Ramos, denunciava, já em 1958:

---

(72) Luta Democrática, 3/2/1955, p9.

(73) Luta Democrática, 23/1/1955, p8 e 2.

(74) Imprensa Popular: 1/11/1955, p6; 20/4/1956, p6.

> *"Prossseguem os capangas de Tenório Cavalcanti empreitados pela empresa de Loteamentos 'Fazenda Capivari', localizada no Km 45 do ramal de Xerém, na incumbência de sobressaltar e intimidar os lavradores de Piranema, no segundo Distrito de Caxias."* (Ramos, 1958: 7)

Segundo o articulista, os "*capangas*" do deputado estariam incendiando plantações, roubando criações e impedindo a propaganda de Roberto Silveira ao Governo do estado. Na verdade, estas acusações devem ser relativizadas. As esquerdas, nas quais se poderia incluir a linha de O Semanário, apoiavam o nome de Roberto Silveira nas eleições de 1958. Já Tenório, apesar de udenista – e a UDN também compôs a frente que sustentou a candidatura de Roberto – preferiu apoiar o nome de Getúlio Moura, indicado pelo PSD. O apoio de Tenório ao candidato do partido ao qual, até então, havia dirigido suas mais pesadas críticas, deve ser entendido, como ressalta Israel Beloch, como uma tentativa de barrar a ascensão de Roberto, político também de características populistas, embora de trajetória diferente, e que competia na mesma faixa do eleitorado. (Beloch, 1986: 132)

Tais fatos nos sugerem que as posturas assumidas por Tenório Cavalcanti visavam garantir-lhe maiores ganhos políticos, podendo variar de acordo com a conjuntura. Elas contudo, deveriam atender não apenas às necessidades do momento, mas também possibilitar a realização de lances políticos futuros. Por outro lado, as denúncias de O Seminário, embora devam ser vistas como parte de uma acirrada disputa

eleitoral que, obviamente, gera acusações mútuas, apontam-nos para a ausência, ainda em 1958 de interesses mais claros de Tenório em relação ao campesinato. É esta ausência, ou o fato dos interesses não serem óbvios, que torna possível o aparecimento de tais denúncias, e que tenham elas credibilidade e repercussão.

É mais marcadamente a partir de 1961, quando deslancha a campanha eleitoral, que a cobertura das lutas no campo no estado do Rio, antes lacunar, se torna sistemática na Luta Democrática. E também a partir daqui, que o jornal assume uma postura explicitamente favorável às organizações camponesas e de defesa dos interesses dos lavradores. E não somente isso, mas Tenório passa, igualmente, a atuar em algumas lutas prestando seus serviços de advogado, como no caso da Fazenda São Lourenço, providenciando a soltura de lavradores presos, pressionando autoridades por soluções que favorecessem aos lavradores, e mesmo denunciando violências na tribuna da Câmara.

Deve-se atentar para o fato de que as lutas que atraíam as atenções de Tenório e da equipe de seu jornal eram aquelas pela posse da terra. Não era o cotidiano da produção no campo que interessava ao jornal. Poucas vezes eram ali mencionados os problemas diários, por exemplo, dos trabalhadores rurais da área de Campos ou dos colonos também do Norte fluminense. O que garantia o espaço no periódico era a mobilização e a luta pela terra. Era, portanto, para os posseiros, para a parcela em luta do campesinato fluminense, que

Tenório voltava suas atenções. Era para os posseiros que se destinava grande parte das medidas agrárias propostas pelo candidato Tenório Cavalcanti em seu programa de Governo na campanha de 1962.(75)

A aproximação entre Tenório e os posseiros insere-se, a nosso ver, na estratégia eleitoral do candidato ao Governo fluminense e nas alianças que ele então estabelece. Correndo por fora dos esquemas clientelísticos mais tradicionais do estado, controlados pelos grandes partidos como o PSD, Tenório cerrou fogo, em sua campanha, contra os chamados "*currais*" eleitorais. E era justamente para os camponeses livres da subordinação direta ao proprietário, e também dos "*currais*", que se dirigia o candidato.

Nesta aproximação, um setor privilegiado foi a FALERJ, que adotou posição explícita de apoio à candidatura de Tenório para o Governo do estado em 1962. A Luta Democrática se transformou num eficiente veículo para os comunicados e denúncias da Federação, bem como para a difusão das suas atividades. Suas lideranças eram presença constante nas páginas do jornal.

Segundo um dos nossos informantes, que foi à época uma peça central na ação do grupo de Tenório no campo, não teria sido a busca de votos o que levou à aproximação deste com os camponeses. E isto até mesmo porque, numericamente, eram poucos os seus votos, dado o alto grau de analfabetismo

(75) Ver Luta Democrática, 12 e 13/8/1962.

existente entre eles. Embora este argumento seja consistente ele, por várias razões, deve, a nosso ver, ser relativizado. Em primeiro lugar porque é suficientemente conhecida, e o próprio Tenório a denuncia, a existência de "*currais*" eleitorais no campo. Sabe-se da importância dos votos dos moradores das fazendas para a eleição dos candidatos apoiados pelos proprietários. Em segundo lugar, a presença nas áreas de litígio, durante a campanha, também do outro candidato que concorria na faixa popular, o petebista Badger da Silveira, sugere ter havido, de fato, uma disputa por aqueles votos.(76) Além disso, segundo o Jornal do Brasil, na rebelião que houve em São José da Boa Morte, Cachoeiras de Macacu, em fins de 1961, boa parte dos lavradores usava distintivos da propaganda de Tenório.(77) Finalmente, é preciso ressaltar que, mesmo que a notícia do Jornal do Brasil fosse um exagero, mesmo que não houvesse um interesse direto pelos votos dos camponeses em si, ainda assim, a defesa destes e da reforma agrária, naquele contexto, parecia render sufrágios ao menos nas cidades. E mais, tal postura era necessária para a manutenção das alianças eleitorais que o candidato havia tecido com setores de esquerda.

---

(76) O candidato Badger da Silveira tentou, por exemplo, entrar na Fazenda São Lourenço, quando da resistência armada que ali ocorreu em agosto de 1961. (Jornal do Brasil, 20/8/1961, 1º caderno, p8) Quando houve a desapropriação da área, feita pelo então governador Celso Peçanha, inclusive, o jornal Última Hora noticiou o fato como se tivesse sido fruto da intervenção daquele candidato. (Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 21/8/1961, 2º caderno, p1.)

(77) Jornal do Brasil, 22/11/1961, 1º caderno, p5.

É certo, contudo, que os interesses de Tenório com relação aos posseiros extrapolavam o momento do pleito de 1962 em si. Se a aproximação mais efetiva se iniciou a partir daqui ela, por outro lado, não findou com a derrota de Tenório para Badger da Silveira. Pelo contrário, a Luta Democrática manteve sua posição favorável aos lavradores e, mais ainda, um grupo ligado ao jornal e ao deputado intensificou, junto àqueles, um tipo de ação que ia bem além da mediação com as autoridades e da cobertura das lutas. Este grupo passou a incentivar, e mesmo a promover, resistências e ocupações de terras. Aqui, no entanto, ao contrário do período da campanha eleitoral, não era mais o deputado em pessoa que estava à frente das ações. Seu nome, é claro, continuava sendo constantemente referido pela Luta, mas era seu primo e secretário particular, Paulo Valente, quem atuava diretamente e, segundo o jornal, por delegação de Tenório.

O que está em jogo aqui, a nosso ver, é a formação de uma máquina tenorista no campo, a partir de esquemas clientelísticos semelhantes aos que estão na base da afirmação da liderança urbana de Tenório em Duque de Caxias. Tratava-se de afirmar não tanto as organizações camponesas, mas muito mais a personalidade de Tenório. Como executor deste projeto estava Paulo Valente.(78)

---

(78) Segundo Maria do Carmo Cavalcanti Fortes, filha de Tenório, seu pai, envolvido com as questões da Câmara, em Brasília, ignorava o que se passava no Rio de Janeiro e na Luta Democrática. Aproveitando-se disso, Paulo Valente, em seu nome, insuflava lavradores a tomarem terras. (Fortes, 1986: 209)

A justificativa que um importante elemento do esquema de Tenório no campo dá, hoje, para sua atuação, é bastante eloqüente. Ele parte de uma comparação entre a Baixada, *"terra de aventureiros"*, e o Nordeste, terra de poderosos e respeitados *"caudilhos"*. Não havia, na Baixada, uma estrutura social rural como a do Nordeste onde o proprietário, detentor de um grande poder, era também o guardião da tradição e benfeitor de seus moradores. Amado e admirado por estes, o proprietário era também a garantia de sua segurança. Desta forma, o lavrador sentia-se até orgulhoso de dizer ser *"cabra"* deste ou daquele coronel.

Na Baixada já não havia esta tradição. A terra aqui, segundo ele, era controlada por grileiros, aventureiros, exploradores do jogo e do lenocínio. Sem um referencial como o dos coronéis nordestinos, os lavradores, diante dos grileiros, eram totalmente impotentes e desprotegidos. A solução, portanto, seria instaurar um sistema de autoridade semelhante ao do Nordeste em que, diante dos poderosos grileiros, o camponês se sentisse amparado, sentisse que tinha alguém para protegê-lo, alguém que provocasse o temor naqueles que o ameaçavam. Este alguém seria Tenório Cavalcanti:

> *"É que todo mundo tinha medo do Tenório. Sabia que se tocasse nele, em alguém de le, morria. E aqui nestas... neste país onde campeia a ignorância, é a lei do mais forte. E como eles usavam lá a lei do mais forte, ninguém podia ir de veia na mão; iamos de metralhadora. Então, os camponeses que viviam completamente abandonados — porque a polícia estava com o grileiro, o juiz com o grileiro, as autoridades com o grileiro, entendeu como é*

> *a coisa? Não tinha famílias tradicionais como no Nordeste, porque no Nordeste o camponês pode dizer o seguinte... Hoje não dá mais, mas na época, nos anos 1950, quando o latifundiário dava uma terrinha para ele plantar, ninguém tocava porque ele dizia: — Isso é a terra do seu coronel Chico Audário; é a terra do coronel Chico Romão. Ninguém tinha coragem de entrar lá porque respeitava o nome do caudilho. Esse reflexo que transmite ao pobre infeliz, da autoridade de sentir até com força de enfrentar o delegado. Aqui não existe isso. Quem é que vai responder é... respeitar esses trapaceiros? A polícia do estado só respeitava Tenório, que era homem forte e violento. Então eu disse: — Ô Tenório, agora nós vamos passar a defender essa gente."*

E como é que esta ação, esta defesa deveria ser feita? Fortalecendo as organizações camponesas? Armando os lavradores? Não, através de seu próprio grupo de homens. Afinal, prossegue aquele mesmo informante, os líderes camponeses "*eram homens humildes, simples, entendeu? Eles não sabem nem entrar num ministério.*"

Na execução do seu projeto, entretanto, ao procurar afirmar-se como liderança maior, ao procurar substituir as organizações camponesas, ao promover ocupações de terras, o grupo tenorista terminaria se constituindo num competidor daquelas organizações. Embora não se perceba uma oposição explícita entre ele e sua antiga aliada, a FALERJ, é claro um resfriamento, e mesmo a existência de algumas tensões, nas relações entre os dois. A Federação e suas lideranças, presenças constantes na Luta Democrática, vão lentamente, a partir de meados de 1963, deixando de ser mencionadas nas ma-

tórias do jornal.

4.6. As Ligas Camponesas

O movimento das Ligas Camponesas, originário do Nordeste, e que tinha no deputado Francisco Julião sua principal liderança, não parece ter alcançado muita força ou organicidade no estado do Rio. As referências à sua presença em território fluminense são poucas e, muitas vezes, desencontradas. Elas começam a surgir apenas nos primeiros anos da década de 1960, momento que coincide com a investida da cúpula do movimento, no sentido de expandí-lo nacionalmente.(79)

Em meados de 1961, os jornais noticiam a criação de uma Liga Camponesa em Barra Mansa, a primeira do estado, formada em moldes e com objetivos idênticos às de Pernambuco. Tendo por base a Fazenda Santo Antônio, onde pequenos lavradores endividados vinham sendo ameaçados de despejo, seu líder era o rodoviário e vereador local Osvaldo Carminatti, referido pelo articulista Rubens de Oliveira, do jornal Última Hora, como o *"Julião de Barra Mansa"*. (Oliveira, 1961: 15)

O município de Barra Mansa, contudo, não se afirmaria como um centro irradiador de Ligas Camponesas no Rio de

---

(79) Sobre as diferentes fases por que passou o movimento das Ligas Camponesas ver Aspásia Alcantâra de Camargo. (1973)

Janeiro, e nem seu "*Julião*" se constituiria numa liderança estadual do movimento. Pelo contrário, alguns elementos mais próximos a Francisco Julião no estado do Rio negam que à primazia na criação de Ligas, aqui, tenha cabido a Barra Mansa, e atribuem-se a Cachoeiras de Macacu. Além disso, quando perguntados sobre os componentes do movimento no estado, o nome de Carminatti nem ao menos é mencionado.

A Liga de Cachoeiras de Macacu foi criada em 1962, e seu patrono era Ubirajara Muniz que, naquele mesmo ano, elegeu-se prefeito daquele município pelo PTB. Julião já havia realizado algumas visitas à área rural de Cachoeiras desde 1960, quando ali fêz uma palestra sobre sua viagem a Cuba.(80) Foi na campanha de 1962, no entanto, que se teria estabelecido o vínculo entre Ubirajara Muniz e Julião.(81)

Em junho de 1962, o jornal O Semanário que, até aquele ano, quando foi criado o periódico Liga, expressava as posições do movimento, noticiava a formação de mais uma primeira Liga Camponesa do estado, esta no município de Campos. Dizia a manchete: "*Ligas Camponesas instalam-se oficialmente no estado do Rio*". A entidade criada, chamada pelo jornal, inclusive, de "*Liga Matriz do Estado do Rio de Janeiro*", tinha como um de seus principais organizadores o funcionário da

---

(80) Terra Livre, junho de 1960, p2.

(81) Dados de entrevista.

Companhia de Energia Elétrica João Batista Coelho, conhecido como João Guarda, que participaria da ocupação da área do Imbé.(82)

Por vezes, grupos de lavradores se autodenominavam Ligas Camponesas, ou mesmo eram chamados assim pelos jornais, inclusive, em alguns casos, pelo próprio Liga, sem que tivessem vínculos consistentes e duradouros com o movimento de Julião. Tal ocorreu, por exemplo, na ocupação da Fazenda Paraíso, em Nova Iguaçu, em 1963, que, segundo Liga, foi uma iniciativa da Liga Camponesa de Tinguá, liderada por Davi Vasconcelos Miranda, conhecido como Davi Barbudo.(83) Pouco tempo depois, entretanto, perguntado pela revista O Cruzeiro sobre suas ligações com Julião, Barbudo responderia: "Que nome *fcio seu reporter. Julião não é líder de nada; não acredito nele.*"(84)

Parece-nos, a partir do que foi visto, que a atuação das Ligas Camponesas na área rural do estado do Rio era, nos anos que precederam o Golpe de 1964, ainda bastante in-

---

(82) O Semanário, 7/6/1962, p11.
Em seu livro Que são as Ligas Camponesas, Francisco Julião, ao dar um exemplo de como se constituíam e estruturavam aquelas organizações, transcreve, justamente, o estatuto da Liga criada em Campos. Segundo ainda o livro, esta organização tinha jurisdição para todo o estado do Rio, ficando sua sede e foro em Campos. (Julião, 1962: 88)

(83) Liga, 13/3/1963, p3.

(84) O Cruzeiro, 6/4/1963, p26.

cipiente e mesmo inconsistente. Tal impressão é reforçada pelo relato da ocupação do Imbé é feito, hoje, por um dos então responsáveis pelo setor de campo das Ligas no estado e assessor da Liga de Campos. Segundo ele, teria sido a sua organização que preparou a ocupação, mas quem a executou foi a FALERJ. A razão disso, ainda de acordo com ele, teria sido a própria deficiência das Ligas, que não tinham estrutura para sustentar o movimento. E este mesmo informante conclui:

> *"O estado do Rio foi muito em função da questão política. As ligas eram baseadas mais, sobretudo, no Nordeste."*

Apesar disso, apesar de seu caráter inicial e ainda desarticulado, apesar de não se constituírem numa séria ameaça às outras organizações que atuavam no estado, as Ligas Camponesas foram uma referência obrigatória para estas organizações. Alcançando notoriedade nacional a partir do Nordeste, afirmando-se como movimento político, as Ligas obrigavam os demais grupos a posicionarem-se em relação a elas, marcando suas diferenças. E isso era tanto mais claro, por exemplo, no estado do Rio, quanto o movimento camponês fluminense assumia um caráter mais marcadamente político. Este assunto, no entanto, será tratado no capítulo seguinte.

5 - COMPETIÇÃO E RADICALIZAÇÃO

Certamente, o quadro de agentes atuantes no campo fluminense, entre 1950 e 1964, e em particular a partir do início dos anos 1960, não se restringia apenas ao que foi tratado no capítulo anterior. Eram eles, no entanto, os que mais peso tinham, os que mais recorrentemente marcavam sua presença, e os que mais visibilidade alcançavam no noticiário jornalístico. Seu caráter diverso, suas relações de oposição e de aliança, indicam uma competição em torno do campesinato fluminense, tendo, cada agente, recursos, envolvimento e interesses diferentes.

Em outros termos, não se tratava de uma disputa homogênea. Os agentes ocupavam posições diferentes dentro deste campo de lutas que era o estado do Rio de Janeiro, o que implicava, também, em diferentes interesses e formas de intervenção.

É preciso observar que não estamos diante de uma simples disputa por clientelas, e que esta disputa, na prática, não incide diretamente sobre o campesinato como um todo, apesar de ser ele a referência. O reconhecimento de um novo ator político implica também, ao que nos parece, no reconhecimento de suas ações como sendo políticas. Desta forma, no caso do campesinato, o seu reconhecimento produziria, igualmente, uma diferenciação política, visto que nem todos os camponeses agem politicamente. Ocorre, porém, que, ao se diferenciar, a parcela do campesinato que se mobiliza, que age politicamente,

contribui para quebrar as imagens traidicionais que se tem do campesinato como um todo e, assim também, conformar uma nova feição para este grupo social. Este trabalho de generalização, no entanto, é feito por aqueles que se afirmam enquanto representantes dos camponeses, por aqueles que falam em seu nome.

Destarte, o controle da parcela do campesinato que se mobiliza é, a nosso ver, estratégico para a própria conformação da identidade do campesinato como um todo. Em torno daquela parcela, portanto, é que se dão as principais disputas entre os grupos interessados em impor diferentes representações para o campesinato.

No caso do estado do Rio de Janeiro, quem se diferenciou foram os posseiros, os lavradores em luta. Em torno deles é que se estabeleceu a disputa.

Já vimos que eram os posseiros, basicamante, que compunham a FALERJ. Era para eles também, no entanto, que se dirigia a FLERJ e, através dela, num primeiro momento, o Governo Roberto Silveira, e depois a FCOF. Da mesma forma, eram eles o alvo principal das intervenções do Governo João Goulart na área rural do estado do Rio. Os posseiros participaram das ações das Ligas no estado e, finalmente, foram eles que atraíram as atenções de Tenório Cavalcanti e seu grupo.

Bastante acirrada, esta disputa, no estado do Rio, terminou por alimentar ainda mais a mobilização camponesa. Na competição com os demais, alguns agentes foram empurrados para além de seus objetivos programáticos iniciais e, mais ain-

da, levados a promover a mobilização para marcar a sua força frente aos outros. É fundamentalmente a partir deste processo que, ao que nos parece, podemos entender a radicalização que se observa nas lutas no campo no Rio de Janeiro no início dos anos 1960.

5.1 - Duas representações conflitantes

Dois pólos na disputa pela representação do campesinato fluminense, pelo poder de falar e agir em seu nome, eram aqueles que reuniam, de um lado, FALERJ e PCB, e, de outro, FLERJ e FCOF. Na sua competição, os dois grupos se apresentariam com diferentes discursos e formas de atuação.

Formação, promoção e conscientização pareciam ser palavras-chaves no discurso circulista. Segundo um antigo ativista, que teve destacada atuação junto aos lavradores, o trabalho dos Círculos "*apenas consistia em ajudá-los na formação e na preparação da capacitação, do mesmo, do elemento, para participar, ativamente, na vida social e sindical.*" A idéia era de "*conscientizar o cidadão para uma participação efetiva, capaz, amadurecida de defender os seus direitos*". Esta conscientização desembocava na necessidade de organização, de constituição de um sindicato para a defesa dos direitos.

Para os circulistas, o sindicato deveria ser "*um meio através do qual os trabalhadores realizem sua promoção econômica, profissional e cultural.*"(1) Por isso mesmo, eles pode-

(1) Conclusões do VIII Congresso Nacional dos Círculos Operários. 1962. Coleção Eduardo Príncipe.

riam funcionar, também, como um antídoto contra o comunismo. Havia um projeto de criação de um Centro de Treinamento de Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro (CETTRERJ) que, como uma de suas justificativas, dizia:

> *"Para tal fim é que foi planejado o CETTRERJ (Centro de Treinamento de Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro): para criar uma mentalidade nova na zona rural. Para ensinar os ruricolas a se organizarem, a se unirem, a lutarem por uma vida melhor, sem necessidade de comunismo, mas, ao contrário, dentro do espírito democrático e cristão."* (2)

Procurando diferenciar, hoje, o trabalho então desenvolvido pela FCOF junto aos lavradores, daquele encaminhado pelos comunistas, um antigo ativista católico nos indica uma ênfase no indivíduo:

> *"E, daí, partia a necessidade de, também ajudar desse lado, promovendo, ajudando o indivíduo, realmente, a criar suas organizações, sem essas intervenciências de quem quer que seja, e autênticas. O indivíduo realmente fosse o diretor do seu destino."*

A família também parecia ocupar um lugar central no discurso circulista. Ainda dentro do projeto de criação do CETTRERJ, que tinha como uma de suas metas a formação de "*líderes rurais*" que seriam elementos irradiadores dos princípios ali aprendidos, dizia-se que os programas de treinamento receberiam sempre cásais. Enquanto o marido seria orientado em atividades agrícolas, sindicalismo e cooperativismo, às mulheres seriam ensinadas, entre outras coisas, economia do-

(2) Centro de Treinamento de Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro (CETTRERJ). pl. Coleção Eduardo Martins.

méstica, higiene e alimentação. A razão disso, estava na convicção de que era preciso "*cuidar das comunidades rurais a partir da célula-mater da sociedade, que é a família.*"(3)

Havia, portanto, duas visões de mundo diferentes embasando as linhas que se procurava imprimir à FLERJ e FAERJ. Tratava-se, para a FCOF, de conscientizar o indivíduo para a busca de uma melhor posição na ordem social vigente. E para tanto, um instrumento privilegiado era o sindicato cuja função consistia, justamente, na promoção econômica, profissional e cultural. Assim, dentro desta concepção, a luta sindical era, basicamente, uma luta econômica, de defesa do trabalho e dos interesses específicos dos lavradores.

Ao que nos parece, uma proposta como esta da FCOF terminava circunscrevendo o âmbito da atuação dos lavradores ao próprio campo, reforçando o seu isolamento e a sua exclusão. A ênfase nas "*comunidades rurais*" e o emprego de categorias tradicionais como "*rurícolas*", para se referir aos camponeses, são indicadores disso.

Quanto aos comunistas, a sociedade, para eles, não se compunha de famílias, mas sim de classes que se opunham entre si. Desta forma, o centro do seu discurso era o grupo social. E ao grupo, o que caberia, dentro deste projeto, era o rompimento com a ordem social vigente, ao invés de tentar buscar uma localização melhor na sua estrutura hierárquica. Assim sendo, a conscientização, aqui, estaria referida, justa-

---

(3) Ibidem.

frente, à quebra da adesão à ordem estabelecida. A atuação do campesinato, portanto, não se restringiria ao campo, estando inserida num processo mais amplo de transformação social. E, neste processo, as organizações camponesas, vistas como instrumentos de participação política, teriam um papel fundamental.

A estas diferentes concepções corresponderiam, também, diferentes estilos de atuação. Segundo o relatório anual de 1962 da diretoria da FCOF, as suas atividades no setor rural, executadas juntamente com a FLERJ, consistiam na fundação de sindicatos e na assistência aos lavradores. Esta assistência era moral, material e, principalmente, jurídica.(4) Ações como as ocupações de terras eram condenadas. À frente do Plano Agrário, o padre Carvalho procurava deslegitimá-las insinuando, inclusive, que atendiam aos interesses de proprietários que queriam se desfazer de suas terras.(5)

Segundo um antigo ativista dos Círculos, a FCOF e a FLERJ procuravam agir sempre de forma pacífica, através de

---

(4) Relatório da Diretoria da Federação dos Círculos Operários Fluminenses. 1963. p3. Coleção Eduardo Príncipe.

(5) No início de março de 1964, o padre Carvalho fazia a seguinte declaração:

> "As *invasões de terras estão tumultuando o trabalho de colonização e servindo de campo a especulações de toda ordem, havendo até proprietários de terras que entraram em entendimentos com profissionais de invasões, para promoverem a tomada das terras das quais pretendem desfazer-se.*" Jornal do Brasil, 4/3/1964, 1º caderno, p4.

meios legais. E o mesmo é dito por um ex-presidente da FCOF, ao descrever os seus objetivos e os da FLERJ:

> *"Obter terra ao camponês, obter uma legislação justa e humana para o camponês, obter melhores condições de trabalho, melhores condições de vida para o camponês, enquanto o discurso... Mas nisso aí a gente, vamos supor, se pegava no caminho de legislação. Então, procurava, nós tínhamos advogados, não é isso, para examinar a lei, etc."*

Vemos, portanto, que havia uma clara oposição entre este tipo de atuação, e aquele desenvolvido pela FALERJ e os comunistas. Não que estes não apelassem para as leis e a Justiça. Muito pelo contrário, faziam-no. Mas faziam denunciando o envolvimento que, segundo eles, havia entre a Justiça e os grileiros. Faziam-no, mas não como recurso privilegiado, e sim de forma articulada com outros recursos, como por exemplo as manifestações nas cidades. Seu recurso privilegiado parecia ser a ação direta, através das resistências e das ocupações. E era nestas ações, nestas lutas que, para eles, se daria a conscientização dos lavradores. Por isso mesmo é que boa parte das suas organizações era formada a partir das próprias lutas.

A reflexão de Pierre Bourdieu sobre a questão da representação política, pode nos ser útil para entender as disputas entre FCOF e FALERJ, por um lado, e PCB e FALERJm por outro. Segundo o autor, é, em grande parte, pelo trabalho de representação, que os grupos são formados ou transformados, que assumem uma determinada identidade. Assim, na competição entre agentes do campo político pelo monopólio da representação

de um grupo social, estariam em jogo, também, diferentes identidades para este grupo e, da mesma maneira, diferentes formas de percepção e de expressão do mundo social. Dito de outra forma, a luta pela representação estaria referida à própria transformação, ou não, do mundo social.(6)

Assim, nas disputas entre aqueles dois grupos, jogava-se não apenas diferentes visões do mundo social, mas também diferentes formas de atuar neste mundo. Jogava-se, enfim, a própria possibilidade de rompimento da ordem social estabelecida. E neste processo de competição, em que as forças buscavam afirmar-se enquanto porta-voz legítimo, fiel intérprete dos interesses dos camponeses, cada uma delas mostrava-se como mais autêntica. Isto significava, ao mesmo tempo, tentar estigmatizar a sua opositora.

É interessante que, perguntados hoje sobre as diferenças entre a sua atuação e a dos comunistas, antigos circulistas as apontam não nos objetivos perseguidos, mas sim nos métodos empregados para alcançá-los. Uma forma de agir, aquela seguida pela FCOF, era a de preparar o camponês para uma defe

---

(6) Diz Pierre Bourdieu:

> "*La lutte qui oppose les professionnels est sans doute la forme par excellence de la lutte symbolique pour la conservation ou la transformation du monde social par la conservation ou la transformation de la vision du monde social et des principes de di-vision de ce monde; ou, plus précisément, pour la conservation ou la transformation des divisions établies entre les classes par la transformation ou la conservation des systemes de classement qui en sont la forme incorporée et des institutions qui contribuent à perpétuer le classement en vigueur en le légitimant.*" (Bourdieu, 1981:8)

sa madura e consciente de seus direitos. A outra, segundo um ativista que atuou na assistência aos sindicatos rurais, era aquela empreendida pela esquerda, e que compreendia ações *"desordenadas e precipitadas, em alguns casos não eram amadurecidas, antes, numa preparação do indivíduo para atuar [...] na perseguição, objetivação de seus interesses."*

A FALERJ, ainda segundo este ativista, agia de forma açodada, procurando soluções imediatistas através de posturas radicais. Tornava-se necesário, por isso mesmo, desenvolver um trabalho mais consistente junto ao lavrador, o que foi feito pelos Círculos.

Um ex-presidente da FCOF desenvolve seu argumento neste mesmo sentido, ressaltando que os objetivos de terra, e vida condigna para o camponês eram comuns tanto aos comunistas quanto aos circulistas. Só que, enquanto estes se apegavam aos advogados, à lei, aqueles propunham a confrontação. Além disso, o PCB pretendia transformar o movimento sindical rural *"numa correia de transmissão do Partido e o movimento circulista não tinha essa preocupação de atrelar."* Ou seja, *"nós não tínhamos essa preocupação de que a Igreja tivesse o comando, ou o Círculo ou a Igreja tivesse o comando do movimento. Não, achava o seguinte: é uma questão estritamente ligada ao camponês."*

Tal não parecia, no entanto, ser a opinião das antigas lideranças da FALERJ, para quem a FLERJ era uma *"federação fantasma"*.(7) Para um antigo presidente da FALERJ, a FLERJ

(7) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 29/11/1960, p1. Ver também José Pureza. (1982:39)

... uma federação de *"direita"*, que não contava com a simpatia ... massa dos lavradores. E isso porque, apesar de, aparente - ...nte, defender os lavradores e a reforma agrária, *"era uma ...deração mais teórica do que prática. Porque ela não fazia co... nós. Os elementos que compunham essa federação de direita... ...la não ia para o campo, ela não enfrentava os jagunços, e ...s enfrentávamos todos eles, entendeu?"*

Embora pudesse haver objetivos aparentemente comuns nos dois grupos, eles ganhavam, na verdade, sentidos e conteúdos diferentes em cada um dos projetos em disputa. E essas diferenças mais profundas podem ser percebidas pelo próprio fato de que, apesar de agentes de ambos os lados referirem-se a autenticidade, são diversas as noções que os informam. Para uns, tratava-se de promover uma conscientização anteriormente à ação, sendo que esta ação, por sua vez, deveria se dar estritamente dentro dos marcos legais, através da mediação de um advogado. Já para outros, a autenticidade estaria na ação direta, na luta através de resistências e ocupações.

Várias foram as formas através das quais as disputas se desenvolveram. Pareciam ser comuns, por exemplo, as reuniões paralelas, em locais próximos e no mesmo horário, de maneira a esvaziar os encontros promovidos pelo adversário.(8) As próprias ocupações contribuíram para que a FALERJ conseguisse estabelecer bases em áreas controladas por organizações ligadas à FLERJ.

---

(8) Dados de entrevista.

Tal parece ter sido o caso de Itaguaí, onde havia uma associação de lavradores vinculada à FLERJ. A já vista ocupação do Núcleo Santa Alice, naquele município, em 1962, foi liderada pela Associação dos Lavradores de Pedra Lisa, de Nova Iguaçu, tendo à frente Bráulio Rodrigues, então um dos dirigentes da FALERJ.

O caso da ocupação do Imbé, em Campos, também é bastante eloquente. O Sindicato dos Empregados Rurais de Campos, ligado à FLERJ quando daquela ocupação, já atuava no município há vários anos. Para os antigos dirigentes da FALERJ, contudo, o Sindicato atuava somente entre os trabalhadores assalariados das usinas, restringindo-se à defesa de reivindicações específicas como legislação trabalhista, férias e salário mínimo. Desta forma, as demais categorias de trabalhadores rurais do município não tinham como encaminhar as suas reivindicações ou quem as representasse. Justificava-se com isso, como podemos ver pelo relato de José Pureza, uma intervenção da Federação na área:

> *"O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, atuava apenas no sentido de estender a legislação trabalhista para o campo e exigir seu cumprimento pelos patrões. Nós da FALERJ achávamos necessário apoiar também uma luta pela distribuição de terras aos trabalhadores desempregados.*
>
> *Diante desses fatos a diretoria da 'Federação' decidiu atuar em Campos, enviando-me para o Imbé."* (Pureza, 1982:75)

A competição, aqui, é suavizada pela retórica de uma pretensa divisão do trabalho de representação. O que vê, contudo, é que pouco tempo após a ocupação, foi criado, a partir

dela, um Sindicato dos Pequenos Lavradores e Produtores Autônomos de Campos. Seu presidente era José Pureza e o tesoureiro Itamar Joel Miranda, que também havia vindo, da mesma forma que Pureza, de Duque de Caxias. Mais ainda, segundo o jornal Última Hora, a criação deste sindicato teria sido decidida logo nos primeiros dias da ocupação, num encontro ali ocorrido entre dirigentes da FALERJ e Nestor Vera, secretário da ULTAB.(9) E finalmente, um outro detalhe interessante é que, alguns meses depois, em janeiro de 1964, o Sindicato dos Empregados Rurais de Campos mudaria seu nome para Sindicato dos Trabalhadores Rurais, de forma a poder incluir em seu quadro social também os trabalhadores autônomos.(10)

Na sua disputa, cada uma das federações contou, ao longo do tempo, com diferentes recursos. Um deles foi o Plano Agrário. Após a morte de Roberto Silveira, a FLERJ tornaria a ocupar posição favorável diante do Plano apenas no Governo de Badger da Silveira. Até ali, a FALERJ é que conseguiria assenhorar-se dos dividendos políticos da ação do orgão. É preciso ter em conta, entretanto, que os vínculos que a FALERJ teve com o Plano Agrário, durante um certo período, não eram

---

(9) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 17/4 / 1963, p3. Luta Democrática, 18/6/1963, p5.

(10) Correio da Manhã, 10/1/1964, 1º caderno, p10.

De acordo com a Portaria nº 531, de 11 de novembro de 1963, que regulamentava a formação de sindicatos rurais, a entidade que congregasse, no mínimo, três categorias, deveria chamar-se Sindicato dos Trabalhadores Rurais, seguido do nome do respectivo município. No caso de serem menos de três categorias, o nome deveria ser Sindicato dos Trabalhadores, acrescido da indicação da categoria e do município. Diário Oficial da União, 20/11/1963, p9792.

tão diretos, e nem tão explícitos, quando os da FLERJ. Esta federação foi criada por intervenção de Roberto Silveira e de Áldio Leite. Além disso, o padre Carvalho era assistente da FCOF que, como vimos, passou a orientar a FLERJ a partir do Governo Celso Peçanha.(11)

Segundo os setores mais próximos à FALERJ, o padre Carvalho atuava, basicamente, de duas formas. Uma delas era ir pessoalmente, ou enviar representantes seus, às diversas áreas e tentar convencer os lavradores a abandonar as organizações vinculadas àquela federação. Tal teria ocorrido em Duque de Caxias onde, de acordo com denúncia da Associação dos Lavradores local encaminhada ao jornal Luta Democrática, o padre, logo após a sua posse no Plano Agrário, vinha percorren-

---

(11) Antigos dirigentes dos Círculos Operários são bastante enfáticos ao afirmarem, hoje, que o Plano Agrário, tendo à sua testa o padre Antônio da Costa Carvalho, não foi utilizado para favorecer a posição dos Círculos e, assim também a da própria FLERJ. Mesmo que isto não ocorresse, no entanto, há diversas indicações de que o padre Carvalho procurava neutralizar o trabalho da FALERJ. É preciso notar, ainda, que a direção do Plano Agrário conferia ao padre um acesso aos jornais, e mais, uma autoridade, que garantiam peso e repercussão às suas recorrentes investidas no sentido de deslegitimar ações como as ocupações de terras. Além disso, a distribuição de alguns recursos e benefícios para os camponeses, através do Plano, poderia incrementar a popularidade e a credibilidade do padre o que, por si só, num quadro de acirrada competição como o que se esboçava, já representava uma ameaça para seus opositores. Por isso mesmo é que, parlamentares de esquerda, como Élzio Ramalho e Afonso Celso Nogueira Monteiro, denunciavam que o padre havia transformado o Plano Agrário num orgão de catequização dos camponeses e de esvaziamento de suas organizações. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 7/3/1964, seção II, p4.

do diversos núcleos do município conclamando os lavradores a que se afastassem daquela entidade já que, dali em diante, a assistência ao campo seria prestada por ele.(12)

Outra forma de atuação era, como ocorreu na Fazenda Vargem Grande, em Itaboraí, através da distribuição, pelo Plano Agrário, de recursos e implementos agrícolas. O Plano dispunha de recursos concedidos pela SUPRA para que fossem utilizados nas áreas desapropriadas que seriam colonizadas. Uma destas áreas era, justamente, a Fazenda Vargem Grande, que recebeu ferramentas e sementes. No início de janeiro de 1964, contudo, algumas pessoas ligadas ao Sindicato dos Lavradores de Itaboraí invadiram a casa onde se encontrava aquele material, dali o retirando. O presidente do Sindicato, João Correia de Paula, confirmava este fato argumentando, porém, que não se tratava de um roubo, como o Plano Agrário queria mostrar. Segundo ele, pelo convênio com a SUPRA, o Plano deveria vender aquele material aos lavradores a preços módicos. O padre Carvalho, no entanto, teria entregue a comercialização dos artigos, em Itaboraí, a particulares que o estavam fazendo a preços extorsivos.(13)

Na versão de um outro líder local, no entanto, o Sindicato de Itaboraí tinha outras preocupações além do preço. E

---

(12) Luta Democrática, 3/8/1963, p5.

(13) Jornal do Brasil, 9/1/1964, 1º caderno, p3. Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro: 15/1/1964, p3; 16/1/1964, p2.

pelo contrário, os preços aqui não aparecem como extorsivos , sendo outra a justificativa para aquela ação. Diz ele:

> "*A idéia dele (do padre Carvalho) era montar uma cabeça-de-ponte no meio de Vargem Grande para dividir o movimento. Então, botou lá uma senhora com o marido, que era a ligação dele, para dali desenvolver um trabalho. Era ele no Plano Agrário. Começa a vender ferramentas baratinho, doar sementes e isso e aquilo, que é para ir ampliando o trabalho. Só que antes deles conseguirem isso, a turma foi lá e arrebanhou.*"

O que se mostra é que o padre procurava, através dos recursos de que dispunha o Plano Agrário, estabelecer uma cunha naquela área onde era forte a presença da FALERJ. Com a tomada do material das mãos do representante local do Plano Agrário, assim, o Sindicato procurava garantir para si o poder de distribuição de recursos, não permitindo o enfraquecimento de seus vínculos com os lavradores.

Além da utilização do Plano Agrário, os setores próximos à FALERJ também denunciavam que a FCOF, e através dela a própria FLERJ, eram financiadas pela direita organizada via IBAD. Segundo o reporter Maurício Hill, do Última Hora, o IBAD depositava mensalmente, a partir de 1962, uma quantia destinada à FCOF. E ainda de acordo com ele, a FLERJ teria recebido da FCOF, para distribuir entre os camponeses, volantes impressos com os nomes dos candidatos apoiados pelo IBAD para as eleições de 1962.(14)

(14) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro: 1/10/1963 , p8; 3/10/1963, p8.
Segundo documentos transcritos por René Armand Dreifuss, a FCOF e o padre Carvalho, de fato, figuravam nos relatórios de despesa do IPES. (Dreifuss, 1981:646 e 647) É difícil, no entanto, precisar a natureza destes vínculos.

É interessante observar que, por seu lado, a FCOF referia-se aos seus opositores como *"os comunistas"*. Para além dos vínculos reais que cada uma das duas federações de lavradores pudesse ter, a troca de acusações deve ser vista a partir da disputa entre elas pelo controle do campesinato. Tratava-se de deslegitimar a ação da opositora, associando-a a interesses escusos, condenáveis, ilegais.

Na sua disputa com a FLERJ, a FALERJ, além do apoio do PCB, da temporária liberdade de ação proporcionada pela presença de Irênio de Matos à frente do Plano Agrário, e do auxílio do grupo de Tenório Cavalcanti e da Luta Democrática, contou também com a ajuda de entidades representativas de trabalhadores urbanos, e de parlamentares de esquerda. A Frente Parlamentar Nacionalista, por exemplo, dispôs-se a solicitar diretamente ao ministro do Trabalho, Amauri Silva, em meados de 1963, a rápida tramitação dos processos de reconhecimento de alguns sindicatos rurais promovidos pela FALERJ em Magé, Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, Nova Iguaçu, Trajano de Moraes, Cabo Frio, Valença, Silva Jardim e Casimiro de Abreu.(15)

A FALERJ acusava o ministro Amauri Silva de retardar a liberação das cartas de reconhecimento de diversos sindicatos do estado com o propósito, deliberado, de impedir o processo de organização dos camponeses fluminenses. Para cobrar do ministro aquela liberação a federação, através de Manoel Ferreira de Lima e José Pureza, pediram também o apoio do CGT.(16)

---

(15) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 24/7/1963, p3.

(16) Liga, 14/8/1963, p3.

Apesar destas reclamações, o Governo federal, com Jango à frente, teria, na opinião de dirigentes da FCÔF, dado cobertura aos grupos de esquerda no estado do Rio. Esta cobertura, segundo um dirigente circulista, teria proporcionado à esquerda uma vantagem no movimento sindical rural fluminense.

Nesta luta pela formação e pelo controle dos sindicatos rurais, buscavam-se deslegitimar as entidades formadas pelos adversários. Assim, a FALERJ referia-se à FLERJ, sempre como sendo uma federação fantasma. Também o Sindicato dos Lavradores criado em Duque de Caxias, ligado à FLERJ, era apontado pela Associação dos Lavradores local como uma entidade fantasma.

Apesar da FALERJ ter forte penetração em Duque de Caxias, sendo dali o seu núcleo formador original, não foi ela quem conseguiu criar o sindicato local. O Sindicato dos Pequenos Produtores Autônomos de Duque de Caxias foi criado por Pergentino Alves Ferreira, que era não da Associação dos Lavradores, mas sim da Associação Rural de Duque de Caxias. Esta associação reunia, predominantemente, pequenos produtos.(17) Pergentino, de acordo com a denúncia encaminhada à SUPRA em agosto de 1963 por Pedro Rodrigues, então presidente da Associação dos Lavradores de Duque de Caxias, e Climério Soares, do Conselho Sindical daquele município, teria se apoderado de uma autorização do ministro do Trabalho para que ali fosse criado um sindicato, e estaria manobrando para criar uma entidade fantasma ligada ao padre Carvalho.(18)

---

(17) Dados de entrevista.

(18) Luta Democrática, 6/8/1963, p2.

Para os antigos dirigentes da Associação dos Lavradores de Duque de Caxias, Pergentino tinha a carta sindical, "*mas não tinha o povo, o sindicato. A nossa associação, nessa época, estava com 2.800 membros. Aí ele resolveu se encostar em nós; que que ele ia fazer sem sócio?*" A Associação fez, então, uma composição com ele, indicando um de seus quadros, Laerte Resende Bastos, para a vice-presidência do Sindicato.(19) Em janeiro de 1964, os elementos da Associação, dentro do Sindicato, convocaram uma assembléia e conseguiram destituir Pergentino da presidência daquela entidade, que passou, assim, a ser exercida por Laerte Resende.(20)

Na opinião da FCOF, contudo, a inconsistência não estava com ela ou com a FLERJ, mas sim com as organizações criadas pela FALERJ e pelos comunistas. Seriam estes que procuravam formar sindicatos de qualquer forma, sem nenhuma preocupação com um trabalho mais sólido, enquanto os circulistas nunca teriam abandonado sua linha de primeiro conscientizar e capacitar para, apenas depois, organizar. Diz um ex-presidente da FCOF.

> "*Quer dizer, nós achávamos que o movimento deveria ser constituído pelo camponês, mas dando a ele as condições básicas para que ele mesmo constituísse e dirigisse a sua entidade, enquanto que o Partido não. Procurava todos os meios para obter a carta. O importante era obter a carta, quer dizer, era o reconhecimento para forçar a constituição da federação e, consequentemente, a tomada da CONTAG. Agora, o discurso tinha que ser diferente, quer dizer, a colocação era básica -*

---

(19) Dados de entrevista.

(20) Jornal do Brasil, 28/2/1964, 1º caderno, p4. Dados de entrevista.

mente: enquanto nós discutíamos os problemas da terra e os meios para solucioná-los, não é isso, o outro discurso era mais de confronto."

O fato da FALERJ ter ganho a corrida pelo reconhecimento sindical era atribuído, pelos circulistas, a um favorecimento do Governo federal. Segundo um antigo dirigente do movimento, a FALERJ, pela sua formação, não poderia ser vista como uma entidade autêntica. E explicava sua afirmação da seguinte maneira:

"Porque havia agrupamentos que faziam parte dessa federação que tinham pouca representatividade. Eram praticamente, alguns e não todos, é o caso, fictícios."

É interessante observar que, para além das divergências, parece que havia um padrão de legitimidade sindical comum permeando os discursos, tanto de circulistas, quanto de líderes da FALERJ. Nas suas referências mútuas, cada grupo acusa o outro de formar organizações inconsistentes, com um caráter marcadamente de cúpula e de fraca penetração na massa. Era, portanto, a presença da massa, a sua adesão, que conferia força e legitimidade à organização.

Fica clara, ao que nos parece, a dupla referência da competição entre PCB e FALERJ, de um lado, e FCOF e FLERJ, de outro. Tratava-se de uma disputa entre agentes, ao mesmo tempo em que uma disputa pelos camponeses. Tomava a frente na luta, quem conseguisse a maior adesão por parte dos camponeses.(21)

(21) Estas observações têm por base as análises de Pierre Bourdieu. Como aponta o autor, as lutas travadas no campo político têm uma dupla determinação. Ao mesmo tempo em que são lutas entre seus agentes pelo poder, são tam-

por isso mesmo, cabia aos agentes em disputa procurar neutralizar o poder de mobilização de seus opositores, e ampliar o seu próprio poder pari passu. E uma forma de fazê-lo, seria a de deslegitimar as pretensões dos opositores, apontando sua inconsistência, denunciando sua inautenticidade, negando que houvesse uma correspondência entre suas propostas e os "*verdadeiros*" interesses dos grupos aos quais se dirigiam.

5.2 - Organização e controle político

Pierre Bourdieu observa que a estrutura de um campo, num dado momento, é o estado da relação de força entre os agentes, ou o estado da distribuição do capital específico ao campo, naquele momento. Assim, as lutas no interior do campo seriam, também, lutas pela conservação ou subversão da estrutura da distribuição do capital específico. (Bourdieu, 1980b: 114)

O capital político, segundo aquele mesmo autor, seria uma forma de capital simbólico, de crédito baseado na crença e no reconhecimento. Desta forma, acrescenta Bourdieu, o homem político deve sua autoridade específica, no campo, à força de mobilização que detém, seja a título pessoal, seja por delegação de uma organização, partido ou sindicato, ela mesma detentora de um capital político acumulado ao longo de

---

(21) bém lutas pelos grupos sociais que se encontram fora do campo. Nas suas disputas, os agentes procuram se afirmar como legítimos representantes, porta-vozes daqueles grupos. Do seu poder de mobilização é que depende, também, a sua força no interior do campo. (Bourdieu, 1981:13)

lutas passadas. Assim, haveria duas espécies de capital político. Uma delas, é o reconhecimento e a fidelidade de que uma organização, e somente ela, é dotada, em função da ação política continuada de seus quadros e militantes. A outra, é o capital pessoal de notoriedade e de popularidade. (Bourdieu , 1981:14, 18 e 19)

Ao que nos parece, não haveria, necessariamente, contradição entre essas duas espécies de capital político. Assim como o capital acumulado por uma organização pode ser delegado a uma pessoa, como aponta Bourdieu, também a popularidade e a notoriedade pessoais podem ser associadas a uma organização. Num quadro mais tradicional, no entanto, o capital pessoal pode servir de base à criação de máquinas e clientelas individuais que, por sua vez, ajudariam a ampliar ainda mais o capital pessoal, permitindo ao político galgar posições melhores dentro do campo, e mesmo fora dele. Estaríamos aqui , portanto, diante de uma forma diferente de representação política. Enquanto, de um lado, teríamos organizações disputando o poder de representar um determinado grupo, de se constituir em seu porta-voz autorizado e, assim também, de influir na constituição mesmo do grupo, com uma identidade própria, de outro, teríamos políticos individuais, que falam em seus próprios nomes e defendem alguns interesses de suas clientelas que, não necessariamente, se confundem com um grupo específico, podendo mesmo abranger um genérico "*povo*".

Estas observações podem nos ajudar a entender deslocamentos ocorridos na política tradicional do estado do Rio de Janeiro, a partir de fins dos anos 1950 e início dos 1960. O

reconhecimento do campesinato como um novo ator, fez com que alguns políticos tradicionais dele procurassem se aproximar visando, com isso, obter uma nova projeção, expandindo seu prestígio e sua credibilidade pessoais. O problema que se colocava, contudo, era o de como absorver, numa clientela, camponeses mobilizados e organizados.

Dois casos de políticos fluminenses, que buscaram fortalecer suas lideranças pessoais atuando, ainda que com formas e estilos diferenciados, junto aos lavradores em luta, foram os de Roberto Silveira e Tenório Cavalcanti. Enquanto Tenório, a princípio, se aproximou da FALERJ, Roberto criou sua própria organização, a FLERJ.

Já na apresentação do Projeto nº 255-59, que instituía o Plano Piloto de Ação Agrária, mas que não foi aprovado, era possível perceber o intuito do governador Roberto Silveira. O Projeto previa a obrigatoriedade, para os lavradores que fossem beneficiados pelo Plano, de integrar cooperativas agrícolas que seriam patrocinadas pelo Governo. Exclusivamente a elas é que seriam concedidos financiamentos para máquinas e implementos agrícolas, plantio e colheita.(22)

Os comunistas condenavam esta obrigatoriedade, prevendo que ela poderia acarretar um esvaziamento das associações de lavradores existentes. Dizia o articulista do jornal Novos Rumos, Carlos Danielli:

---

(22) Projeto nº 255-59. Coleção Badger da Silveira.

Favor não fazer anotações ou grifos
à tinta ou a lápis nesta publicação

> "*Consideramos errôneo o item do projeto que prevê a cooperação obrigatória, sob o patrocínio do Governo, como condição para obter as vantagens previstas no Plano Piloto. Somos favoráveis à cooperação e à adoção de métodos racionais e científicos de agricultura, mas, a nosso ver, isto deve ser fruto de um trabalho persistente de esclarecimento e convencimento dos camponeses, que ingressarão nas cooperativas por livre e espontânea vontade, à base de sua experiência prática e nunca por métodos administrativos. A imposição da cooperação e de outras medidas poderá acarretar descontentamento entre os lavradores, o que será possivelmente aproveitado pelos inimigos da reforma agrária em sua luta contra a atitude democrática e progressista do Governo estadual. O enfraquecimento das associações de lavradores dificultará a mobilização das massas em prol de novas medidas de reforma agrária de acordo com dispositivos da Constituição estadual que muito tem de positivo em benefício do homem do campo.*" (Danielli, 1959: 10)

O caráter moderado do artigo é reflexo daquele momento político, em que o PCB ainda permanecia ligado ao Governo Roberto Silveira. O rompimento, no entanto, viria em seguida e, em sua base, estaria a criação, pelo Governo, de suas próprias associações e da FLERJ, através do Plano de Colonização e de Aproveitamento de Terras Devolutas e Próprias do Estado, êste sim aprovado. Criado pelo Decreto nº 6.682 de 5 de agosto de 1959, o Plano previa a organização dos posseiros, através do Departamento do Trabalho, em Grupos de Trabalho Agrícola. Os componentes destes Grupos deveriam desenvolver uma cooperação no sentido de solucionar problemas comuns no aproveitamento de terra e na defesa de seu trabalho.(23) Estes Gru -

---

(23) Decreto nº 6.682 de 5 de agosto de 1959. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 6/8/1959, p2.

pos seriam os núcleos a partir dos quais seriam formadas as associações de lavradores ligadas ao Governo, como lembra um dos principais responsáveis pela sua organização. O passo seguinte seria a formação de uma federação com aquelas associações: *"Depois essas associações, então, foram reunidas por mim, entendeu, e foi feita a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro, que foi entregue a um lavrador de Japeri chamado José Cléia."*

Num novo artigo, já em meados de 1960, ao fazer uma avaliação das posturas políticas do PCB em relação ao Governo Roberto Silveira e ao PTB, Carlos Danielli retomava a questão das cooperativas agrícolas como forma de esvaziamento das associações de lavradores existentes, e acrescentava outros elementos:

> *"A substituição das associações pelas cooperativas, organizações com tarefas e objetivos diferentes, visava colocar os camponeses a serviço dos detentores do poder estadual, a liquidar suas organizações independentes. Nós, comunistas, somos favoráveis a um movimento camponês independente e não subordinado ao Governo, o que era e é o objetivo do Governo estadual e do PTB que, conosco, disputam a direção das massas."* (Danielli, 1960:14)

É preciso chamar a atenção para dois aspectos do projeto de Roberto Silveira em relação ao campesinato, e que estão na base das divergências com os comunistas. O primeiro deles, é a ênfase dada ao cooperativismo e à defesa do trabalho, da mesma forma que a FCOF buscará fazer mais tarde. Para a FLERJ, portanto, a luta contra os grileiros era uma luta pela defesa do trabalho, e no sentido da formação de grupos de pequenos

proprietários organizados em cooperativas. Já para os comunistas, e para os líderes da FALERJ, tratava-se de uma luta política, de um grupo social contra outro, e que se inseria num processo de transformação social. Desta forma, embora tanto a FALERJ quanto a FLERJ reivindicassem a desapropriação de terras, por exemplo, seu encaminhamento e seus objetivos era bastante diferentes.(24)

Os comunistas não condenavam a cooperação, como o próprio Danielli deixa claro. Para eles, no entanto, ela não era um fim em si, mas parte de uma política e de um projeto mais amplos.(25)

Quanto ao segundo ponto que preocupava os comunistas, tratava-se da investida de Roberto Silveira junto aos lavradores, promovendo a sua organização através do Plano Agrá-

---

(24) Segundo José Cléia, em meados de 1960, o Plano Agrário vinha atendendo a todos os enseios dos lavradores, entre eles, o de desapropriar fazendas que lhes seriam vendidas. Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 29/7/1960, p3.

(25) Num interessante trabalho sobre dirigentes camponeses, Sylvain Maresca analisa a competição entre diversos tipos de organização, pela representação do campesinato numa região da França. Ali, segundo o autor, as entidades sindicais tentam resolver a seu favor as contradições que têm com as cooperativas, incluindo em seu discurso sobre o conjunto dos problemas agrícolas o apelo à cooperação. Assim, as cooperativas seriam, para as entidades sindicais, instrumentos a serviço de uma política econômica definida por estas mesmas entidades. (Maresca, 1983:243 e 244)

rio. Esta iniciativa, interrompida no início de 1961 com a morte de Roberto, parecia representar a implementação de um modelo que vigorou na cidade mas não no campo, qual seja, o da formação de organizações de trabalhadores a partir do Estado.(26)

A relação que o Governo estadual mantinha com os lavradores, as associações e a FLERJ, contudo, parecia reproduzir algumas características de um esquema clientelístico tradicional. Primeiramente, condicionava-se a concessão de benefícios, entre eles os financiamentos, à participação nas cooperativas que seriam criadas pelo próprio Governo. Além disso, há indicação de que a cooptação representou um mecanismo importante para a formação de associações de lavradores e, assim também, para a competição com a FALERJ. Através da ação do Plano Agrário, a FLERJ conseguiu penetrar e disputar algumas áreas controladas pela FALERJ. Tal foi o caso da Fazenda do Largo onde, ainda nos anos 1950, havia sido formado um núcleo da antiga ALF cujo líder, Satiro Borges, era próximo ao PCB. A partir da intervenção do Plano na região, no entanto, o que resultou, inclusive, na decretação da sua desapropriação, a FLERJ conseguiu pôr ali uma cunha. Já em fevereiro de 1961, José Cléia, presidente desta federação, aparecia como mediador entre os lavradores da fazenda e as autoridades esta-

---

(26) Como observa Moacir Palmeira, numa análise sobre a questão dos sindicatos de trabalhadores rurais e da participação política do campesinato, a criação de organizações sindicais, no campo, se deu de forma diferente da cidade. Enquanto aqui, os sindicatos emergiram, basicamente, a partir da oposição esquerda/Estado, na área rural a oposição era esquerda/Igreja. O Estado, no campo, manteve-se relativamente ausente, intervindo apenas para favorecer uma ou outra das forças em disputa. (Palmeira, 1985:45)

duais.[27] Tempos depois, a Associação dos Lavradores de São João da Barra, que tinha por base a Fazenda do Largo, já figuraria como sendo filiada à FLERJ.[28]

As realizações do Plano Agrário eram apresentadas pelo jornal Última Hora, ligado ao PTB, como se fossem realizações pessoais de Roberto. Por outro lado, a FLERJ promovia manifestações em Niterói para agradecer ao governador pelas desapropriações que vinha realizando.[29]

Sendo um homem de partido, no entanto, o prestígio pessoal de Roberto revertia também para o PTB. É por isso, ao que nos parece, que alguns antigos líderes da FALERJ lembram, hoje, que o objetivo de Roberto, com sua ação agrária e com a criação da FLERJ, era fortalecer o PTB no campo. Talvez por isso mesmo, ao assumir o Governo do estado, o vice-governador Celso Peçanha, embora eleito pelo PSD, tenha se voltado para a FALERJ. Talvez, ainda, por isso, Tenório Cavalcanti, egresso da UDN, e que buscava ampliar seu prestígio dentro, e igualmente fora, do estado, se tenha aproximado também desta federação e do PCB.

---

(27) Correio da Manhã, 19/2/1961, 1º caderno, p4.

(28) Documento da FCOF sem título nem data. Coleção Eduardo Príncipe.

(29) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro: 16/1/1960, p2; 22/3/1960, p3.

5.3 - Mobilização e capital político

Tenório Cavalcanti também procuraria expandir seu capital político pessoal atuando junto aos lavradores em luta. A diferença de Roberto Silveira, no entanto, ele, a princípio, se aliaria à FALERJ, ao invés de formar suas próprias organizações. Na sua tentativa de afirmação, contudo, ele, e também Paulo Valente, que era quem atuava diretamente no campo, lembrando sempre que o fazia em nome do deputado, não poderiam aparecer como coadjuvantes nas lutas. Eles deveriam ser atores principais. Assim, na execução deste seu projeto, terminariam entrando em rota de colisão com aquela sua aliada.

A afirmação do campesinato e o próprio dinamismo do jogo político, no estado do Rio, fizeram com que, a partir do início dos anos 1960, as desapropriações de terras fossem vistas de forma positiva, conferindo prestígio a quem por elas fosse responsável. Diante disso, algumas das forças que atuavam no campo, no estado, passaram a disputar a sua apropriação política. Cada uma delas procurava mostrar que os decretos de desapropriação se deviam a elas, eram fruto da sua intervenção. Tal ocorreu, por exemplo, no caso da Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias, cuja desapropriação, em agosto de 1961, o jornal Última Hora creditava aos então candidatos petebistas ao Governo de estado e à Câmara Federal, Badger da Silveira e Bocayúva Cunha.(30) Este mesmo decreto, entretan -

---

(30) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 21/8 / 1961, 2º caderno, p1.

to, era reivindicado por outro candidato. Segundo a Luta Democrática, ele era uma *"significativa vitória obtida pelo deputado Tenório Cavalcanti."* (31)

A FALERJ também não se eximia da disputa. No caso do Imbé, referindo-se ao papel de José Pureza no movimento, destacava também o jornal Novos Rumos:

> *"Pureza já participou de quase todos os movimentos camponeses do estado do Rio, e nunca entrou num que não terminasse dando terra aos camponeses."* (32)

Ainda hoje, as pessoas recordam aquelas desapropriações como ações suas ou de seus grupos, cada uma se referindo a um determinado número de decretos pelos quais se diz responsável. José Pureza, por exemplo, observa em sua Memória Camponesa que a FALERJ, através das resistências e das ocupações, conseguiu 23 desapropriações de terras no estado. (Pureza, 1982:41) Já um outro dirigente desta federação, com atuação em Nova Iguaçu e Itaguaí, lembra que, juntamente com seus companheiros, participou de 32 desapropriações no estado, feitas *"todas elas através da nossa federação."*

Um antigo presidente da FALERJ também explica:

> *"Eu aí eu entrei na luta da reforma agrária. Fui para a roça e, nessa reforma agrária, consegui, na época, com meus companheiros, a desapropriação de 21 fazendas, que foram colocadas milhares de famílias no campo."*

---

(31) Luta Democrática, 22/8/1961, p2.

(32) Novos Rumos, 26 a 30/4/1963, p7.

E em abril de 1981, discursando na Câmara dos Deputados, o então deputado federal pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e ex-governador do estado do Rio de Janeiro, Celso Peçanha, depois de falar sobre as más condições em que se encontrava o homem do campo, sem terra para trabalhar, com ênfase no seu estado, questionava:

> "*Esse quadro brutal leva-me e indagar porquê o Governo não continua o trabalho realizado no estado do Rio de Janeiro, durante a minha gestão à frente do Executivo fluminense. Naquela oportunidade implantamos um Plano de Ação Agrária que alcançou pleno êxito, inexistindo qualquer trauma social decorrente da desapropriação de terras e sua distribuição aos lavradores pobres.*
>
> *As áreas então desapropriadas por decreto do Executivo estadual, integrantes do Plano Piloto de Ação Agrária, corresponderam a 9 fazendas, de 8 municípios, num total de 3.819 alqueires, no valor total de 14 milhões de cruzeiros..."* (33)

Nesta disputa o campesinato, embora fosse referido, em função de sua mobilização, como um elemento importante para as desapropriações, não aparecia como o fator decisivo na maioria das vezes. Segundo Última Hora, o "*movimento vitorioso*" do Imbé, que teve sua desapropriação decretada e cujas terras seriam distribuídas aos lavradores, vinha repercutindo em todo o país, por se tratar "*de iniciativa pioneira do governa*

---

(33) Discurso pronunciado pelo deputado Celso Peçanha (PMDB - RJ) na sessão de 2/4/1981. Brasília, Câmara dos Deputados. Coleção Irênio de Matos Pereira.

dor Badger da Silveira para a solução do problema agrário em seu estado." (34)

Desta forma, se as desapropriações eram vitórias do campesinato mobilizado, o eram também daquelas forças que delas conseguiam se apropriar. Para estas forças, a conquista de uma desapropriação representava o aumento de sua credibilidade e de seu capital político. Assim, de acordo com uma reportagem de Terra Livre de fevereiro de 1963, o estado do Rio era um exemplo do avanço do movimento camponês no país. Ali, *"os posseiros organizados na FALERJ já conseguiram a desapropriação de 10 fazendas que tinham sido griladas."* (35)

Aqui, um aspecto importante deve ser observado. Enquanto no caso de políticos como Roberto Silveira, Celso Peçanha, Badger da Silveira e Tenório Cavalcanti, procurava-se atribuir as desapropriações a eles próprios, no caso das lideranças da FALERJ, elas eram atribuídas à organização, aos camponeses nela reunidos, ou aos próprios líderes em conjunto com seus companheiros. Mesmo na questão do Imbé que, como vimos, tentava-se exaltar a figura de José Pureza, fica sugerido que ele conseguira diversas desapropriações, mas através da promoção de mobilizações camponesas. Fica claro, portanto, que aqueles políticos buscavam aumentar o seu prestígio pessoal através das desapropriações. Já as lideranças da FALERJ, procuravam fortalecer a organização enquanto legítima representante dos lavradores.

---

(34) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 12/4 / 1963, p7.

(35) Terra Livre, fevereiro de 1963, p8.

Na medida em que as desapropriações podiam acarretar em aumento do prestígio e da credibilidade, era preciso não somente lutar por elas, mas também impedir que forças concorrentes delas se apropriassem, ainda mais porque o capital político delas oriundo poderia ser transformado em votos. É dentro dessa lógica, a nosso ver, que o jornal Última Hora, no momento em que deslanchava a campanha para as eleições de 1962, procurava frisar que se devia a Roberto Silveira, e assim também ao PTB, a desapropriação da Fazenda Engenho do Mato, em Itaipu, Niterói:

> *"Muito embora o Sr. Celso Peçanha apregoe aos lavradores de Engenho do Mato que a desapropriação é obra de seu Governo, visando, com isso, assegurar mais votos para sua eleição ao Senado, a reportagem de UH constatou que o projeto de desapropriação foi feito pelo Governo Roberto Silveira, sendo publicado no 'Diário Oficial' de 3 de janeiro de 1960, ganhando o decreto o número quatro."* (36)

Era principalmente nas horas em que se procurava impedir que o prestígio de uma desapropriação fosse incorporado por um adversário, que o campesinato deixava de aparecer como figurante, para ocupar o primeiro plano da cena. Desta forma, a desapropriação da Fazenda São Pedro, em Nova Iguaçu, realizada em dezembro de 1960 pelo Governo Roberto Silveira, não deveria, segundo Novos Rumos, ser atribuída ao governador. De acordo com o jornal, que expressava a posição dos comunistas que, naquele momento, já vinham se afastando de Roberto, a ação dos camponeses é que havia obrigado o governador a desa-

---

(36) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 9/9/1961, p5.

propriar as terras.(37)

Da mesma forma, noticiando a desapropriação da Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias, pelo sucessor de Roberto Silveira, Celso Peçanha, em agosto de 1961, comentaria Última Hora:

> "A intervenção mediadora do ministro Badger da Silveira e do deputado Bocayúva Cunha teve papel destacado na solução da crise da Fazenda São Lourenço, que, depois de haver sido incluída no Plano Piloto de Ação Agrária do Governo Roberto Silveira, foi esquecida pelo atual ocupante do Ingá. O Governo, contudo, pressionado pela firme determinação dos lavradores de defender suas terras até a morte, voltou atrás a tempo de evitar mais derramento de sangue."(38)

Procurava-se, portanto, atribuir a pressões dos lavradores, ou interpretar como efetivação de antigas reivindicações, os atos de forças adversárias com os quais se concordava. Desta forma, tentava-se negar, a estas forças, a responsabilidade por aqueles atos.

O grupo de Tenório Cavalcanti também participava ativamente destas disputas. As desapropriações, ou quaisquer outras medidas que pudessem trazer algum benefício aos lavradores, eram, constantemente, noticiadas pela Luta Democrática como vitórias do deputado. Assim, por exemplo, a desapropriação das fazendas Capivari, Penha-Caixão, Piranema e Mato Grosso, todas em Duque de Caxias, pelo Governo federal, aparecia como

---

(37) Novos Rumos, 16 a 22/12/1960, p4.

(38) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 22/8/1961, p5.

a consumação, em decreto, de algo que há muito vinha sendo reclamado por Tenório.(39)

Mas a Luta ia ainda além, mostrando Tenório e Paulo Valente como tendo total intimidade e livre acesso a todas as instâncias da SUPRA. Isto pode ser observado no caso da Fazenda Cachoeirinha, em Magé. Segundo o jornal, a minuta do decreto estaria sumida, mas Paulo Valente a teria encontrado depois de vários telefonemas para Brasília. Tenório, então, a trouxe da capital para o Rio de Janeiro, entregando-a a Valente. Este, por sua vez, a levaria a Recife, onde então se encontravam Jango e João Pinheiro Neto, para que fosse assinada.(40)

Esta matéria da Luta Democrática se inseria, também, no quadro da notória oposição entre o grupo de Tenório e o governador Badger da Silveira. Além de negar que Badger pudesse ter tido qualquer peso na decisão de desapropriar a fazenda, procurava-se, ainda, criar a impressão de que Tenório e Paulo Valente teriam muito mais intimidade e afinidade com o Governo federal do que o próprio governador, que era do mesmo partido que Jango. Assim, depois de relatar todo o tortuoso caminho seguido pela minuta do decreto de desapropriação de Cachoeirinha, dizia o jornal:

> *"O governador Badger da Silveira equivocou-se ao fazer publicar através da Agência Fluminense de Informações uma nota em*

(39) Luta Democrática, 10/4/1963, p3.

(40) Luta Democrática, 28 e 29/7/1963, p2.

que diz ter conseguido do presidente João Goulart a assinatura do decreto de desapropriação da Fazenda Cachoeirinha." (41)

Na verdade, a impressão que se tem, ao acompanhar o noticiário da Luta, é a de que, apesar de ter perdido a eleição em 1962, se procurava mostrar Tenório como o legítimo porta-voz do estado junto às autoridades federais, passando por cima do governador. Paulo Valente, por sua vez, era apresentado não apenas como um secretário particular, mas sim como um secretário de estado. Assim, segundo o jornal, Valente teria conseguido do ministro da Agricultura, Osvaldo Lima Filho, por telefone, em agosto de 1963, a promessa de envio de recursos materiais aos camponeses das áreas desapropriadas pela SUPRA. Os detalhes da operação seriam acertados por Tenório em Brasília.(42)

O discurso da Luta deixa clara a importância que, neste processo de competição, assumia o acesso à máquina do Governo federal. Mais ainda, ele reforça a idéia de uma divisão do trabalho entre Tenório e Paulo Valente. Enquanto aquele atuaria junto à máquina do Governo, este o faria junto às bases.

Se, na sua ação, o grupo de Tenório teve, a princípio, a FALERJ como um aliado privilegiado, ela não foi, no entanto, seu único aliado. Nem todos os movimentos apoiados pela Luta, por Paulo Valente, ou pessoalmente por Tenório, fo-

---

(41) Luta Democrática, 28 e 29/7/1963, p2.

(42) Luta Democrática, 13/8/1963, p1.

ram liderados por aquela federação. E mais, alguns deles chegaram mesmo a ser condenados por ela. Tal foi o caso, por exemplo, do conflito liderado por Mariano Beser em São José da Boa Morte, Cachoeiras de Macacu, em 1961. Ali, como já vimos, os lavradores capturaram alguns grileiros e, feito isso, encenaram o seu julgamento ameaçando-os, em seguida, de fuzilamento. A expressão "*paredón*" era utilizada, sugerindo que a inspiração para o movimento vinha da recente Revolução Cubana.(43)

Beser não era camponês e já havia pertencido aos quadros da FALERJ. Foi expulso da federação, em julho de 1961, após ter sido fotografado ao lado do adido da Embaixada dos Estados Unidos e de Samuel Powell, um cubano exilado, numa manifestação de lavradores promovida em Itaguaí. Segundo a FALERJ, Beser tinha ligações com Powell e o adido da Embaixada, que vinham percorrendo o estado com objetivos "*divisionistas e policialescos*". De acordo com Pureza, Samuel Powell havia sido expulso de Cuba após a Revolução, investindo-se então como membro da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, vinculada à ORIT.(44)

Para Manoel Ferreira de Lima, o levante organizado por Beser fazia parte de um complô, tramado pelo Ponto IV, para criar um clima de inquietação entre os lavradores. Seu principal objetivo seria justificar uma intervenção armada no

---

(43) Luta Democrática, 19 e 20/11/1961, p2.

(44) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro: 27/6 / 1961, p3; 5/7/1961, p2; 12/7/1961, p5.

campo, de maneira a impedir o prosseguimento das lutas do campesinato por suas legítimas reivindicações.(45)

A Luta Democrática endossava as acusações do presidente da FALERJ contra Mariano Beser. Tratava-se, segundo o jornal, de um provocador ligado ao Movimento Anti-Comunista - (MAC).(46)

Esta avaliação da Luta, no entanto, contrasta com a postura do próprio jornal, e de Tenório, em relação a Beser, antes e mesmo imediatamente após o levante. Já em outubro de 1961, Tenório foi o convidado de honra da manifestação camponesa promovida por Beser em Itaguaí. Dias depois, no início de novembro, Mariano Beser declararia que Tenório era o melhor candidato ao Governo do estado do Rio, por não ser vinculado aos latifundiários e por ter postura contrária aos despejos.(47) O levante de São José da Boa Morte seria mesmo anunciado pela Luta Democrática, único diário, segundo o Jornal do Brasil, a fotografar o julgamento dos grileiros, alguns dias antes.(48)

Logo após o levante, e já em meio a algumas especulações em torno das vinculações de seu líder, Tenório diria que

---

(45) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 22/11/1961, p2.

(46) Luta Democrática, 9/1/1962, p5.

(47) Luta Democrática, 25/10/1961, p2; 9/11/1961, p3.

(48) Luta Democrática, 14/11/1961, p5. Jornal do Brasil, 22/11/1961, 1º caderno, p5.

Beser não era comunista nem agente do imperialismo. De acordo com ele:

> "*Trata-se de um patriota, entre milhares e xistentes pelo Brasil afora, revoltado contra a opressão das massas camponesas e decidido a lutar e morrer pela sua causa.*" (49)

Independementemente do que pudesse haver, ou não, de realidade nas acusações dirigidas contra Mariano Beser, gostaríamos de chamar a atenção para aquilo que, no seu caso, é revelador do tipo de ação desenvolvida por Tenório e seu grupo. Na sua tentativa de obter prestígio através da intervenção no campo, seus aliados, particularmente em período de campanha, não era selecionados. (50)

Mariano Beser não foi o único caso de liderança individual apoiada pelo grupo de Tenório Cavalcanti. Outro exemplo foi o do chefe da ocupação de parte da região de Tinguá, em Nova Iguaçu, conhecido como Davi Barbudo. Barbudo se dizia presidente de uma Liga Camponesa local, mas negava ter vínculos com Julião, cuja liderança questionava. (51)

---

(49) Luta Democrática, 23/11/1961, p3.

(50) Segundo o Jornal do Brasil, Mariano Beser teria aparecido em São José da Boa Morte poucos dias depois de uma visita que ali fizera Tenório Cavalcanti. Além disso, boa parte dos lavradores da região usava distintivos da campanha de Tenório ao Governo do estado. Jornal do Brasil, 22/11/1961, 1º caderno, p5.

(51) Luta Democrática, 19/3/1963, p5. O Cruzeiro, 6/4/1963, p26 a 29.

O apoio do grupo de Tenório a Beser e a Davi Barbudo demonstra que, além de se colocar como mediador de lutas, este grupo também podia atuar indiretamente, estimulando lideranças individuais. Este tipo de atuação poderia criar áreas de tensão com a FALERJ, na medida em que se desenvolvia de maneira paralela ao trabalho desta e mesmo, no caso de Beser, em oposição. Mais ainda, uma vez que estas lideranças se proclamavam pertencentes a outras organizações, inflá-las poderia ser visto, também, como uma forma de esvaziar a federação.

Há um outro aspecto para o qual gostaríamos de chamar a atenção, com relação àqueles dois apoios. Ele se refere ao seu caráter diferenciado. O estímulo a Mariano Beser deve ser visto a partir do contexto da campanha eleitoral. Seu objetivo, ao que nos parece, era mais imediato. O que se visava ali, principalmente, era a obtenção de votos. Já no caso de Davi Barbudo, que se deu no início de 1963, o que parecia estar em jogo era a constituição de uma facção tenorista no campo. É significativo, quanto a isso, o fato de a própria Luta Democrática ter publicado que Paulo Valente era um dos componentes da Liga de Davi Barbudo. Isto, a nosso ver, deixa claro que, para o grupo de Tenório, não mais bastava a posição de intermediário. E esta tentativa de atuar por conta própria, diretamente no campo, terminaria por abrir algumas brechas entre o grupo de Tenório e a FALERJ. Ou seja, os problemas com a federação se explicitam, quando o grupo de Tenório começa a tentar agir em moldes semelhantes a ela.

Para consolidar sua clientela e afirmar-se também co

mo facção no campo, aquele grupo não poderia se restringir à disputa pelas desapropriações, passando também a competir pelo recurso terra. Desta forma, ele passaria a promover suas próprias ocupações. Há indícios, por exemplo, de que correligionários de Tenório tenham promovido a ocupação da Fazenda Cachoeira Grande, em Magé. (Lindoso, 1983: 56) E, neste mesmo município, a Fazenda Tocaia seria ocupada, no início de 1964, por iniciativa do próprio Paulo Valente.

A tentativa do grupo de Tenório Cavalcanti, tendo à frente Paulo Valente, no sentido de atuar diretamente no campo, também ele, como um distribuidor de terras, geraria focos de atrito com a FALERJ. Isto ficaria claro no caso, já visto, do levante de Capivari, em junho de 1963. Segundo denúncia da Associação dos Lavradores de Duque de Caxias, feita após ter sido debelado o levante, políticos de Caxias vinham intervindo na região, uma vez decretada a sua desapropriação. Tentavam eles influir na distribuição dos lotes, de maneira a favorecer lavradores que seguiam suas orientações políticas. Desta forma, poderiam aparecer como os verdadeiros benfeitores. Durante o levante, no entanto, a situação teria fugido ao controle dos referidos políticos, e o seu próprio assistente teria sido recebido a bala pelos lavradores.(52)

Embora o nome de Tenório não seja mencionado, a referência a ele parece clara. Segundo as indicações o único assis

---

(52) Jornal do Brasil. 26/6/1963, 1º caderno, p5.

tente de político recebido a bala em Capivari foi Paulo Valente.

Também no caso da Fazenda Tocaia, ocupada por iniciativa de Valente e, posteriormente, desapropriada pela SUPRA, afloriam divergências com a FALERJ. Esta mesma fazenda já havia sido ocupada anteriormente, em junho de 1963, pelo Sindicato dos Lavradores de Magé, tendo à frente Manoel Ferreira de Lima, então presidente da FALERJ.(53) Agora, no entanto, setores da federação condenavam a sua desapropriação por considerar as suas terras ruins.(54)

Dos casos em que se pode perceber a disputa entre o grupo de Tenório e a FALERJ pelo controle da distribuição de terra, o mais evidente, e que envolveu também a SUPRA, foi o da Fazenda Floresta, em Paracambi, em meados de 1963. Havia, ao que parece, uma ligação entre Paulo Valente e o líder dos lavradores, Odário de Oliveira, que também era presidente do Sindicato dos Lavradores do município. Tenório Cavalcanti, inclusive, seria o nome da escola que os camponeses, de acordo com a Luta Democrática, pretendiam construir na fazenda.(55)

Uma vez desapropriada a área, Paulo Valente procurou influir na distribuição dos lotes, entrando em divergência com o consultor da SUPRA, Oay Fonseca, antigo advogado da FALERJ. Valente se colocava contra a permanência de cinco lavradores

---

(53) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 10/6/1963, p2.

(54) Jornal do Brasil, 29/2/1964, 1º caderno, p3.

(55) Luta Democrática, 20/8/1963, p2.

na área que, de acordo com ele, eram empregados dos grileiros. Segundo a Luta Democrática, o próprio Odário teria declarado que se tratava de capangas e de vigias de gado dos grileiros, e que o Sindicato não aceitava a sua permanência na fazenda.(56) Entretanto, Oay Fonseca, por seu turno, vinha sustentando que todos os verdadeiros lavradores, mesmo que tivessem sido assalariados dos grileiros, deveriam receber glebas.(57)

Esta posição do advogado lhe renderia, e à própria SUPRA, pesadas críticas por parte da Luta. Num artigo intitulado "*SUPRA a serviço dos grileiros*", dizia o jornal que o "*antigo 'advogado dos lavradores' se uniu aos remanescentes do Partido Integralista que, infelizmente, ainda continuam na SUPRA, e passou a fazer o jogo dos grileiros.*"(58) E esta "*traição*" do advogado se tornava tanto mais grave quanto a sua nomeação para a SUPRA, feita pelo primeiro superintendente do orgão, João Caruso, havia sido, de acordo ainda com o jornal, uma indicação de Tenório Cavalcanti.(59)

A "*traição*", contudo, parecia estar referida muito mais aos interesses do grupo de Tenório. Atesta-o o fato de que a FALERJ saiu em defesa da SUPRA e de Oay, contra as acusações da Luta Democrática. Além de prestar irrestrita solida-

---

(56) Luta Democrática, 16/7/1963, p5.

(57) Luta Democrática, 10/7/1963, p2.

(58) Luta Democrática, 4/9/1963, p2.

(59) Luta Democrática, 24/12/1963, p5.
O Jornal transcreve um trecho de uma carta de João Caruso a Paulo Valente para comprovar essa afirmação.

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - UFRJ MN

riedade a João Pinheiro Neto, que, segundo ela, vinha constantemente atendendo às reivindicões dos lavradores, a federação, através de uma nota assinada por sua diretoria e publicada pela Última Hora, afirmava:

> *"O referido jornal tem por objetivo não só intrigar o Sr. Oay com os lavradores fluminenses e, em particular, com os nossos companheiros da Fazenda Floresta, bem como desvirtuar as ocorrências judiciais dos processos de desapropriação."* (60)

Enquanto atuava apenas como um alidado, ainda que procurasse capitalizar as desapropriações, as relações entre o grupo de Tenório e a FALERJ eram boas. Suas investidas, neste momento, dirigiam-se principalmente contra Badgar da Silveira. A partir do instante em que tenta estabelecer laços mais diretos com os posseiros, promovendo, ou incentivando , ele mesmo ocupações, bem como intervindo nos processos de colonização e de distribuição de lotes, entretanto, começam a espocar atritos com aquela federação. Também a SUPRA, que antes aparecia como um orgão ao qual Tenório e Paulo Valente tinham acesso franqueado, passava a ser acusada, de quando em vez, de estar a serviço dos grileiros.

Deve-se ressaltar que, até o Golpe de 1964, não parece ter se operado um rompimento definitivo entre o grupo de Tenório, a FALERJ e a SUPRA. As tensões, no entanto, se explicitam. E não somente isso, no seu bojo também surgem algu-

---

(60) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 11/9 / 1963, p2.

mas divergências no interior da própria FALERJ. Assim, no caso da Fazenda Floresta. Braúlio Rodrigues, diretor da FALERJ, deu entrevista à Luta Democrática, negando que tivesse assinado a nota da federação apoiando o advogado Oay Fonseca e criticando a postura do jornal de Tenório.(61)

Apesar das mudanças em relação à FALERJ, o comportamento do grupo de Tenório para com antigos adversários não parece ter se alterado. O governador Badger da Silveira continuava a ser duramente criticado, além de serem recorrentes as denúncias contra a atuação do padre Carvalho.

O que tudo isso sugere, a nosso ver, é que, a partir de meados de 1963, o grupo de Tenório procuraria desenvolver uma ação autônoma no campo, no estado do Rio, com uma identidade definida. Para tanto, ao que parece, ele também tentaria atrair elementos da própria FALERJ.

5.4 - A neutralização das Ligas

As disputas também se deram entre forças que tinham projetos semelhantes, como a FALERJ e as Ligas Camponesas. O grupo das Ligas e o PCB tinham, ao nível nacional, divergências quanto à condução do processo revolucionário brasileiro e, assim também, do próprio movimento camponês. As Ligas opunham-se à linha adotada pelos comunistas, de revolução pacífi

---

(61) Luta Democrática, 24/9/1963, p5.

ca através de reformas graduais das estruturas econômicas e política do país. Suas lideranças propunham mudanças mais radicais, considerando que o país estava pronto para marchar para uma revolução socialista. Dentro deste projeto, seria o camponês que, num primeiro momento, assumiria a frente das lutas.(62)

As divergências entre o PCB e as Ligas se colocaram pela primeira vez, de forma mais aberta, no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, que havia sido convocado pela ULTAB, em 1961. As Ligas conseguiram se impor no encontro, fazendo constar, nas resoluções finais, sua palavra de ordem de "*reforma agrária radical, na lei ou na marra*". Dali em diante, o PCB procuraria isolar as Ligas dentro do movimento camponês.

Estas questões referentes ao encaminhamento das lutas camponesas, ao nível nacional, não parecem ter tido um grande peso nas relações entre FALERJ e Ligas, no estado do Rio. Nem por isso, no entanto, as disputas deixaram de existir. O que parecia estar em questão, apesar das Ligas aqui não representarem uma força expressiva, era a tentativa da FALERJ de marcar o seu predomínio sobre o território fluminense, dentro do campo da esquerda.

---

(62) Sobre as divergências políticas entre o PCB e as Ligas ver Fernando Azevedo. (1982)

Os depoimentos recentes de pessoas que tiveram vínculos com a FALERJ, sugerem que as Ligas não chegaram a se constituir num competidor político desta. Isto porque, segundo alguns, elas nem chegaram a penetrar ou obter qualquer sucesso no estado do Rio. Para outros, porém, que percebem a sua presença em algumas áreas, os objetivos comuns entre as duas organizações levaram, ali onde elas se fixaram, a uma atuação conjunta, a um trabalho de cooperação.

Assim, um antigo líder camponês de Itaboraí, por exemplo, nem mesmo se lembra da presença de Ligas no estado. Esta ausência de lembrança poderia ser explicada pela fraca penetração que, segundo um ex-parlamentar ligado ao PCB e um antigo dirigente da FALERJ, aquela organização teve no Rio de Janeiro. Para o parlamentar, o trabalho exclusivo com camponeses de usinas, desenvolvido pelas Ligas, impediu-as de se enraizarem aqui, onde a luta predominante era a dos posseiros. Já o dirigente da FALERJ argumenta com base na precedência do trabalho da FALERJ. Tanto esta quanto as Ligas, de acordo com ele, tinham os mesmos objetivos. Uma vez, contudo, que as associações de lavradores eram uma *"tradição antiga"* no estado, a criação de Ligas representaria apenas uma superposição.

Um ex-presidente da FALERJ segue uma argumentação semelhante, explicando que as Ligas não encontraram espaço de atuação no Rio de Janeiro:

> *"Por causa da nossa organização, que tinha estendido em quase todo o município do estado do Rio, e aquilo que as Ligas Camponesas defendiam lá, nós defendíamos aqui. Portanto, eles não encontraram espaço para organizar a sua ideia das Ligas Camponesas."*

Este último argumento sugere que, caso as Ligas quisessem entrar, elas deveriam disputar espaço com a FALERJ. Um ex-militante comunista, responsável pela seção de campo do Partido, no entanto, não o endossa lembrando, também ele, a identidade de objetivos entre a FALERJ, e igualmente o próprio PCB do estado do Rio, e as Ligas Camponesas. Segundo ele, os comunistas fluminenses que atuavam no campo questionavam que pudesse haver transformações substantivas na sociedade pela via reformista. Neste sentido, tinham uma afinidade com as propostas do grupo de Julião. No próprio Congresso Camponês de Belo Horizonte, a FALERJ teria apoiado as idéias da ULTAB mais por uma questão de disciplina partidária. Assim, havia um trabalho de unidade com as Ligas, ali onde elas atuaram no estado, isto é, Cachoeiras de Macacu e Campos.

Dois antigos dirigentes das Ligas confirmam estas afirmações. Um deles, de Cachoeiras de Macacu, lembra que, naquela região, não havia divergências entre as Ligas e o PCB, que tinha à frente Anésio Dias de Freitas. Já o outro, de Campos, ressalta a ocupação do Imbé como exemplo da ação conjunta daquelas duas forças. As Ligas de Campos teriam pesquisado e planejado toda a ocupação mas, não tendo estrutura suficiente para sustentar o movimento, cederam a sua execução à FALERJ.

Esta aparente identidade e harmonia entre FALERJ e Ligas Camponesas, no estado, não condiz com alguns indicadores encontrados, tanto nos jornais de época pesquisados, quanto nos próprios depoimentos atuais. As Ligas, ao que parece, embora não se constituíssem num sério competidor da FALERJ em

termos organizativos, tinham o seu espaço político restringido, pela constante negação de sua existência no estado por parte das lideranças da federação.(63)

Mesmo que não existissem Ligas Camponesas no Rio de Janeiro, elas se tornariam referência obrigatória para as lideranças da FALERJ, em função do notoriedade nacional alcançada por aquela organização e, igualmente, da própria politização do movimento camponês no estado. Seriam recorrentes as associações entre as organizações camponesas do estado e as Ligas. Jornais conservadores, como o Correio da Manhã e O Estado de São Paulo, referiam-se sempre às associações de lavradores como se fossem Ligas. Por outro lado, um jornal com uma postura mais de centro, como o Jornal do Brasil, que reconhecia nas mobilizações camponesas do Rio de Janeiro um caráter político, insistia, em suas entrevistas com os líderes, em saber se faziam parte ou não das Ligas.

Tais associações forçavam aqueles líderes a, constantemente, posicionarem-se com relação às Ligas. E estes posicionamentos, por sua vez, reforçavam, via de regra, a representação daquela organização como sendo eminentemente política.

Quando do conflito da Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias, em agosto de 1961, o Jornal do Brasil quis saber dos lavradores se pertenciam às Ligas Camponeses e se o movi

---

(63) Os documentos da FCOF que pudemos consultar, assim como também os depoimentos de seus antigos dirigentes, não fazem qualquer referência à existência de Ligas no estado do Rio.

mento tinha o apoio de políticos. Sua resposta foi de que não pertenciam a nenhuma organização política, nem nunca tinham ouvido falar das Ligas.(64) Por seu turno, o líder dos posseiros, Nilson, declarou:

> "*Estamos certos de que a nossa vitória se deve à unidade de pensamento e ação de todos os posseiros da Fazenda São Lourenço. Voltamos ao trabalho para recomeçar tudo de novo, mas um grupo de sentinelas estará a postos dia e noite, para prevenir qualquer eventualidade. Nada devemos aos políticos, nem a qualquer outra organização a não ser a nossa associação de classe - Lavradores - que nos mandou advogados para prestar assistência jurídica durante o andamento do processo, em Caxias.*" (65)

Também a presença, no estado, de pequenos grupos que se auto-intitulavam Ligas Camponesas sem terem, na verdade, uma vinculação maior com a estrutura encabeçada por Francisco Julião, obrigava as lideranças da FALERJ, repetidas vezes, a um posicionamento. Já aqui se evidenciava que os trabalhos da federação e das Ligas não eram tão conjuntos como os depoimentos atuais fazem crer. A estratégia utilizada pelas lideranças da FALERJ era a de negar a existência de Ligas no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que aproveitavam para demarcar a sua autoridade sobre este território.

Desta forma, quando ocorreu o levante de São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu, em 1961, liderado por Ma-

---

(64) Jornal do Brasil, 19/8/1961, 1º caderno, p3.

(65) Jornal do Brasil, 22/8/1961, 1º caderno, p5.

riano Beser, que se dizia presidente da União das Ligas Camponesas do Estado do Rio, Manoel Ferreira de Lima, então presidente da FALERJ, o desmentiu da seguinte forma:

> *"O Sr. Mariano Beser se diz presidente das Ligas Camponesas do Estado do Rio e amigo do deputado Francisco Julião, mas isso é uma falsidade por duas razões: 1- no estado do Rio não existe uma Liga Camponesa estadual, mas sim a nossa Federação; 2- o deputado Francisco Julião, criador das Ligas, jamais se prestaria ao papel de acobertar um representante dos interesses norte-americanos no nosso país e inimigo do 'Premier' cubano Fidel Castro."* (66)

Já se articulava, então, a Liga Camponesa de Cachoeiras de Macacu, mas Manoel Ferreira negava a sua presença no estado, marcando o controle sobre ele exercido pela FALERJ. Ao lado disso, apelava aos lavradores de São José da Boa Morte para que não seguissem a orientação de Beser, e se unissem em torno de sua associação de classe local, liderada por Anésio Dias. Ou seja, Manoel Ferreira também procurava fortalecer seu próprio grupo em Cachoeiras de Macacu.(67)

A direção nacional das Ligas certamente depositava algumas esperanças em sua organização em Campos, talvez por guardar esta região, em função da produção açucareira, semelhança com o Nordeste. Pelo menos é o que se pode depreender das notícias veiculadas por jornais como O Semanário e Liga. A manchete de O Semanário de 12 de julho de 1962 era: "Campos

---

(66) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 22/11 / 1961, p2.

(67) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 22/11 / 1961, p2.

é 'Nordeste' também: em meio à exploração surgem as Ligas Camponesas". A matéria falava de como, após a sua fundação em Campos, as Ligas, trazendo a mensagem de Julião, tornaram-se a bandeira dos camponeses fluminenses e, rapidamente, espalhavam-se por todo o Norte do estado.(68)

Já Liga, de 6 de novembro daquele mesmo ano, falava do temor dos proprietários de Campos, diante da força com que as Ligas vinham se enraizando ali. Referindo-se à exploração dos trabalhadores rurais do município, diz:

> *"A exploração desenfreada desta numerosa comunidade, não só preocupa as demais classes trabalhadoras, como também está alarmando os próprios dirigentes da Federação Rural (orgão patronal) que teme, a qualquer momento, a erupção de uma 'revolta incontida'. Este temor é justificado pela penetração de entidades de lavradores, especialmente das 'Ligas Camponesas', que têm conseguido unir e orientar os trabalhadores rurais."* (69)

Estas matérias expressavam muito mais uma aspiração do grupo, e uma tentativa de demarcar a sua identidade política, do que, propriamente, a realidade. E isto é possível concluir até mesmo pelo depoimento de um antigo dirigente das Ligas de Campos que, como já vimos, ressalta o caráter incipiente e a fraca estrutura daquela mesma Liga. Mas se a expansão da organização pelo Norte do estado, não parece ter ido além da aspiração, isto, ao menos em parte, se deve, a nosso ver,

---

(68) O Semanário, 12/7/1962, p7.

(69) Liga, 6/11/1962, p4.

ao movimento de ocupação do Imbé. Primeiro movimento de peso na região que contou com a participação da Liga local, foi nele também que, ao que nos parece, esta mesma organização foi neutralizada e absorvida pela FALERJ.

É interessante a diferença nas versões apresentadas por um dirigente das Ligas, e por José Pureza, para a ocupação do Imbé. O primeiro reconhece, conforme já vimos, que as Ligas não tinham estrutura suficiente para sustentar o movimento. A FALERJ - à qual ele se refere como o PCB - por seu turno, tinha uma grande capacidade de operação e de articulação com outros setores, o que poderia garantir a sobrevivência dos lavradores durante a ocupação e levá-la a bom termo. A federação, assim, puxou a ocupação, mas o fez a partir de todo um trabalho anterior da Liga de Campos, que foi quem pesquisou e preparou o movimento, bem como participou também de sua execução, mas já sob a coordenação da FALERJ. Segundo ele:

> "*Quando nós fizemos a invasão, nós preparamos a invasão mas quem coordenou a invasão foi o PC. Na verdade, quando eu me dei conta, quando eu vim pro Rio, chegou lá o Pureza e aproveitou a estrutura.*"

Já Pureza, em sua Memória Camponesa, ressalta que todo o trabalho da ocupação, mesmo o anterior, foi realizado pela FALERJ. Ele próprio teria passado três meses no Imbé, reconhecendo e pesquisando a região, até descobrir que se tratava, em grande parte, de terras devolutas que estavam sendo griladas pelas usinas. Quanto à Liga de Campos, ela se limitou a aderir à ocupação. Seu presidente, João Guarda, encaminhou os camponeses da Liga ao acampamento do Imbé, uma vez es-

te instalado. (Pureza, 1982:75 a 81)

Os jornais da época da ocupação parecem respaldar a versão veiculada pelo dirigente das Ligas. O Estado de São Paulo, de 5 de abril de 1963, noticiava o movimento como tendo sido comandado por João Batista Coelho, o João Guarda, e por Adão Pereira Nunes, deputado federal vinculado ao PCB.(70) E o Jornal do Brasil, do mesmo dia, afirmava também:

> *"O chefe da invasão, Sr. João Batista, o João Guarda, é funcionário da Empresa Fluminense de Energia Elétrica. Dispôs os lavradores segundo as táticas de guerrilhas, em situação que dificulta a atuação da Polícia Militar."* (71)

Até mesmo a Última Hora e um jornal próximo à FALERJ, como o era a Luta Democrática, corroboram estas informações.(72)

A própria repressão ao movimento incidiu, em primeiro lugar, sobre João Guarda, que teve sua casa cercada pela polícia de Campos, chefiada pelo delegado Ivo Barroso Graça . O delegado, que chegou a invadir o Sindicato dos Ferroviários de Campos à procura de João Guarda, declarava estar convencido de que era ele o líder.(73)

---

(70) O Estado de São Paulo, 5/4/1963, p34.

(71) Jornal do Brasil, 5/4/1963, 1º caderno, p5.

(72) Luta Democrática, 6/4/1963, p2. Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 6/4/1963, p2.

(73) Luta Democrática, 6/4/1963, p2. Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 6/4/1963, p2. Jornal do Brasil, 7/4/1963, 1º caderno, p16.

Apenas dias depois é que o nome de Pureza começaria a aparecer à frente da ocupação. E não somente isso, mas também pela primeira vez, nos jornais, o nome da FALERJ apareceria associado ao do município de Campos. A federação, e mesmo a ULTAB, procurariam, aos poucos, demarcar suas propriedade sobre o movimento, excluindo também, gradativamente, as Ligas Camponesas.

O jornal Novos Rumos, cerca de duas semanas após a ocupação, dizia:

> *"Os camponeses do Imbé - município de Campos, Estado do Rio tomaram a iniciativa: no dia 3 de abril, sob o comando de seu companheiro José Pureza, ocuparam as terras daquela localidade, griladas por alguns latifundiários, inclusive estrangeiros. Pureza, o comandante das 200 famílias camponesas do Imbé, é dirigente da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio e tesoureiro da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB)."*

João Guarda era referido no jornal como líder, só que não se dizia de que. Sua relação com as Ligas não era explicitada, e nem seu vínculo com a ocupação. Também não se explicava por que foi ele alvo da ação do delegado Ivo Graça.(74)

Dias mais tarde, o mesmo jornal, depois de fazer um longo relato sobre as qualidades pessoais de Pureza e sua capacidade de liderança, referia-se a João Guarda apenas como um camponês *"amigo de seus companheiros do Imbé."*(75)

---

(74) Novos Rumos, 19 a 25/4/1963, p7.

(75) Novos Rumos, 26 a 30/4/1963, p7.

E o jornal Terra Livre, da ULTAB, num artigo assinado por Nestor Vera, secretário desta entidade e também seu enviado ao Imbé, diria:

> *"A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), orienta os camponeses do Imbé, não só através do seu legítimo líder José Pureza (tesoureiro da ULTAB), como através do seu Secretário , enviado para a Serra das Almas."* (76)

A sucessão de versões ganha interesse pelo fato de que, através dela, podemos ver como a FALERJ vai, aos poucos, se apossando do movimento e, ao mesmo tempo, apagando dele todos os vestígios de presença das Ligas. Com exceção de Liga que, em outubro de 1963, ainda falava da ocupação como se tivesse sido orientada por Adão Pereira Nunes, liderada por João Guarda e sustentada por uma *"frente única"* da qual participavam grupos de diversas regiões, *"inclusive"* o dirigente José Pureza, da FALERJ, os demais jornais passariam a ver neste o verdadeiro líder e porta-voz dos camponeses do Imbé. (77)

A ocupação do Imbé também resultou, como já vimos, na criação, pela FALERJ, de um Sindicato de Lavradores em Campos, o que se inseria na sua competição com o Sindicato dos Empregados Rurais ali existente, e com a própria FLERJ. Mas se, para o Sindicato liderado por Antônio Faria, a ocupação do Imbé representou uma incursão, no seu território, de um adversário

---

(76) Terra Livre, maio de 1963, p2 e 5.
Serra das Almas é a região onde se localiza o Imbé.

(77) Liga, 10/10/1963, p3.

político, para a Liga de Campos, ela parece ter representado a própria neutralização e absorção de sua clientela pelo grupo de Pureza. Diz um antigo dirigente da FALERJ, que participou ativamente daquela ocupação:

> "*Não, no Imbé não teve nenhuma Liga. O que teve primeiro que entrou no Imbé foi mesmo associação. Agora, nós não era contra as Ligas. Nós era, apenas, separado como organização. A Liga tinha seu tipo de organização, a qual nós não achava que fosse uma coisa... realmente organização, que fosse organizado mesmo. Nós achava que fosse um pouco bagunçado e sem a devida responsabilidade mas, mesmo assim, nós não era contra as Ligas.*
>
> *Nós fazia o nosso trabalho e, tanto assim, que o nosso trabalho foi considerado, no meio do pessoal, mais organizado e que, posteriormente, as Ligas caíram porque não tinha mais com quem trabalhar. Inclusive o pessoal da Liga, e que estava em torno da Liga, viu que a realidade estava com a associação. Então, correram tudo para a associação pedindo terra. Até o presidente da Liga me pediu um sítio lá.*"

Embora não reconheça a competição com as Ligas, o discurso acima aponta, claramente, para o seu esvaziamento em Campos. Este processo, porém, é descrito como mera resultante do reconhecimento, por parte dos lavradores, da justeza maior e do acerto da proposta da FALERJ. Mas ele também aponta para um outro fator que, certamente, deve ter pesado a seu favor: a distribuição de terras.

De fato, a distribuição de terra representava um importante recurso de poder. Assim, colocando-se à frente do movimento, a FALERJ conseguiria apropriar-se desta função, e Pureza a exerceria de forma centralizada. Com a desapropriação

da área, a FALERJ sairia favorecida, legitimando-se ainda mais neste seu papel de concessora de lotes. Dispunha ela, desta forma, de mecanismos pelos quais as lealdades dos camponeses de Liga poderiam ser transferidas para si própria.

Vemos, portanto, que se as Ligas Camponesas não se constituíram num sério adversário político para a FALERJ, no estado do Rio, por sua fraca penetração real junto ao campesinato, potencialmente elas se constituíam numa ameaça. Não é por outra razão que se tornaram uma referência obrigatória para as lideranças da federação que, a partir da própria politização do movimento camponês fluminense, delas procuravam se diferenciar. Só que o caminho geralmente adotado por aquelas lideranças, era o de negar a existência de Ligas no estado.

A esta negação da existência política das Ligas no Rio de Janeiro, veio somar-se a neutralização de seu trabalho em Campos, a partir da ocupação do Imbé. Este tipo de atuação reforçava a própria FALERJ, uma vez que procurava garantir para ela o monopólio da representação do campesinato fluminense, apresentando-a como única portava-voz de seus interesses. Além disso, ele também contribuiu, ao que nos parece, para a produção de uma certa amnésia sobre a presença e a atuação, ainda que tênue, das Ligas Camponesas, "*exorcizando-as politicamente*", fechando para elas o espaço político do estado do Rio.(78)

---

(78) A idéia de "*exorcismo político*" nos foi sugerida por Moacir Palmeira.

5.5 - A radicalização

A representação predominante, hoje, do PCB no início dos anos 1960, é a de um partido eminentemente reformista, que propugnava a transformação social através de mudanças graduais, pacíficas, e que orientava suas bases para uma atuação legal. Perguntados, porém, como poderia um partido, com tal postura, aprovar ações como as resistências armadas e as ocupações dirigidas de terras, antigos militantes comunistas fluminenses procuram relativizar aquela visão. Um deles, por exemplo, recorda a existência de pequenos grupos de estudo e treinamento de luta armada. Ressalta, porém, que tais grupos eram restritos e objetivavam, apenas, a preparação para uma eventual necessidade de auto-defesa, visto que a linha adotada pelo Partido, de maneira geral, não era a da luta armada. Assim, dentro desta postura de auto-defesa, as resistências e ocupações armadas também eram recomendadas aos lavradores.

Um outro militante, antigo responsável pela seção de campo do PCB no estado do Rio, vai além destas colocações, revelando a existência de tensões com a direção nacional. Segundo ele, *"a luta camponesa no estado sempre foi mais radical. Muitas vezes éramos nós do PC que orientávamos as lutas armadas. Recomendávamos que se armassem para a auto-defesa."* Este tipo de postura, contudo, não era bem visto pela direção do Partido:

> *"Nem tudo era um mar de rosas dentro do PC. Embora dentro da linha geral nós, a partir da nossa própria prática, criticávamos alguns pontos. Eu era muito criticado."*

Acreditamos que este tipo de postura se tenha constituído a partir das próprias condições específicas do trabalho político no campo no estado do Rio, não podendo ser dissociado delas, como se fosse uma opção a priori. Ele deve ser entendido a partir da dupla referência que, como ressaltamos, marca o jogo político. Assim, se o PCB, e também a FALERJ, acabaram encampando reivindicações mais radicais, isto, a nosso ver, se deve não apenas ao temor de perder o controle sobre o movimento, mas também, e principalmente, ao risco de ceder a dianteira para uma outra força que, com eles, competia pelo controle político do campesinato, ou das ações camponesas.

Não é possível pensar a intensificação das lutas no campo no estado do Rio, no início dos anos 1960, apenas como fruto de uma irresistível pressão das bases, que empurrava adiante, ou mesmo atropelava, as lideranças mais moderadas ou conciliadoras. A FCOF também atuou na Baixada, por exemplo, onde foi maior a pressão, e, nem por isso, foi levada a adotar formas de luta mais radicais. Pelo contrário, continuou buscando a contenção, combatendo as ocupações e as resistências armadas, apelando para a manutenção dos princípios da lei e da ordem. Desta forma, a pressão, que de fato havia, parecia incidir de forma diferenciada sobre a FCOF, por um lado, e a FALERJ, e os comunistas, por outro, gerando, ao mesmo tempo, diferentes respostas por parte destes grupos. Enquanto um via nela um indicador da necessidade de promover a moderação, o outro apontava para a solução através de medidas mais incisivas.

É interessante observar que, no projeto de criação do

Centro de Treinamento de Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro, encaminhado pelo padre Carvalho, dizia-se que esta experiência deveria ser estendida para outros estados do Brasil. Três, no entanto, eram as razões apresentadas para que o primeiro Centro fosse instalado no Rio de Janeiro. A primeira, era o fato de se encontrar este estado situado entre os três maiores centros do país: São Paulo, Guanabara e Minas Gerais . A segunda, era a facilidade de transporte e de comunicação com a cidade do Rio de Janeiro. A terceira, finalmente, era a seguinte:

> *"Por ser o estado especialmente visado pelos comunistas, sendo quase diárias as invasões de terras por camponeses, que na sua maioria servem apenas de massa de manobras para os aproveitadores e exploradores da miséria humana".* (79)

A diferença nas respostas dadas pelos dois grupos às pressões do campesinato pode ser explicada, em parte, pelas diferentes visões do mundo social que tinham a FCOF e a FALERJ e os comunistas. Como pudemos observar, a luta entre eles era, também, uma luta pela conservação ou pela transformação da ordem social. Por isso mesmo, operavam ambos os grupos com noções de legitimidade distintas, que buscavam impor aos camponeses.

Nesta sua disputa pela imposição de uma determinada representação do mundo social e, igualmente, uma representação do campesinato, cada grupo procuraria mostrar-se como seu legítimo intérprete e porta-voz. E isto, eles o fariam buscando

---

(79) Centro de Treinamento de Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro (CETTRERJ). p2. Coleção Eduardo Martins.

convencer os camponeses não apenas de que suas propostas eram justas, mas também de que eram mais autênticas que as do adversário. Desta forma, cada grupo, ao se posicionar, fazia-o não somente em relação aos interesses dos camponeses, mas igualmente em relação ao seu rival, dele se diferenciando e buscando deslegitimá-lo.

É preciso frisar, contudo, que não apenas os posicionamentos ao nível do discurso devem ser vistos de forma relacional, mas também as próprias ações concretas. Grupos com visões de mundo distintas podem, muitas vezes, tomar atitudes semelhantes. Assim, as posturas da FCOF, sua ênfase na conscientização, seu apego aos princípios da lei, devem ser vistos igualmente, ao que nos parece, como uma tentativa de demarcar o seu espaço político, dentro de um quadro de crescente radicalização. E é também esta mesma tentativa que, a nosso ver, pode ajudar a entender o fato de que, ao buscarem se diferenciar das organizações orientadas pelos Círculos, as antigas lideranças da FALERJ lembrem-se, em contrapartida, de seus enfrentamentos com jagunços e grileiros, das resistências e ocupações.

A entrada do campesinato na cena política provoca alguns deslocamentos e rearranjos. O dinamismo deste processo faz com que reivindicações e palavras de ordem, que antes eram veiculadas exclusivamente pelos setores de esquerda, passem a ser disputadas também por outros setores. A adoção de palavras de ordem como a da reforma agrária, ou a defesa de reivindicações como a desapropriação de terras, ao que parece, tornaram-se, mais claramente a partir do início dos anos 1960, elementos que

conferiam prestígio político. Assim é que, mesmo alguns grupos conservadores, e políticos tradicionais, passam a incluí-los em seu discurso.

Se observarmos a distribuição das cadeiras na Assembléia Legislativa fluminense, veremos que, entre 1947 e 1962, os grandes partidos - PSD, PTB e UDN - ou experimentaram uma queda na sua representação, ou apenas conseguiram mantê-la. Assim, se nas eleições de 1947, o PSD consegue fazer 24 das 54 cadeiras, em 1950 este número cai para 18, subindo para 20 em 1954, e tornando a cair, a partir dali, para 15 em 1958, e para 12 em 1962. Este último resultado torna-se ainda mais expressivo se levarmos em conta que, em 1962, o número total de cadeiras havia aumentado para 62.

Quanto à UDN, ela que fizera 14 cadeiras em 1947, consegue manter sua representação em 1950, declinando, porém, daí em diante, para 10 em 1954, e para 7 em 1958, número que manteve em 1962. Já o PTB que, em 1947, conseguiu eleger 8 representantes, subiu para 15 em 1950, caindo depois para 11 em 1954, mas subindo novamente, agora para 13, em 1958. Em 1962 o PTB conseguiu eleger, mais uma vez, 13 deputados. Em termos gerais, porém, sua representação decaiu, tendo em vista que o número total de cadeiras havia aumentado.(80)

Ainda que estes dados, por si sós, não sejam suficientes para uma afirmação, eles podem estar indicando uma mudança

---

(80) Quadro eleitoral desde 1945. Arquivo PSD Fluminense, documento 63.06.27.

no perfil do eleitorado fluminense, bem como uma desestruturação de algumas clientelas tradicionais. Esta hipótese ganha ainda mais força, se lembrarmos do grande aumento populacional que, como já vimos, municípios como São João de Meriti, Niló - polis, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, vinham experimentando principalmente a partir dos anos 1940.

Para os políticos tradicionais, portanto, a defesa de algumas reivindicações do campesinato, neste contexto, poderia conferir-lhes uma nova projeção, bem como lhes abrir o acesso a uma parcela do eleitorado, disputando espaço com a própria esquerda. Isto, a nosso ver, poderia explicar, ao menos em parte, o comportamento de alguns pessedistas, ou ex-pessdistas, como o governador Miguel Couto Filho que, ainda na década de 1950, desapropriou duas fazendas, ou como os também governadores Celso Peçanha e Carvalho Janotti que, além de terem igualmente promovido algumas desapropriações, parecem ter favorecido a ação da FALERJ.

Alguns desses políticos procuraram agir diretamente junto ao campesinato mobilizado, buscando inserí-lo num esquema clientelístico. Tal foi o caso, como vimos, de Roberto Silveira e Tenório Cavalcanti. A trajetória deste último é particularmente reveladora de como, no processo de competição política, mesmo agentes com posições conservadoras podem ser levados a adotar formas radicais de ação.

Aliando-se a setores de esquerda em função das elei - ções de 1962 para o Governo do estado, Tenório, um ex-udenista, terminaria tendo seu nome associado a um novo grupo no campo .

Tendo à frente Paulo Valente, este grupo atuaria independentemente dos demais, promovendo igualmente ocupações de terras. Seu principal veículo era o jornal Luta Democrática que, partindo de suas já vistas denúncias de infiltração comunista entre os camponeses, e de sua defesa, simplesmente, da colonização das terras devolutas do estado, ambas expressas durante a década de 1950, percorreria um longo caminho. Este mesmo jornal, já em agosto de 1963, exaltaria os camponeses que, em território fluminense, vinham fazendo a reforma agrária, muitas vezes, *"na marra"*, enquanto *"conhecidos demagogos"* a debatiam, *"apresentando fórmulas elaboradas em gabinetes, e em bate-papos amigáveis com grileiros e latifundiários."* Nesta sua ação, o campesinato, segundo o jornal, tinha sempre a seu lado Tenório e Paulo Valente:

> *"Enquanto seu secretário, às vezes de arma em punho, enfrentava os latifundiários e seus assalariados (inclusive a Polícia) que atiravam gado e bandidos nas áreas cultivadas, o deputado Tenório, em seu jornal, nas praças públicas, na Câmara, junto ao presidente da República, ou à SUPRA, dava início a uma longa peregrinação que só terminará com a emancipação econômica do país, através das reformas que o povo reclama."* (81)

É interessante que o próprio governador Badger da Silveira, apesar de sua notória oposição às ações desenvolvidas no campo pelos setores de esquerda, apesar de sua insistência em manter o padre Carvalho à frente do Plano Agrário, começava a emitir alguns sinais de mudança já em março de 1964. O governador, segundo o Jornal do Brasil, teria iniciado uma aproxima

---

(81) Luta Democrática, 10/8/1963, p5.

ção com as esquerdas no estado, tendo em vista o Comício da Central do Brasil, para o qual teria sido feita uma mobiliza - ção conjunta. Esboçava-se, a partir daqui, a possibilidade de abertura de espaços para os setores de esquerda junto ao Gover no. Como resultado desta aproximação já estava sendo esperada, para qualquer dia, a substituição do padre Carvalho.(82)

Os dias se passaram e a queda do padre Carvalho não se deu. A ocorrência do Golpe de 1964, por sua vez, não nos per mite saber se a notícia não passava de especulação. O próprio governador terminaria sendo substituído de seu cargo antes mes mo do padre. O fato, no entanto, parece indicar a força que a mobilização vinha alcançando no estado e, ao mesmo tempo, o grau em que a mobilização vinha sendo tomada como medida de for ça e de notoriedade. Mais ainda, ele parece indicar, também , que eram as palavras de ordem tradicionalmente identificadas co mo sendo de esquerda que, então, vinham adquirindo um grande potencial mobilizador.

É por isso, ao que nos parece, que pequenos políticos, buscando ascender e afirmar a sua liderança, bem como obter ganhos eleitorais mais imediatos, promoveram ações como resis- tências e ocupações. Tal parece ter ocorrido na ocupação da área de mananciais em Tinguá, Nova Iguaçu, chefiada por um lí- der pessedista local, Simplício Rodrigues Rosa. O movimento era denuciado por diversos setores como uma "*manobra eleitoreira*", inclusive, segundo o Correio da Manhã, pelos "*elementos mais*

---

(82) Jornal do Brasil, 15/3/1964, 1º caderno, p25.

extremistas" vinculados a associações e ligas de lavradores.(83)

O contexto político, que se vinha conformando no estado do Rio, tornava possível, como o próprio caso de Tinguá o demonstra, a penetração de elementos individuais, sem uma tradição de trabalho no campo, que, com interesses variados, promoviam ocupações. Para penetrar no movimento, estes líderes individuais apresentavam-se com propostas mais radicais que as das organizações que ali já atuavam. E eram estas mesmas que, em algumas ocasiões, lhes abriam o caminho. Isto teria ocorrido, por exemplo, no levante de São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu. Ali, segundo um líder local, o próprio grupo da Liga de Cachoeiras teria dado passagem para Mariano Beser, considerando sua estratégia mais "*brilhante*".

A presença desses líderes individuais, e a recorrência das ocupações, indicam que havia uma população, de certa forma, disponível para este tipo de ação. Como recorda um antigo dirigente da FALERJ, criticando a atuação de Davi Barbudo, que liderou uma ocupação também na área de Tinguá, "*naquela época, qualquer um que chegasse e dissesse: - Vamos ocupar ! O pessoal ia. Então, houve muito aproveitador e tal, né.*"

Num quadro como este, uma vacilação poderia representar a perda de controle sobre um movimento, como ocorreu em Capivari, Duque de Caxias. Ali, como já foi visto, havia um forte clima de tensão em função do despejo judicial dos lavradores, marcado para junho de 1963. O despejo, parte de uma sé-

(83) Correio da Manhã, 28/6/1962, 1º caderno, p3.

rie que já havia atingido Magé e Paracambi, inseria-se numa investida do Judiciário no sentido de conter as ocupações. A justificativa para o despejo era de que, mesmo tendo sido decretada a desapropriação da área, o depósito de indenização ainda não havia sido realizado.

A Associação dos Lavradores de Duque de Caxias vinha preparando os posseiros para que resistissem ao despejo. Como em todas as resistências, para lá ocorreram pessoas de outras áreas com o objetivo de ajudar no movimento. Entre elas estava o padre Anibal Magalhães, que havia vindo com um grupo de homens de Nova Iguaçu.

A tensão crescia na área com os insistentes boatos de que as tropas da PM já estavam a caminho. Mesmo após a realização do depósito, que garantiria a sustação do despejo, os boatos e a tensão persistiram. Assim, aproveitando-se da situação, o padre Aníbal, por meio de armas e com o apoio de alguns lavradores da própria Asssociação de Duque de Caxias, assumiu o controle do movimento e promoveu o levante.(84)

A perda de um movimento poderia representar sério prejuízo político. Assim, a Associação e a FALERJ procurariam, imediatamente, reforçar o seu controle sobre ele e, ao mesmo tempo, esvaziar a liderança de Aníbal, desmobilizando também os lavradores. Dizia a Federação numa nota lançada por ocasião do levante:

---

(84) Jornal do Brasil, 22/6/1963, 1º caderno, p5. Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 22/6/1963, p2. Dados de entrevista.

> "Como fruto da nossa luta, esclarecemos que as fazendas Piranema, Penha-Caixão e Mato Grosso já foram desapropriadas. Nós vimos o Dr. João Caruso, presidente da SUPRA, depositar o dinheiro com guia do Juiz, no Banco do Brasil de Niterói, sendo Cr$ 2 milhões para Capivari. Se este acontecimento nos traz grande alegria, por outro lado necessitamos corrigir imediatamente a má situação a que está nos levando o falso padre Aníbal Magalhães. Ele se apossou abusivamente do comando da nossa luta e está praticando sujeiras, como atacar armazéns pequenos. Fiquemos unidos e afastemos o falso líder. Aguardem nossa palavra de ordem." (85)

O momentâneo atropelamento da Associação dos Lavradores de Duque de Caxias e da FALERJ, em Capivari, daria oportunidade, também, para que outros competidores, como as Ligas Camponesas, procurassem ampliar o seu desgaste político. Referindo-se aos quadros daquelas duas organizações como os "*verdadeiros líderes*" de Capivari, o jornal Liga lhes teceria duras críticas, aproveitando o caso também para, implicitamente, fustigar a ULTAB, que disputava com as Ligas a liderança nacional do movimento camponês:

> " Não podemos, porém, deixar de lamentar o desvirtuamento a que foi levado o movimento, em Capivari, onde os verdadeiros líderes se deixaram ultrapassar por um aventureiro, a serviço de grupos políticos, que mais não visam do que interesses pessoais, ou, quem sabe, a destruição dos verdadeiros objetivos da luta no campo.
>
> Como conseguiu o oportunista Aníbal assumir a liderança de quase mil camponeses já conscientizados da sua luta? Grande parte da culpa cabe, evidentemente, aos que têm em suas mãos a tarefa de dirigir e organizar a luta no campo daquele estado. Homens que representam, até o momento, o verdadeiro anseio de liberdade dos sem-terra fluminenses, deixaram-se envolver e supe-

(85) Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro, 22/6 / 1963, p2.

rar momentaneamente por um homem sem objetivos definidos (ou objetivos escusos).

.....

Fiquemos alertas! A sofrida massa camponesa não pode constituir-se em joguete para fins suspeitos. Que o erro sirva de lição aos hesitantes, aos que temem tomar atitudes e que fazem movimentos desarticulados, quando o caminho é a união. Só a união pode levar à vitória final, pois o interesse do camponês sulino é o mesmo do homem do Nordeste. Todos querem terra, trabalho e vida condigna, que só alcançarão quando forem emancipados." (86)

Movimentos como os de Capivari e de São José da Boa Morte, bem como uma série de outros que já foram vistos anteriormente, demonstram que se havia formado, no Rio de Janeiro, um contexto favorável à mobilização através de resistências e ocupações. E para que isto ocorresse, contribuiu também, ao que nos parece, a atitude do Governo federal, ainda que, ao contrário do que sustentavam os setores conservadores, ele não tivesse, diretamente, instigado aquelas ações.

As sucessivas desapropriações de áreas de litígio legitimavam as pretensões dos posseiros em relação às terras. Mais ainda, na medida em que, pelo dinamismo do jogo político, elas passaram a conferir prestígio para aqueles que delas se apropriavam alguns agentes começaram a investir na mobilização como forma de auferir capital político.

É verdade que o Governo federal vinha demonstrando alguma preocupação com o rumo dos acontecimentos no Rio de Janei

---

(86) Liga, 26/6/1963, pl.

ro. Em agosto de 1963, João Pinheiro Neto declarava que a SUPRA promoveria desapropriações apenas como último recurso. E em dezembro daquele mesmo ano, segundo o presidente da CPI das Terras da Assembléia Legislativa, deputado Amyl Ney Rechaid (PSD), João Pinheiro teria assumido, por escrito, o compromisso de não permitir novas ocupações de terras no estado.(87) Isto, porém, ao que nos parece, não indica que o Governo federal também não procurasse obter ganhos políticos através das desapropriações. Desta forma, ele tanto poderia aumentar sua credibilidade junto aos camponeses, quanto pressionar o Congresso para que aprovasse medidas que possibilitassem a realização da reforma agrária no país.(88) Além disso, alguns antigos dirigentes da FALERJ fazem referência ao fato de que a SUPRA tinha conhecimento prévio de algumas ocupações.

De qualquer forma, há um dado que é bastante significativo. Segundo informações da SUPRA, quinze áreas haviam sido desapropriadas por ela, até o final de 1963, em todo o Brasil.

---

(87) Jornal do Brasil, 9/8/1963, 1º caderno, p9. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 21/2/1964, seção II, p3.

(88) O Governo João Goulart vinha se empenhando para que a Constituição de 1946 fosse reformada, de maneira a permitir que as desapropriações fossem feitas não em dinheiro, mas em títulos da dívida pública. Argumentava-se, então, que o preceito constitucional que obrigava a indenização prévia em dinheiro era o que impedia a execução da reforma agrária no país, visto não dispor o Estado dos recursos que seriam necessários. As fortes resistências por parte dos setores conservadores, no entanto, impedia que a medida fosse aprovada. Diante disso, os grupos de esquerda iniciaram uma série de mobilizações, visando pressionar o Congresso para que efetivasse a reforma. Sobre esta questão ver Aspásia Alcântara de Camargo. (1981)

Destas, cerca de 50%, isto é, sete áreas, localizavam-se apenas no estado do Rio.(89) E além destas sete, duas outras seriam desapropriadas pela Superintendência, ainda antes do Golpe de 1964. Tratava-se das fazendas Agro-Brasil, localizada em Cachoeiras de Macacu, e Tocaia, em Magé, ambas ocupadas por lavradores.

Vemos, assim, que o sistema de relações políticas que se estabeleceu no campo fluminense, a partir do início da década de 1960, levou a que a mobilização e a adoção de formas radicais de luta, principalmente as ocupações, fossem privilegiadas. Desta forma, diversas forças, inclusive políticos tradicionais, foram atraídos para uma postura, até então, exclusiva à esquerda. Neste processo, em que cada um dos grupos procurava ampliar o seu espaço e afirmar-se acima dos demais, a mobilização e a radicalização eram constantemente alimentadas.

É preciso ter em conta, entretanto, que a radicalização não tinha apenas uma componente. Também buscando demarcar o seu espaço e sua especificidade, já vimos que a FCOF adotou uma postura intransigente de atuação dentro dos limites da legalidade, e de promoção da desmobilização. Talvez por isso mesmo não tenhamos encontrado, nem nos poucos documentos da FCOF a que tivemos acesso, nem nos depoimentos de seus antigos dirigentes, uma defesa da desapropriação de terras no estado, apesar da desapropriação de áreas improdutivas para serem vendidas a prazo para os lavradores ter sido um dos pontos aprovados pelo VIII Congresso Nacional dos Círculos Operários, reali

(89) Relação das áreas desapropriadas no Brasil. Serviço de Planejamento Territorial da SUPRA. Coleção Eduardo Martins.

zado em meados de 1962.[90] Pudemos observar como as desapropriações, disputadas por várias forças, e a mobilização, estavam bastante associadas no estado do Rio.

É interessante, contudo, atentar para o fato de que, ao procurarem se diferenciar desta posição da FCOF, forças como a FALERJ eram levadas, justamente, a enfatizar a luta e a mobilização.

Para finalizar, lembraríamos de um outro elemento importante na composição deste quadro geral de radicalização no estado. Trata-se dos proprietários. Também eles, como vimos, vinham radicalizando as suas posições, obstaculizando as desapropriações, impedindo o funcionamento de sindicatos de lavradores, intimidando técnicos da SUPRA e não escondendo que estavam se articulando e se armando para fazer frente às ocupações.

É somente pela interação de todas estas forças, que se fecundam entre si, que podemos compreender, em sua complexidade, o processo que levou a que, no início dos anos 1960, o estado do Rio de Janeiro fosse visto como um "*barril de pólvora*" prestes a explodir.

---

(90) Conclusões do VIII Congresso Nacional dos Círculos Operários. 1962. Coleção Eduardo Príncipe.

CONCLUSÃO

Procuramos, ao longo deste trabalho, romper com um esquema linear tradicional de análise da participação política do campesinato. Partindo da situação de classe, este esquema passa pela consciência de classe, que é derivada da primeira, até chegar à ação de classe. Aqui, portanto, os tipos de consciência e de ação de um grupo poderiam ser depreendidos de sua posição na estrutura social.

Tomando por base as relações sociais existentes no campo fluminense, tentamos mostrar como as mobilizações que ali ocorreram não se deviam, simplesmente, à subordinação à qual os lavradores se encontravam submetidos, ou mesmo aos despejos. Foi a quebra da dominação, propiciada pela presença de um elemento externo, o grileiro, que tornou possível o desencadeamento das lutas a partir da Baixada. O efeito involuntário da sua presença foi o de romper com a inevitabilidade dos despejos, que passaram a figurar como processos arbitrários. E foi na luta contra os despejos, contra os grileiros, que se forjou a categoria posseiro. Através desta categoria é que se reconheciam todos os lavradores que lutavam pela terra.

Na verdade, um outro fator fundamental para que as lutas deslanchassem foi a presença, na Baixada, de mais um elemento externo. Tratava-se de militantes comunistas que, a partir de fins dos anos 1940, começam a intensificar o trabalho de organização do campesinato. Eles poderiam ser

vistos como os portadores daquilo que Bourdieu chama de discurso herético, isto é, um discurso que denuncia a adesão à ordem estabelecida e que, ao mesmo tempo, propõe um novo ordenamento social. Desta forma, seriam eles que poriam à disposição dos lavradores, um novo aparelho de percepção e de expressão do mundo social, através do qual poderiam pensar e falar de sua condição. (Bourdieu, 1980a: 262 e 263)

O discurso, contudo, não tem o efeito mágico da revelação. A existência de grupos de militantes fazendo o trabalho de proselitismo não é condição suficiente para o seu sucesso. A força de uma idéia está, justamente, no seu potencial mobilizador e, assim também, na sua possibilidade de ser reconhecida pelo grupo ao qual se dirige. (Bourdieu , 1981: 12 e 13)

Em suas constantes autocríticas, os comunistas, até o início dos anos 1950, referiam-se recorrentemente ao fato de que a organização e a mobilização do campesinato ainda eram bastante incipientes, não obstante as suas investidas junto a este setor social. De fato, há algumas indicações de que, ao menos desde a década de 1930, os comunistas já vinham buscando atuar no campo.(1) Os insucessos, contudo, eram

(1) Edições de fevereiro de 1930 do jornal A Classe Operária dão conta da realização, em Ribeirão Preto, São Paulo, de um Congresso dos Colonos e Assalariados Agrícolas, cujo objetivo era "*estudar a situação econômica e política e organizar os trabalhadores do campo em sindicatos revolucionários.*" Teria sido fundado, inclusive, naquela ocasião, um Sindicato dos Trabalhadores e Colonos que, dizia o jornal, seria uma "*organização de luta do proletariado do campo do Brasil, contra a opressão dos fazendeiros, pela libertação dos trabalhadores.*" A Classe Operária: 15/2/1930, p1; 22/2/1930, p2.

atribuídos à insuficiência deste mesmo trabalho, que não estaria sendo encaminhado de forma decidida. É como se aquilo que, como consideravam os comunistas, era o caráter libertador, justo e verdadeiro de sua proposta, fosse garantia de que ela calasse fundo na alma do camponês, tudo dependendo de um trabalho eficaz.

Embora o proselitismo seja um elemento fundamental, é preciso ver que uma proposta, para ser reconhecida, deve corresponder a contradições reais vividas pelo grupo que é seu destinatário. É por isso que foi a partir da Baixada, onde ocorria um processo de quebra da dominação, que se irradiaram as associações de lavradores no estado do Rio. Elas foram criadas, justamente, nas áreas de luta.

Eram os lavradores em luta, os posseiros, que, basicamente, participavam das associações. Eram os posseiros das áras em litígio que, dentro de cada município, controlavam as associações de lavradores. E, por sua vez, eram os lavradores das áreas mais mobilizadas que controlavam a FALERJ.

A diferenciação política dos lavradores não foi, portanto, uma decorrência direta da diferenciação econômica. Não foi a *"miséria"* e a *"opressão"* que os conduziu à mobilização, mas sim a *"desnaturalização"* da sua condição, propiciada pela presença do próprio grileiro, que ajudou no rompimento da dominação. Também o trabalho político teve um papel importante para que isso ocorresse.

Os estudos sobre participação política do campesinato lidam, por via de regra, com situações em que existem comunidades camponesas estabelecidas. Mesmo no Brasil, se tomarmos o exemplo de Pernambuco, veremos que, ali, a ação se desenvolveu a partir de grupos já constituídos. A quebra da relação vertical de dominação, entre o proprietário e os camponeses, tornou possível a redefinição dos laços horizontais preexistentes entre estes. A composição dos grupos, no entanto, não se alterou substantivamente, apesar de terem eles assumido uma nova identidade.

O caso do estado do Rio de Janeiro é particularmente interessante porque aqui, como vimos, a ação política não se dava, em geral, sobre comunidades constituídas de longa data. Na Baixada, onde o movimento se iniciou, a ocupação, também em termos gerais, era relativamente recente quando ocorreu o Golpe de 1964. As próprias lutas eram constituidoras de grupos, ainda que a partir de diversos subgrupos. Pudemos observar como, com as resistências, quebrada a autoridade dos responsáveis pela terra, novos lavradores, principalmente orientados pelas associações, mas também chamados por parentes ou antigos vizinhos já residentes no local, começavam a entrar na área sem a mediação daqueles responsáveis. E da mesma forma, as ocupações eram feitas pelas associações ou pela FALERJ, que reuniam, para tanto, lavradores de várias regiões do estado, e mesmo do país. Uma vez realizada a ocupação, outros lavradores, igualmente de procedência diversa, acorriam à fazenda em busca de um lote.

Assim, mesmo que houvesse subgrupos, os grupos, de forma mais ampla, não preexistiam à ação, sendo formados a partir dela. Neste sentido, o papel desempenhado pelos líderes era fundamental, constituindo-se num ponto de referência central para o grupo. Ao nível externo, eram eles que expressavam o grupo, falando por ele. Internamente, exerciam suas funções de maneira enérgica, influindo decisivamente na distribuição dos lotes e na triagem dos novos lavradores. Organizavam atividades integrativas e constituíam comissões, com funções diversas, para dividir o trabalho. Além disso, funcionavam como mediadores em questões como disputas entre lavradores e mesmo, ao que parece, em matrimônios.

Devemos ter em conta que, se neste processo de mobilização, e também de organização, dos camponeses no estado do Rio, foi relevante a atuação do PCB, esta não foi no entanto, uma atuação solitária. Tentamos mostrar que as ações concretas dos comunistas no campo fluminense, assim como não podem ser entendidas, simplesmente, a partir do programa nacional do Partido, também não devem ser vistas apenas pelo prisma de suas relações com os posseiros, e destes com os grileiros. Havia também outras forças presentes, e a análise de suas atuações, de suas tomadas de posição, não pode ser feita de forma isolada.

Como vimos, o reconhecimento do campesinato produziu claros deslocamentos e rearranjos no campo político. A politização da questão agrária e as disputas que se travaram em torno do novo ator fizeram com que, mesmo alguns políticos

conservadores, assumissem posturas até então características de grupos de esquerda. E aqueles que não o fizeram, foram obrigados a incluir, em sua pauta política, temas antes malditos, como o da reforma agrária. Praticamente todos se diziam favoráveis a ela procurando impor-lhe, contudo, interpretações e conteúdos diversos, de acordo com os interesses em questão.

O dinamismo do jogo político, a partir da entrada em cena do campesinato, fez com que as ações em favor deste pudessem ser revertidas em capital político. Por isso mesmo, alguns políticos tradicionais procuraram atuar diretamente junto aos camponeses, reproduzindo esquemas clientelísticos. O problema que se colocava, contudo, era o de como lidar com o campesinato mobilizado, inserindo-o em suas clientelas. Roberto Silveira, como vimos, formou a sua própria federação de lavradores, a FLERJ, que se opôs à FALERJ. Tenório Cavalcanti, por seu turno, aliou-se a esta última federação. Na tentativa de afirmar o seu esquema, entretanto, o grupo de Tenório findaria criando áreas de atrito e competindo com a sua aliada.

Foi este mesmo processo político que produziu, no estado do Rio, uma situação em que ações como as desapropriações de terras podiam conferir prestígio político a quem delas se apropriasse. A apropriação política de uma desapropriação, no entanto, só era possível se o agente se colocasse à frente de uma luta, uma resistência ou uma ocupação, ou se, uma vez decretada a desapropriação, ele conseguisse a

firmar-se como o verdadeiro responsável pela medida. Foi este último o caminho, geralmente, adotado pelos políticos. Não foi, no entanto, o caminho adotado pela FALERJ, assim como também não foi o caminho adotado pelo grupo de Tenório Cavalcanti, que passou a promover suas próprias ocupações. Igualmente as Ligas participaram de ocupações e, da mesma forma que elas, outros grupos menores e até elementos individuais. Para estes elementos individuais, pequenos políticos inclusive, a mobilização poderia ser uma forma de alcançar, rapidamente, notoriedade e projeção políticas.

Desta forma, a politização da questão agrária parece ter criado, no estado do Rio, uma disputa pelas lutas, particularmente as ocupações. É esta disputa, a nosso ver, que está na base da intensificação da mobilização camponesa no estado no início dos anos 1960.

É claro que, como vimos, nem todos embarcaram na mobilização. Operando dentro de um quadro de legitimidade distinto, e buscando demarcar o seu espaço político, diferenciando-se, assim também, das demais forças, a FCOF investiu, ao contrário, na contenção da mobilização. No entanto, competindo com ela pelo controle do campesinato, grupos como o da FALERJ, tentando marcar a sua especificidade, eram levados, justamente, a realçar as lutas, os enfrentamentos com grileiros e jagunços. O que estava em jogo, aqui, era a disputa pela imposição de diferentes representações do mundo social e, por extensão, dos camponeses, implicando também em estilos de atuação diversos.

Vemos, portanto, que as disputas políticas geradas no processo de inserção do campesinato, produziram, no estado do Rio de Janeiro, uma situação em que a mobilização era constantemente alimentada. Ainda que nem todas as forças tivessem enveredado pela mobilização e pelas formas radicais de luta, o conjunto de relações terminava por desembocar num privilegiamento destas. Configuravam-se assim, para o estado, nos anos que antecederam o Golpe de 1964, imagens como a de um *"barril de pólvora prestes a explodir"*, ou a de um *"caldeirão fervente"*.

A intensificação das lutas no campo fluminense têm, contudo, outros componentes que não podemos deixar de relevar. Um deles, é o Governo federal, tendo à frente João Goulart. A grande imprensa, de postura mais conservadora, utilizava as referidas representações do estado do Rio para criticar o Governo, acusando-o de fomentar a agitação. As indicações, no entanto, não sugerem que isto tenha,de fato, ocorrido. Apesar disso, parece-nos que o Governo federal procurou capitalizar a mobilização camponesa no estado, buscando fortalecer as suas posições diante da população e do Congresso Nacional. E, em assim o fazendo, contribuiu para legitimar a própria mobilização.

Finalmente, cabe destacar o papel dos proprietários, que também compuseram o quadro geral de intensificação das lutas no estado. Os indícios, já nos primeiros anos da década de 1960, são de que vinham se articulando de modo a conter a mobilização, igualmente de forma radical. Não pareciam

esconder que estavam se armando, e enfrentavam mesmo o Governo federal, tentando impedir que terras desapropriadas fossem colonizadas.

Concluindo, por conseguinte, vemos que as lutas no campo no estado do Rio de Janeiro não podem ser pensadas como fruto exclusivo da relação de uma organização com uma massa camponesa. Da mesma forma, as pressões das bases, por si sós, não são suficientes para explicar as posturas assumidas pelas diferentes forças que atuavam no campo. Além disso, ao falarmos apenas em pressões de base, estamos deixando de considerar uma série de questões importantes, como por exemplo, como são produzidas estas pressões, sobre quem e como elas são exercidas, quem as interpreta. Deixamos, enfim, de questionar a própria noção de base. Há, portanto, como procuramos mostrar, todo um complexo conjunto de relações que deve ser levado em conta. As lutas e as posições tomadas pelas forças presentes não podem ser entendidas, em sua complexidade, partindo-se de apenas um feixe de relações.

BIBLIOGRAFIA

1. Arquivos

Arquivo PSD. Seção Fluminense. CPDOC/FGV.

Coleção Badger da Silveira.

Coleção Eduardo Martins.

Coleção Educardo Príncipe.

Coleção Irênio de Matos Pereira.

2. Periódicos

A Classe Operária. Rio de Janeiro.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro.

O Cruzeiro. Rio de Janeiro.

O Dia. Rio de Janeiro.

O Estado de São Paulo. São Paulo.

O Fluminense. Niterói.

Imprensa Popular. Rio de Janeiro.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro.

Liga. Rio de Janeiro.

Luta Democrática. Rio de Janeiro.

Novos Rumos. Rio de Janeiro.

Problemas. Rio de Janeiro.

O Semanário. Rio de Janeiro.

Terra Livre. São Paulo.

Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro.

Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro. Niterói.

3. Livros, Teses e Artigos

ALAVI, Hamza.
1969 - Revolução no campo. In: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS DO SOCIALISMO. Rio de Janeiro, Zahar, p 299-351.

1973 - Peasant classes and primordial loyalties. The Journal of Prasart Studies. London, 1 (1): 23-62, oct.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de.
1983 - A ideologia da decadência: leitura antropológica de uma história da agricultura do Maranhão. São Luís, IPES.

ALVES, Marcio Moreira.
1968 - O Cristo do povo. Rio de Janeiro, Sabiá.

ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de.
1982 - Lutas pela terra na Baixada da Guanabara. Rio de Janeiro. Tese de Mestrado apresentada ao Curso de Planejamento Urbano e Regional da COPPE/UFRJ.

AREZZO, Dryden Castro de.
1984 - Memória da colonização oficial na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro, INCRA. (mimeo)

AREZZO, Dryden Castro de & BARROS, Roberto Guilherme Nunes.
1984 - Aspectos históricos e situaçãc atual da ocupação do território fluminense. Rio de Janeiro, INCRA. (mimeo)

AZEVEDO, Fernando Antônio.
1982 - As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

BARBOSA, Morvan de Paula & PALERMO, Luiz Alvear.
1963 - Relatório da viagem à Fazenda do Imbé. 21 a 23 de agosto. DEPROR/SUPRA. (dat.)

BARSTED, Leila de Andrade Linhares.
1981 - Legalidade e conflito social: uma análise das práticas e representações sociais sobre o direito. In: ROSA, Miranda, org., Direito e conflito social. Ric de Janeiro, Zahar. p 93-110.

BASTOS, Eliane Cantarino O'Dwyer Gonçalves.
1977 - Laranja e lavoura branca. Um estudo das unidades de produção camponesa da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro. Tese de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ.

s/d - Reconstituição do conflito da Boa Morte. Rio de Janeiro, PPGAS/UFRJ. (mimeo)

BASTOS, Elide Rugai.
1984 - As Ligas Camponesas. Petrópolis, Vozes.

BELOCH, Israel
1986 - Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada. Rio de Janeiro, Record.

BEVILAQUA, Clóvis.
1953 - Código Civil dos Estados Unidos do Brasil comentado. 9ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves. v.III.

BIANCO, Lucien.
1975 - Peasants and revolution: the case of China. The Journal of Peasant Studies. London, 2 (3):313-335, april.

BOURDIEU, Pierre.
1977 - Une classe objet. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Paris, (17/18): 2-5. nov.

1980 - L'opinion publique n'existe pas. In: ———. Questions de sociologie. Paris, Minuit. p 222-235.

1980a - La grève et l'action politique. In: ———. Questions de sociologie. Paris, Minuit. p 251-263.

1980b - Quelques propriétés des champs. In: ———. Questions de socilogie. Patis, Minuit. p 113-120.

1981 - La représentation politique: éléments pour une théorie du champ politique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Paris, (36/37): 3-24, févr - mars.

1981a - Decrire et prescrire; note sur les conditions de possibilite et les limites de l'efficacite politique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Paris, (17/18): 69-73, mai.

BRANDÃO, Alonso Caldas
s/d - Legislação trabalhista não consolidada ou esparsa. Rio de Janeiro, Serviço de Documentaçao do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística.
1924 - Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920. Rio de Janeiro, Typografia da Estatística.

BRUNEAU, Thomas C.
1974 - The political transformation of the Brazilian Catholic Church. London, Cambridge University Press.

CALAZANS, Maria Julieta Costa.
1983 - Os trabalhos rurais e a sindicalização - uma prática. Rio de Janeiro. (mimeo)

CALDAS, Fernando.
1963 - Do outro lado da Baía. Luta Democrática. Rio de Janeiro, 6 de agosto.

CAMARGO, Aspásia Alcântara de.
1973 - Brésil Nord-Est: mouvements paysans et crise populiste. Paris. Tese de doutorado de 3º ciclo apresentada à Universidade de Paris.

1981 - A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris, dir. O Brasil Republicano. São Paulo, DIFEL. p 121-224, t. 3, v. 3. (História Geral da Civilização Brasileira, 10)

CAMARGO, Aspásia, HIPPOLITO, Lúcia, D'ARAÚJO, Maria Celina Soares, FLAKSMAN, Dora Rocha.
1986 - Artes da política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

CHAMPAGNE, Patrick.
1984 - La manifestation: la production de l'événemente politique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Paris, (52/53): 19-41, juin.

CODERJ - Companhia de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro.
1970 - Diagnóstico do Estado do Rio de Janeiro. 2ª ed. Niterói.

CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO
1970 - Atualização, notas remissivas e índices pelo Desembargador Manoel Augusto Vieira Neto. São Paulo, Saraiva.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO
1959 - Atualização, comentários e notas explicativas por Victor Valerius, Rio de Janeiro, Aurora.

DANIELLI, Carlos.
1959 - Reforma agrária no estado do Rio. Novos Rumos. Rio de Janeiro, 19 a 25 de junho.

1959a - Uma tentativa malograda: Plano Piloto de Ação Agrária. Novos Rumos. Rio de Janeiro, 31 de julho a 6 de agosto.

1960 - A verdade sobre a política dos comunistas no estado do Rio. Novos Rumos. Rio de Janeiro, 1 a 7 de julho.

DREIFUSS, René Armand.
1981 - 1964: a conquista do Estado. Petrópolis, Vozes.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Departamento Estadual de Estatística.
1963 - Representação política: resultado das eleições de 7/10/62; resultado do plebiscito de 6/1/63. Niterói.

ESTERCI, Neide.
1972 - O mito da democracia no país das Bandeiras. Rio de Janeiro. Tese de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ.

FERREIRA, Jurandyr Pires.
1959 - Prefácio. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, IBGE. v. XXII.

FORTES, Maria do Carmo Cavalcanti.
1986 - Tenório - O homem e o mito. Rio de Janeiro, Record.

FUCHTNER, Hans.
1980 - Os sindicatos brasileiros de trabalhadores: organização e função política. Rio de Janeiro, Graal.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento de Estatísticas da População.
s/d - Censo demográfico de 1960. Série regional, v. I, t. XI - Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Centro de Serviço Gráfico do IBGE.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento de Censos.
1967 - Censo agrícola de 1960. Série regional, v. II, t. X - Espírito Santo, Rio de Janeiro e Guanabara. Rio de Janeiro, Centro de Serviço Gráfico do IBGE.

GALESKI, Boguslaw.
1972 - Basic concepts of rural sociology. Manchester, Manchester University Press.

GARCIA JR, Afrânio R.
1986 - Condition paysanne et marché du travail industriel. Un exemple au Brésil. Cahiers d'économie et sociologie rurales. Paris, (3): 114-140, déc.

GEIGER, Pedro Pinchas & MESQUITA, Myriam Gomes Coelho.
1956 - Estudos rurais da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro, IBGE.

GÓES, Hildebrando de Araújo.
1939 - O saneamento da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro, Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense.

GOMES, Ângela de Castro.
1981 - Trabalhadores do Brasil! Rio de Janeiro, CPDOC/FGV. (mimeo)

GRABOIS, Maurício.
1949 - Mobilizar grandes massas para defender a paz e derrotar o imperialismo e a ditadura. Problemas. Rio de Janeiro, (20), ago-set.

GRYNSZPAN, Mario.
1982 - Lavradores e grileiros na Luta Democrática. Rio de Janeiro, PPGAS/UFRJ. (mimeo)

1982a - Auto-retrato de uma candidatura: Tenório Cavalcanti e as eleições de 1962 ao Governo do estado do Rio. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV. (mimeo)

HILL, Maurício.
1962 - Baixada, Nordeste sem seca. Última Hora, edição do estado do Rio de Janeiro. Niterói, 30 de agosto.

HOBSBAWM, Eric J.
1974 - Peasant land occupations. Past & Present. Oxford, (62): 120-152, february.

1978 - Os camponeses e a política. Ensaios de Opinião. Rio de Janeiro, 8: 42-56.

HUIZER, Gerrit.
1973 - Peasant rebellion in Latin America. Middlesex, Penguin.

HUNTINGTON, Samuel P. & NELSON, Joan M.
1976 - No easy choice: political participation in developing countries. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.

IANNI, Octávio.
1975 - O colapso do populismo no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
1951 - Recenseamento geral do Brasil - 1º de setembro de 1940. Série regional, parte XV. Rio de Janeiro. Censo demográfico - população e habitação; Censos econômicos-agrícola, comercial, industrial e dos serviços. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE.

1955 - Recenseamento de 1950. Série regional, v. XXIII - Rio de Janeiro, t. 1 - Censo demográfico. Rio de Janeiro.

1956 - Recenseamento de 1950. Série regional, v. XXIII - Rio de Janeiro, t. 2 - Censos econômicos. Rio de Janeiro.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
1978 - Vade-Mecum Agrário. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal.

JULIÃO, Francisco.
1962 - Que são as Ligas Camponesas? Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. (Cadernos do Povo Brasileiro, 1)

KADT, Emanuel de.
1970 - Catholic radicals in Brazil. London, Oxford University Press.

LAMEGO, Alberto Ribeiro.
1964 - O homem e a Guanabara. 2ª ed. Rio de Janeiro, IBGE. (Setores da Evolução Fluminense, 3)

LINDOSO, José Felipe.
1983 - O campesinato e o mercado: circuitos comerciais e reprodução camponesa. Rio de Janeiro. Tese de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ.

MAGALHÃES, Joviniano de Caldas.
1970 - Manual Agrário. Rio de Janeiro, Gráfica Record.

MARESCA, Sylvain
1983 - Les dirigeants paysans. Paris, Minuit.

MARTINS, José de Souza
1981 - Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de.
1982 - A questão da reforma agrária no Brasil - 1955-1964. São Paulo. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

MENDES, Renato da Silveira.
1950 - Paisagens culturais da Baixada Fluminense. São Paulo, FFCL/USP.

MENDRAS, Henri.
1978 - Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro, Zahar.

MEYER, Doris Rinaldi
1983 - Os trabalhadores de cana e a luta pelos "*direitos*". Rio de Janeiro. (mimeo)

MOORE JR, Barrington.
1975 - As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa, Cosmos.

1978 - Injustice: the social bases of obedience and revolt. London, MacMillan.

MORAES, Clodomir.
1970 - Peasant leagues in Brazil. In: STAVENHAGEN, Rodolfo, ed. Agrarian problems and peasant movements in Latin America. New York, Doubleday and Co.

MORAES, Dênis de & VIANA, Francisco
1982 - Prestes: lutas e autocríticas. Petrópolis, Vozes.

O'DWYER, Eliane Cantarino
1982 - Carteira assinada - tradicionalismo do desespero ? Rio de Janeiro, PPGAS/UFRJ. (mimeo)

OLIVEIRA, Rubens de
1961 - Vereador fluminense fundou liga camponesa em Barra Mansa. Última Hora. Edição do estado do Rio de Janeiro. Niterói, 13 de julho.

PALMEIRA, Moacir G. S.
1975 - Diferenciação social e participação política do campesinato: primeiras questões. Rio de Janeiro, PPGAS/UFRJ. (mimeo)

1977 - Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional. Contraponto. Niterói, (2): 103-114. dez.

1985 - A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda, org. Igreja e questão agrária. São Paulo, Loyola. p 43-51.

PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA 1958-1979
1980 - Documentos. São Paulo, Ciências Humanas.

PRESTES, Luiz Carlos.
1954 - Organizar as grandes massas camponesas na luta pela terra. Imprensa Popular. Rio de Janeiro, 18 de dezembro.

PUREZA, José.
1982 - Memória camponesa. Rio de Janeiro, Marco Zero.

RAMOS, Plínio de Abreu
1958 - Primeiro apelo a Roberto Silveira. O Semanário. Rio de Janeiro, 16 a 23 de outubro.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
1907 - Colleção das Leis, 1903. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. v. 1.

1951 - Constituição dos Estados Unidos do Brasil - 1946. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional.

RIBEIRO, Affonso Duarte
1934 - Legislação do Governo Provisório de 1930 a 1933. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

ROCHA FILHO, Almir Porto da.
1985 - Usucapião. Revista de Ciência Política. Rio de Janeiro, 28 (1): 47-88, jan./abr.

RODRIGUES, Leôncio Martins.
1981 - O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris, dir. O Brasil Republicano. São Paulo, DIFEL. p 361-443, t.3, v. 3. (História Geral da Civilização Brasileira, 10)

SANTOS, Ana Maria dos.
1984 - Agricultural reform and the idea of decadence in the state of Rio de Janeiro, 1870-1910. Austin, Tese de doutorado apresentada à University of Texas at Austin.

SANTOS, Arthur Pio dos.
1982 - Desapropriação e direito agrário. Brasília, Fundação Petrônio Portella. (Curso de Direito Agrário, 3)

SCHNEIDER, José Odelso.
1965 - O operário brasileiro e os Círculos Operários. Síntese Política Econômica Social. Rio de Janeiro, (27): 40-65, jul./set.

SHANIN, Teodor.
1979 - Peasantry as a political factor. In: _____, ed. Peasants and peasant societies. Middlesex, Perguin.

SIGAUD, Lygia.
1978 - A morte do caboclo: um exercício sobre sistemas classificatórios. Boletim do Museu Nacional, série Antropologia. Rio de Janeiro, (30), dez.

1979 - Os clandestinos e os direitos. Estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo, Duas Cidades.

1987 - Milícias, jagunços e democracia. Ciência Hoje. Violência. Rio de Janeiro, 5 (28): 6-10, jan./fev. Encarte especial.

SILVA, Luciano Pereira da.
1961 - O regime jurídico das terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Rio de Janeiro. (dat)

SILVEIRA FILHO, Joaquim Paulo da.
1983 - A luta pela terra em Duque de Caxias. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de, coord. Lutas sociais no campo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ. (mimeo)

SILVEIRA LINDOSO, Maria José Rios P. da.
1984 - O começo de tudo. Rio de Janeiro, PPGAS/UFRJ. (mimeo)

SUAUD, Charles.
1984 - Le mythe de la base. Les États Généraux du développement Agricole et la production d'une parole paysanne. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Paris, (52/53): 56-79, juin.

TAVARES, Vânia Porto, CONSIDERA, Cláudio Monteiro, SILVA, Maria Thereza L. L. de Castro e.
1972 - Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na região amazônica. Rio de Janeiro, IPEA/INPES. (Relatório de Pesquisa, 8)

THOMPSON, E. P.
1966 - The making of the English working class. New York, Vintage.

1971 - The moral economy of the English crowd in the eighteenth century. Past & Present. Oxford, (50): 76-136, feb.

TILLY, Charles.
1978 - From mobilization to revolution. Massachusets, Addison-Wesley.

VALVERDE, Orlando.
1952 - Aspectos geográficos e econômicos da agricultura no município de Itaboraí. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, (5).

VELHO, Otávio Guilherme.
1976 - Capitalismo autoritário e campesinato. São Paulo, DIFEL.

VERGOLINO, Honorato Himalaia.
1938 - Denúncia dos cabecas da revolução de 27 de novembro de 1935 apresentada ao Tribunal de Segurança Nacional. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

VIEIRA, José Ribas.
1982 - O rompimento do pacto populista no antigo estado do Rio de Janeiro (1958-1964). Niterói, ICHF/UFF. (mimeo)

WIARDA, Howard J.
1969 - O movimento operário católico brasileiro. Rio de Janeiro, Centro João XXIII.

WOLF, Eric R.
1973 - Las luchas campesinas del siglo XX. Madrid, Siglo Veintiuno.

1979 - On peasant rebellions. In: SHANIN, Teodor, ed. Peasants and peasant societies. Middlesex, Perguin.